









Alfredo de Sousa
**Evolução Recente
da Economia
Portuguesa
1945-1985**

**Estudos inéditos
organizados por**

Jorge Braga de Macedo
José Luís Cardoso
Maria Eugénia Mata
com Manuel Gonçalves

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
SOUSA , Alfredo de , 1931-1994
Evolução recente da economia portuguesa : estudos inéditos /
org. Jorge Braga de Macedo... [et al.]. -
Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2017.
ISBN 978-972-671-450-7
CDU 330



© Instituto de Ciências Sociais, 2017

Capa e concepção gráfica: João Segurado
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.
Depósito legal: 432557/17
1.ª edição: Dezembro de 2017

Índice

Nota de apresentação 9

Parte I

Evolução recente da economia portuguesa, o período 1950-1970

Capítulo 1

Os anos 60 da nossa economia 15

Capítulo 2

Teorias e políticas económicas 25

Capítulo 3

Reforma fiscal 37

Capítulo 4

A emigração nos anos 60 45

Capítulo 5

A guerra colonial 51

Capítulo 6

Políticas monetária e orçamental (1968-1974) 55

Parte II

Evolução recente da economia portuguesa, o período após 1974

Capítulo 7

Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974 67

Capítulo 8	
Revolução e pós-revolução 1974-1978	87
Capítulo 9	
As estatizações	103
Capítulo 10	
Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE	115
Anexos	
1 Breve biografia	141
2 Alfredo de Sousa e a <i>Análise Social</i>	145
3 Alfredo de Sousa: dirigente, professor, colega	153
3.1 Percurso e contributos	153
3.2 Dirigente	175
3.3 Professor	179
3.4 Colega	193

Nota de apresentação

O acidente que vitimou Alfredo de Sousa (1931-1994) na força da vida criou um vazio institucional que foi muito para além dos seus sucessores na liderança da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e da sua Faculdade de Economia, as quais assinalaram aniversários da sua morte e reconheceram o seu legado. Chamaram «Alfredo de Sousa» à residência do *campus* de Campolide onde a Reitoria da UNL veio a instalar-se e à Fundação que recebeu a utilização do terreno do Campus de Carcavelos para onde a *Nova School of Business and Economics (Nova SBE)* está prestes a migrar.

A trajetória do autor demonstra bem as heranças múltiplas que deixou ao longo da sua carreira tão bruscamente interrompida. Nas universidades onde ensinou e serviu, nas empresas que criou ou a que prestou colaboração técnica, deixou marca indisfarçável da sua inteligência e força de carácter.

A obra que aqui se publica corresponde a um conjunto de capítulos, quase todos inéditos, sobre a evolução da economia portuguesa desde o final da II Guerra Mundial até meados da década de 1980. São textos escritos em linguagem acessível a um público alargado, com o propósito claro de comunicar e transmitir os seus conhecimentos a leitores não familiarizados com os conceitos e os modelos habitualmente presentes nos artigos e nos livros de economistas. Alfredo de Sousa prescinde do jargão técnico para abordar de forma clara os grandes problemas que permitem compreender os ritmos e os dilemas da evolução económica em Portugal ao longo da segunda metade do século XX. Não viveu o suficiente para transmitir a sua visão sobre as consequências da integração da economia portuguesa na zona euro, nem pôde assistir ao impacto causado pela criação da moeda única.

Sem embargo, o último capítulo, apresentado como «comunicação» e datado de 1 de maio de 1994, aprecia a adesão do escudo ao Sistema

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Monetário Europeu (SME), que abriu caminho para a participação na moeda única.

O conhecimento direto que tinha da condução da política monetária e orçamental, quer antes quer depois da Revolução de Abril de 1974, concedeu-lhe o estatuto de observador e relator privilegiado de temas centrais para a compreensão do desenvolvimento económico português. Além dos efeitos da integração europeia que aborda no último capítulo, a análise que faz sobre a emigração e sobre a guerra colonial no período anterior a 1974, ou o balanço que apresenta sobre as condições políticas que ditaram as reformas no plano laboral e sobre as estatizações que ocorreram durante e depois do processo revolucionário, são testemunhos claros do modo como o autor viveu as conjunturas que descreve de forma empenhada e interventiva, mas sempre com propósitos de distanciamento e de garantia de objetividade.

Escrevendo deliberadamente de uma forma não excessivamente técnica, quantas vezes com informação provisória ou dados não revistos, o autor prolonga o diálogo que regularmente manteve nas colunas dos jornais e das revistas que beneficiaram da sua colaboração. É esse empenho em cuidar da qualidade do debate económico na esfera pública que também transparece nestes textos que agora conhecem a luz do dia.

Lidos no seu conjunto – e salvaguardada a circunstância de o próprio autor não ter sobre eles controlo derradeiro – estes textos até agora inéditos conferem a Alfredo de Sousa um estatuto semelhante ao de outros célebres economistas, como António Manuel Pinto Barbosa, Francisco Pereira de Moura, José Joaquim Teixeira Ribeiro, José da Silva Lopes, Manuel Jacinto Nunes ou Valentim Xavier Pintado. Todos fizeram incursões de reflexão cívica que são hoje uma fonte preciosa de informação e de opinião para quem procure reconstituir os processos de reflexão que a economia portuguesa tem suscitado.

Publicar textos que até agora se mantiveram inéditos tem o risco de não se saber qual o tratamento final que o autor pretendia dar a manuscritos deixados incompletos há quase 25 anos. Todavia, sabendo que a intenção do autor era dar-lhes forma impressa, e sendo desejo e vontade da família que os textos pudessem conhecer a luz do dia, pareceu-nos plenamente justificada a razão de ser deste projeto de edição prontamente acolhido pela Imprensa de Ciências Sociais.

A presente edição baseia-se na cópia confiada a uma de nós, que passou a integrar o espólio documental doado pela família à *Nova SBE* em 3 de novembro de 2014, por ocasião da conferência «Quem foi Alfredo de Sousa?», cujo cartaz se reproduz em anexo.

Nota de apresentação

Reproduzimos no anexo 1 um breve *curriculum vitae* do autor. Nos anexos 2 e 3 apresentamos testemunhos pessoais e referências bibliográficas que procuram, de uma forma articulada, cobrir diversos momentos e facetas do percurso académico e cívico de Alfredo de Sousa. Quando decidimos enfrentar esta tarefa considerámos que seria oportuno apresentar testemunhos diferenciados de reflexão sobre aspetos parcelares da sua vida e da sua obra. Porém, às diferenças de abordagem entre os anexos 2 e 3, sobrepõe-se a memória conjunta do apreço e da consideração pela obra de um talentoso economista, grande professor e notável dirigente universitário que – assim o esperamos – este livro ajuda a melhor compreender.

Agradecemos ao Centro de Cálculo e à Biblioteca Almada Negreiros (BAN) da *Nova SBE*, em especial a Pedro Silva, Sean Story, Hermínia Martins, Filomena Santos e Graça Semedo, o apoio e a colaboração que permitiram a fixação final do livro agora publicado. O processo de digitalização das fotocópias para *word* com OCR não permitiu o reconhecimento integral de palavras e caracteres. Contámos assim com o apoio da família, especialmente da Maria João, que, além de partilhar a vontade de todos os irmãos para cooperar em tarefas relacionadas com a evocação da memória de seu pai, revelou disponibilidade para nos ajudar na tarefa de preparação de uma versão completa do texto. Os casos de dificuldade ou impossibilidade de identificação de palavras nos originais são assinaladas respetivamente com [\] e $\Delta\Delta\%$, visto estas se referirem sobretudo a percentagens. A superação destas falhas obrigaria a uma edição crítica que, mais uma vez, está para além do âmbito desta edição.

Manuel Gonçalves, antigo aluno e funcionário veterano da Faculdade de Economia (responsável pela introdução da nova onda dos microcomputadores – cujas dimensões não eram muito micro), não só arcou com a formatação final do texto mas também escreveu um depoimento no anexo 3, que reflete ainda outras impressões de Alfredo Sousa, das quais se percebe a evolução da Faculdade na ótica do utilizador, assim como o vazio deixado pelo seu fundador.

Alguns leitores pensarão, porventura, que a palavra «recente» torna o título do livro algo ilusório. Mas não é. Foi nossa intenção manter fidelidade ao título original deixado pelo autor, na certeza de que a visão que nos transmite sobre a evolução da economia portuguesa está bem circunscrita aos anos a que explicitamente se refere.

Já estava este livro em fase de preparação editorial na Imprensa de Ciências Sociais quando fomos surpreendidos pela notícia da morte de Miguel Beza (1950-2017), que foi aluno e assistente de Alfredo de Sousa

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

ainda no antigo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), tendo-se desenvolvido um carinho quase filial pelo mestre e uma amizade fraterna com um de nós. Ao Miguel se ficou a dever a edição do último texto de Alfredo de Sousa, publicado postumamente. Curiosamente, trata-se de um texto sobre «Os anos 60 da nossa economia» que em muitos aspectos complementa os estudos inéditos que agora se apresentam a público. Não queremos deixar de assinalar a dupla homenagem que assim fazemos ao florescimento da «nova economia» em Portugal.

Parte I
Evolução recente
da economia portuguesa,
o período 1950-1970



Capítulo 1

Os anos 60 da nossa economia

A partir de uma economia subindustrializada e de financiamento desordenado, Salazar montou, durante os anos 30, as componentes essenciais da economia nacional, que mais tarde veio a chamar-se «economia corporativa». No contexto político de uma ditadura instituída em 1920, as características mais salientes do novo esquema económico podem ser sumariadas como segue:

- a) O esquema básico era o de uma economia de mercado, mas com forte intervenção e controlo regulamentarista do Estado.
- b) Os grupos de interesses eram considerados permanentes e comunidades naturais (grau de rigidez sociológica). Estas comunidades naturais estavam organizadas em associações naturais, que, por sua vez, se organizavam em corporações. Segundo este esquema, os trabalhadores estavam organizados em sindicatos, e os empresários organizavam-se em grémios. Identicamente, os municípios, as universidades, etc. No seio das corporações económicas eram discutidos e fixados preços básicos, salários e as condições de trabalho.
- c) As corporações eram supostas coordenar e defender os interesses das associações básicas. Deveriam surgir espontaneamente, como necessidade sentida de defender os interesses dos seus membros. Mas de facto, as primeiras corporações nasceram muito tarde, nos anos 50, e por impulso directo do Estado.
- d) Para melhor orientar a economia durante o período de guerra, foram criados «organismos de coordenação económica», visando nomeadamente a comercialização de produtos básicos alimentares. Eram estes organismos que fixavam preços e quantidades. Depois da guerra nunca mais foram extintos e perduraram até 1974.
- e) A entrada das empresas no mercado não era livre. Depois da lei do condicionamento industrial, qualquer actividade nova para entrar

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

ou existente para se expandir, necessitava de autorização (alvará) prévia. Como os grupos interessados, isto é, os grémios, eram previamente ouvidos, a emergência de novas empresas competitivas era difícil em áreas onde a capacidade de produção existente fosse considerada suficiente.

- f) Na sequência do clima internacional que se seguiu à crise internacional dos anos 30, e de acordo com o espírito nacionalista, havia de facto uma razoável protecção pautal, e havia preferência de bandeira no comércio com as colónias.
- g) O equilíbrio orçamental foi erigido em princípio dominante. O orçamento corrente deveria gerar excedente, o qual deveria ser utilizado como receita extraordinária para financiar as despesas ditas extraordinárias, as quais poderiam incluir despesas militares não ordinárias além das despesas de capital. Por outro lado, entre as receitas extraordinárias contavam-se, na classificação então adoptada, as receitas dos empréstimos públicos. As receitas e as despesas classificavam-se não pela sua natureza económica, mas pela sua habitualidade ou não. Sendo assim, o orçamento global estava sempre em equilíbrio qualquer que fosse o montante da emissão da dívida. Mas, acentue-se, o montante dos empréstimos emitidos cada ano era normalmente baixo.
- h) A política monetária esteve, por seu turno, sempre subordinada àquele princípio orçamental. A emissão monetária ficou, desde o princípio dos anos 30, obrigada a uma cobertura de 45% por meios de pagamento internacionais (ouro e divisas), o que ligava assim a base monetária ao saldo da balança de pagamentos (balança de operações não monetárias). No mesmo sentido de não permitir «indisciplina» monetária, o banco central apenas poderia fornecer empréstimos de curto prazo ao governo, ou seja, permitia-lhe uma dívida flutuante que deveria estar sempre saldada no fim de cada exercício. Esta ortodoxia orçamental e subordinação da política monetária granjeou grande prestígio entre a classe média, a mais penalizada pela indisciplina anterior.
- i) O Estado quase não exercia actividades directamente produtivas para além dos serviços básicos, como correios, telecomunicações, caminhos-de-ferro, etc. Mas participava no capital de empresas privadas em domínios considerados pelo governo como essenciais. Foram os casos de refinação de petróleo, produção hidroeléctrica, transportes aéreos, fertilizantes, etc. Os governos deste período preocupavam-se em investir nas infra-estruturas básicas, como a irriga-

Os anos 60 da nossa economia

- ção, a florestação, as comunicações, o ensino técnico, etc. Fizeram-no, no entanto, de forma modesta, como se verá nas estatísticas.
- j) O sistema económico era, portanto, uma amálgama de grande regulamentarismo, através da administração pública normal, dos organismos de coordenação e da organização corporativa, com um sistema de ortodoxia financeira e orçamental e de respeito pela iniciativa e pela propriedade privadas. As relações económicas internacionais continuaram a ser as tradicionais, ou seja, com as grandes economias europeias e norte-americanas.

Os resultados deste sistema económico até ao início da Segunda Guerra Mundial foram razoáveis, atendendo a que a economia mundial atravessava uma época de crise. Durante este primeiro decénio do regime salazarista, os preços mantiveram-se estáveis, a balança de operações não monetárias apresentou quase sempre saldo positivo e as reservas de ouro e divisas aumentaram continuamente. A produção aumentou, de acordo com as estatísticas do Índice de Produção¹ do Banco de Portugal, uma vez que naquela época ainda não se dispunha de contabilidade nacional; a população aumentou de 13 %, segundo os Censos do INE.

A Segunda Guerra Mundial

Os sucessos do fascismo italiano e do nazismo alemão seduziram muitas pessoas da classe média e intelectuais em Portugal, como aliás em toda a Europa. O cauteloso envolvimento na guerra civil espanhola de 1936-1939 acentuou o carácter autoritário do regime e as analogias com os regimes autoritário-fascistas. Era e é discutível se a ideologia do regime do Estado Novo era fascista ou não. Homens da oposição democrática inclinam-se a crer que Salazar era demasiado pragmático para se envolver em ideologias rígidas. O certo é que se tratava de um regime autoritário, comandado por um só homem, sobretudo desde que se tornou primeiro-ministro em 1933.

A guerra entre os Aliados e o Eixo colocou problemas delicados ao governo português. Portugal e a Inglaterra mantêm uma aliança desde a século XIV; muitas personalidades do regime simpatizavam com os regimes alemão e italiano, principalmente depois da entrada em guerra com

¹ O ministro da Economia de então chamava-se Daniel Barbosa, que ficou popularmente conhecido como Barbosa das Farturas.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

a Rússia. Salazar viu que a solução da neutralidade era a melhor, e conseguiu-a, o que ajudou Franco a manter a Espanha neutral.

Na voragem da guerra, dois produtos portugueses foram especialmente solicitados pelos beligerantes: volfrâmio e conservas, cujas exportações aumentaram significativamente, numa primeira fase, até 1941, para a Alemanha e depois para Inglaterra. O governo português assinou com o governo britânico um protocolo financeiro secreto, mediante o qual o Reino Unido não era obrigado a pagar as suas importações de Portugal, sendo o valor destas pago pelo governo português aos exportadores nacionais e creditado esse em conta especial no Banco de Inglaterra. Em suma, tratava-se da abertura de um crédito ilimitado ao Reino Unido. Este protocolo manteve-se secreto até bastante depois de a guerra terminar.

Se as exportações floresciam, as importações eram cada vez mais difíceis, principalmente de bens essenciais como cereais, algodão e combustíveis, dos quais a economia portuguesa era muito dependente. Depressa foi instituído um sistema de racionamento, como em todos os países da Europa, para os bens alimentares. Mas a falta de carvão e de petróleo afectou bastante a produção nacional, apesar da intensa utilização de combustíveis lenhosos.

A balança comercial começou a apresentar saldos positivos crescentes. Simultaneamente, Portugal recebeu um afluxo considerável de capitais estrangeiros, em grande parte trazidos por refugiados das zonas de ocupação alemã. Em consequência, as reservas do banco central aumentaram consideravelmente, em especial libras, e com elas aumentou também a base monetária, que como se referiu atrás estava dependente do saldo da balança das operações não monetárias.

Para contrariar o crescimento da massa monetária foram aumentados os impostos sobre lucros de guerra, instituídos depósitos obrigatórios, elevadas as reservas bancárias e aumentados os saldos positivos do orçamento global. Mas apesar destas medidas, a massa monetária, isto é, o poder de compra nominal, aumentou e produziram-se efeitos inflacionistas, tanto mais que a oferta de origem nacional ou estrangeira não crescia suficientemente.

No final da guerra haviam-se tornado bem claras duas dependências básicas da economia portuguesa: energia e cereais. Ainda antes de haver terminado o conflito, o governo decidiu aumentar o grau de autarcia nestas duas áreas. Na primeira área decidiu fazê-lo aproveitando um recurso menos escasso: a água, o que certamente foi também influenciado pela existência na administração portuguesa de um conjunto de bons

Os anos 60 da nossa economia

técnicos de engenharia civil saídos da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade do Porto.

Esta decisão vai condicionar o tipo de desenvolvimento da indústria portuguesa nos 20 anos mais próximos: desenvolvimento da construção civil, da metalo-mecânica pesada e das pequenas peças eléctricas. Efectivamente, no fim da guerra deu-se início a um vasto plano de construção de hidroeléctricas e a um plano menos ambicioso de irrigação do Alentejo e do Ribatejo.

Fase do imediato após-guerra

A derrota das potências do Eixo conduziu a um aumento de pressões políticas sobre os regimes português e espanhol, considerados fascistas pelos partidos da esquerda europeia e pela União Soviética. O regime de Salazar foi obrigado a fazer concessões, entre as quais a realização de eleições livres e de liberdade de imprensa. A censura à imprensa abrandou e foram feitas promessas de eleições.

A oposição ao regime era constituída fundamentalmente por democratas da I República (1910-1926), por socialistas e por comunistas, cujo partido funcionava em completa clandestinidade.

Estes opositores, momentaneamente unidos, escolheram como um dos pontos principais de crítica ao governo a existência de uma situação inflacionista, a qual constituiria, segundo os opositores, a prova da falsidade da propaganda do regime de que tinha uma política financeira eficaz e que havia acabado com a desordem imperante na I República, factos de que o regime se orgulhava. Esta crítica sensibilizou particularmente Salazar, que decidiu iniciar imediatamente uma política de combate rápido à inflação.

A via escolhida foi a mais simples: aumentar a oferta de bens através da importação, pois a agricultura e a indústria nacionais não tinham capacidade de resposta, até porque o investimento directamente produtivo havia sido pequeno durante a guerra. O recurso imediatamente disponível era a enorme capacidade de importar acumulada. Qualquer carência passou a ser suprida por importações, principalmente dos Estados Unidos, que era então a economia que melhor capacidade de resposta podia dar às solicitações dos importadores.

As autorizações para importar e os meios cambiais eram rapidamente concedidos para qualquer tipo de bens, desde máquinas até farinha, passando por brinquedos de criança. Nos 12 meses seguintes, os preços estabilizaram e depois diminuíram. A inflação foi dominada. Mas os custos foram grandes.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Em primeiro lugar, esta política drenou substancial quantidade de reservas, pois que o desequilíbrio acentuado da balança comercial não foi compensado por outras receitas, acabado que foi o influxo de capitais e não recomeçadas as remessas de emigrantes.

Em segundo lugar, gerou-se um forte efeito dissuasor sobre a indústria nacional, principalmente sobre a indústria ligeira, que não podia competir com os preços americanos resultantes de produção em larga escala. Naquelas circunstâncias não era lucrativo tentar aproveitar as carências da procura nacional e substituir as importações, como se fez na vizinha Espanha. Este país foi objecto de maiores pressões políticas e veio assim a «beneficiar» de um forte bloqueio político-económico que lhe permitiu reservar completamente o seu mercado interno para a sua indústria nascente, procurando nos primeiros anos a seguir à guerra alcançar um elevado grau de autarcia. Em Portugal desenvolveu-se mais o comércio importador do que a indústria ligeira de bens de consumo. Desaproveitou-se esta ocasião única de arranque de uma indústria nacional mais avançada no após-guerra.

Poderia ter sido de outro modo? É difícil saber. Salazar ganhou as eleições não por causa da sua política económica, mas porque elas não foram verdadeiramente livres. Portanto, aquela política de combate imediatista contra a inflação constituiu provavelmente um preço elevado. O facto é que a reserva temporária do mercado interno, sôfrego de bens, poderia ter constituído uma excelente oportunidade para o arranque da indústria ligeira na segunda metade dos anos 40.

Entretanto, as obras de aproveitamentos hidroeléctricos e de irrigação prosseguiram de forma continuada e quase sempre com forte participação de capitais públicos. No capítulo das barragens, a primeira das grandes barragens a ser inauguradas foi, em 1951, a do Castelo do Bode, que era considerada a maior da Península Ibérica e que fornecia $\Delta\Delta\%$ de toda a energia eléctrica para o Continente. Seguiram-se-lhe os aproveitamentos do Cávado-Rabagão e do Douro internacional no Norte.

Tratava-se de grandes construções, no sentido físico do termo, as quais excitavam as imaginações e transmitiam a convicção de real progresso e modernização do país. Também prosseguiram as obras de infra-estruturas. Até 1950 são concluídas as obras dos portos de Lisboa, Leixões, Setúbal e Faro. A rede de estradas asfaltadas expande-se de $\Delta\Delta$ Kms, embora a concepção do traçado tivesse sido medíocre.

Paralelamente foi feito um grande esforço de reflorestação, que aliás havia sido iniciado em 1936, fazendo de Portugal o país que nessa altura apresentava maior coeficiente de floresta não espontânea na Europa, o

Os anos 60 da nossa economia

que veio a permitir nos anos 60 a emergência da indústria de celulose. A extensão das zonas irrigadas e o subsídio aos produtores de cereais impulsionaram o crescimento da produção agrícola. As fracas estatísticas disponíveis permitem ver que o sector agrícola foi o que mais rapidamente se desenvolveu de 1945 até 1950. O crescimento da indústria transformadora foi lento, tendo para isso contribuído a concorrência dos produtos importados.

O crescimento do PIB durante estes anos foi medíocre em termos europeus, sobretudo depois de 1948. Mas convém não esquecer que o crescimento do produto estava subordinado à manutenção da ortodoxia orçamental, tal como era entendida pelo regime. A emissão de dívida era muito restrita e a dívida flutuante era sempre remida antes do fim do ano. Os títulos públicos eram regularmente colocados nas instituições financeiras e nas instituições de Segurança Social (Caixas de Previdência, erradamente chamadas «investidores institucionais»), ao juro médio de 3%.

O sistema bancário era «regulamentado», mas raras vezes era modificada a taxa de reservas de caixa dos bancos comerciais. A taxa activa praticada pelos bancos raramente era superior a 5% e predominava o crédito a curto prazo. Quando os bancos comerciais não dispunham de recursos suficientes podiam recorrer ao banco central que redescontava títulos, até um tecto-limite para cada banco, cobrando uma taxa de redesconto que variava entre 1,5 e 2%. Embora nunca tivesse sido referida como tal, esta prática do redesconto constituía uma forma de fazer variar a base monetária, na medida em que aceitando títulos de públicos como garantia do redesconto, de facto o banco central estava a emitir moeda primária, isto é, a permitir o alargamento da massa monetária. Evitava-se assim que o crédito ao Estado provocasse pontualmente *crowding-out*.

Para os bancos comerciais, a tomada de títulos do Estado era negócio, na medida em que podiam ser convertidos em liquidez a uma taxa inferior (a de redesconto) àquela que venciam, além de poderem ser vendidos a particulares. Mais tarde tiveram especial aceitação os títulos FIP que reuniam todas estas vantagens, sobretudo quando comparadas com as alternativas então existentes.

A política de liberalização das importações para combater a inflação não era unanimemente aceite no seio do gabinete. O ministro das Finanças inquietava-se com o ritmo de diminuição das reservas. Mais ténues parecem terem sido as inquietações quanto às dificuldades de as indústrias nacionais fazerem face à concorrência. Mas o que afinal veio a colher foi o argumento financeiro, como sempre.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

A partir de 1948 a tensão hostil (guerra fria) entre as democracias ocidentais e as ditaduras comunistas do Leste europeu tornou-se clara, e exasperada depois do golpe comunista de Praga. As pressões políticas externas sobre o regime português diminuem e em corolário diminuem as preocupações deste com a oposição. A inflação parecia dominada.

Também em 1948 arrancou na Europa o Plano Marshall e foi simultaneamente criada a Organização Europeia de Cooperação Económica. Os países europeus começam, de forma visível, a recompor a sua indústria e a aproveitar a ocasião para uma profunda remodelação tecnológica. A introdução da Contabilidade Nacional facultou um melhor conhecimento das economias, dos seus pontos fortes e das suas carências, o que permitiu proceder a comparações. Portugal viu-se num lugar muito baixo no contexto europeu, mesmo comparando com aqueles países que mais haviam sofrido com a guerra. Em princípios de 1949 a política económica parecia querer reorientar-se, salvaguardado que fosse a sacrossanto princípio do «equilíbrio» orçamental.

A opção industrialista

Par esta altura, apareceu um livro² que veio causar apreciável influência – superior aos seus méritos técnicos – na tecnocracia da época. Este livro apontava que a industrialização era o caminho a seguir para o desenvolvimento do país. Escrito em linguagem simples, fazia apelo principalmente ao bom senso, procurava não hostilizar ninguém, afastava-se e renegava o complexo ruralista e combatia o imobilismo. De resto, não procedia a qualquer análise custo-benefício ou outra, ignorava os aspetos financeiros e as incidências sobre as contas externas, e nem sequer propunha uma política integrada. Era a visão de um engenheiro consciente da importância da indústria e sem noções de economia.

Mas, repete-se, apesar destas insuficiências, teve impacto junto da tecnocracia e através dela junto de personalidades do regime e de empresários importantes. A simplicidade da mensagem e o exemplo da industrialização bem-sucedida na Europa tornaram-no amplamente aceite. A opção pela industrialização ganhava audiência. O autor entrou para o governo e, a partir de 1950, a política económica passou a ser uma política de industrialização tão acelerada quanto a «prudência» financeira o permitisse.

² A. Ferreira Dias, *Linha de Rumo*, Lisboa, 1946.

Os anos 60 da nossa economia

As linhas de rumo da nova política económica eram relativamente simples e a maioria eram prolongamentos de linhas já seguidas:

- Continuação da imprescindível electrificação do país, aproveitando os recursos hídricos;
- Adensamento da rede de comunicações, nomeadamente estradas e portos;
- Uso mais liberal da lei do condicionamento industrial, principalmente se se tratasse de concentração de pequenas unidades ou de criação de grandes unidades;
- Apelo, através de incentivos fiscais, à introdução de novas tecnologias e apelo também à «indústria de qualidade»;
- Participação do Estado em empreendimentos de maior risco (ex: transportes aéreos) ou de longa imobilização de capital (ex: companhias hidroeléctricas), abstendo-se no entanto de deter a direcção;
- Seguindo a tradicional prática do regime, manter baixos os preços dos factores produtivos primários: taxa de juro e salário.

Esta opção teve consequências importantes. Mas uma delas sobressaiu, porque marcou a economia portuguesa até ao presente: a agricultura foi menosprezada em pelo menos três aspectos:

- a) O investimento aplicado à agricultura passou a ser uma fracção decrescente do investimento total. As acções de regadio e de assistência continuaram, mas a escala muito modesta. A taxa de juro era muito baixa (cerca de 3% a longo prazo), mas os fundos consagrados à agricultura eram modestos, e portanto a selecção fazia-se por via política ou de influência pessoal. A organização dos mercados agrícolas deixou de se fazer, mantendo-se, todavia, a estrutura dos organismos que haviam sido montados para o período de guerra, os quais se transformaram predominantemente em burocracias aplicadoras de regulamentos.
- b) A necessidade de manter baixos os salários industriais implicava que os bens alimentares fossem baratos, pois eles constituíam a componente principal do orçamento das famílias dos trabalhadores. Como por razões de rigor financeiro, os subsídios aos bens alimentares eram diminutos, a relação de preços industriais e preços agrícolas evoluiu de forma desfavorável para estes últimos (deterioração das razões de troca «internas»).
- c) A profissão de agricultor que explorava directamente a terra com o seu trabalho tornou-se progressivamente uma profissão com pouco

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

prestígio social. Os técnicos agrícolas, sobretudo os de nível universitário, desdenhavam, na sua maioria, empenhar-se em trabalho de campo directo; preferiam serviço burocrático ou de laboratório nas grandes cidades; mais de metade dos engenheiros agrónomos viviam em Lisboa. O culto da indústria e o menosprezo pela agricultura influenciou as opções dos jovens, o que se reflectiu no ensino. Até 1973, apenas havia uma escola superior de Agronomia e uma escola superior de Veterinária, as quais estavam localizadas em Lisboa, e na província apenas havia duas escolas de nível médio para ensino de técnicas agrícolas. A evolução do número de alunos inscritos é elucidativa. Pode dizer-se que se realizou mais investigação agropecuária nas colónias do que em Portugal. O resultado desta menor atenção prestada à agricultura traduziu-se na evolução do produto agrícola, que em volume quase estagnou. Entre 1950 e 1960, o valor acrescentado pela agricultura em termos reais subiu de 32,7% em Portugal, enquanto no mesmo período subiu de $\Delta\Delta\%$ na Espanha e de $\Delta\Delta\%$ na Grécia; nesse mesmo período o PIB cresceu em Portugal de 10,84%, em média. O grau de auto-suficiência diminuiu consideravelmente; naquele período as importações de bens alimentares aumentaram de $\Delta\Delta\%$, enquanto as importações totais aumentaram de 112% em 1950 o valor das importações de alimentos representava $\Delta\Delta\%$ do PIB, 10 anos depois alcançava já $\Delta\Delta\%$. Nos anos seguintes esta negligência em relação à agricultura agravou-se, como se verá. Os erros tendem a ser cumulativos.

Poderia ter havido compensação no crescimento industrial com níveis elevados. De facto, o valor acrescentado pela indústria cresceu consideravelmente: 82,8%. Simplesmente esta taxa não se revela extraordinária quando comparada com taxas similares registadas na Espanha e na Grécia, e também se atendermos que, depois da Guerra da Coreia, o mundo ocidental vivia uma fase de grande prosperidade e crescimento.

Pode mesmo levantar-se a questão de saber se o reduzido crescimento da agricultura não terá prejudicado o processo de industrialização, tanto do lado do fornecimento de matérias-primas, como principalmente como forma de alargar a dimensão efectiva do mercado interno.

O atraso relativo da agricultura introduziu um fosso entre estes dois segmentos da estrutura produtiva nacional e permitiu que o grau de dependência externa da indústria fosse maior do que poderia ter sido se o crescimento tivesse sido sectorialmente mais equilibrado.

Trata-se de questões difíceis de responder, mas que é inteiramente legítimo colocar.

Capítulo 2

Teorias e políticas económicas

Nenhuma política se pratica sem que assente numa qualquer teoria ou pseudoteoria. No caso do regime salazarista, a opção doutrinal declarada era a de uma economia corporativista. Mas o corporativismo não forma nem informa qualquer teoria económica; quando muito afirmava-se por um certo intervencionismo do Estado. Trata-se mais de uma filosofia de organização da sociedade. Fora deste corporativismo, o Estado Novo não se reclamava de outra teoria. Não a tinha? Tinha sim, mas não a proclamava. Tratava-se de uma teoria de economia filologicamente pura. Salazar administrava e fazia administrar a economia nacional como teria administrado a sua economia caseira:

- Não gastava mais do que ganhava, tolerando quando muito uma dívida moderada entre conhecidos, mas não com estranhos;
- Gastava com parcimónia, nunca se entusiasmando em dar nas vistas;
- Colocava conscienciosamente as suas economias em aplicações seguras, preferindo o pouco ganho com segurança ao alto ganho com risco.

Instintivamente parecia desconfiar de teorias elaboradas e sobretudo das que ele não entendia. Ao pouco que ele havia aprendido de teoria económica na Faculdade de Direito de Coimbra nada havia sido acrescentado por estudos ulteriores, mas apenas pela sua prática pessoal.

No imediato após-guerra, o pensamento keynesiano difundiu-se em todas as sociedades modernas. Nos anos 50 era correntemente ensinado nas universidades europeias e americanas e constituía a teoria dominante no que respeitava a inspiração de políticas de estabilização, e, posteriormente, passou a ser influente na teoria do crescimento económico. Em Portugal, o keynesianismo era moderadamente ensinado em termos teó-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

ricos na única escola superior de Economia que então existia (Universidade Técnica de Lisboa). Todavia este ensino não teve qualquer influência sobre a política económica defendida pelas pessoas importantes do regime ou próximo dele.

O keynesianismo era considerado por Salazar e pelos seus próximos como uma moda de académicos no após-guerra que depressa passaria e que para já (então) parecia perigosa. Lendo os relatórios do Banco de Portugal é-se surpreendido a constatar que nem como exposição nem como crítica alguma vez se faz referência às teorias ou políticas keynesianas. Estas eram ignoradas. A exposição e o delineamento da política económica pautavam-se pela velha ortodoxia financeira; o relatório falava a linguagem que o chefe do governo entendia.

A subjacência de modelos de crescimento de tipo keynesiano apenas serviam para fazer contas dos agregados da contabilidade nacional e para projectar no futuro algumas variáveis importantes para a construção de cenários possíveis; não se tratava de modelos instrumentais para uma prática; os projectos incluídos dependiam do seu «cabimento» financeiro, ou seja, a poupança comandava o investimento e não este comandava aquela. Pode mesmo duvidar-se de que alguém tivesse tentado discutir com Salazar os méritos das novas teorias económicas.¹ As idiossincrasias de um homem contribuíram para determinar a política económica de um país, o que não terá sido vez única na História.

A única concessão que a prática do regime fez respeitou ao planeamento indicativo, em moda nos anos 50 na Europa, porque essa técnica aperfeiçoava a eficiência das intervenções do Estado sem ferir os princípios da propriedade e da iniciativa privadas. Constituía assim um compromisso aceitável entre o intervencionismo regulamentarista e a iniciativa privada, ou seja, um adequado instrumento para uma economia mista. Era, de facto, um meio de o Estado exercer a sua acção orientadora.

Na prática portuguesa, o que comandava as acções concretas de investimentos do Plano eram as disponibilidades financeiras julgadas autonomamente pelo Governo, ou mais particularmente, pelo ministro das Finanças e pelo primeiro-ministro. A parte financeira nunca foi determinada ou sequer objecto de planeamento indicativo pelos Planos. Era considerado assunto demasiado sério para ser deixado só nas mãos dos tecnocratas.

¹ Do anedotário política de então constava a seguinte história tida como verídica. Estudando Salazar a convidar alguém para novo ministro de Economia, essa pessoa confessava-lhe ser keynesiano, ao que ele teria respondido: É o quê. [...] Deixe lá, que isso passa-lhe! *Si non é vero...*

Teorias e políticas económicas

O primeiro Plano de Fomento não passava de uma lista de obras públicas a executar pelo Estado e de grandes investimentos privados já decididos, à qual se juntavam mapas onde se discriminavam as fontes e os calendários de financiamento. Não lhe estava subjacente qualquer compreensão orgânica do que era e do que deveria ser a economia portuguesa. Tratava-se de um documento pobre. Mas progressivamente os Planos seguintes melhoraram de qualidade, sobretudo na sua função de descrição e análise da economia portuguesa.

Todavia, a existência de planeamento constituiu apreciável factor de progresso, senão na formulação da política económica, pelo menos como meio de conhecimento da economia nacional, das suas fraquezas e também de algumas das suas potencialidades. Contribuiu para tecnificar a formulação da política económica e eventualmente torná-la mais rigorosa. Serviu também para esclarecer os cenários possíveis no horizonte próximo (seis anos era a duração do Plano). Teve ainda o mérito de forçar o estabelecimento de Contas Nacionais mais rigorosas. Alguns dos melhores estudos sobre economia portuguesa foram produzidos no âmbito dos trabalhos preparatórios para os diversos Planos de Fomento.

A prática do planeamento produziu um efeito lateral de carácter sociológico. A tecnificação da análise e da própria formulação da política económica constituiu uma das causas da emergência, ou melhor, de forte reforço de uma classe (à Weber): os tecnocratas.

Este fenómeno não foi exclusivamente português; idêntica evolução teve lugar em quase todos os países europeus e até mais cedo. A crescente complexidade das economias modernas, a evolução tecnológica, a internacionalização dos mercados e dos instrumentos financeiros fizeram com que economistas e engenheiros passassem a ser considerados técnicos imprescindíveis tanto pelas administrações privadas como pelas administrações públicas.

O que se passou em Portugal obedeceu a este padrão. Simplesmente devido à introdução acelerada de progresso tecnológico (cf. Sousa²), que acompanhou a industrialização, os técnicos passaram a ter maior intervenção no processo de decisão de investimento e até da gestão da produção. Paralelamente, à medida que a contabilidade e as operações de controlo financeiro se tornaram mais complexas, os economistas passaram a ter importância crescente no processo de gestão e de tomada de

² «Fonctions de production dans l'Industrie manufacturière portugaise 1953-1965», thèse complémentaire de Sciences Economiques, Université de Paris, 11-6-1969.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

decisões. Os novos tecnocratas passaram a fazer parte dos centros de decisão das empresas privadas tomando lugar ao lado dos advogados que eram tradicionalmente os conselheiros dos chefes das «grandes famílias».

A Administração Pública sentiu a necessidade de se tecnificar até para poder manter um diálogo inteligível com as administrações privadas. Portanto, a influência dos tecnocratas também se estendeu à esfera pública.

De um ponto de vista sociológico, este novo estrato passou a ombrear com os antigos estratos e a fazer parte da classe dominante. Filtrada pela sua extração universitária, cooptava-se, sentia-se diferente e muitas vezes atuava como o estrato social paradigmático nas atitudes políticas e até intelectuais. Crescente número de filhos de famílias ricas sentia a necessidade de uma formação universitária, para poder continuar a controlar de facto as empresas. Vai ser o estrato dos tecnocratas o que, dentre a classe dominante, melhor deslizará para a outra vertente da Revolução de Abril de 1974.

A influência dos tecnocratas também se refletiu em outros aspectos. Pela sua educação eles eram abertos à influência estrangeira; pela sua formação eram propensos a copiar e adoptar as soluções que viam fora, nos países mais avançados. As soluções concretas para os novos investimentos tendiam pois a ser cópias ou serem muito aproximadas dos modelos estrangeiros não só quanto à técnica de produção, mas também quanto à organização empresarial e ao modelo de gestão. As soluções adoptadas tiveram certamente em conta os preços relativos dos factores produtivos, mas também tiveram muito a ver com «aquilo que de mais moderno se fazia lá fora». Esta era uma frase ritual frequentemente empregue. Muitas vezes confundiu-se modernizar com imitar. O pensamento económico português da época não produziu soluções originais, nem sequer nos livros; o mais original era permanecer apegado à visão tradicional herdada dos anos 30.

Como consequência desta propensão a imitar e porque o preço real do capital se mantinha muito baixo, os grandes investimentos feitos em Portugal durante este período foram capital-intensivos e criadores de relativamente poucos empregos no sector secundário. Os grandes investimentos realizaram-se na siderurgia, na metalo-mecânica pesada e na química, que absorveram relativamente mais mão-de-obra qualificada do que mão-de-obra indiferenciada vinda do sector primário. Este facto foi aprofundar as diferenciações salariais dentro do trabalho industrial. As novas indústrias pagavam sensivelmente melhor do que as indústrias tradicionais, tais como têxteis, mobiliário e calçado.

Como as indústrias novas se concentraram principalmente em torno de Lisboa e na Península de Setúbal, as diferenciações salariais entre sec-

Teorias e políticas económicas

tores passam também a ser entre regiões. De facto, as indústrias modernas tenderam a localizar-se junto dos centros de consumo e de utilização e junto de portos quando se tratava de indústrias visando a exportação. Uma vez que centros industriais e de consumo coincidiam com os grandes portos, a industrialização intensificou-se em torno dos centros de Lisboa e na Península de Setúbal e um pouco menos junto do Porto. Emergiu nitidamente uma separação do nível tecnológico: o Norte com as indústrias tradicionais e a zona da capital com as indústrias modernas. Do polo Porto partiam ramos ou faixas industriais na direção de Braga, de Viana do Castelo e de Aveiro. De Lisboa alastrava mais uniformemente para os seus arredores e para a zona em torno da margem sul do rio Tejo e da estrada que liga a Setúbal.

O resto do país, com pequenas exceções, quase permaneceu intocado pela industrialização. Como, cumulativamente, os investimentos na agricultura foram relativamente baixos, as zonas rurais do interior não acompanharam o surto de desenvolvimento do país e assim depauperaram-se em termos relativos.

A concentração da indústria trouxe consigo a concentração demográfica. Os excedentes de mão-de-obra rurais e das pequenas vilas de província foram atraídos para as zonas de desenvolvimento, isto é, para a periferia das grandes cidades. Como as modernas indústrias pagavam salários relativamente mais elevados, formou-se uma procura solvente, sobretudo de bens duradouros e de habitação. A construção de alojamentos expandiu-se, mas como a oferta de terrenos é sempre bastante inelástica, o preço das habitações e dos alugueres subiu rapidamente. As franjas marginais da população urbana viviam em barracas, que se multiplicaram tão depressa quanto as casas. Os serviços desenvolveram-se também, principalmente o pequeno comércio. Os serviços públicos tiveram expansão mais lenta e frequentemente verificaram-se estrangulamentos administrativos.

Em todas as áreas urbanas, mas sobretudo em Lisboa, onde se situava a maioria dos centros de decisão empresariais, verificou-se um grande desenvolvimento das actividades financeiras principalmente bancos e seguros. Na segunda metade do decénio, os dois grandes bancos com sede social no Porto (Banco Português do Atlântico e Banco Borges & Irmão) passaram a ter os seus centros efectivos de decisão em Lisboa. Companhias industriais de maior dimensão fizeram o mesmo, podendo a Sapec ser citada como exemplo.

No final do decénio, Lisboa era o centro do poder político e do poder económico, e o centro cultural e social do país. A sociedade lisboeta tor-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

nou-se, mais do que nunca, a sociedade paradigmática; os comportamentos externos eram imitados em Lisboa e daí difundidos para o resto do país. Nenhum outro pólo regional exercia qualquer poder de equilíbrio ou compensação. Mesmo no Porto, que pretende ser a capital do Norte, revelava-se bastante menos dinamismo do que na área da capital.

A agricultura nos anos 50

Atendendo ao grande esforço feito na industrialização, poucos investimentos restaram para a agricultura. Neste decénio, a soma dos investimentos no sector primário representou 12,3 % do total.

As obras mais vultuosas foram as de irrigação, que visava incrementar a produtividade por hectare e permitir o lançamento de novas culturas. Para isso, acompanhando o investimento em infra-estrutura, as explorações deviam obedecer a novo ordenamento e novos métodos recomendados pelos técnicos. Porém, o poder de influência dos grandes proprietários junto dos políticos de Lisboa impediu que aquela racionalização fosse implementada, nem sequer se cobrando a totalidade das taxas devidas pela utilização da água, o que prejudicou a recuperação dos capitais investidos e diminuiu por isso o ritmo de expansão das obras. Nessa altura ouviram-se argumentos do género: «Não fui quem pediu que pusessem água nas minhas terras.» Não raras vezes as terras irrigadas não só não mudavam de sistema de cultivo, como apenas serviam para serem cobradas rendas mais altas. Muitos proprietários tiveram o que sem ambiguidades se pode classificar como comportamento irresponsável.

Apesar das resistências registaram-se aumentos de produtividade, principalmente na produção de arroz. No entanto, pode questionar-se se o efeito da irrigação não foram maiores a montante, sobre as indústrias de cimento e da construção, do que a jusante, sobre a produção agrícola.

No capítulo da reflorestação continuou-se o esforço iniciado na década de 1930. Procurou-se a florestação de áreas montanhosas e a substituição de árvores velhas, nomeadamente oliveiras, por árvores novas fornecidas pelos serviços técnicos. A reflorestação foi apoiada financeiramente, concedendo-se créditos a 30 anos de prazo e à taxa de 3%, o que na prática correspondia a taxa de juro nula. Simplesmente, como os fundos disponíveis eram escassos, a sua afectação não se fazia por critérios de mercado, mas sim por critérios políticos e de conhecimentos pessoais.

Nos domínios da assistência técnica e do fomento cooperativo pouco de significativo se fez. Quanto à organização dos mercados agrícolas, manteve-se a estrutura de emergência, dita provisória, montada durante a guerra.

Teorias e políticas económicas

Deve assinalar-se que na segunda metade deste decénio foi feita uma prolongada tentativa de emparcelamento dos minifúndios do Norte e do Centro do país. Seguindo os exemplos dos outros países da Europa Ocidental, incluindo a Espanha, e depois de cuidadoso estudo, que provava à saciedade o absurdo económico da pulverização da terra, o governo apresentou uma proposta de lei de emparcelamento, em 195[\]. Antes de ser discutida na Assembleia Nacional, a proposta foi sujeita ao parecer da Câmara Corporativa. Nos termos da organização do Estado Novo, era suposto que naquela câmara estivessem representados os interesses de todas as Corporações, e portanto, também os dos agricultores. De facto, como estes representantes, chamados procuradores, não foram eleitos livremente, os interesses que ali estavam representados eram os dos grandes e médios agricultores do Sul e do Norte de Portugal, grande número deles absentistas e conservadores. Como o projecto do governo implicava o recurso à expropriação, a maioria dos interesses conservadores temeu que esse instrumento usado no Norte para emparcelar os minifúndios, fosse usado mais a sul para parcelar os latifúndios. As emendas e alterações foram tais que a lei saiu descaracterizada e sobretudo tornou-se inoperacional. Em resumo, o risco de expropriação era mínimo e se algum proprietário fosse expropriado ficava «rico». Os reais efeitos desta lei foram nulos. Depois de uma ou duas tentativas no Minho, a política de emparcelamento foi completamente abandonada.

Como não começara ainda o grande surto migratório dos anos 60 e como a criação de empregos nos outros sectores era lenta, o elevado crescimento demográfico dava origem a grande pressão sobre a terra, o que mantinha o preço do trabalho baixo, e alto o preço da terra. A produtividade estacionava a baixos níveis e o poder aquisitivo das zonas rurais não acompanhava o das zonas urbanas afectadas pela industrialização. As distorções e os desequilíbrios espaciais da sociedade portuguesa acentuaram-se, pois, durante estes dez anos.

O contexto internacional

Durante os anos 50 o contexto internacional modificou-se. Já em 1948 se tinha tornado evidente para os países ocidentais que a Rússia não desarmava e que as cegas concessões feitas pela Administração Roosevelt em Yalta e Postdam produziram efeitos catastróficos para a estabelecimento de regimes democráticos na Europa. Tornou-se claro que era necessário impedir a absorção do resto da Europa pelo bloco totalitário soviético. O clima de tensão internacional agudizou-se e instalou-se a guerra fria.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

No começo do decénio, as economias europeias ocidentais já realizavam uma espectacular recuperação das destruições provocadas pela guerra, mas sofriam ainda das dificuldades de comércio decorrentes de um tradicional nacionalismo económico. Com a finalidade imediata de coordenar o auxílio norte-americano do Plano Marshall à Europa, criou-se em 1948, em Paris, a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) e mais tarde instituiu-se também a União Europeia de Pagamentos (UEP), de que Portugal foi membro fundador. O isolamento político do regime salazarista tinha diminuído substancialmente, a favor das necessidades da guerra fria.

Estas instituições visavam, e conseguiram, harmonizar as regulamentações aduaneiras, compatibilizar nomenclaturas, evitar proteccionismos desleais e facilitar os pagamentos intereuropeus, para o que se criou um sistema de *clearing* entre os países-membros e uma unidade de conta UEP para contabilizar e regularizar os débitos e os créditos decorrentes das operações comerciais e mais tarde de serviços.

O comércio entre os países europeus pôde assim desenvolver-se mais intensa e rapidamente, e Portugal beneficiou deste primeiro passo de integração na Europa. As exportações portuguesas para os países da OECE subiram mais rapidamente (224,33%) do que o total das exportações (219%) incluindo o comércio com as colónias, e a parte da OECE no total do comércio externo português passou de 48,12% em 1948 para 58,7% em 1960.

Esta integração comercial foi também acompanhada de maior integração tecnológica, com bom acolhimento por parte dos tecnocratas portugueses. O esquema de planeamento adoptado foi uma adaptação do sistema francês; as soluções de desenvolvimento regional usadas no *Mezzogiorno* italiano eram frequentemente citadas; o Imperial College e a Sorbonne receberam alguns contingentes de doutorandos portugueses; o *Nouvel Observateur* ditava as últimas modas intelectualo-políticas.

Nos anos 50 a descolonização acelerou-se, realizada que tinha sido, com razoável sucesso, a independência da Índia e do Paquistão. O Reino Unido descolonizou em África começando com o Gana e com o Quênia, e a França começou a dar cumprimento às promessas de De Gaulle em Brazaville.

As organizações internacionais aumentaram a pressão para que os países colonizados obtivessem a independência. Só dois países colonizadores mantiveram posições intransigentes: a Rússia e Portugal. O primeiro destes países porque era poderoso e porque a contiguidade geográfica das suas colónias tornava menos duvidosa a sua tese de perfeita integra-

Teorias e políticas económicas

ção e igualdade de direitos. O segundo, porque o seu regime político teimava em considerar Portugal como uma nação integrada, pluricontinental e plurirracial, tese mais difícil de considerar credível e sobretudo com menos poder político-militar a defendê-la.

A determinação do regime em proceder à integração foi grande. A Constituição foi modificada, passando as colónias a ser designadas como Províncias Ultramarinas e toda a administração passou a ter novas designações. Todos os cidadãos passaram a ter iguais direitos cívicos, embora na prática limitados. Procurou-se fazer a coordenação das políticas e sobretudo monetárias, para o que se coordenaram as acções dos três bancos emissores (Banco de Portugal, Banco de Angola e Banco Nacional Ultramarino, este emitindo para as sete restantes colónias) sob a tutela do Banco de Portugal, e assegurou-se a convertibilidade ao par das moedas metropolitana e coloniais. Fomentou-se a emigração branca para as colónias africanas de várias formas, incluindo a criação de raiz de colonatos brancos em áreas susceptíveis de aproveitamento agrícola, de que os maiores e mais conhecidos foram os colonatos de Ceta em Angola e do Limpopo em Moçambique. Impulsionou-se a gestação de uma doutrina integracionista, ensinada nas escolas e difundida pela propaganda do regime.

Esta doutrina alcançou razoável aceitação entre a população portuguesa, entre outras coisas porque a contestação não era possível, porque o facto colonial era tão antigo na história nacional que era olhado como natural e porque os preconceitos raciais sempre foram diminutos na sociedade portuguesa.

Aconteceu também que, nos anos 50, a colónia mais ameaçada era a Índia Portuguesa, composta pelos territórios de Goa, Damão e Diu.

Ora Goa constituía o caso de maior sucesso na história portuguesa no referente à fusão de culturas, à equivalência de direitos e ao ombreamento de raças; era um exemplo para a Humanidade. Este facto ajudou a fortalecer a resistência às ameaças políticas e militares da União Indiana. Quando este país abandonou o pacifismo e contra a decisão do Tribunal Internacional de Haia anexou militarmente aqueles pequenos territórios, a sua perda foi dolorosamente sentida pelo povo português, e o regime recebeu apoio popular. Do ponto de vista económico a perda da Índia Portuguesa não constituiu prejuízo, salvo o facto de poucos anos antes se haver intensificado a exploração das minas de ferro e de por esse motivo se ter comprado o Caminho-de-Ferro de Mormugão (porto por onde se escoava o minério) à sua companhia original inglesa.

Curiosamente, é neste período de maior «fervor» ultramarino e integracionista que se participa activamente nas negociações para a consti-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

tuição da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) e que o governo português assina (1959) o Tratado de Estocolmo que a cria. Esta associação foi montada pelo Reino Unido para rivalizar com o Mercado Comum e eventualmente forçar estas negociações comerciais. Segundo aquele Tratado, os sete países-membros (Reino Unido, os três escandinavos, Suíça, Áustria e Portugal) formavam uma zona de trocas livres para os produtos industriais, conservando cada um deles a sua autonomia pautal em relação a terceiros, aspecto este necessário para Portugal por causa da sua relação especial com as Províncias Ultramarinas. Para Portugal foram abertas excepções (Anexo G) pelas quais certos produtos agrícolas com ligeira transformação eram considerados produtos industriais e os calendários de desarmamento aduaneiro eram mais lentos ou mesmo bloqueados para indústrias novas.

Apesar de uma zona de trocas livres ser menos constringente que uma união aduaneira – como era o caso dos seis países do Mercado Comum –, ela supõe no entanto uma certa integração das economias. Esta contradição da realidade e da «vocaçã» ultramarina teve lugar no seio do próprio regime, pois foram homens do topo da pirâmide de comando que promoveram a adesão à EFTA e a jogar o «jogo europeu». Realismo? Prudência? Antecipação? Ingenuidade? Um pouco de tudo, talvez. O facto é que a economia passou a estar, a partir de então, muito mais polarizada pela Europa do que pela potencialmente enorme economia do Ultramar. Tratou-se, portanto, de uma opção muito importante para a economia portuguesa. Se esta assinatura não tivesse sido feita, provavelmente teria sido mais difícil a adesão à CEE.

O comércio externo nos anos 60

No decénio de 1960 a 1970, o comércio português desenvolveu-se muito e o grau de internacionalização da economia acentuou-se. Nestes dez anos as importações subiram de 223% em termos nominais e as exportações cresceram de 226%. A soma dos valores das exportações e das importações representava 39,8% do PIE em 1960 e 52,2% em 1970. O comércio com a EFTA desenvolveu-se mais rápida e intensamente do que a média.

O isolamento político-diplomático que Portugal sofreu nesta época contribuiu para que se aproximasse mais da Europa. Em 1961 eclodiu a guerrilha armada em Angola, Moçambique e Guiné, começando uma guerra que iria durar 13 anos. A partir desta data, a pressão política internacional acentuou-se e a maioria dos países do bloco afro-asiático do ter-

Teorias e políticas económicas

ceiro mundo cortou relações diplomáticas com Portugal, o que reduziu quase a zero as relações económicas mútuas. As exportações para estes países eram no conjunto importantes para algumas indústrias de baixa tecnologia como lousas, caixotaria, mobílias, tecidos, vinhos, pequenas alfaias, etc. A posição portuguesa depressa foi ocupada pelas exportações similares da Espanha e da Grécia. Os restantes países do terceiro mundo, possíveis clientes do mesmo tipo de produtos, situava-se na América Latina. Mas as exportações portuguesas depararam aí com a concorrência e a ampla penetração das indústrias italiana e espanhola, e com a política brasileira de substituição de importações tão completa quanto possível.

O comércio com as colónias nunca constituiu uma parte essencial do comércio externo, embora a sua percentagem tivesse crescido no decurso do decénio, quando grandes contingentes militares ali estiveram e obras de infra-estruturas foram realizadas. As exportações para as colónias representavam $\Delta\Delta\%$ do total das exportações em 1950, passaram para $\Delta\Delta\%$ em 1960 e atingiram $\Delta\Delta\%$ em 1970. As percentagens homólogas das importações foram $\Delta\Delta\%$ e $\Delta\Delta\%$. Portugal fornecia principalmente produtos de consumo (alguns específicos das populações brancas) e alguns bens de investimento.

Desta forma, o comércio externo português tendeu a concentrar-se nos países da OCDE (sucessora da OECE com a junção dos EUA, Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia) e especialmente nos países da EFTA, cujas barreiras aduaneiras iam diminuindo. Em 1960, a percentagem das exportações para a OCDE no total as exportações era de 52,85%, e para a EFTA era de 20,59%, e as percentagens das importações da OCDE e da EFTA eram de 62,19% e de 19,91%. As percentagens homólogas em 1970 eram de 67,21% e de 35,43% para as exportações, e de 73,2% e de 24,23 % para as importações.

Esta concentração do comércio com países industrializados, e em especial numa zona desenvolvida comercialmente integrada, teve efeitos importantes sobre a evolução da economia portuguesa.

Tratando-se de países com elevado poder de compra *per capita*, a exigência de qualidade dos produtos era maior do que para mercados menos desenvolvidos. Isso obrigou os exportadores portugueses a maior controlo de qualidade e à execução pontual das encomendas, como alguns exportadores mais descuidados aprenderam depois de terem suportado pesados prejuízos. O alargamento dos mercados possibilitou também produções de séries mais longas e conseqüentemente algumas economias de escala.

A meados do decénio, alguns importadores dos países-membros (principalmente escandinavos) começaram a instalar as suas próprias linhas

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

de produção em Portugal. Isto sucedeu sobretudo na confecção e na montagem de aparelhos ou componentes eléctricos e electrónicos. Ao abrigo da protecção concedida pelo Anexo G desenvolveu-se neste período a tentativa de proceder à substituição de importações procedendo à montagem de bens duradouros em Portugal, nomeadamente se essa finalização incorporasse bastante mão-de-obra, em associação com os produtores estrangeiros. Foi o caso dos automóveis, dos frigoríficos e dos televisores. Apesar de se tratar de pequenas unidades, este investimento estrangeiro trouxe consigo tecnologia moderna de produção fabril e também de *design*, de organização e de comercialização e, portanto, de estímulos à produtividade.

Para alguns produtos abriram-se mercados novos e os anteriores ampliaram-se. Foi o caso do concentrado de tomate, da pasta de papel e em menor medida dos vinhos.

Nestas áreas a própria organização comercial para a exportação progrediu.

Capítulo 3

Reforma fiscal

O sistema orçamental montado em 1930 por Salazar revelava a sua crescente incapacidade de corresponder às exigências de uma economia moderna em desenvolvimento. O próprio regime reconhecia o seu aniquilamento. As necessidades financeiras impostas pela guerra colonial vieram conferir maior urgência à reforma de que se falava desde 1957. Estas eram as preocupações; os factos corresponderam mediocrementemente a elas.

Na segunda metade do decénio de 1950, as pressões para uma reforma orçamental pareciam provir de três lados: a) as críticas internas que comparavam desfavoravelmente o sistema português com os em vigor na Europa industrializada; b) o decréscimo das receitas aduaneiras que haviam constituído a rubrica principal (cerca de 40%) das receitas do Estado, e que com a entrada na EFTA e consequente liberalização aduaneira escaparam ao controlo do governo; c) a necessidade de financiar as infra-estruturas materiais projectadas nos Planos de Fomento, tanto para a Metrópole como para o Ultramar.

Entre 1958 e 1963 procedeu-se a uma reestruturação do sistema fiscal, a qual se convencionou chamar «reforma fiscal» (cf. Teixeira Ribeiro, *A Reforma Fiscal*), através da publicação de um conjunto de diplomas legais. Uma coisa, porém, foi a sua publicação, outra foi a sua implementação. Apesar do alcance limitado da reforma, a sua implementação não foi plenamente alcançada, como mais tarde veio a reconhecer um dos seus principais autores (cf. Teixeira Ribeiro, *A Contra Reforma*).

Em si própria, a reforma não alterou as concepções básicas e a estrutura do sistema orçamental. Este continuou com o mesmo ordenamento, com igual classificação de receitas e de despesas, e sujeito ao mesmo tipo de controlo *a priori* e *a posteriori*.

Apenas do lado da fiscalidade a reforma realizou uma melhor sistematização e procedeu à simplificação dos impostos. Uma das principais,

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

senão mesmo a principal modificação, consistiu na mudança da técnica de avaliação dos rendimentos dos agentes económicos; deixaram de ser rendimentos putativos ou presumidos (designados na lei como «normais») para passarem a ser os rendimentos reais verificados, através de declaração do agente, controlável, em princípio, pela administração fiscal. A reforma introduziu também uma pequena modulação na carga fiscal, passando os rendimentos do trabalho a ser menos tributados do que os rendimentos de capital. A reforma introduziu ainda a distinção entre a tributação dos prédios rústicos e a tributação do rendimento que deles resultaria pela sua exploração.

Manteve-se, no entanto, uma excessiva multiplicidade de impostos: I. Industrial, I. Agrícola (lucros), I. Predial Urbano, I. Predial Rústico, I. de Capitais (financeiros), I. Profissional (sobre os rendimentos do trabalho), I. sobre Mais-valias, I. Complementar (sobre o conjunto dos rendimentos). Estes oito impostos entrelaçavam-se, provocando cascata de impostos, confusões e custos aos contribuintes, e desmesurado trabalho de tratamento burocrático. Embora a letra da lei incitasse os agentes fiscais a prestarem um pouco mais de atenção ao contribuinte, o facto é que o sistema de cobrança pesada e desfasada (entre 12 e 20 meses entre a perceção do rendimento e o pagamento do imposto) não melhorou. Na prática, para lá das intenções, não houve uma reforma, mas apenas uma melhoria do sistema existente.

Examinando criticamente o esquema da reforma fiscal, tem-se a sensação de que este esquema tal como o anterior, estavam concebidos para produzir receitas para o Estado, de forma eficaz e com a menor injustiça possível nas condições políticas prevalecentes. Não é clara, na reforma, a preocupação de utilizar instrumentos fiscais para coadjuvar uma política de crescimento económico equilibrado. Por exemplo, na vertente dos estímulos fiscais ao investimento pouco se progrediu, apenas se atenuando a prolixidade de impostos impendentes sobre as empresas.

Porque se não foi mais além? A Comissão que tratou da reforma fiscal aponta o realismo, assinala as dificuldades das pequenas e médias empresas em matéria de contabilidade, e sugere a incapacidade de a administração fiscal assimilar uma reforma mais avançada. Muito provavelmente, a principal razão impeditiva de se adoptar um sistema fiscal moderno baseado nos impostos directos progressivos e de cobrança atempada foi a natureza política do regime, de que um dos principais apoios era constituído pela classe dos grandes empresários e grandes proprietários.

Em Outubro de 1964, uma missão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, chefiada por E. Lundberg, apresentou um ex-

Reforma fiscal

tenso relatório (*The Financial System of Portugal*) onde as políticas monetária e orçamental seguidas no país eram examinadas e sugestões eram feitas para o seu aperfeiçoamento.

A filosofia básica do conjunto de recomendações era a de que as instituições financeiras deviam concorrer mais entre si e que o governo devia deixar funcionar mais os mecanismos de mercado. Ou então, sugeria a alternativa de o governo passar a intervir muito mais com uma regulamentação mais minuciosa e extensa e tecnicamente mais apurada. Mais particularmente apontava os seguintes aspectos:

- a) Uma percentagem elevada da poupança provinha dos estratos sociais com elevados rendimentos individuais e provinha dos lucros gerados pelas grandes empresas, algumas delas desfrutando de protecção ou de quase monopólio. Este facto permitia-lhes dispor de grande capacidade para acumular ou para se autofinanciar e beneficiarem assim do privilégio de obterem crédito mais fácil junto do sistema bancário. Em contraste, as pequenas empresas tinham menores possibilidades de gerar lucros porque desfrutavam de menor protecção e não dispunham de tão boa tecnologia. Desta forma, a sua capacidade de autofinanciamento era menor e estavam em desfavor relativo para se financiarem no sistema bancário. A maior parte do crédito concedido às pequenas empresas era de curto prazo e normalmente os bancos exigiam o pagamento dos juros antecipadamente, o que equivalia a fazer subir a taxa de juro efectiva acima da taxa máxima regulamentada.
- b) Paralelamente existia uma grande liquidez por parte da oferta dos detentores de fundos financeiros. Isto devia-se fundamentalmente à elevada preferência pela liquidez por parte dos aforradores, que preferiam ter parte dos seus activos em depósitos à ordem. Ou seja, a percentagem de M_1 em M_2 era bastante elevada; entre 1955 e 1964 era de $\Delta\Delta\%$ em média. É certo que o custo de oportunidade de detenção de liquidez era muito baixo e portanto não havia por este lado incitamento para aplicações mais rentáveis. Mas não é menos certo que escasseavam as oportunidades de investimento ou de aplicações alternativas para os pequenos e médios aforradores, fora do sistema bancário e dos títulos do Estado. A fixação administrativa das taxas de juro tendia pois a potenciar distorções.
- c) A Bolsa de Valores era anémica como já se havia sublinhado atrás. A oferta de acções era pequena, porque pequeno era o número de empresas cotadas no mercado e porque, embora sendo juridi-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

camente sociedades anónimas, essas empresas eram de facto empresas familiares, como também já se acentuou. Para financiarem a sua expansão, as grandes empresas privadas utilizavam o autofinanciamento ou o crédito bancário, e raramente recorriam a aumentos de capital subscritos pelo público, pois temiam a perda de controlo por parte da família ou até a entrada de estranhos no capital da empresa. As pequenas empresas não tinham capacidade para emitir ações porque a maioria não eram sociedades anónimas e porque, mesmo que o fossem, as dificuldades burocráticas e administrativas eram suficientemente dissuasoras. As emissões de obrigações privadas eram igualmente bastante pequenas, porque as grandes empresas não necessitavam e as pequenas não tinham peso e conseqüente aceitação sem o patrocínio de algum banco, o que ficava caro. As emissões de obrigações eram apenas as do Estado e das grandes companhias mistas, onde o Estado participava, tais como hidroelétricas. Mas mesmo estas eram tomadas maioritariamente pelas instituições financeiras. O Banco de Portugal não praticava qualquer política de *open market*. Desta forma a oferta de títulos era diminuta. Impunha-se, portanto, dinamizar a Bolsa como forma de criar um real mercado de capitais, promover uma mais adequada remuneração das poupanças privadas e mais facilmente financiar as pequenas e médias empresas fora do sistema bancário.

- d) Embora a taxa de poupança agregada não fosse pequena (entre 18 e 20%), os montantes de poupança *per capita* eram fracos em Portugal. Para introduzir tecnologia moderna no tecido produtivo português seria necessário aumentar o volume de investimento e para isso o volume de poupança teria de aumentar. Nesse sentido, recomendava-se o aumento da taxa de remuneração das poupanças que era tradicionalmente baixa (2% a 3% em termos nominais, 0% a 1% em termos reais). Com a subida das taxas de juro produziria-se o efeito paralelo de aumentar o custo de detenção de liquidez, o que incitaria a uma procura mais activa de aplicações. Esta medida constituía uma das condições para criar em Portugal um mercado de capitais com suficiente oferta de fundos.
- e) Se as instituições financeiras fossem mais concorrenciais entre si, talvez as taxas de juro subissem ou não. Mas de facto passaria a haver uma maior gama de formas de financiamentos às empresas privadas. Para isso, as regulamentações sobre o mercado de capitais e em particular sobre a mercado de títulos teriam de ser flexibiliza-

Reforma fiscal

das. Para melhor distinção entre capitais de curto prazo e capitais de longo prazo, deveria ser criado um mercado interbancário para utilização de fundos disponíveis para o curto prazo, e simultaneamente serem emitidos bilhetes do tesouro de curto prazo. Poderia assim melhorar a gestão de tesouraria das empresas e mais fundos se tornariam disponíveis. O Banco de Portugal teria de se sentir mais confiante em si próprio para intervir oportunamente no mercado e não se refugiar em regulamentação estática. O pessoal bancário deveria ser treinado em técnicas modernas.

- f) O sistema de impostos era demasiado prolixo e carecia de ser simplificado. O sistema de tratamento de impostos também era muito primitivo e poderia ser sensivelmente melhorado. De um modo particular os impostos directos careciam de ser remodelados, no sentido da introdução de um imposto abrangente e que fosse mais progressivo a partir de escalões médios, não devendo o eventual perigo de fuga ao imposto ser considerado como impeditivo. Aliás o governo poderia dispor de meios legais para evitar esta fuga. Mas admitiu-se que certas inovações, como por exemplo o imposto único, não pudessem avançar imediatamente.
- g) Não foi estimado que as despesas públicas devessem ser reduzidas. Antes deveriam crescer, principalmente com três tipos de despesas: a) aumento de remunerações aos funcionários públicos a fim de atrair pessoas com maior qualificação técnica; b) aumento das despesas com educação e treino profissionais, incluindo a reciclagem; c) maiores despesas com infra-estruturas necessárias ao aumento do investimento privado. O Sector Público Administrativo deveria continuar a gerar grandes saldos no orçamento corrente (ordinário) a fim de financiar crescente investimento. Essa poupança corrente deveria aumentar com o crescimento dos impostos, sobretudo com os impostos directos progressivos tanto sobre os indivíduos como sobre as empresas. Paralelamente, o custoso, ineficiente e complexo sistema de 12 incentivos ao investimento deveria ser revisto no sentido de o simplificar e clarificar.
- h) Se apesar do aumento das receitas o *deficit* total aumentasse devido à expansão das despesas de investimento, este *deficit* deveria continuar a ser financiado pelo recurso ao crédito e não por emissão monetária. Porém, uma nova gama de títulos, com taxas de juro diversificadas, deveria ser posta à disposição do público, de forma a mobilizar directamente as poupanças das famílias e não apenas as dos investidores institucionais, isto é, das instituições financeiras

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

e da Previdência. De facto, e como já se salientou por diversas vezes, as alternativas de aplicação das poupanças privadas eram muito limitadas e as remunerações eram baixas. Por isso, a diversificação dos títulos do Estado não só facilitaria o financiamento do *deficit*, mas também facilitaria a aplicação das poupanças de menor dimensão, além de que colocaria assim nas mãos do banco central mais instrumentos para uma política de *open market* para regular a liquidez da economia. Não era de recomendar a manutenção de mercados privilegiados para o Estado e para os tomadores institucionais.

- i) Para conseguir uma política orçamental mais eficaz, a própria técnica orçamental carecia de ser melhorada. O Orçamento deveria ser enquadrado nas Contas Nacionais e os fluxos de financiamento e de investimento deveriam ser inseridos numa pequena matriz de fluxos financeiros com outros agentes, incluindo o estrangeiro. De outro modo, não eram perceptíveis os efeitos das variações orçamentais sobre o conjunto da economia. As numerosas operações de tesouraria deveriam ser explicitadas. De maneira velada, a Missão recomendou que se abandonasse a ficção do orçamento equilibrado e se admitisse claramente a existência de *deficits* orçamentais.
- j) A escassez de mão-de-obra qualificada constituía um dos factores limitativos do crescimento. Em consequência, as despesas com formação profissional deveriam aumentar. Uma das acções de formação deveria ser a de técnicos de contabilidade para o Ministério das Finanças que pudessem realizar auditorias capazes às empresas, sobretudo àquelas que gozavam de benefícios fiscais, a fim de se evitarem desvios de finalidades.

Este conjunto de recomendações visava sobretudo aumentar o fluxo de poupanças e tornar mais eficiente a sua aplicação. As recomendações estavam desenhadas para a estrutura e para a conjuntura da economia portuguesa, quando a poupança do Estado se tornou negativa e quando havia consistente risco de fuga de capitais. Muitas das recomendações eram de simples bom senso e estavam formuladas de forma politicamente cuidada, atendendo ao regime político imperante.

Porque tiveram estas recomendações tão pouco sucesso operacional? A causa principal ou pelo menos mais básica reside na existência de bloqueamentos políticos e mentais das personalidades que então geriam o regime. No governo e na alta administração ninguém ousava sugerir,

Reforma fiscal

mesmo que o pensasse, que se reformasse o «genial» esquema orçamental montado por Salazar nos anos 30, o qual era sempre referido em todos os relatórios, incluindo os do Banco Central, como resistindo a todos os choques. Na parte da política monetária, o Banco de Portugal estava muito dependente do Ministério das Finanças, ferido em si próprio de inércia. Não é de afastar a hipótese de que a ignorância da análise económica moderna constituísse uma razão para as políticas que nela assentavam não serem implementadas. O banco central não utilizou plenamente os instrumentos de política de que de facto e apesar de tudo dispunha. Os bancos privados movimentavam-se com mais ligeireza e até escapavam com certa facilidade às minuciosas regulamentações do banco central. Mas não se podia esperar que perseguissem o interesse colectivo.

As recomendações formuladas pela Missão vieram a ser parcialmente implementadas em 1974-1975, ou seja, vinte anos mais tarde e fora de contexto.



Capítulo 4

A emigração nos anos 60

A emigração tem sido uma constante na história de Portugal desde os Descobrimentos. A literatura nacional regista-o em vários personagens populares. Em todo o século XIX e na primeira metade deste século as remessas dos emigrantes sempre contaram para compensar os constantes desequilíbrios da balança comercial. Mas foi no decénio de 1960 a 1970 que a emigração atingiu enormes proporções como nunca tinha atingido até então, o que lhe conferiu um relevo singular.

O rápido crescimento económico alcançado pelas economias europeias a partir dos anos 50 permitiu chegar rapidamente a situações de pleno emprego, tanto mais que a guerra havia introduzido desfalques importantes na população activa disponível. As carências de mão-de-obra foram preenchidas, numa primeira fase, pela emigração do Sul da Itália, da Alemanha de Leste e do Norte de África. Numa segunda fase abriu-se o mercado de trabalho aos emigrantes espanhóis, portugueses, jugoslavos e turcos. Os emigrantes portugueses começaram por ir principalmente para França, onde a integração linguística e cultural era mais fácil. Fora da Europa, a corrente migratória para o Brasil havia cessado, mas aumentou a corrente para os EUA, Canadá, Venezuela e sobretudo para a África do Sul.

Neste decénio, o êxodo de população engrossou constantemente. A média anual de emigrantes nos anos de 50 a 60 foi de 63,133 mil. Em 1960 o contingente de emigrantes atingiu 32,73 mil, e em 1970 o volume migratório foi de 178 mil, ou seja, o dobro do saldo fisiológico desse ano. Nestes dez anos, a emigração retirou do país cerca de 860 mil pessoas (859 763), isto é, cerca de 10% da população existente em 1960. Em 1970 a população portuguesa havia diminuído de 1,7% (1,674) apesar da forte taxa de natalidade.

Depois de 1970 a corrente migratória diminuiu, mas, em 1973, o número total de emigrantes ainda atingiu os 120 mil, sendo já a maioria

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

constituída por familiares que se juntavam aos seus. A crise do petróleo pôs um fim drástico à emigração porque todos os países de acolhimento tiveram receio do desemprego para os seus cidadãos.

Esta aceleração brutal da emigração era explicada primordialmente pelas necessidades de mão-de-obra das economias europeias em expansão. Para o bom acolhimento havido em relação aos trabalhadores portugueses e para a boa reputação que conseguiram granjear, também devem ter tido contribuído a sua boa adaptabilidade e a sua razoável produtividade.

Mas alguns factores internos também contribuíram para compreender esta prontidão a emigrar.

Em primeiro lugar, poucos milhares de jovens emigraram para fugir ao serviço militar obrigatório nas colónias. Mas não terão passado de 15 mil ao longo dos 13 anos de guerra, de acordo com as estatísticas militares dos que se apresentaram ulteriormente para regularizar a sua situação.

Em segundo lugar muitas centenas de milhares emigraram porque os seus familiares os reclamavam para se lhes juntarem nos países de acolhimento. Eram principalmente filhos e parentes idosos, além das esposas ou das noivas.

Mas, evidentemente, o importante é compreender o que impeliu os trabalhadores adultos a emigrarem. Comparando alguns números, as razões percebem-se. De 1960 a 1970, o emprego industrial aumentou de 197,1 mil postos de trabalho, ou seja, cresceu a uma taxa média de 1,93% par ano. Excluindo a Administração Pública e o contingente militar, no sector de serviços foram criados 216,2 milhares de postos de trabalho. Se a população activa na agricultura tivesse a produtividade média da população homóloga espanhola, o mesmo produto agrícola bruto poderia ser obtido com apenas % dos trabalhadores, em 1960-1961. A conjugação destes números mostra bem que os sectores secundário e terciário eram incapazes de absorver a população activa minimamente excedentária na agricultura. A economia portuguesa, apesar de apresentar boas taxas de crescimento global, não era suficientemente dinâmica para aguentar por si só as grandes transformações de que carecia a sua estrutura produtiva. Do mesmo modo, o crescimento das colónias não comportava a absorção de população branca com que alguns dirigentes do regime sonhavam; os investimentos requeridos estavam para além da capacidade da economia portuguesa já muito debilitada pelas despesas militares.

Continuar nas zonas rurais revelava-se por vezes socialmente intolerável. Nas sociedades rurais de então o ser proprietário constituía ele-

A emigração nos anos 60

mento de valorização social muito importante. Expressões da linguagem corrente mostram até que ponto a propriedade era importante: «ter algo de seu», «ter bens ao luar», «ter dois palmos onde cair morto», etc. Portugal devia ser um dos poucos países onde ser proprietário constituía uma profissão legalmente reconhecida. Quando os industriais tradicionais do Norte faziam fortuna, uma das suas primeiras preocupações consistia em comprarem terras e tornarem-se proprietários. Nas sociedades rurais o *status* social estava muito ligado à posse de terra, e a literatura portuguesa dá disso imagem. As únicas figuras sociais que rompiam esta dicotomia eram o médico, o farmacêutico, o notário, o pároco e em locais pequenos o barbeiro. Eram de algum modo aqueles que tinham aprendido fora um ofício aceite e estimado. Tornava-se portanto difícil mudar de *status* no interior daquelas sociedades. Esperar pela herança equivalia a ver um minifúndio ainda mais partilhado. Pedir um empréstimo a um banco para comprar terras era impensável, porque o rendimento da terra jamais daria para recuperar o investimento, mesmo para um jovem ambicioso e dotado; o valor social da terra era muito superior ao seu valor económico; a terra era um bem de ostentação tanto quanto era um factor de produção.

Portanto, para subir na escala social era necessário fugir àquele enclausuramento social, sair da aldeia, ir tentar fortuna longe.

Este sentimento era reforçado pelo efeito demonstração provocado pelos primeiros emigrantes quando vinham de férias. A França era perto, podia fazer-se a viagem de automóvel, e este era raro nas aldeias. Por vezes traziam televisões, outros objectos e bugigangas que despertavam inveja. Traziam também outros costumes, outra roupa e até outra linguagem. Em geral afirmavam-se bem-sucedidos e exibiam dinheiro, quase sempre duramente poupado. O sonho da emigração propagou-se e gerou-se um poderoso movimento de também ir tentar a sorte.

O regime pôs barreiras à saída dos emigrantes. Temiam-se três coisas: fuga de jovens ao serviço militar, fuga de mão-de-obra e conseqüente crescimento do salário e má reputação de Portugal no exterior devido ao baixo nível de educação dos emigrantes. Mas essas barreiras nunca foram muito eficazes, pois cerca de dois terços dos emigrantes saíram clandestinamente do país através de uma fronteira de facto altamente permeável. Era mais difícil atravessar a Espanha e os Pirenéus.

Entretanto continuou a emigração de açorianos para o Canadá e para os Estados Unidos, e de madeirenses para a Venezuela e a África do Sul. Muitos colonos se instalaram em Angola e em Moçambique, cujas populações brancas duplicaram no decénio.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

As consequências desta fúria migratória foram importantes para além das meramente demográficas já expostas sucintamente.

Nas comunidades rurais mais particularmente afectadas pela emigração o *sex ratio* alterou-se passando a haver muito mais mulheres do que homens. Esta alteração projectou muitas mulheres para o trabalho fora de casa, a fim de conseguirem um «futuro»; de algum modo liberando-as e conferindo-lhes mais responsabilidade. Mudou também a composição etária, despovoando as aldeias de adultos, quando as mulheres começaram, também a emigrar, e deixando-as habitadas por gente mais idosa mantida pelas remessas dos familiares ausentes. Os quadros de valores começaram gradualmente a mudar-se com aceitação de outros comportamentos. O comércio floresceu no Verão das aldeias, mas alguma coisa ficava para o Inverno; alguns produtos foram assim introduzidos nos hábitos de consumo das aldeias mais isoladas, como por exemplo o café em chávena e as bebidas não alcoólicas.

Apesar do escasso ou nulo associativismo sindical dos trabalhadores rurais, diminuindo a oferta de mão-de-obra, os salários tenderam a subir em termos reais, sobretudo se era necessário contratar trabalhadores jovens mais robustos. Como as técnicas de produção se mantiveram estagnadas, as terras de mais baixa produtividade tiveram de ser abandonadas ou convertidas em arboricultura. Mesmo na arboricultura aquelas produções que requerem bastante mão-de-obra na apanha, como a azeitona, também deixaram de ser rentáveis.

A construção rural sofreu igualmente um grande impacto, pois o desejo de muitos emigrantes era comprar um terreno e ali mandar construir uma casa com quintal para gozarem a sua reforma. Em meados dos anos 60 começaram a aparecer na paisagem rural casas modernas, esteticamente descabidas, que foram designadas por casas «estilo *maison*», pois não poucas vezes eram imitação de casas da região onde os emigrantes trabalhavam. Por outro lado, a maioria dos que desejavam voltar queriam fazê-lo como proprietários para o mesmo palco social.

Quer isto dizer que uma das consequências da emigração foi a de manter elevada a procura de terra, e, apesar do não aproveitamento de muitas áreas, os preços não diminuíram. Paralelamente, como a procura de terras era baseada financeiramente em pequenas poupanças, a procura dirigia-se a pequenas parcelas, pelo que a propriedade se manteve fragmentada, se é que não se fragmentou ainda mais (caso da Turquia). A estrutura fundiária das explorações agrícolas não se alterou com a saída de cerca de meio milhão de ativos (30,7% da força de trabalho rural), nem o valor social da terra baixou. Os aumentos de produtividade resultantes de al-

A emigração nos anos 60

guma mecanização e da introdução de algumas culturas não fizeram mais do que compensar os efeitos do abandono de terras, pelo que o produto agrícola estagnou nestes dez anos, os preços dos produtos agrícolas subiram e as importações de bens alimentares cresceram rapidamente.

Talvez não a mais importante, mas certamente a mais espectacular das consequências da emigração foi o influxo de remessas mandadas para Portugal pelos emigrantes portugueses de todo o mundo, que no fim do decénio se calculava serem cerca de dois milhões, metade dos quais na Europa, principalmente em França (700 mil). De 1960 a 1970, a soma das remessas mandadas totalizou 1841,1 milhões de dólares, e cresceram à taxa média de 20,4% por ano.

Após um ano ou dois da sua chegada, os emigrantes na Europa começaram a mandar as suas poupanças para Portugal à guarda de seus familiares, e como o volume de emigração se acelerou e ia aumentando a remuneração dos já emigrados, o fluxo de remessas acelerou-se. Em 1960 esse fluxo representava 2,3% do PIB e assegurava a cobertura de 46,7% do *deficit* da balança comercial; em 1970 essas percentagens eram: 7,2% e 110,7%. Depois de 1970 as remessas continuaram a crescer, só sofrendo diminuição com a crise do petróleo e sobretudo com a instabilidade sequestrada à revolução de 1974.

Quem aproveitou mais directamente deste influxo foi o sistema bancário. As agências e os agentes bancários bem depressa cobriram o país para recolha das poupanças dos emigrantes. Já na segunda metade do decénio, bancos portugueses instalaram-se no estrangeiro, sobretudo em França, com a mesma finalidade. Muitas dessas poupanças permaneceram em depósitos à ordem, mas progressivamente transformaram-se em depósitos a prazo ou em contas de poupança, cujas remunerações reais eram praticamente nulas. O sistema bancário encaminhou estes crescentes fundos para a praça de Lisboa, onde se situava a procura de fundos, mais solvente e mais remuneradora. Tratava-se de um excelente negócio, e permitiu o rápido desenvolvimento dos serviços bancários.

Sendo neutra a política monetária do governo, as disponibilidades de crédito do sistema bancário cresceram substancialmente. Durante estes 10 anos, o montante de moeda (M_2) cresceu à taxa média de 12,4%, bastante mais do que a taxa de crescimento do produto nominal (9,4%). O montante de depósitos representava 49,7% do PIB em 1960 e alcançava 72,6% em 1970.

Pode concluir-se que sem estas remessas de emigrantes não teria sido possível conciliar o enorme esforço militar com uma razoável taxa de crescimento industrial, mantendo excedentária a balança de transacções

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

correntes. O influxo de remessas não só contribuiu para financiar o investimento com capacidade de importação, mas também contribuiu para o crescimento da procura de bens e serviços de consumo nas zonas interiores.

As consequências da emigração foram, portanto, muito profundas, e tal como acontece aos fenómenos sociais profundos, as suas sequelas são cumulativas e prolongam-se no tempo.

Capítulo 5

A guerra colonial

A guerra colonial começada em 1961 veio exigir um esforço financeiro muito considerável para o pequeno país que é Portugal. Já em 1957 as despesas militares tinham começado a aumentar, pois houve que reequipar o exército e reforçar a guarnição militar de Goa.

Entre 1957 e 1961 as despesas militares extraordinárias aumentaram de 407% enquanto as despesas de investimento aumentaram apenas 37% no mesmo período. Havia já portanto um esforço e uma consequente despesa anteriores, que oneravam a economia do país.

Mas os atentados terroristas de Fevereiro de 1961 em Luanda, capital de Angola, e as represálias que se seguiram, chocaram a opinião pública portuguesa ainda traumatizada pela ocupação militar de Goa e pelas terríveis cenas ocorridas uns meses antes no antigo Congo Belga, vizinho de Angola.

Apesar de haver muitos cidadãos que duvidavam da capacidade ou até da oportunidade de o país se embrenhar numa luta que se afigurava desgastante, a maioria dos portugueses compreendeu ou pelo menos aceitou inicialmente a determinação do regime de resistir e portanto de enviar fortes contingentes militares para Angola e em seguida para Moçambique e Guiné, que foram as duas outras colónias onde, nesse mesmo ano, se declararam acções de guerrilha.

A determinação do regime não evitou que certos comportamentos de pânico se gerassem em 1961. Houve fuga à moeda escritural, fugas de capitais para o exterior e estagnação do investimento. Os depósitos à ordem diminuíram de 6,5%, e a moeda escritural aumentou de 16,1% entre Dezembro de 1960 e Dezembro de 1961; as fugas de capitais devem, como habitualmente, ter-se produzido através da sobre e da subfacturação, o que contribuiu para alargar o *deficit* da balança de bens e serviços.

Mas os efeitos económicos mais importantes foram os que resultaram do grande aumento das despesas militares extraordinárias que, em 1961,

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

subiram de 185% em relação ao ano anterior, e de 407% em relação a 1957, passando de 0,96% do PIB para 3,8%, neste intervalo de quatro anos. Mas a guerra provocou o aumento de outras despesas não contabilizadas em despesas extraordinárias e portanto mais difíceis de detectar estatisticamente, assim como também é difícil apreender o custo social da guerra representado pela imobilização de um contingente importante de mão-de-obra.

Em 1961, o orçamento do Estado não estava preparado para suportar estas despesas e foi julgado necessário recorrer ao lançamento de impostos indirectos extraordinários sobre tabacos, bebidas, gasolina e bens de luxo, ao mesmo tempo que se aumentava o *deficit* orçamental financiado pelo crédito interno e externo. O regime preferiu porém aumentar o *deficit* em vez de subir os impostos directos cujo impacto psicológico foi considerado que seria maior. O valor do crédito absorvido pelo governo aumentou de 1250% nesse ano, mas não representou mais do que 1,6% do PIB.

O recurso ao crédito externo não foi ditado por necessidades das reservas ou do *deficit* da balança de pagamentos, mas sobretudo ditado pela necessidade de preencher os requisitos de cobertura da emissão monetária, de tal forma que a massa monetária não se contraísse numa altura em que os agentes económicos manifestavam alguma inquietação e retracção no investimento. O alargamento do *deficit* da balança comercial foi apresentado como sendo o resultado da adesão à EFTA, o que não deixava de ser parcialmente verdade. O alargamento dos montantes de redesconto dos bancos comerciais junto do Banco de Portugal permitiu compensar a redução da capacidade de oferta de crédito resultante da contratação dos depósitos nos bancos comerciais. As taxas de juro oficiais permaneceram baixas apesar da menor oferta de fundos por parte das famílias e do acréscimo do entesouramento. No entanto, os bancos comerciais trataram de fazer aumentar a taxa efectivamente recebida através da prática de pagamento antecipado de juros e da imposição de várias alcavalas. Pode suspeitar-se de que esta subida da taxa de juro efectivamente praticada também estivesse a funcionar como dissuasora do investimento.

A guerra colonial impôs, assim, algum desvio à ortodoxia financeira até então seguida, embora formalmente e na aparência nada se tivesse alterado. O relatório anual do Banco de Portugal não faz mais do que referências indirectas à guerra, e isso mais a respeito das alterações fiscais de que referindo-se à política monetária ou orçamental; aquele importante acontecimento foi quase silenciado; segundo a máxima de Salazar, os portugueses deviam viver a sua vida normal.

A guerra colonial

A queda do investimento global em 1961 deveu-se principalmente às expectativas pessimistas dos empresários privados e à diminuição do investimento público devido à absorção de recursos pela guerra.

A partir de 1963 o investimento retomou, até porque o contínuo crescimento das despesas públicas ajudou à expansão do mercado interno, gerando assim efeitos indutores sobre a produção de bens e serviços. É certo que se não conhece exactamente qual a parte das despesas públicas que era despendida em Portugal e não nas colónias ou no estrangeiro, mas crê-se que era crescente, na medida em que alguns produtos militares e serviços civis passaram a ser produzidos em Portugal, tais como munições, alguns tipos de veículos militares, vestuário e equipamento pessoal e transportes.

Passado o primeiro choque, o clima psicológico tendeu a estabilizar-se, tanto mais que a censura não deixava veicular notícias alarmantes. A guerra colonial parecia contida nas três frentes. Os guerrilheiros não haviam conquistado reconhecimento internacional, uma vez que não dominavam qualquer parcela significativa de território. O governo estava determinado e firme e demonstrava-o pelo contínuo aumento do contingente militar. As «finanças públicas» aparentavam manter-se equilibradas. E o investimento estrangeiro parecia interessar-se por Angola (petróleo, minério de ferro e diamantes) e por Moçambique (minério de carvão e oleaginosas).

A atracção de capitais estrangeiros era essencial para interessar e comprometer os países de onde esses capitais provinham, no futuro das colónias, ao mesmo tempo que proporcionando o seu desenvolvimento possibilitaria mais forte emigração branca.

Mas a continuação da guerra introduziu progressivamente elementos de intranquilidade que se avolumaram até 1974, apesar da aparente serenidade com que o regime político procurava imprimir às «coisas» da vida nacional e pela manutenção do *status quo*. Essa intranquilidade revelava-se pela fuga de capitais e pela fuga de pessoas. Mesmo depois de 1961 persistiu, embora de forma mais moderada, a transferência ilegal de capitais para o exterior, para constituição de patrimónios de precaução. Também jovens de famílias ricas ou com ideologia contrária à guerra colonial saíram para o estrangeiro a fim de fugirem aos serviço militar. De acordo com a lista daqueles que depois de 1974 se apresentaram para regularizar a sua situação militar, o seu número não deve ter ultrapassado os 15 mil. De qualquer forma, apesar da resignação, apesar da censura e apesar da contenção militar da guerra, a população portuguesa foi-se tornando cada vez mais hostil à guerra, pois a maioria das famílias acabou

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

por ter filhos mobilizados para o serviço nas colónias, ao mesmo tempo que se sabia que os próximos do regime conseguiam situações de favor para os seus filhos, isentando-os ou colocando-os em lugares confortáveis. O descontentamento era surdo, mas crescente, principalmente por parte dos militares profissionais que se viam permanentemente envolvidos numa guerra que eles não sabiam ou não podiam vencer. Desta forma, a oposição política ao regime viu surgir crescentes oportunidades de argumentar contra a continuação de uma guerra aparentemente sem fim. Esta oposição e o descontentamento tornaram-se mais vivos depois da morte de Salazar em 1968.

Para além do mal-estar, as contestações foram grandes. Portugal dependeu em despesas militares e em investimentos ou créditos ao Ultramar, no período de 1961 até 1974, cerca de $\Delta\Delta\%$ do PIB e imobilizou cerca de $\Delta\Delta\%$ da mão-de-obra activa nessa guerra. Utilizando uma função de produção de Cobb-Douglas ajustada para a indústria transformadora portuguesa (cf. A. Sousa [N]) a perda em termos de *output* potencial foi de milhões de contos aos preços de 1974 e representou $\Delta\Delta\%$ do total do produto gerado nesse período. Se este valor fosse considerado como supressão de investimento, então o custo final teria sido muito maior.

Por paradoxal que pareça, os principais beneficiários económicos da guerra colonial foram os territórios onde ela teve lugar. Em qualquer deles, mas especialmente em Angola, a rede de estradas desenvolveu-se significativamente para facilitar o transporte de tropas e a quadrícula militar do território; foram construídos novos aeroportos, remodelados os portos, desenvolvida a rede de comunicações e a de produção de energia. A necessidade de reparar material militar levou também à montagem de oficinas metalo-mecânicas. A mobilização de médicos facilitou o alargamento do sistema de hospitais tanto militares como civis. O PIB *per capita* de Angola aumentou de $\Delta\Delta\%$ em média anual no período de 1961 até 1974. O de Moçambique cresceu de $\Delta\Delta\%$ e o da Guiné de $\Delta\Delta\%$ também no mesmo período e segundo os dados da Missão de Estudos da Contabilidade Nacional do Ultramar.

Resumindo, a guerra colonial constituiu uma dura prova para o povo português e, no que nos interessa, um peso negativo para a economia portuguesa.

Capítulo 6

Políticas monetária e orçamental (1968-1974)

As condições gerais

O período em que o governo esteve chefiado por Marcelo Caetano foi razoavelmente curto comparado com a longevidade do governo de Salazar (1928-1968), e teve pouco tempo para imprimir modificações a uma sociedade habituada a não mudar ou a mudar devagar.

No plano económico ainda é questionável saber se o governo mudou alguma coisa ou mesmo se desejava mudar algo de forma substancial. Talvez antes pretendesse adaptar e realizar alguma abertura ao modelo de economia liberal que era o predominante entre os parceiros económicos de Portugal. Marcelo Caetano, pessoalmente, não deve ter modificado muito o seu pendor intervencionista e a sua pouca crença na economia de concorrência (*Lições de Direito Corporativo*, 1935). A quase universal intervenção e regulamentação do governo pouco diminuiu, excepto no que se refere ao «condicionamento industrial».

No que diz respeito às políticas monetária e orçamental as linhas de acção permaneceram fundamentalmente as mesmas:

- a) A emissão de moeda fiduciária estava condicionada pela obrigatoriedade da sua cobertura em ouro ou em divisas estrangeiras, de tal forma que as variações da chamada Balança de Pagamentos determinavam, pelo menos em médio prazo, as variações daquele tipo de moeda.
- b) O volume de moeda estrutural era regulado basicamente pela taxa de reservas obrigatórias (que não mudava frequentemente) e pelo volume de redesconto conseguido pelo banco central. Em nome da «estabilidade» a taxa de redesconto não sofria grandes alterações.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

- c) O banco central continuava a não ter os utensílios para proceder a operações de *open market* promovendo impacto sobre o volume de moeda. Além disso, a oportunidade da sua intervenção estava sempre limitada pela ausência ou pelo menos pelo forte atraso da informação utilizada. A sua [N] intervenção [N] dependia mais da sua [N] para [N] junto dos bancos comerciais.
- d) As taxas de juro continuavam a ser pontilhosamente fixadas pelas autoridades monetárias, embora várias artimanhas pudessem fazer diferir as taxas praticadas das taxas legais. Este esquema era um pouco primitivo e não muito operacional, como já o fazia notar o Relatório Lundberg de 1964.

A principal finalidade da política monetária continuava a ser a de manter baixo o preço do dinheiro para facilitar o investimento e combater a inflação, segundo a doutrina adoptada desde 1931. Na impossibilidade (impotência?) de regular o preço do dinheiro através do jogo da oferta e da procura, o meio mais simples foi sempre o de usar o poder administrativo para fixar esse preço como se disse atrás, e práticas habilidosas permitiam que as taxas variassem com os clientes e conforme a maior ou menor procura de crédito; essas habilidades consistiam sobretudo no pagamento antecipado dos juros, na cobrança de comissões e na obrigatoriedade de redepósito de parte do dinheiro emprestado. Mas estes desvios pareciam não preocupar muito as autoridades.

Tão-pouco pareciam preocupantes para as autoridades monetárias as possibilidades de fugas de capitais. Em primeiro lugar confiavam no rigoroso controlo administrativo que supunham existir, e no conseqüente custo de transferências que assim se impunha principalmente às pequenas poupanças. Em segundo lugar, as taxas de juro reais na Europa não eram, em média, muito mais elevadas do que as supostas em Portugal, onde, devido à ilusão monetária de bom número de aforradores, a taxa nominal era identificada com a taxa real. Em terceiro lugar, as poupanças dos emigrantes eram psicologicamente mais tentadas a fixar-se em Portugal (última forma, terras e casas) do que a terem um diferencial de remuneração no estrangeiro. Certo que algumas fortunas se constituíram na Suíça e em outros silenciosos paraísos fiscais. Mas a maior parte das pequenas e médias poupanças – incluindo a dos emigrantes – permaneciam no país, pelo que a oferta de fundos continuava elevada.

[N] utilização do circuito o esquema também continuou a pesar. Havia diferenças nas taxas de juro a favor dos grandes utilizadores, porque a esses eram praticadas as taxas legais, enquanto aos pequenos – como se-

Políticas monetária e orçamental (1968-1974)

gurança – eram aplicadas as taxas [N]. Às PME [N] principalmente crédito de curto prazo sob a forma de descontos de letras e outros efeitos comerciais, pelos quais pagavam juros antecipados. Duas razões principais explicavam esta diferença de tratamento:

- a) Os bancos comerciais não possuíam um corpo de analistas de projectos, seja do ângulo micro económico ou empresarial, seja do ponto de vista macro-económico ou do interesse do país, excepção feita ao Banco de Fomento Nacional. Consideravam-se sobretudo as garantias reais oferecidas pelo solicitador de crédito e levava-se em conta a sua reputação financeira. O peso das garantias das PME era, em geral, menor, e conseqüentemente os empréstimos a estas empresas não eram favorecidos.
- b) Em meados dos anos 60 já estavam formados os grandes grupos industrial-financeiros. Esta confluência de empresas financeiras com empresas industriais e comerciais facilitava, naturalmente, o fluxo de fundos daquelas para estas. Em reduzida medida, a CGD supria ao financiamento das PME devido sobretudo a uma vasta rede de agências no interior do país.

O sistema bancário dispunha assim de grandes vantagens e de factores de rentabilidade bastante apreciáveis, principalmente depois que o incremento das remessas de emigrantes fez afluir ao mercado financeiro crescentes somas de poupanças. Não foram os seus elevados custos de funcionamento (excesso de pessoal e de burocracia) e de sumptuosidade (instalações luxuosas) e os seus lucros ainda seriam maiores.

Simplesmente, este sistema bancário não era, como já se disse, o mais eficiente do ponto de vista da economia portuguesa. Muitos projectos potencialmente inovadores não foram financiados, e, pior, nem sequer estimulado o seu nascimento. A propriedade das empresas tendia a concentrar-se. E o surgimento físico de novas empresas tendia a concentrar-se espacialmente tanto quanto o sistema bancário o estava, isto é, em torno de Lisboa e do Porto.

O sistema bancário cresceu mais do que o PIB.

Com o governo de Marcelo Caetano o sistema não se modernizou grandemente nem a política monetária se desviou das suas grandes orientações.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

A inflação

Na segunda metade dos anos 60 a inflação era já evidente: a taxa de crescimento do IPC (Lisboa) havia ultrapassado os 4%. Nos três primeiros anos do decénio seguinte, a aceleração foi sensível. As causas desta aceleração eram as clássicas. Por um lado, o crescimento excessivo de liquidez, traduzido pelo crescimento de M_2 , que acompanhou o crescimento do rendimento nominal; por outro, o crescimento insuficiente da produção, particularmente o anquilosamento da produção agrícola, juntamente com a concentração demográfica urbana. A composição do índice – tal como era calculado nessa época – mostra que as rubricas que mais subiram foram a dos bens alimentares e a da habitação.

A produção agrícola continuou, durante este período, quase estagnada, tal como o vinha sendo desde 1950. Dadas as modificações na estrutura da procura de bens alimentares, a produção de cereais e de carne deixou, em escala crescente, de satisfazer as necessidades do consumo interno. E apesar do aumento rápido das importações destes produtos, os preços subiram rapidamente, sobretudo nas zonas urbanas.

Por seu turno, embora a construção de habitações tenha registado um grande aumento, a oferta de alojamentos foi insuficiente, também nas zonas urbanas, para satisfazer a procura impetuosa. E, além disso, a construção foi sendo realizada a custos crescentes, pois o preço da terra edificável subiu muito rapidamente. A subida dos custos não foi obstada nem por crescimento compensador da produtividade física nem por formas inovadoras de aquisição e gestão da terra edificável, nem ainda por aumento da oferta de alojamentos de carácter social.

Política monetária

A expansão do *deficit* comercial constituiu consequência directa do aumento da procura, e foi sistematicamente compensada pelo crescimento das receitas de turismo e das remessas de emigrantes, de tal forma que a Balança de Transações Correntes (BTC) apresentou sempre saldo positivo até 1970. Mais ainda, apesar do auxílio militar e civil outorgado às então chamadas Províncias Ultramarinas, a Balança de Operações de Capital (BOC) também apresentava saldo positivo graças ao aumento do endividamento externo e às remessas de capitais exteriores como investimento. Desta maneira, as reservas do banco central aumentaram regularmente e, conseqüentemente, aumentaram os factores de emissão monetária.

Políticas monetária e orçamental (1968-1974)

Neste período o aumento da oferta de moeda proporcionado pelo saldo externo não foi aparentemente compensado por qualquer acção do banco central. Havia, porém, uma permanente tentativa de persuadir os bancos comerciais a que seleccionassem o crédito, ou seja, mais concretamente, que moderassem o crédito ao consumo e às exportações.

Algumas vezes se alterou a taxa de reservas obrigatórias, mas não poucas vezes alguns agravamentos eram compensados com o alargamento dos componentes que podiam integrar essas reservas – incluindo selos de correio. Da leitura atenta dos relatórios do Banco de Portugal não parece poderem inferir-se tentativas sérias de modificar o multiplicador do crédito. Por seu lado, o nível de redesconto também aumentou, de forma a não haver insuficiências pontuais no crédito dos bancos comerciais. Aliás os bancos comerciais tinham com frequência suficiente liquidez; o redesconto só se fazia porque na prática não funcionava um mercado interbancário.

De facto, o multiplicador monetário continuou a crescer, mas mais por influência das modificações da estrutura da procura de moeda correspondendo a uma maior preferência por moeda escritural, e não devido a abaixamento da taxa de reserva. A convergência da expansão da base monetária com o crescimento do multiplicador monetário fez com que a oferta de moeda aumentasse substancial e sustentadamente, apesar da disciplina da «cobertura ouro».

Uma vez, contudo, as autoridades monetárias empregaram deliberadamente os instrumentos de intervenção de que dispunham. Foi na sequência da crise do petróleo de Novembro de 1973. A subida do preço do combustível e de outras matérias-primas, a retracção dos mercados americano e europeus clientes das mercadorias portuguesas, e a redução do turismo e das remessas de emigrantes fizeram inverter o sinal da BTC desde o terceiro trimestre de 1973. A tentativa de rebelião militar em Fevereiro de 1974 provocou um acréscimo da fuga de capitais, o que deteriorou a BTC e a BOC. A BONM apresentou saldo negativo nestes dois trimestres. Houve portanto contracção nos factores activos da base monetária, ou seja, na edição monetária. Nessa altura, o Banco de Portugal aumentou o redesconto de forma a os bancos comerciais poderem expandir compensadoramente o crédito concedido, principalmente às empresas exportadoras em dificuldades. Dado que os acontecimentos políticos se precipitaram em Abril de 1974, não é possível avaliar estatisticamente qual o resultado que tal política teria tido nessa fase depressiva externa.

Observando agora, com os elementos disponíveis e para além das declarações dos responsáveis políticos, parece poder concluir-se que:

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

- a) A política monetária era extremamente sóbria, senão mesmo passiva. A massa monetária era largamente determinada por factores ligados às contas externas reflectidos na base monetária e, portanto, não inteiramente discricionária nas mãos das autoridades monetárias.
- b) Os principais objectivos da política monetária aparentavam ser o de manter baixa a taxa de juro e suficiente a oferta de fundos para financiar a actividade económica e o *deficit* orçamental.
- c) A política monetária não foi usada, de forma clara, para regular os equilíbrios internos nem para combater a inflação, nem tão-pouco para estimular o investimento, salvo no que se refere à manutenção de baixas taxas de juro.

Política cambial

A política cambial também obedecia a linhas de orientação simples e constantes. Recorde-se que neste período se vivia em regime de câmbios fixos (Acordo de Bretton Woods) e portanto as condições para manipulações de câmbios eram estreitas. Além disso, a própria filosofia do regime de Salazar tendia toda ela para o viver em «normalidade». Assim, mesmo depois de 1971, quando todos os parceiros comerciais de Portugal haviam aderido ao sistema de câmbios flutuantes, este país continuava a praticar câmbios estáveis.

Se variações houve nos câmbios do escudo foram apenas adaptações a variações cambiais de outras moedas, nomeadamente do dólar, do franco francês e da libra. Também aqui não parece ter havido uma política cambial activa.

Pode, porém, pôr-se a seguinte questão: sendo estável, estava o escudo sobre ou subvalorizado?

A falta de elementos estatísticos não permite um estudo preciso. Tomando três índices simples, é possível todavia obter algumas indicações.

Comparando a evolução do IPC (Lisboa) com o câmbio médio das quatro principais divisas verifica-se que aquele sobe mais depressa. O preço médio em escudos das importações sobe quase tanto quanto o das exportações. A inflação portuguesa (IPC de Lisboa) é mais rápida do que a média das inflações internas dos países clientes de Portugal.

Pode pois concluir-se que o escudo estava sobrevalorizado, o que aliás correspondia ao pensamento de Salazar de dotar o país de uma moeda «forte» respaldada por boas reservas de ouro. Se assim foi, foram prejudicadas as exportações e diminuídas as possibilidades de substituição de importações.

Políticas monetária e orçamental (1968-1974)

A política cambial não foi usada para estimular o desenvolvimento económico, a não ser na medida em que a sobrevalorização permitia preços mais baixo ao equipamento e aos *inputs* importados. O equilíbrio das contas externas era assegurado pelo turismo e pelas remessas de emigrantes, de forma que não havia pressão deste lado para que a taxa de câmbio fosse modificada.

A acumulação de reservas continuou como no governo anterior. Prosseguiu portanto a esterilização de potencialidades de investimento, embora o governo declarasse permanentemente a sua intenção de estimular o investimento. Uma mentalidade conservadora e uma psicologia de cerco ao regime impediram que as reservas fossem reduzidas a níveis mais coerentes e um pouco mais adequados; as reservas portuguesas garantiam 12 a 13 meses de importações, enquanto as dos outros países cobriam cerca de 3 a 4 meses, com exceção da Suíça.

Política orçamental

No que se refere à política orçamental, as mudanças também não foram grandes. Houve algumas melhorias técnicas na classificação das despesas e na articulação das contas públicas com as contas nacionais usadas no planeamento. Mas as linhas gerais de política e de filosofia orçamental pouco se afastaram das seguidas no longo governo de Salazar.

Predominavam as preocupações com o equilíbrio formal do Orçamento e com as necessidades de financiamento da guerra colonial, tendo sempre em conta a conveniência política de não aumentar muito a carga fiscal.

A carga fiscal global (incluindo Segurança Social) não era grande; entre os países da OCDE era das mais baixas. Simplesmente como a carga fiscal estava inadequadamente repartida, a tributação sobre os rendimentos aparentes sobre o trabalho e sobre os lucros registados contabilisticamente era proporcionalmente elevada. Apesar da reforma de 1958-1963, o sistema fiscal era inadequado e primitivo – é o que ainda está em vigor. A imposição fiscal não era acompanhada de verificação com correspondente sistema de penalizações, como desde o começo foi patente. O governo tinha o receio – talvez fundado – de que se aumentasse a carga fiscal poderia provocar maior fuga ao imposto, incluindo fugas de rendimentos para o estrangeiro, e diminuição do investimento interno. Também por este lado a «agressividade» fiscal se encontrava limitada.

Procurou o governo aumentar moderadamente os impostos indiretos. Mas os efeitos sobre a receita «ordinária» não foram substanciais.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

O crescimento das receitas dependia principalmente do aumento do rendimento tributável e do volume de transações. Se as despesas públicas cresciam mais do que o produto nominal, havia que incorrer em *deficit*.

As regras de política monetária não facilitavam o financiamento do *deficit* por emissão de moeda. A dívida do governo junto do banco central estava contratualmente limitada e era pequena. A expansão da emissão monetária fiduciária estava determinada pelo saldo externo, e a criação de moeda escritural estava ligada à emissão da moeda fiduciária, dada a quase constância da taxa de reserva. A solução teria de ser, como o foi, financiar o *deficit* através da emissão de dívida.

Esta continuava, como no passado, a ser tomada pela Previdência Social (titulada por Promissórias de Fomento que lhe eram especialmente dirigidas) e pelas instituições financeiras, e só parcialmente pelo público. A Dívida Pública foi aumentando paulatinamente, mas os serviços de juros nunca atingiram uma proporção significativa do PIB.

A liberdade de manobra orçamental dentro do esquema vigente era bastante pequena. O esquema de algum modo estava paralisado por quatro factores:

- O imobilismo burocrático que dificultava a reorganização do orçamento e das técnicas fiscais;
- O peso doutrinário da «teoria» do orçamento equilibrado e da cobertura da emissão monetária;
- O peso elevado das despesas militares irredutíveis que obrigava ao desvio de recursos que de outro modo poderiam ser aplicados em infra-estruturas;
- A inconveniência, pelo menos na óptica do regime, em aumentar as receitas fiscais directas tornando-as mais progressivas.

Nos meios académicos e na própria administração, vozes se elevavam propondo modificações e fazendo sugestões concretas. Mas nada foi levado à prática.

Convém precisar que a política económica não era independente de outros factores políticos. A constante vontade de assegurar a «independência» do país face às pressões económicas do exterior levou à acumulação da enorme massa de reservas cambiais. A inexistência de profissionais preparados e de técnicos limitava o uso a formas de intervenção mais sofisticadas. A herança ideológica em contexto de guerra não criava clima para grandes inovações.

Políticas monetária e orçamental (1968-1974)

Recorde-se, por fim, que o período de 1969 a 1973 foi aquele em que Portugal, juntamente com outras economias da Europa Meridional, registou a sua maior taxa de crescimento, o que apagava muito a consciência e a urgência de modificações.



Parte II
Evolução recente
da economia portuguesa:
o período após 1974



Capítulo 7

Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974

Prefácio geral ¹

Analisar períodos da nossa história económica e discutir as políticas seguidas por intervenientes ainda vivos pode tornar-se melindroso. Efectivamente, quando se refere um possível erro ou sublinha uma discordância, o leitor pode ficar com a impressão de que se aponta um culpado ou um conjunto de culpados, que ele, leitor, julga saber quem são. Ora, a ser-se dominado por este complexo, nada mais se poderá fazer do que comentar os números, dizer estes sobem aqueles descem e navegar sempre em águas cautelosas.

Penso que uma e outras atitudes são erradas. Em primeiro lugar porque erros efectivos raramente são só da responsabilidade de uma pessoa ou sequer de um pequeno grupo de pessoas. Normalmente as culpas são colectivas desde que se não esteja numa ditadura opressiva do tipo soviético. Aqui em Portugal já experimentámos uma situação paradoxal senão mesmo ridícula. No dia 26 de Abril não havia «fascistas» neste país, para além de umas poucas centenas de pessoas presas ou emigradas a quem se imputava essa designação. Mas, dizia-se, os «fascistas» haviam sido culpados de tudo o que de mal ocorreu em Portugal durante 40 anos. Como puderam aquelas poucas centenas de pessoas dominar este país durante tanto tempo e pelos vistos tão mal? Hoje reconhecem-se os efeitos negativos do que em 1974-1975 equivocadamente se designou por «política para o socialismo». Mas, nessa altura, não era toda a gente entusiasticamente socialista? Somos todos a ver bodes expiatórios (nos outros) de culpas que são, repito, normalmente coletivas.

¹O prefácio serve para este trabalho e também para todo o livro em preparação (Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985) de que ele faz parte e que é apoiado financeiramente pela Tinker Foundation.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Em segundo lugar, renunciar a comentar francamente a política económica à luz dos melhores dados disponíveis é negar-se a fazer análise científica e a retirar as lições que as recentes experiências de política económica nos podem oferecer. Os adjectivos de qualificação não devem ser meias palavras, mas palavras inteiras ditas com serenidade e sem intencionalidade pessoal. É claramente o caso deste trabalho, em que o seu autor comenta a política monetária seguida pelas autoridades monetárias, sendo o homenageado governador do banco central a esse tempo.

Agora e sempre, o comentário aos factos e a própria disputa serena são necessários ao progresso social e ao afinamento da política económica. Além de mais, quando alguém porventura discorda de uma política seguida no passado não quer dizer que tenha razão. Pode equivocar-se ou pode não conhecer com suficiente amplitude e rigor as circunstâncias e os factos.

Pontos relevantes

1. Relembrar alguns pontos do passado recente a este período pode ter interesse para a melhor compreensão das políticas seguidas nestes dois anos de viragem.

Antes de mais convém lembrar que o governo de Marcelo Caetano apresentou, desde o início, uma apreciável continuidade doutrinal relativamente ao regime de Salazar. No que se refere à política económica, essa continuidade doutrinal não era tanto em relação à fórmula corporativa – em que já ninguém parecia acreditar – mas sim ao extenso intervencionismo e regulamentarismo do Estado. Caetano não deve ter mudado muito a sua opinião no que respeita à ineficácia da economia de mercado (*Lições de Direito Administrativo*, 1935) e deve ter continuado a não confiar nas soluções resultantes da «mão invisível». Essa perspectiva era clara quando, nas suas «conversas de família» na televisão, visava temas económicos, nomeadamente a inflação que o preocupava. Todavia, revelou algum realismo quando permitiu que jovens membros do seu governo reduzissem o alcance da lei do condicionamento industrial que empecilhava o surto de novas actividades económicas.

O novo primeiro-ministro demonstrou permanentemente fidelidade ao dogma do orçamento «equilibrado» aparente (onde o produto dos empréstimos era contado como receita) e às regras de emissão de moeda que, como é sabido, sujeitavam a emissão de moeda fiduciária à cobertura de 50% em ouro ou divisas disponíveis pelo banco central. Neste capítulo e no da política orçamental, o governo de Marcelo Caetano não

Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974

introduziu grandes novidades, nem teóricas nem práticas, com excepção de algumas melhorias técnicas na classificação orçamental.

Importa sublinhar, ainda, que Caetano herdou uma custosa guerra colonial, que em 1969 absorvia cerca de 8% do PIB, e que durante os precedentes oito anos atrasou consideravelmente a edificação de infra-estruturas.

2. A crise do petróleo, começada inesperadamente em Novembro de 1973, constituiu acontecimento fulcral e condicionante da viragem. Muito se escreveu sobre o impacto económico e tecnológico da crise do petróleo, que era matéria-prima importante e a mais barata fonte energética do mundo ocidental.

Na literatura internacional sobre o assunto tem-se salientado principalmente o aumento dos custos de produção nos países industrializados e a transferência de enormes massas de recursos financeiros para os países produtores de petróleo e a reciclagem de parte desses fundos. Para o que nos interessa aqui, vale a apenas lembrar que a economia portuguesa sofreu o impacto da crise por cinco vias:

- a) O preço do petróleo aumentou de 4,5 vezes e Portugal importava 75% da energia primária sob a forma de petróleo;
- b) Aproveitando a onda altista, o preço de outras matérias-primas, incluindo cereais, aumentou;
- c) Os países industrializados depressa responderam com a subida do preço dos bens de equipamento, dos quais Portugal é importador;
- d) A subida do preço dos transportes afectou o turismo para Portugal (e outros países);
- e) A contracção das economias industrializadas nossas clientes fez diminuir o volume das exportações e reter na origem algumas remessas de emigrantes portugueses.

Os efeitos desta crise foram importantes sobre o conjunto da balança de transacções correntes e, conseqüentemente, sobre os vários aspectos da economia nacional. A viragem da economia portuguesa começou, portanto, com a crise do petróleo, antes mesmo do 25 de Abril.

Consequências da crise do petróleo

Os efeitos desta crise sobre a economia foram múltiplos, alguns deles específicos da economia portuguesa devido às suas particularidades.

1. Como a emissão monetária carecia (no esquema legal existente) de cobertura de ouro ou divisas, a emissão de moeda fiduciária adicional só poderia fazer-se, por automatismo, desde que a Balança de Operações

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 7.1**(10⁹ esc.)

	1973				1974
	T1	T2	T3	T4	T1
Saldo da balança de mercadorias	-13,5	-10,9	-12,8	-22,3	-19,9
Saldos da balança de serviços	-0,3	-0,9	-2,1	-2,4	-2,1
Transferências privadas		9,0		2,6	?
Balança de capitais públicos	-2,4	-2,2	-2,0	-2,6	-2,0
Balança de capitais privados	1,4	0,6	-0,6	-0,9	0,2

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

Não Monetárias (BONM) apresentasse um saldo positivo, isto é, desde que as reservas centrais aumentassem. Se o multiplicador do crédito não variasse e a preferência pela estrutura de meios de pagamento tão-pouco, então a oferta da moeda era, pelo menos em grande parte, determinada pelo saldo das contas externas.² Depois da subida do preço do petróleo, a balança de mercadorias deteriorou-se e não houve suficiente compensação nas outras rubricas correntes. Desta forma a Balança de Transacções Correntes (BTC) passou a ter saldo negativo nos dois últimos meses, o que foi de par com o saldo negativo da balança de capitais já precedente (quadro 7.1).

Embora as reservas em ouro e as divisas do banco central não tivessem diminuído até ao fim do ano de 1973, de facto o seu crescimento desacelerou, e a sua queda foi forte nos primeiros meses de 1974. A base monetária também desacelerou no quarto trimestre de 1973, pois o crescimento do crédito primário do banco central não foi suficiente para compensar a desaceleração das reservas.

Quadro 7.2(10⁹ esc.)

	1973				1974
	T1	T2	T3	T4	T1
Var. das reservas (O+D) no BP	11,9	11,4	0,8	0,8	-4,9
Var. da base monetária	3,4	2,5	4,6	1,1	-2,4

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

2. Simultaneamente, os bancos comerciais, sentindo a crise, reagiram procurando diminuir os seus compromettimentos, sobretudo a médio e longo prazo, enquanto a procura de crédito aumentava fortemente. Os

² A respeito da monetização passiva da BONM, cf. F. T. Santos, *Three Essays in Portuguese Monetary Economics* (Colúmbia: University of South Carolina, 1985).

*Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974***Quadro 7.3**(10⁹ esc.)

	1973				1974
	T1	T2	T3	T4	T1
Depósitos no Banco de Portugal	16,9	15,9	16,5	15,0	15,2
Carteira com. ao sector privado	125,5	131,4	131,5	164,0	167,6
Empréstimos ao sector privado	31,5	31,3	33,0	33,6	33,9
Coefficiente excesso reservas (reservas/depósitos totais)	0,024	0,022	0,019	0,015	0,005
Multiplicador monetário	2,02	2,02	2,03	2,35	2,28

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

bancos comerciais mobilizaram as suas reservas excedentárias, sobretudo os depósitos no banco central, para expansão do crédito, nomeadamente do crédito a curto prazo por desconto de efeitos comerciais (carteira comercial). Assim, o multiplicador monetário (meios imediatos de pagamento/base monetária) aumentou.

A crise do petróleo provocou uma queda de cotações na Bolsa portuguesa, como aliás nas de outros países. Muitas empresas, que haviam aplicado fundos na Bolsa, ficaram com débitos perante a banca sem condições para imediato pagamento. Isto por um lado. Por outro, as novas emissões de títulos programadas deixaram de se fazer, apesar de serem em número e volume diminutos. Redundou tudo em tornar mais difícil atender à crescente procura de crédito e ao financiamento do investimento. Marginalmente, não pode deixar de se comentar que esta teria sido a altura ideal para rever e eventualmente abandonar a maioria dos componentes do projecto de Sines.

3. A contracção dos mercados externos fez diminuir algumas exportações, principalmente nos têxteis, e reflectiu-se quase imediatamente nas receitas de turismo e nas remessas de emigrantes. Algumas empresas, vivendo de crédito a curto prazo ou com capital circulante em expansão sem autofinanciamento, registaram dificuldades financeiras, o que fez aumentar a sua procura de fundos.

O aumento do preço dos bens e serviços importados influenciou o aumento dos preços internos, dada a comprovada sensibilidade da inflação interna às variações da inflação externa (Santos, *op. cit.*, 206). A aceleração ao longo do ano desta variável era perfeitamente sensível aos agentes económicos e estava difundida a expectativa de sustentada aceleração.

Esta constatação e esta expectativa fizeram com que os agentes económicos, principalmente famílias, procurassem libertar-se da liquidez em

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 7.4**(10⁹ esc.)

	1973				1974
	T1	T2	T3	T4	T1
IPC Lisboa	4,8	2,5	3,1	6,3	10,2
IPC Porto	4,9	4,3	-	4,3	12,3

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

troca de outros activos, o que estimulou, por seu turno, a procura de bens duradouros e de imóveis. É, portanto, de crer que a taxa de poupança tendeu a descer com as liquidações na Bolsa, combinadas com a persistência de taxas de juro (passivas) negativas e com a fuga à liquidez.

Estas diversas variáveis económicas reagiram com diferentes velocidades, e essas reacções nem sempre são susceptíveis de serem captadas nas estatísticas. Mas, no seu conjunto, todas elas devem ter-se produzido mais ou menos intensamente nos quatro ou cinco primeiros meses seguintes ao primeiro aumento do preço do petróleo.

A política monetária

Quais foram as reacções das autoridades monetárias? Numa situação de economia de mercado com inflação e tendência para o desequilíbrio externo, a política clássica seria a de deixar subir a taxa de juro de forma a o juro constituir um custo real e equilibrar a oferta e a procura de fundos. Ou, na falta de um mercado, controlar o crescimento do crédito de forma a diminuir a procura global interna. Tudo isto acompanhado de contracção ou pelo menos desaceleração do crescimento da despesa pública, principalmente da corrente.

1. Em Dezembro de 1973 foi decidido aumentar a taxa de juro activa a mais de 180 dias e a menos de um ano, que passou de 6,75% para 9,25%, ou seja, 2,5 pontos. Também aumentou de 3,5 pontos a taxa para empréstimos a mais de sete anos. Este aumento não parece ter sido suficientemente dissuasor para a procura de crédito.

O volume de crédito não foi submetido a qualquer controlo directo. No último trimestre de 1973, o volume de redesconto expandiu-se de 1,4% em relação ao trimestre anterior, mas de forma desacelerada, se atendermos ao crédito concedido às instituições monetárias.

A razão desta política mais restritiva nos finais de 1973 deve ter sido a necessidade de contrariar a rápida expansão da massa monetária verificada nos meses passados. Mas o impulso anterior era bastante forte e

*Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974***Quadro 7.5**(10⁹ esc.)

	1973		1974	
	Jan-Jun	Jan-Dez	Jan-Jun	Jan-Dez
Operações de redesconto	17,7	43,5	31,6	113,8

	1973			1974			
	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Crédito inst. monetárias	8,7	11,3	11,5	12,5	17,1	26,7	41,4

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e INE.

Quadro 7.6(10⁹ esc.)

	1973			1974			
	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
M1	130,7	141,0	165,6	155,6	158,4	161,6	182,5
M2	255,7	272,2	301,3	300,9	307,5	319,5	342,3

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e INE.

Quadro 7.7(10⁹ esc.)

	1973			1974			
	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Excesso reservas inst. monet.	4,9	4,4	4,0	1,4	-6,4	-0,6	4,0
M1/BM	2,0	2,0	2,3	2,3	2,2	2,0	1,9
M2/BM	3,9	3,9	4,3	4,4	4,3	3,9	3,6

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e INE.

nesse último trimestre não se conseguiu travar o crescimento dessa variável.

Com efeito as reservas do banco central ainda registaram um aumento de 2,5%, apesar do encarecimento das importações. Isto por um lado. Por outro, e como já se referiu atrás, os bancos comerciais passaram a utilizar mais intensamente os seus recursos, diminuindo os seus depósitos ociosos no banco central; os multiplicadores monetários expandiram-se, tanto o restrito (M1/Base Monetária) como o alargado (M2/BM).

2. No primeiro trimestre do ano seguinte, a política e os objectivos das autoridades monetárias parecem ter sido algo reorientados, provavelmente como reacção às dificuldades provocadas pela crise do petróleo. Assim, o crédito concedido às instituições monetárias expandiu-se em cerca de 1 mc, ou seja, 8,8% em relação ao trimestre anterior, compensando parcialmente a queda significativa das reservas do banco central

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 7.8**

	1973		1974		
	T4	T1	T2	73	T4
Δr	0,13	-0,32	0,95	-0,48	0,2

em cerca de 4,5 mc, isto é, 6,2% a menos do que no trimestre anterior. No entanto, a base monetária desceu de 2,4 mc, portanto, 3,3 menos do que no fim de 1973.

Os bancos comerciais continuaram a responder às crescentes solicitações de crédito com mais intensiva utilização dos seus recursos, diminuindo a taxa de reserva (r) de caixa efectiva (taxa de reserva legal + taxa de reserva excedentária).

A procura de moeda modificou um pouco a sua estrutura. No primeiro trimestre de 1974, M1 diminuiu em cerca de 10 mc, ou seja, menos de 6% do que no trimestre precedente, enquanto M2 estagnou. Houve aqui nítido fenómeno de menor preferência pela liquidez, com ligeira descida dos depósitos à ordem e subida dos depósitos a prazo. Esta estagnação da massa monetária não impediu todavia que as instituições financeiras e monetárias aumentassem o crédito concedido, graças à utilização de fundos anteriormente ociosos e pelo maior recurso ao redesconto. Isto aparenta mostrar que o comando das autoridades monetárias sobre a oferta de moeda não era completo. Resta saber se poderia ter sido menos incompleto com os fracos instrumentos de intervenção então formalmente disponíveis.

Quadro 7.9(10⁹ esc.)

	1973		1974			
	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Crédito concedido pelas I. C.	239,3	265,6	274,8	281,0	295,9	322,0

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e INE.

Quadro 7.10

(Base 100 = 1950)

	1972	1973	Jan.-Abr. 1974
Índice ponderado das ações (médias)	333	617	555

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974

3. A crise de Novembro também provocou, como se disse, efeitos no mercado de capitais, principalmente na Bolsa. Dada a rapidez de reacção neste mercado pode inferir-se que as antecipações dos agentes económicos sobre as consequências dessa crise foram racionais.

É certo que a Bolsa estava tensa em virtude da rápida subida de cotações, com a procura parcialmente financiada pelo sistema bancário.

Nesta situação, qualquer queda de expectativas optimistas poderia perturbar o mercado. Foi o que sucedeu perante as previsões dos analistas económicos, que eram bastante pessimistas acerca da evolução imediata das economias industrializadas. O montante das ordens de venda subiu e, apesar dos esforços de algumas instituições financeiras e monetárias – especialmente daquelas ligadas aos fundos de investimento –, as cotações baixaram quase continuamente até 24 de Abril de 1974. O volume de transações também diminuiu substancialmente.

Quadro 7.11

(Base 100 = 1964)

	1972	1973	Jan-Abr 1974
Índice quantidade de títulos transacionados	784	1306	948

Fonte: Relatório do Banco de Portugal, 1974.

Um menor volume de moeda passou progressivamente a estar envolvido no giro da Bolsa. A maior parte dos fundos que a tempo se retiraram das aplicações em título passaram inicialmente a depósitos à ordem, mas foram depois aplicados no imobiliário e sobretudo em depósitos a prazo. É provável que outra parte tenha procurado activos libelados em moeda estrangeira, sobretudo depois da intentona das Caldas da Rainha. O sistema bancário ficou com alguns créditos malparados, mesmo aqueles que estavam caucionados por títulos cujo valor tendia a descer.

Neste período seguinte à crise do petróleo, a política monetária parece ter sido demasiado passiva. Três razões podem explicar esta atitude. Em primeiro lugar, as estatísticas de conjuntura de então eram ainda mais pobres e atrasadas do que são hoje. Em segundo lugar, a situação política era tensa e portanto difícil. Em terceiro lugar, havia-se herdado uma poderosa tradição de prudência e os próprios instrumentos de intervenção legalmente disponíveis não eram numerosos. Deve ainda acrescentar-se que a crise do petróleo constituiu um choque forte como não havia ocorrido desde o início da guerra colonial.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Política orçamental

1. Desde o princípio da guerra colonial em 1961 que o desequilíbrio orçamental efectivo se acentuava. A dívida pública vinha aumentando também em termos reais e ainda era principalmente interna.

Quadro 7.12

	(10 ⁹ esc.)		
	1972	1973	$\Delta\%$
Dívida pública total	46,5	54,3	16,8
Dívida pública interna	35,8	40,4	12,8
Dívida pública externa	11,4	13,9	21,9

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e CGE.

Quadro 7.13

	(10 ⁹ esc.)		
	1972	1973	1974
Despesas públicas totais	40,7	48,9	61,9
Despesas militares ordinárias	5,1	5,2	8,3
Despesas militares extraordinárias	10,1	11,9	14,9
Total das despesas militares	15,2	17,1	23,2
Despesas militares/despesas totais (%)	37,1	35,0	37,6
Despesas militares/PIB (%)	6,4	6,0	6,8

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

A causa deste aumento residia principalmente na persistente expansão das despesas militares.

Uma prevenção deve ser feita desde já para a correcta interpretação das estatísticas: a aparente diminuição da importância relativa das despesas militares suportadas pela metrópole teve compensação no aumento da parte das despesas suportadas pelas colónias, e estas, por seu turno, tiveram compensação nos fluxos de capital da metrópole para as colónias. Não se podem avaliar directamente os custos do financiamento da guerra, mas certamente terão subido sempre.

2. Perante a «inconveniência» política de aumentar a carga dos impostos directos e a sua progressividade, o governo anterior ao de Marcelo Caetano foi obrigado a duas medidas: o aumento dos impostos indirectos e a contracção de despesas de capital, ou, pelo menos, redução da sua taxa de crescimento. O governo de Caetano não introduziu modificações sensíveis no esquema. Satisfazia as exigências da guerra através da

Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974

emissão de dívida tomada principalmente pelas instituições financeiras e com menor amplitude pelo público. Particular destaque deve ser dado à Previdência Social, que, por «vocação», financiava parte do *deficit* público através da contínua aquisição de títulos que, aliás, estavam desenhados expressamente para essa instituição: os Certificados de Dívida Pública cuja taxa de juro era superior em cerca de meio ponto à taxa proporcionada aos outros títulos.

As despesas públicas continuaram a subir quase ao mesmo ritmo do PIB nominal. As despesas (incluindo os «empréstimos») com as colónias também continuaram a aumentar. Do mesmo modo aumentou o valor nominal da dívida pública, mas diminuiu em termos relativos.

Quadro 7.14(10⁹ esc.)

	1972	1973	1974
Despesas ordinárias	23,0	27,5	34,0
Despesa extraordinária	17,9	21,4	27,8
Despesa total	40,9	48,9	61,9
Despesa total/PIBpm	17,4	17,1	18,0
Dívida pública	47,2	54,3	71,3
Dívida pública/PIBpm	20,1	19,0	20,7

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e OGE.

A eclosão da crise do petróleo não teve, aparentemente, pelo menos, qualquer influência sobre a política orçamental. O ritmo de crescimento das despesas públicas não parece ter sido afectado, nem tão-pouco a sua natureza. Atribuiu-se ao governo a intenção de aliviar a carga fiscal sobre as sociedades e aumentar a procura interna através de maiores despesas com um programa de obras públicas (*Reaganomics avant la lettre?*). Se houve essa intenção do governo ela não se traduziu na prática, dado o pouco tempo de vida que lhe restou (cinco meses) depois da eclosão daquela crise.

A fuga de capitais

1. Não tenhamos ilusões. Sempre houve fuga de capitais e a sua detecção estatística sempre foi muito difícil. Elas são motivadas por razões de segurança e pela comparação entre as taxas de rendimento real, tendo em conta a taxa de câmbio e os «custos» de transferência. No caso português, essas fugas tinham lugar através da sobre e da subfacturação de

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

bens e serviços, através das remessas de emigrantes e através das saídas de moeda fiduciária do país, quando não de objectos preciosos.

Supõe-se que sempre houve saída de capitais para o exterior, principalmente quando as remunerações reais no exterior eram um pouco maiores do que as obtíveis no interior. Estima-se, porém, que nos últimos meses de 1972 e durante os 11 primeiros meses de 1973 se verificou um movimento inverso: reentraram em Portugal alguns capitais para aproveitarem os elevados ganhos na Bolsa. Estima-se igualmente que, após a abortada «intentona das Caldas», alguns cidadãos, temendo o possível desmoronar do regime, transferiram para o exterior capitais cuja soma se afirma ter sido avultada.

Nos dois meses seguintes, a BTC agravou-se e os montantes de moeda fiduciária portuguesa reentregues pelos bancos centrais estrangeiros ao Banco de Portugal aumentaram. Não é fácil detectar nas estatísticas estas saídas ilegais de moeda; uma forma indirecta poder ser através da evolução da rubrica «Erros e omissões» – que nas estatísticas do Banco de Portugal aparece em conjunto com os movimentos de capitais de curto prazo.

2. Perante esta saída adicional de divisas, as autoridades não impuseram restrições à venda de divisas estrangeiras, nem sequer houve modificação autónoma das taxas de câmbio que correspondesse a uma efectiva depreciação do escudo. Desta forma, a diminuição das reservas acentuou-se com estas punções adicionais.

Quadro 7.15

	(10 ⁹ esc.)				
	1973			74	1974
	T1	T2	T3	74	T1
Disp. líquidas de ouro e divisas	69,7	69,9	73,6	76,8	69,3
Capitais de c. p. + erros e omissões	-3,3	-5,9	-5,6	-1,4	-11,1
	1972		1973	1.º t. 1974	
Escudos por USD	27,04		24,63	26,24	
Escudos por libra	68,00		60,26	59,40	

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e INE.

A consequência desta diminuição das reservas deveria ser, no sistema português, a contracção da emissão monetária (era esse o objectivo último do esquema montado nos anos 30). Simplesmente esta disciplina monetária não funcionou em pleno, como se viu, porque os bancos comerciais mobilizaram a sua capacidade excedentária de tal forma que,

Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974

em termos agregados, não parece ter-se verificado escassez imediata de oferta de moeda nominal, pelo menos no último trimestre de 1973.

Em suma, parece ter havido também passividade por parte dos responsáveis pela política orçamental, cuja explicação reside porventura na difícil situação da política de então e na rigidez do sistema fiscal.

A política monetária pós-revolução

1. Para a economia portuguesa, a Revolução de Abril constitui um terramoto no meio de uma tempestade. Estava a economia ainda a sofrer em pleno os efeitos da crise do petróleo quando se verificou a mudança do regime político. A mudança foi-se tornando cada vez mais contrastante quanto, por perversão da revolução inicial, o novo regime pendia progressivamente para ser um outro regime autoritário mas de sinal ideológico oposto. As análises políticas da revolução e da tentativa de perversão são muito abundantes e recentes; não vale a pena reeditá-las. Interessa destacar apenas os efeitos económicos do facto das medidas adoptadas nas áreas monetária e orçamental. Como se verá, as modificações foram, desta feita, mais profundas na área orçamental do que na monetária.

Quatro dias depois da queda do regime anterior, a Bolsa foi encerrada, os depósitos bancários foram submetidos a vigilância e limitados os levantamentos. Apesar destas medidas administrativas, dois fenómenos se produziram na procura de moeda e de activos:

- a) Uma grande preferência por moeda fiduciária em detrimento da moeda escritural;
- b) Acentuou-se muito a fuga de capitais para o exterior.

A procura de moeda fiduciária derivava do receio de congelamento das contas bancárias – prática que veio a ocorrer arbitrariamente – e traduziu-se, em parte, por entesouramento acrescido. Outro motivo para a preferência por moeda fiduciária era a maior facilidade de deslocação desta moeda para o estrangeiro, onde os fundos estavam mais seguros e eram, neste período, ligeiramente mais bem remunerados em termos reais. Relembre-se que nessa época o escudo era livremente convertível no exterior sem qualquer limitação quantitativa. Verificou-se, é certo, uma baixa na cotação cambial do escudo no mercado livre. Mas essa diferença não era grande enquanto o Banco de Portugal assegurasse aos outros bancos centrais a conversão dessa moeda fiduciária em qualquer divisa, o que fez até Maio de 1975.

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 7.16**(10⁹ esc.)

	1973		1974			
	Set	Dez	Mar	Jun	Set	Dez
Circulação monetária	38,6	38,3	39,2	51,2	58,8	69,7
Depósitos tot. do sector priv.	230,9	262,4	260,8	255,2	259,7	271,2
Depósitos à ordem	99,7	126,7	115,5	106,2	101,7	11,4
Circ. monet./dep. ord. (%)	38,7	30,2	33,9	48,2	57,8	62,6
PIB preços correntes		286,0				343,7
Circ. monet./PIB (%)		13,4				20,3

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

No ano de 1974, a moeda em circulação cresceu de 82% e os depósitos totais do sector privado apenas cresceram de 3,3%, enquanto o produto nominal aumentou de 20,2%. Ou seja, a moeda em circulação aumentou de 51,4% em volume, descendo o volume dos negócios privados em 16,4%.

Esta mudança de preferências dos agentes económicos fez com que o multiplicador monetário diminuísse consideravelmente desde Abril desse ano (cf. quadro 7.6). Este comportamento dos agentes provocou, pois, uma restrição na oferta da moeda, o que obrigou o banco central a compensar através de uma política generosa de redesconto, cujo montante mais do que duplicou, passando de 43,5 mc em 1973 para 113,8 mc em 1974. Comparando as percentagens do redesconto sobre o total de crédito concedido pelas instituições financeiras e de crédito (cf. quadro 7.5), verifica-se que essa percentagem passou de 16,5% para 35,8%.

2. As fugas de capital para o exterior não se realizavam apenas através das saídas de moeda fiduciária, mas pelas várias formas possíveis. Torna-se impossível quantificar, mas tem-se estimado que cerca de 10% do valor das exportações e das importações de bens e serviços ficou no exterior. Aos preços de 1974 esse valor teria alcançado cerca de 29 mc.

Quadro 7.17

	1973	1974
Libra	61\$50	69\$50
DM	9\$20	9\$80
FS	7\$80	8\$60
FF	5\$40	5\$30
USD	24\$70	25\$60

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974

Por razões certamente ligadas a questões de prestígio político e de idiossincrasias da educação económica dos portugueses, o governo de então não se atreveu a desvalorizar o escudo como tudo recomendava que fizesse.

A manutenção das taxas de câmbio acabou por apressar a drenagem das reservas em divisas, que, cerca de um ano depois, estavam esgotadas, apenas restando as reservas de ouro. Este era considerado intocável também devido àquelas idiossincrasias...,³ que neste caso actuaram vertiginosamente.

3. A maioria das empresas registava crescentes dificuldades de financiamento. As empresas privadas tiveram de fazer face a fortes aumentos de custos: os salários nominais aumentaram cerca de 30% em média durante 1974;⁴ o preço dos equipamentos e *inputs* importados também aumentou; o preço da energia sob qualquer das formas continuou a crescer. Simultaneamente, na frustrada intenção de impedir a subida dos preços, o governo decidiu bloquear os preços de um largo conjunto de bens. Desta forma, muitas empresas, defrontando-se com a subida de custos e contenção administrativa de preços, passaram a ter crescentes prejuízos. A situação política não lhes permitia despedir pessoal nem entrar em regime de falência. A solução foi a de recorrer pesadamente ao crédito bancário, até porque a taxa de juro real era cada vez mais negativa: cerca de 14 pontos em média em 1974.

Quadro 7.18 – Taxas de juro ativas (%)

	Fixada em Dez. 1973	Fixada em Dez. 1974
Prazo < 180 dias	5,75	8,25
1 ano < prazo < 2 anos	7,75	10,35
3 anos < prazo < 5 anos	8,50	11,50
Prazo > 7 anos	9,00	12,50

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

Além disso, algumas centenas de empresas foram ocupadas por «trabalhadores progressistas» ou submetidas a gerências impostas «revolucionariamente». Os bancos comerciais, mesmo antes de serem estatizados em 12 de Março de 1975, eram já permeáveis às influências políticas, e

³ Lembro-me de nos anos de 1974-1975 muitas pessoas me perguntarem: O que vai ser do nosso escudo sem o ouro? O escudo continua a ser «moeda forte»?

⁴ O índice de salários de 30 ramos da Indústria Transformadora subiu de 45,3% nesse ano. Fonte: BP.

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 7.19 – Situação do Banco de Portugal**(10⁹ esc.)

	1973		1974			
	T3	T4	T1	T2	T3	T4
Reservas	70,5	72,3	67,8	64,8	62,9	56,0
Crédito ao sector público	3,4	3,6	3,8	4,3	5,5	10,8
Crédito ao sector privado	1,8	1,9	2,0	1,9	2,0	1,9
Crédito às instit. monetárias	11,3	11,5	12,5	17,1	26,7	41,4
Base monetária	69,5	70,6	68,2	71,5	81,3	94,9

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

nenhum gerente de banco se recusava a ser progressista e a conceder crédito a trabalhadores em dificuldades.

O banco central passou a financiar amplamente os bancos comerciais, como se vê no quadro a seguir (rubrica Crédito às instituições monetárias). Este processo ruinoso de crescente endividamento do sistema produtivo ao sistema bancário continuou durante muitos anos a seguir.

4. O rendimento distribuído via salários, vencimentos e subsídios aumentou muito fortemente (cerca de 32%). O consumo privado cresceu 31,2% nominais. O investimento aumentou menos em termos nominais (14,7%); em termos reais diminuiu. Se na composição do produto eliminarmos o «valor acrescentado» pela Administração Pública⁵ verifica-se que o PIB diminuiu 1,8% em termos reais.

Perante uma procura nominal explosiva, os resultados não podiam ser outros senão o crescimento rápido das importações, que atingiu 52,7% em valor, e aceleração da inflação, que passou para 29% no conjunto do Continente contra 11,5% no ano anterior. Aliás, a inflação não foi propulsionada unicamente pelo aumento dos rendimentos e pelo acréscimo da propensão a consumir (redistribuição do rendimento favorecendo as classes com propensão mais elevada). Os efeitos da crise do petróleo já estavam a ser muito inflacionistas, pois os preços dos bens importados cresceriam consideravelmente. Os dois efeitos acumularam-se e a taxa mais do que duplicou.

Por seu turno, a manutenção das taxas cambiais representava subsídios às importações, na medida em que a inflação interna era bastante superior à inflação média dos países da OCDE, que foi de 8% em 1973 e de 13% em 1974. Havia, portanto, prémios à importação iguais às diferenças

⁵ Que convencionalmente é igual à soma dos salários distribuídos. Durante 1974, a expansão do VAB do SPA deveu-se principalmente ao enchimento dos quadros dos funcionários.

*Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974***Quadro 7.20 – Saldos**

	1972	1973	$\Delta\%$
Mercadorias	-23,3	-50,5	26,5
Serviços	3,8	1,4	-62,9
Transferências unilaterais privadas	27,1	28,2	4,1
BTC	8,6	-20,9	

(10⁹ esc.)

Fonte: Relatório do Banco de Portugal.

entre as taxas de inflação interna e externa. Os números confirmam essa variação das importações, principalmente no que respeita aos bens comerciáveis.

Em contrapartida, as exportações ficaram penalizadas por via cambial, além de depararem com mercados em contracção (sequela da crise do petróleo) ou em vias de se perderem (colónias). Houve igualmente perda nas razões de troca de 7,6%. Inevitavelmente o *deficit* comercial agigantou-se em 1974.

Os furores revolucionários⁶ constituíram dissuasores adicionais às remessas de emigrantes e à vinda de turistas não políticos. A BTC saldou-se por um *deficit*.

Por estes números, que contrastam fortemente com os saldos registados durante a vigência do regime político anterior, se poderá compreender a amplitude de um dos aspectos da viragem na economia portuguesa. Em suma, a política monetária vogava, sem controlo sério, ao sabor dos vectores económicos externos e internos, e sobretudo ao sabor dos acontecimentos políticos. Quase poderia dizer-se que a política monetária passou de pouco activa a pouco menos que caótica.

A política orçamental pós-revolução

1. A política orçamental foi profundamente alterada. A atitude psicológica passou a ser outra. O estado «fascista» era forreta e só gastava com a guerra colonial. Os novos teóricos afirmavam que se podia gastar bastante, porque havia imensas reservas; o equilíbrio orçamental era dogma ultrapassado e não fazia mal – antes pelo contrário – entrar em desequilíbrio a fim de estimular a economia. Estas eram as afirmações correntes

⁶ Quem não se lembra da impressão que causou entre nós as imagens dos rostos crispados e dos punhos erguidos da revolução religiosa iraniana? Pois bem, muitos europeus assim nos viram nas suas televisões.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

no período imediatamente a seguir à revolução. Na prática gastou-se como se o «dinheiro do Estado» fosse ilimitado.

As despesas públicas aumentaram: em termos nominais essas despesas públicas totais passaram de 22,3% do PIB em 1973 para 25,6% em 1974. As receitas não aumentaram na mesma proporção, até porque a média colectável desceu, nomeadamente nos rendimentos pessoais e nos lucros das sociedades. Além disso houve, presume-se, maior fuga ao imposto, principalmente do imposto profissional, que deveria ter aumentado em virtude da fortíssima subida dos salários nominais.

O saldo orçamental efectivo tornou-se negativo, passando de um excedente de 2 mc [sic] em 1973 para *deficit* de 8,1 [sic] no ano seguinte. A preocupação pública com o *deficit* desapareceu subitamente. Do dogma do equilíbrio orçamental passou-se para a prática de desequilíbrio permanente.

O financiamento deste *deficit* continuou a ser feito pela tomada de títulos públicos por parte das instituições financeiras, mas a parte tomada pelo público diminuiu substancialmente. Porém, o banco central passou a ser crescente financiador, uma vez que tinham sido «abolidas» de facto as regras da cobertura em ouro ou divisas e dos limites da dívida do Estado. A dívida pública detida pelo banco central aumentou. Este foi mais um dos factores de expansão da base monetária, que se contrapôs à contracção das reservas, como se referiu atrás.

As despesas foram várias e complexas. Em primeiro lugar, as despesas militares não diminuíram, apesar de o contingente estacionado nas colónias ter decrescido. Por várias vezes, fundos financeiros foram encobertamente transferidos para os movimentos emancipalistas, mesmo antes de as independências terem sido concedidas. Os militares «progressistas» que então assumiram o comando das colónias agiam com grande autonomia e bastante ao sabor das suas preferências ideológicas. Nunca se poderá conhecer ao certo o montante destas transferências.

Em segundo lugar e igualmente como sequela da iminente independência das colónias, teve lugar a crescente entrada de refugiados (eufemisticamente chamada de «retornados») desses territórios, êxodo que praticamente só veio a terminar em 1976, mas que já se tornava sensível no segundo semestre de 1974. O alojamento desta crescente massa de refugiados e a sua progressiva integração subsidiada consumiu razoáveis recursos. Indirectamente parte desses subsídios foram beneficiar a hotelaria, que nesse ano de fraco turismo ocupou parte da sua capacidade em alojar grande número desses refugiados.

Em terceiro lugar, a rápida expansão do funcionalismo público constituiu outra fonte adicional de despesas. Depois da expulsão (também

*Políticas monetária e orçamental: a viragem 1973-1974***Quadro 7.21**

	1973	$\Delta\%$	1974	$\Delta\%$
Receitas correntes	63,8	18,3	77,9	22,1
Despesas correntes	54,8	18,9	76,7	40,0
Poupança corrente	9,0	14,1	1,2	-86,7
Receitas de capital	3,8	48,3	4,5	16,7
Despesas de capital	9,0	0,0	11,3	25,8
(Investimento público)	6,4	8,7	7,1	10,0

(10⁹ esc.)

Fonte: Relatório do Banco de Portugal e INE.

eufemisticamente chamada «saneamento») de cerca de 35 mil funcionários ligados ou supostamente ligados ao antigo regime, cerca de novos 80 mil funcionários entraram na função pública nesse ano. Escusado será sublinhar que se tratou em grande parte de servir clientela política. Por esta via, agravou-se a burocratização da Administração Pública, com os consequentes custos económicos.

A estrutura das despesas também se alterou, pois se verificou maior crescimento das despesas correntes em detrimento das despesas de capital. Estas passaram de 14,0% do total das despesas em 1973 para 12,8% em 1974; as despesas de investimento público passaram de 10,1% para 8,9% naqueles dois anos.

2. O poder do Ministério das Finanças tornou-se menor neste período revolucionário em que os dirigentes militares do Movimento das Forças Armadas detinham a quase totalidade do poder. Mesmo em matéria financeira, o MFA sobrepunha-se ao MF, pois tinha mais um A que pesava muito. O controlo do Ministério das Finanças tornou-se menos estrito, embora se conservassem as regras formais que davam a aparência de ordem nas contas e de legalidade. Esta perda de poder relativo também terá contribuído para uma atitude liberal e solta em relação às despesas. Estas apresentavam quase sempre não uma justificação económica, mas política ou mesmo ideológica. Agora tinham de se satisfazer as necessidades da revolução, tal como no regime anterior havia que satisfazer as necessidades da guerra.

A política orçamental não era coerente e era igualmente rebocada pelos acontecimentos políticos. As únicas regras que funcionavam ainda, mesmo que parcialmente, eram, repete-se, as regras formais que a burocracia impunha e que, neste caso, actuaram virtuosamente como regras de contenção e de menor desperdício.

No fim de 1974 já se tomava claro que a economia portuguesa não iria recuperar tão cedo das consequências da crise do petróleo e da revo-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

lução. O *deficit* da BTC e a rápida exaustão das reservas em divisas apontavam para uma situação insustentável, que aliás se agravou no ano seguinte. Foi necessário chegar a uma quase ruptura dos pagamentos internacionais para impor alguma contenção ao consumo privado... porque o consumo público nunca, até à data, suportou qualquer disciplina de contenção.

Em suma revelou-se difícil a viragem da economia portuguesa, motivada por dois acontecimentos dramáticos, tendo qualquer deles, por si só, vastos efeitos. Os centros de decisão económicos de um e de outros regimes aparentavam não estar preparados para um acompanhamento esclarecido e eficaz dos fenómenos económicos conjugados que se produziram. Aliás, poucas pessoas o teriam estado neste país. Estávamos por demais habituados a um viver «normal».

Capítulo 8

Revolução e pós-revolução (1974-1978)

De um ponto de vista analítico frio, este período da história da sociedade portuguesa é extremamente interessante, pois se trata de um período de experimentação e de tentativas, incluindo as «golpadas» que sempre entremeiam os processos revolucionários. No que se refere à economia, pode dividir-se este período em dois. O primeiro, de tipo revolucionário, de experimentações e ensaios aparentemente desordenados, mas com clara tentativa de tomada do poder por meios antidemocráticos. O segundo, de experimentação de soluções segundo fórmulas socializantes mais tradicionais das democracias ocidentais.

Período revolucionário: 1975-1976

Durante os primeiros 18 meses após a revolução, a economia esteve completamente subordinada à política, e esta orientou-se progressivamente para a implantação em Portugal de um regime tentativamente comunista e para a entrega das colónias portuguesas a regimes pró-soviéticos. Como se sabe, o segundo objectivo foi razoavelmente cumprido – com excepção de Macau e de Timor, por oposição da China – mas o primeiro falhou. Simplesmente, as tentativas feitas provocaram bastante perturbação e prejuízo, enquanto não foram postas de lado.

A política económica herdada do regime anterior foi repudiada por motivos políticos (renegação do passado) e também por várias razões económicas: uma porque era demasiado rígida e assentava sobre regras que impediam a liberdade de movimentos de quem detinha o poder, nominalmente o governo; outra porque não estava adaptada à conjuntura económica, determinada, como já se mostrou, tanto pela conjuntura externa, como pelas condições recentemente provocadas pela revolução, entre as quais a provável nacionalização.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Mas, em substituição desta política, para uma outra coerente, foi proposta e muito tarde posta em execução no primeiro ano de revolução [N] de algum modo compreensível por vários factores:

- a) A revolução constituiu surpresa para maioria dos portugueses, compreendendo os tecnocratas que sugeriam a política económica do anterior regime. Da sua impreparação não podia resultar qualquer política alternativa, tanto mais que, inicialmente, a maioria dos técnicos não sabia ao certo que espécie de política o novo regime pretendia seguir, pois os documentos do MFA não eram explícitos.
- b) Às forças de esquerda não democrática, que progressivamente dominavam, não interessava qualquer política coerente que pudesse perpetuar uma economia de mercado; a destruição deste tipo de economia e a sua confusão ou identificação com o regime «fascista» eram necessárias para a tomada de poder por aquelas forças.
- c) O poder factual não residia no governo. Este era apenas uma condição necessária para efeitos externos e uma forma de enganar os oficiais ingénuos que haviam sido os principais motores da revolução e enganar também a maioria dos cidadãos que aceitaram e apoiaram a revolução que se proclamava democrática. As ideias de «governo» e «mando do governo» ainda tinham grande efeito sobre uma população sociologicamente legalista e habituada a obedecer. O poder mais real residia implicitamente na Comissão Coordenadora do Movimentos das Forças Armadas que agia como se representasse a totalidade das forças armadas e como «senhora da revolução».¹

Não havendo um centro que dispusesse da totalidade do poder ou, pelo menos, vários centros coordenados que repartissem poderes, surgiram aumentos expansionistas e movimentos orientados visando certos fins como que fosse a mera agitação e desestabilização.

Algumas vezes estes movimentos espontaneístas coincidiram com movimentos orientados, pois constituíam reacções a constrangimentos vindos do exterior, repito.

¹ O primeiro governo provisório demitiu-se dois meses depois de ter sido empossado porque achava que não tinha condições para governar efectivamente. As suas decisões eram ultrapassadas por uma fluida Comissão Coordenadora das FA cujas orientações paralelas eram mais cumpridas do que as do governo. Este, aliás, estava sob vigilância suspeitosa daquela Comissão, sendo algumas vezes os gabinetes dos ministros examinados por militares.

Revolução e pós-revolução (1974-1978)

Um deles foi a relutância, beirando a recusa, à mobilização de mais soldados para a guerra colonial que se considerava perdida ou vazia de sentido, agora que a descolonização estava prometida. De facto, o Alto-Comando receou não poder efectivar a mobilização dos jovens soldados para África. Outro foi o da libertação de antigos presos políticos, que pouco passavam da centena. O passo mais orientado foi o da perseguição aos agentes da antiga polícia, não distinguindo os que trabalhavam na repressão política interna ou na vigilância externa.

Passo ainda mais orientado, mas já retirado da vista das massas, foi a apropriação dos arquivos da polícia secreta a fim de serem escamoteados alguns processos – o do secretário-geral do PCP e outros nunca apareceram – e usados outros susceptíveis de serem usados como meio de pressão sobre pessoas estrategicamente colocadas.

Reivindicações salariais

O movimento de reivindicação salarial teve especial importância na evolução da economia portuguesa. As reivindicações salariais começaram logo após a Revolução de 25 de Abril, exprimindo um movimento latente que no anterior regime havia sido sempre sufocado. Todavia, com os sindicatos tomados pelos esquerdistas, as reivindicações foram excitadas.

Logo no primeiro governo provisório, o Ministério do Trabalho tinha sido entregue a um militante do PCP que dava cobertura às exigências dos grupos mais activos. Os empresários eram convocados para esse Ministério a fim de negociarem novas convenções colectivas. Se não concordavam com as propostas dos novos sindicalistas agora à frente dos sindicatos, ficavam fechados dia e noite até concordarem e assinarem. De notar que durante o processo de perversão da revolução, o PCP sempre procurou conservar uma aparência legal, aspecto que nem sempre parecia provocar os outros grupos de esquerda não democrática.

Com ou sem uso de violência, os salários nominais aumentaram de 28% em 1974, ano em que, recorde-se, se verificou a subida do preço do petróleo e de outras matérias-primas. [N] O movimento de reivindicação salarial não foi uniforme para todos os sectores e foi mais acentuado na área de Lisboa do que no Centro e no Norte do país.

Simultaneamente com este aumento dos salários nominais, verificou-se um grande relaxamento na disciplina de trabalho e aumento do absentismo, que, nos fins de 1974, atingia 25% da força de trabalho em algumas empresas da cintura industrial de Lisboa. Isto redundou em redução da produtividade média nessas indústrias mais afectadas, ou o

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 8.1**(10⁹ esc.)

	1973	1974	1975	1976
Salário médio ($\Delta\%$)	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$
Massa salarial (W)	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$
Rendimento nacional (Y)	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$	$\Delta\Delta$
Rep. func. do rend. W/Y (%)	51,6	57,0	8,9	66,6

mesmo é dizer que os custos salariais por unidade de *output* físico aumentaram muitíssimo. Esta elevação de custos, associada à subida dos preços dos *inputs* importados, constituiu um factor poderoso da sustentação da inflação.

Aliás, em bom número de empresas, a racionalidade económica esbateu-se em face da necessidade de sobrevivência. A principal urgência era pagar os salários. Para isso e porque não podiam despedir os assalariados excedentários, os empresários não hesitavam em endividar as empresas. Os bancos, seguindo as instruções do banco central, emprestavam sem qualquer critério, desde que fosse evocado, com verdade ou não, o interesse dos trabalhadores. O endividamento do sistema produtivo (cf. quadro 8.1) em relação ao sistema bancário acentuou-se de forma profunda.

[N]

Controlo das municipalidades e dos sindicatos

Entretanto, outros movimentos foram desencadeados, mas com preparação e coordenação da parte do partido pró-soviético que procurava tomar o poder. De destacar são: o controlo das câmaras municipais e o controlo dos sindicatos.

No anterior regime político, os presidentes e as administrações municipais eram, de facto, nomeados pelo governo central, sendo, portanto, pessoas de confiança deste. Com a revolução, as referidas forças de esquerda não democrática aproveitaram a ocasião para conseguirem o afastamento (chamado «saneamento») destes funcionários, e, ao mesmo tempo, fazerem-nos substituir por partidários seus, sem qualquer eleição. As pessoas que se apossaram dos comandos das câmaras municipais eram frequentemente do Movimento Democrático Português (MDP) partido que foi *compagnon de route* do PCP desde 1968, como já se referiu noutro capítulo. Este domínio foi mantido até às primeiras eleições municipais democráticas em 1976.

O controlo dos sindicatos foi mais directo, uma vez que das estruturas sindicais anteriores faziam parte membros infiltrados do PCP. Aqui o

Revolução e pós-revolução (1974-1978)

poder não foi partilhado com outros grupos políticos, uma vez que o seu exercício era menos público. Perdurou durante mais tempo, porque os processos eleitorais foram determinados e regulamentados pelos próprios sindicatos de forma autónoma, o que originou que muitos sindicatos ainda continuem sob controlo da força política que os havia tomado.

Porém, como nem sempre foi possível conservar o controlo dos múltiplos sindicatos e a criação de novos sindicatos deixou de estar proibida, o PCP desencadeou uma campanha para tornar legalmente imperativa a sua tese de unicidade sindical, isto é, os sindicatos deveriam integrar-se numa estrutura unitária (aliás, a mesma tese do regime corporativo), cujo topo o partido se encarregaria de controlar. A autoproclamada central sindical, que era de obediência comunista, já se intitulava oportunamente «Intersindical Nacional» [Inter].

Para defesa desta tese dispunham de apoios no interior do MFA. Assim, em Março de 1975 foram promulgadas três curiosas leis:

- O DL 215-A/75 aprovado pelo governo proclamava que a Intersindical constituía única central sindical, o que fazia desta central uma raridade nos países democráticos.
- O segundo decreto, o DL 215-B/75, não foi aprovado pelo governo, mas apenas pelo Conselho da Revolução e, mesmo assim, promulgado pelo Presidente da República. Neste singular documento foi proclamada a unicidade sindical, ou seja, o monopólio sindical, em flagrante violação da convenção 88 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).
- E, por último, o DL 215-C/75 criou as associações patronais, também segundo uma estrutura verticalizada.

Estas leis vieram, mais tarde, a ser anuladas pela Constituição, mau grado o pendor marxista desta. Provocaram, entretanto, imediata reacção negativa do PS e do PSD e dos sindicalistas afectos a estes partidos. Suscitando eleições autónomas não controladas pela Inter, os sindicalistas não comunistas conseguiram criar sindicatos fora daquela obediência ideológica. Porém, só em 1979 foi possível criar uma central sindical independente, União Geral dos Trabalhadores (UGT), que integrava condicionalmente trabalhadores de tendência socialista ou social-democrata liberal. Até ao fim dos anos 70, a Inter conservou o controlo da maioria dos trabalhadores sindicalizados embora perdendo regularmente a favor da UGT, a qual veio a tornar-se a maior central sindical na primeira metade dos anos 80.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Controlo do aparelho de Estado e o golpe de Novembro

Esta campanha de tomada de controlo do poder estendia-se a outros domínios, nomeadamente à Administração Pública. Mediante a expulsão sumária de funcionários (cerca de 35 000) acusados sob qualquer forma de terem sido afectos ao antigo regime, muitos lugares importantes foram ocupados por simpatizantes ou filiados dos partidos não democráticos. O número total de funcionários públicos aumentou extraordinariamente com novos postos do novo regime. Em meados de 1975, o controlo do PCP sobre o aparelho de Estado é simplesmente grande.

Muito grande batalha se travou em torno do controlo das empresas financeiras e das grandes empresas fabris, e de «ocupação selvagem» de terras agrícolas no Alentejo. Esta batalha culminou com as maciças «nacionalizações» começadas em 11 de Março (primeiro golpe aberto das forças de esquerda não democrática, que vencem) até Novembro de 1975 (segundo golpe daquelas forças, que perdem), as quais constituíram uma vitória para o PCP. As estatizações e as «ocupações selvagens» de terras e de empresas serão objecto de análise independente. Assinalam-se, porém e desde já, para seu melhor enquadramento no contexto dos movimentos orientados que tiveram lugar em 1974-1975.

Neste contexto de luta entre as várias forças, não deixaram de ocorrer violências físicas, mas sobretudo inúmeras violências morais e sociais. A devassa da vida privada fazia-se sem grandes constrangimentos, as prisões arbitrárias com mandatos emitidos pelo COPCON² ocorriam e as contas dos cidadãos eram fiscalizadas e frequentemente congeladas. Os militantes do PCP e de outras forças não democráticas comportavam-se como se fossem donos do país. Em 1 de Janeiro de 1975 o jornal *República*, onde predominavam os socialistas, punha na primeira página a seguinte pergunta: «Quem é dono do povo português?»

Apesar desta crescente tomada do poder político e económico, e apesar do facto de que a formulação da Constituição estava a ir no sentido de uma sociedade de Estado,³ as forças de esquerda não democrática, incluindo o PCP e militares esquerdistas, sentiam que a resistência aumen-

² Esta «força» militar foi criada – aproveitando a sigla de uma estrutura nacional da NATO ainda por criar – para serviço do Conselho da Revolução. Mas foi ganhando autonomia e acabou por reunir no seio elementos operacionalmente díspares, mas comungando do mesmo propósito ideológico: implantar um governo de esquerda... custasse o que custasse!

³ Os partidos políticos foram obrigados a assinar um pacto com o Movimento das Forças Armadas que limitava a sua liberdade na elaboração da Constituição. De facto, esta Constituição não foi elaborada nem votada com inteira liberdade.

Revolução e pós-revolução (1974-1978)

tava mesmo entre os militares de pendor socialista que gostariam de preservar a democracia. No Norte do país o vento de loucura do novo totalitarismo soprava menos forte. Aí sentia-se menos a formação de uma resistência violenta. Aí, a influência do PCP era muito menor, tanto no Norte como nas zonas interiores do Centro e do Norte. Apesar das campanhas de doutrinação e de intimidação lançadas pelos esquerdistas não democráticos das forças armadas chamadas «campanhas de dinamização», as populações, de formação cultural católica, resistiram e reagiram a essas campanhas, que, de facto, produziram efeitos contraproducentes.

Depois de um Verão pleno de conflitos surdos ou abertos, com o permanente perigo de guerra civil, aquelas forças de esquerda não democrática e os referidos militares oportunistas pensaram ter o controlo de efectivos militares suficientes, pelo menos em Lisboa, para desencadear um golpe em 25 de Novembro, a fim de tomarem definitivamente o poder sem correrem o risco de novas eleições que possivelmente se revelariam desastrosas para essas forças.⁴

O golpe fracassou. Mas os vencedores não castigaram essas forças golpistas com receio de assim desencadear uma repressão de direita supostamente à espera de vingança. Limitaram-se a suprimir alguns abusos, como a confiscação de contas e a ocupação violenta de propriedades industriais e agrícolas, praticadas no período de domínio do PCP e dos seus aliados militares.

Foi formado um novo Governo (o VI) Provisório, de predominância do Partido Socialista, que esteve em funções até às eleições de 25 de Abril desse ano, as quais tiveram lugar logo que a Constituição foi aprovada pela Assembleia Constituinte eleita em Abril de 1975. Nessas eleições o PS foi, de novo, o partido mais votado. Em Junho desse mesmo ano houve eleições presidenciais, tendo sido eleito o candidato apoiado por aquele partido. O PS ficou, nos termos da Constituição, encarregado de formar o primeiro governo constitucional, o que fez só com elementos do partido (governo monocolor).

Indefinição da política económica

Este novo governo declarou claramente que não haveria mais nacionalizações, mas não desfez o que havia sido feito por medo de descontentar alguns sectores laborais e militares de esquerda democrática. Con-

⁴ Um livro revelador dos pormenores desse golpe, da actuação da nova polícia secreta (a 5.^a Divisão), da fragilidade dos planos e das hesitações, é o de J. Freire Antunes, *O Segredo do 25 de Novembro* (Lisboa: Publ. Europa-América, 1980).

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

servou todo o processo de estatização e de ocupação sob o mando de legalidade de diplomas aprovados *ad hoc* por governos provisórios obedientes ao poder revolucionário mais forte na ocasião. Procedeu, em tudo, à nomeação de gestores não enfeudados às forças golpistas e com alguma experiência, e deu ou procurou dar maior autonomia a esses gestores na condução das empresas. Mas dentro destas, os poderes efectivos dos gestores nomeados pelo governo continuavam limitados porque as «comissões de trabalhadores «ainda dispunham de bastante capacidade intimidativa. Do lado da ocupação de terras – que alguns diplomas legais passaram a designar por «reforma agrária» – o novo governo procurou iniciar a delimitação das terras em uso e a restituição de pequenas parcelas aos espoliados.⁵

Por tanto, apesar da contenção do golpe de 25 de Novembro, o governo e as forças políticas e militares dominantes mostraram possuir pouco poder efectivo. As políticas enunciadas nem sempre eram traduzidas na realidade dos factos. Depois da queda de influência das forças antidemocráticas de esquerda, a estrutura produtiva não mudou. Só em 1978 alguma coisa se modificou na chamada zona da reforma agrária com reentrega de partes de propriedade aos seus donos. Mas não houve alterações substanciais desde então na estrutura da propriedade nem nos métodos de gestão da nova e extensa área económica do Estado. Por razões ideológicas os socialistas no poder tentaram proteger e até legitimar as ocupações de empresas quando estas se apresentavam como estando em regime de autogestão (Lei 66/78 criando o Instituto Nacional das Empresas em Autogestão, cuja acção veio a ser negligenciável).

As profundas modificações resultantes do primeiro golpe de esquerda em Março de 1975 perduraram até ao fim do período estudado neste trabalho, embora a esquerda não democrática fosse perdendo progressivamente a sua força e influência no aparelho de Estado. A manutenção desta revolução nas estruturas progressivas deve ser sublinhada porque teve efeitos importantes na evolução da economia portuguesa em todo este período. No plano económico o não pagamento de indemnizações minimamente justas, e insegurança quanto ao comportamento do governo, o estado quase caótico da economia e o marxismo expresso na Constituição, não conferiam confiança suficiente aos empresários nacionais e estrangeiros para investirem com capitais próprios. A desconfiança em relação às novas estruturas políticas permaneceu por muito tempo. Esta desconfiança e o medo

⁵ A história das violências, das cumplicidades e dos resultados está feita na extensa obra de um grupo de trabalho dirigido por António Barreto, *A Reforma Agrária*, UCP.

Revolução e pós-revolução (1974-1978)

subjacente foram dois dos efeitos mais profundos e duradouros da tentativa de perversão da Revolução de 25 de Abril de 1974.

A política orçamental

Embora coberta pelas exigências de um formalismo e um ritual burocráticos, a política orçamental também sofreu um apreciável descontrolo desde os primeiros governos provisórios. No seguimento da revolução, as exigências financeiras postas ao governo eram muitas: resolução dos «casos sociais», a absorção dos cerca de 40 mil funcionários coloniais, os subsídios aos bens essenciais, o auxílio aos refugiados das colónias, ao aumento brutal da burocracia, a proliferação de serviços públicos e o aumento dos vencimentos dos funcionários progressivamente comidos pela inflação.

Para além disto, havia uma nova clientela política a satisfazer. Subsídios de diverso montante eram concedidos sem grande controlo. Nas colónias, certos movimentos emancipalistas foram razoavelmente financiados por militares ditos «progressistas» que ocupavam cargos importantes. As despesas de descolonização nunca estiveram bem tipificadas e justificadas. Houve, portanto, despesas típicas de situações caóticas, onde o controlo não existe ou é meramente formal.

Porém, uma das coisas que em Portugal resistiram à revolução e aos golpes foi a burocracia do Ministério das Finanças. O rigor documental das despesas e seu enquadramento legal não era facilmente ultrapassável para as situações correntes, mas certamente era-o para situações confidenciais e revolucionárias. Todavia, as poderosas Repartições da Contabilidade Pública nos diferentes ministérios poderão impor um mínimo de disciplina que poderá ter evitado o caos e desvios ostensivos de fundos. Cumprido este formalismo, tão do agrado dos portugueses, nem sempre se cuidou de saber da bondade da despesa. Em nome da revolução gastou-se então o que no regime precedente se gastava em nome da defesa da integridade territorial. Era preciso pagar a revolução.

Alguns dos governos provisórios tentaram promover o crescimento das receitas, sobretudo através do aumento das taxas dos impostos directos. Seguindo o recomendado no já antigo e talvez inadequado Relatório Lundberg,⁶ os novos governantes aumentaram as taxas, sem cuidarem de que se atravessava uma situação depressiva em geral e anti-investimento

⁶ *The Financial System in Portugal, Report of a mission organized by IBRD and IMF, October, 1964.* A missão era chefiada pelo Prof. E. Lundberg. Este professor sueco voltou a Portugal em fins de 1974, onde, a despeito de confessada falta de informações, arriscou algumas opiniões.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

em particular. O aumento dos impostos directos (acompanhado de investivas contra os «ricos») confirmou os receios daqueles que financeira e tecnicamente podiam investir. Simplesmente, as receitas aumentaram proporcionalmente menos do que as taxas, porque a matéria colectável pouco cresceu ou até diminuiu, os lucros das sociedades baixaram, quando não passaram a prejuízos.

Desta forma, o *deficit* orçamental aumentou drasticamente desde 1974, atingindo $\Delta\Delta\%$, $\Delta\Delta\%$ e $\Delta\Delta\%$ do PIB nos primeiros três anos da revolução. Esta nova situação de forte *deficit* abertamente admitido era encarada como sem perigo, alegremente. Relendo a literatura jornalística da época tem-se a impressão de que se havia descoberto a pólvora e remediado definitivamente o obscurantismo do regime anterior que abraçava o mito do equilíbrio orçamental. Um pouco apressadamente, certas pessoas com patente de economistas diziam que era preciso injectar poder de compra para a economia portuguesa não entrar em crise.

Em situação depressiva, a injeção de poder de compra através do *deficit* orçamental poderia ser admissível ou até recomendável. Porém, a situação da economia portuguesa naquela altura não podia ser caracterizada linearmente apenas como depressiva devido à insuficiência da procura interna. Para se compreender o alcance e os efeitos do *deficit* orçamental será necessário ter em linha de conta alguns aspectos particulares.

- A conjuntura depressiva vivida a nível internacional não era originada por quebra das procuras internas, mas principalmente pelo encarecimento das matérias-primas industriais, nomeadamente o petróleo. A quebra da procura interna dos países industrializados foi uma reacção natural e salutar do mercado até se adaptar. A sua incidência sobre a economia portuguesa teve lugar na diminuição das exportações, uma vez que o escudo não se desvalorizou.
- O aumento dos salários havia estimulado a procura compensando a quebra de despesa de investimento e das receitas de exportação. Pode dizer se, pois, que a procura interna agregada teria crescido suficientemente sem necessidade de injeções adicionais, atendendo ao crescimento da massa salarial distribuída.
- Nos dois primeiros anos pelo menos, não havia real capacidade produtiva subaproveitada, excepção feita a algumas empresas exportadoras e na construção civil (alojamentos). O que efectivamente se verificava era que a capacidade existente em termos de equipamentos nem sempre era aproveitada, mas devido a factores que se prendiam com a desorganização geral da produção.

Revolução e pós-revolução (1974-1978)

- Mas o mais paradoxal resultou do facto de as despesas de consumo (despesas correntes, na classificação orçamental) terem crescido mais rapidamente do que as despesas de investimento (despesas de capital).

O acima referido mostra que o *deficit* orçamental resultou mais do descontrolo e do laxismo do que de uma política económica coerente e sustentável.

[N]

A forma de financiamento do *deficit* orçamental também se alterou depois da revolução. Antes, o *deficit* era financiado pelas instituições financeiras, pelas poupanças da Segurança Social e pelas poupanças de particulares; o banco central não financiava o governo para além da dívida flutuante. Depois de Abril de 1974, o banco central passou a ser o financiador principal do *deficit* através da tomada de títulos públicos contra emissão monetária. Três factores conduziram a este caminho. O primeiro tem a ver com a dimensão do novo *deficit* que tornava improvável garantir o seu financiamento através das fontes habituais. A segunda razão, a mais evocada, consistia, mais uma vez, na necessidade de injectar poder de compra. A forma mais eficiente de injectar poder de compra a curto prazo é criar moeda e entregá-la ao governo para a gastar. Assim se fez. A dívida pública aumentou muito rapidamente.

Em paralelo aumentou a dívida externa, pois o poder de compra adicional criado foi satisfeito em boa medida por importações adicionais que era necessário pagar. Logo que as reservas disponíveis em divisas se esgotaram, pôs-se o problema de utilizar as reservas de ouro. Receando o impacto negativo sobre a opinião pública – habituada a considerar o escudo como «garantido» pelo ouro – os governos de então não ousaram vender essas reservas e preferiram aumentar a dívida externa, embora comprometendo, algumas vezes, montantes de ouro como garantia.

[N]

O Banco de Portugal deixou de obedecer ao seu regulamento desde que foi nacionalizado logo em Maio de 1974. Passou a ser orientado pelo Ministério das Finanças, perdendo qualquer autonomia desde então. Tornou-se um fácil provedor de fundos para o governo. A indisciplina orçamental passou, assim, a condicionar a política monetária. A base monetária expandiu-se sempre impulsionada por duas rubricas: créditos ao governo e crédito aos bancos comerciais.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Tentativa de relançamento do crescimento económico

O crescimento económico ficou secundarizado neste período e, como seria de esperar, sofreu apreciáveis variações, provocadas tanto pelas alterações da conjuntura externa, como pelos avatares do processo revolucionário interno na sua fase de perversão. Em especial, a quebra do investimento atingiu a indústria e sobretudo a construção. Mas de um modo geral toda a economia foi atingida.

Em 1976, mais acentuadamente com o primeiro governo constitucional formado a seguir às eleições de Abril desse ano, foi estabelecida uma política de recuperação da economia, segundo um esquema keynesiano. Na construção desse esquema partiu-se das seguintes hipóteses:

- a) No início de 1976 havia capacidade produtiva inactiva, pois a procura tinha desacelerado em termos reais. Esta capacidade poderia ser recuperada se a despesa fosse suficiente, isto é, se a procura agregada oferecesse boas perspectivas de continuar a sua expansão.
- b) Na construção civil, o lançamento de obras públicas poderia substituir ou compensar a subida na produção privada de alojamentos cuja procura havia diminuído por parte dos privados, dadas a insegurança política e a diminuição das rendas reais (rendas fixas comidas pela inflação).
- c) O investimento privado poderia retomar se os preços dos equipamentos e dos fundos financeiros não aumentassem muito, o que exigia que se evitasse uma forte depreciação cambial do escudo e supunha que a taxa de juro real se mantivesse baixa.
- d) Como o rearranque do investimento privado não seria instantâneo e estaria limitado aos sectores não estatizados, ao investimento público era atribuído o papel de dinamizador da economia. Carente de outros projectos, o investimento deveria prosseguir daqueles projectos (capital intensivos) já começados: Sines, petroquímica, expansão da siderurgia, etc.
- e) O novo governo, formado pelo partido mais votado e por indigitação do primeiro Presidente da República constitucionalmente eleito por votação directa, era suposto gozar da confiança dos agentes económicos nacionais e de apoios externos.

Os factos não confirmaram inteiramente as hipóteses.

Revolução e pós-revolução (1974-1978)

Como já se referiu atrás, a deficiente utilização das potencialidades produtivas instaladas tinha mais a ver com a desorganização da produção e com os baixos níveis de produtividade do que com a insuficiência da procura. É certo que algumas indústrias exportadoras – têxteis, por exemplo – haviam perdido mercados externos importantes (as colónias, por exemplo). Mas a perda desses mercados não poderia ser imediata e inteiramente compensada pela expansão do mercado interno. A perda desses mercados teria de ser compensada pela conquista de novos mercados ou de maiores quotas nos antigos, e isso dependia fundamentalmente da competitividade dos produtos nacionais.

Além disso, com o crescimento do rendimento disponível pela maioria da população urbana ou suburbana, a estrutura da procura também se modificou (as elasticidades procura-rendimento não são uniformes). Manifestou-se maior preferência por produtos importados, nomeadamente por bens duradouros cujo valor acrescentado em Portugal era baixo ou nulo.

Tanto da construção como do investimento industrial e mesmo comercial, a aplicação de capitais tinha muito a ver com a confiança depositada no novo regime e na sua Lei Fundamental. É certo que a taxa nula ou negativa do dinheiro constituía um atractivo. Mas essa quase gratuitidade do dinheiro atraía principalmente aplicações fáceis e de curto prazo no comércio, principalmente na importação de bens duradouros, conforme já se explicou. Mas no que respeita ao investimento de mais largo prazo envolvendo algum risco e capitais próprios, a atracção era menor porque não se sabia se a taxa de juro se poderia manter naquele nível e se não haveria novas nacionalizações dada a forma marxizante como estava e está redigida a Constituição, a qual, no seu artigo 10, declara que a sociedade portuguesa deve «transformar-se numa sociedade sem classes» e, no seu artigo segundo, aponta como objectivo constitucional «assegurar a transição para o socialismo».

O Partido Socialista havia sido votado por mais de um terço da população e do seu programa partidário ainda constava a preferência pela «forma socialista de produção». Parece poder dizer-se que o empenhamento democrático deste partido e do ser secretário-geral (Mário Soares) não mereciam dúvidas, mas daí ia um passo grande até confiar na sua política económica possível. Os investidores potenciais não esqueciam que por força do já aludido facto dos partidos com o MFA, ao lado do governo e do Presidente eleitos permanecia o Conselho da Revolução formado por oficiais cooptados e que exercia funções parecidas com as de tribunal constitucional e de conselho garantidor dos ideais de socia-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

lização. A confiança dos agentes económicos era compreensivamente limitada, sobretudo no que se refere aos grandes projectos possíveis.

Os efeitos desta política económica não podiam deixar de ser limitados naquele contexto. Houve, contudo, alguma retoma do investimento e sensível retorno dos activos monetários ao sistema bancário em 1976. Todavia, a «generosidade» da política económica teve menos efeitos no investimento do que sobre o consumo e a importação, que aumentaram bastante. A pequena recuperação no sector produtivo esteve longe de compensar a queda verificada nos dois anos anteriores. Todavia, parar a queda e inverter a tendência já foi positivo.

Nos quadros a seguir pode observar-se a evolução durante aqueles três anos, notando-se o decrescimento em 1975 e a quase estagnação no conjunto dos três anos analisados. Salienta-se igualmente que se não contarmos com o elevado crescimento do valor acrescentado pela Administração Pública (AP),⁷ o crescimento do sistema produtivo propriamente dito foi bastante menor: o crescimento real do PIBcf em 1974 passa de 1,8% para 0,4% se o referido valor da AP não for contado; e em 1975, a queda real passa de 4% para 7%. No conjunto dos três anos, a taxa de crescimento real baixa de 6,1% para -0,8%, se não for contada a AP.

Tendo agora em conta o crescimento da população nestes três anos, verifica-se que o produto *per capita*, durante este triénio, baixou de 1,9% se for contada a AP e de 8,8% se esta rubrica for excluída. Calculando apenas para os dois primeiros anos, em que a crise foi mais acentuada e o crescimento populacional mais rápido devido à entrada de refugiados, o produto *per capita* no fim de 1975 era de 9,6% inferior ao registado no ano de 1973, incluindo a AP, e de 14,6% mais baixo se esta for excluída.

Os sectores mais atingidos foram, indubitavelmente, a construção e a indústria, e, nos dois primeiros anos, também os serviços não públicos sobretudo os ligados ao turismo. Olhando para o quadro da despesa nacional verifica-se que as rubricas mais expansivas foram o consumo privado e o consumo público, bem como as importações de bens e serviços. Pelo contrário, o investimento e as exportações sofrem baixas consideráveis. Durante os anos de 1974 a 1976, principalmente nos dois primeiros, a sociedade portuguesa consumiu bastante mais do que produziu.

Torna-se evidente que a situação acima descrita era insustentável. A distribuição das reservas cambiais tinha esgotado as divisas. Já se ha-

⁷ Como se sabe, o valor acrescentado pela Administração Pública é igual, por convenção contabilística, ao valor dos salários pagos aos funcionários públicos. Ora o funcionalismo público aumentou extraordinariamente durante estes anos, restando saber se o real serviço prestado aumentou na mesma medida.

*Revolução e pós-revolução (1974-1978)***Quadro 8.2**

	Δ% reais			
	1973	1974	1975	1976
Agricultura		-1,9	-2,7	1,5
Indústria	14,0	4,0	-8,5	3,3
Construção		3,5	-15,8	5,0
Administração pública	7,9	14,6	19,7	30,4
Outros serviços		-4,7	-4,6	12,9
PIBcf	11,7	1,8	-4,0	8,6
PIBcf sem Admin. Púb.		0,4	-7,0	6,2

Fonte: Relatório e Séries Longas CNP do BP, e Rel. do B. M., 1978.

Quadro 8.3

	Δ% reais			
	1973	1974	1975	1976
Consumo privado	4,8	6,2	9,7	4,3
Consumo público	7,8	17,3	6,6	7,0
FBCF	8,4	-7,7	-13,5	0,1
Exortações BS	11,7	-12,0	-14,1	-0,8
Importações BS	11,0	6,2	-22,7	6,2
PIBpm	11,2	1,1	-4,2	6,2

Fonte: Séries Longas da CNP, Banco de Portugal

viam encetado as reservas de ouro, e mais não se havia utilizado porque os governos no poder temeram as consequências políticas da venda desse metal. A maioria dos portugueses tinha sido educada na crença de que o valor da moeda nacional residia na sua «garantia ouro». Se este fosse vendido, a recusa do dinheiro nacional (qualquer ativo monetário) pelos agentes económicos aumentaria. Os políticos temiam também a perda de popularidade.

Por isso foi considerado preferível aumentar a dívida externa, de preferência sem comprometimento visível do ouro, logo, aceitando pagar uma maior taxa de risco. Simplesmente também este recurso tinha limites. A credibilidade do governo português junto dos bancos privados estrangeiros não era grande, e o risco aumentava na medida em que o volume de endividamento subia.

O Primeiro Governo Constitucional procurou que governos estrangeiros amigos formassem uma espécie de consórcio para conceder créditos especiais ao governo português, a fim de revitalizar a economia da jovem democracia consolidada. Mas a boa vontade dos países amigos não era indiferente ao uso que se fazia dos créditos concedidos, como se referiu atrás. Em resposta à campanha do governo para se criar o novo

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Plano Marshall – ideia aliás apoiada por alguns políticos europeus –, foi sugerido sistematicamente pelos governos sondados que, previamente, se estudasse um plano de emergência para Portugal pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e com esta instituição se acordasse um empréstimo de ajuda conjuntural. O que realmente se pretendia era que os centros de decisão políticos submetessem a sua política económica à bem conhecida disciplina do FMI. Isto é, que a política se submetesse à racionalidade da economia. Em 1977, perante a situação insustentável e em face das pressões internacionais para uma maior racionalidade, começa a pensar-se a política económica noutros termos (1.^a Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa).

Capítulo 9

As estatizações

No princípio de 1975, depois do afastamento do primeiro Presidente da República nomeado depois da revolução, o general Spínola, a maioria dos cidadãos começou a temer uma degeneração da revolução que haviam acolhido entusiasticamente. Como foi referido atrás, no Norte e no Centro do país principiou a esboçar-se uma resistência activa às prepotências de alguns militares e à progressiva tomada de poder pelos comunistas e similares. Mesmo no sector militar, muitos oficiais mais determinadamente anticomunistas temiam que a revolução democrática servisse talvez de meio e trampolim para nova forma de ditadura. A imprensa e a rádio, em grande medida infiltradas pelas referidas forças esquerdistas, fervilhavam de boatos de golpes e de contragolpes (aliás os jornais vendiam-se bem).

Como também se sublinhou atrás, parecia haver um impasse: o país completava a sua revolução democrática ou passava para um novo regime autoritário de esquerda? A pressão das forças esquerdistas não democráticas fazia-se sentir sobretudo na área económica, onde os seus partidários se infiltravam rapidamente.

No princípio de 1975, o Governo Provisório encarregou um dos «capitães» doutrinários da revolução (major Melo Antunes) de elaborar um plano em bases «progressistas» para a economia nacional, a fim de lhe traçar um rumo e pôr cobro à desorientação crescente. Esse mesmo documento¹ reconhece, no seu preâmbulo (p. 11), que «Têm-se, porém confundido algumas vezes, em certos sectores, democratização com indisciplina, instaurando-se em muitas empresas e serviços, tanto públicos como privados, métodos anarquizantes de substituição do velho pelo novo, que só têm aproveitado ao oportunismo, ao carreirismo ou ao

¹ *Programa de Política Económica e Social*, Gov. Prov. da R. P. (Lisboa: Minerva, 1975).

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

aventureirismo...»; «A ultra impaciência é um fenómeno contrarrevolucionário» (p. 13). De facto a situação económica piorava rapidamente, sobretudo a componente externa; o *deficit* da BTC de 1974 atingiu 6,3% do PIB depois de consecutivos excedentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A sociedade tornava-se caótica à medida que o tempo passava. Em Fevereiro de 1975 esse plano foi aprovado pelo Conselho de Ministros.

O plano referido era vago, mais sociopolítico do que um plano com reais orientações sobre política económica concreta. Procurou ser, acima de tudo, um compromisso entre orientações diferentes. Em nenhuma das suas partes preconizava a «nacionalização» de qualquer actividade económica, referindo expressamente o respeito pelo Programa do MFA, pois «o 25 de Abril não pôs em causa o direito à propriedade privada», e reafirmando a garantia de actuação à iniciativa privada, segundo as regras específicas da economia de mercado» (p. 7). Mas, também na mesma página, já sublinhava a «inviabilidade da não adopção, desde agora, de profundas reformas económicas e sociais», assumindo-se o MFA como vanguarda destas transformações. No capítulo IV, n.º 1 (p. 31) preconizava uma «política de controle económico» através de uma legislação muito intervencionista e punitiva, e de tomadas progressivas de capital até 51% nos sectores mineiro, siderúrgico, químico e petroquímico, electricidade, tabacos e armamento, e ainda no Crédito Predial Português. Esboçava uma reforma agrária com limitação da propriedade das áreas irrigadas até 50 ha, imposição de «normas» de cultivo aos latifúndios e reformulação da lei de arrendamento. No que se refere à propriedade fundiária urbana, foi aí que se propuseram as maiores limitações, porquanto aquele programa previa a «municipalização sistemática do solo necessário à renovação, expansão e reserva urbana por aplicação da lei dos solos, com cedência condicionada à promoção privada». Aparentemente, o novo «programa» não contentou a esquerda não democrática.

Neste ambiente efervescente, alguns oficiais anticomunistas começaram a ser induzidos a dar um golpe visando parar o crescente controlo do PCP. Simplesmente o «golpe» estava infiltrado e armadilhado por estes, quando, em 11 de Março, algumas tropas pára-quedaistas de uma base do Centro do país saíram para a capital, outras forças armadas comandadas por oficiais esquerdistas e a televisão já as esperavam numa operação bem publicitada. Foi uma intentona armadilhada [N] pelas forças de esquerda não democrática e seus aliados [N] e a estatização de todo o sector financeiro numa reunião selvagem nessa mesma noite de 11 de Março. Neste ambiente e com estas causas próximas se «decretaram» as

As estatizações

nacionalizações e o programa de Fevereiro foi arquivado. A maioria dos membros do governo de então soube dessas estatizações ao mesmo tempo que o resto dos cidadãos, isto é, pela imprensa e pela rádio do dia seguinte. Foi assim praticado um golpe de Estado silencioso.²

No dia 12 de Março todos os bancos e companhias de seguros estavam «nacionalizados» sem qualquer preparação ou sequer qualquer plano. Apesar de a Lei Constitucional Provisória (*O Programa das Forças Armadas*, de 25-4-1974) dizer expressamente que nenhuma modificação estrutural teria lugar antes de eleições livres, as estatizações foram feitas justamente antes das primeiras eleições democráticas para a Assembleia Constituinte, que estavam marcadas para o aniversário da revolução, em 25 de Abril de 1975. O PCP sabia perfeitamente que, depois das eleições, a imagem da sua pequenez eleitoral tornaria impossível essa mudança da estrutura da propriedade das empresas e sobretudo do seu controlo.

Os aplausos dos fracos não tardaram, mesmo dos servidores do anterior regime consultados. As «comissões» de trabalhadores pré-preparadas pelas referidas forças não democráticas impuseram-se imediatamente às administrações dos bancos como «vigilantes» dos actos de gestão a auto-proclamaram-se «representantes dos trabalhadores».

Nos oito meses que seguiram, muitos outros sectores foram estatizados por novos governos provisórios de coligação que também iam assim manifestando o seu zelo revolucionário. Para além dos bancos e das companhias de seguros foram expropriados os transportes aéreos, os transportes marítimos, grande parte dos transportes rodoviários (94 empresas de camionagem), refinação do petróleo e petroquímica, produção e distribuição de electricidade, cimentos, siderurgia, metalo-mecânica pesada, em especial construção e reparação naval, e, por último, as cervejeiras. Foi ainda objecto de estatização o maior grupo industrial português, CUF, embora algumas das suas actividades estivessem fora dos sectores «definidos» como sectores-chave. Esta foi uma estatização pessoalizada.

Como os bancos e as companhias de seguros possuíam participações maioritárias ou minoritárias em muitas outras empresas, a extensão das estatizações foi muito maior do que a subentendida pela lista de sectores acima. O Estado passou a possuir um largo número de empresas que vão desde bancos a agências de viagens e restaurantes.

² De um modo geral escreveu-se pouco acerca do golpe e do contragolpe. A informação sobre este assunto foi muito manipulada e os jornais deram cobertura à versão esquerdista. O A. tentou publicar um artigo «Onze de Março e a evolução política», mas nenhum dos semanários onde colaborava o aceitou. Veio a ser publicado, mais tarde na colectânea de artigos «Em Defesa da Democracia», pp. [N] a 48.

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 9.1**

	%
Valor acrescentado	14
FBCF	31
Emprego	7

Os dados compilados sobre a extensão do conglomerado de empresas a que se passou a chamar «sector público produtivo» nunca foram suficientemente fidedignos. No sector financeiro o governo passou a controlar 98% desse sector, e cerca de 60% nos vários transportes. Quanto à indústria, admite-se que o governo controlasse cerca de 1/3 do valor acrescentado na indústria, decidisse cerca de 30% do investimento bruto e ocupasse cerca de 1/4 da mão-de-obra industrial. Uma avaliação³ para 1978 apontava os seguintes valores relativos para as Empresas Públicas (incluindo as que operam como serviços autónomos) não financeiras (excluindo portanto bancos, similares e companhias de seguros).

Para além desta propriedade estatal directa havia também o subsector das empresas em regime de autogestão, de que se falará mais adiante. Todavia a extensão deste tipo de propriedade dita colectiva nunca foi muito grande, mesmo no auge do assalto às empresas.

«Reforma» agrária e ocupação de terras

Na agricultura, as estatizações foram feitas à margem dos poderes teoricamente constituídos. Grupos partidários, com predominância do PCP, com a participação de algumas forças militares comandadas por oficiais esquerdistas e com a complacência dos comandos da região, praticaram uma política de assaltos às grandes propriedades do Alentejo e da parte sul do Ribatejo que ocuparam pela força.⁴

Ao mesmo tempo, os comunistas e seus aliados tratavam, em Lisboa, de obter os necessários decretos de confiscação a fim de darem um manto de cobertura legal às ocupações violentas de terras. Ao conjunto de diplomas, que foram sendo publicados à medida que o processo concreto avançava, foi dado o nome de «Reforma Agrária». Falava-se, por essa al-

³ [N] S. Martins e O. Rezende – «Empresas Públicas não Financeiras da Economia Portuguesa» –, in *Nova Economia* [N].

⁴ Estes procedimentos violavam claramente a Declaração Universal dos Direitos do Homem; nomeadamente o seu artigo 7.º e o Código Penal Português [N].

tura, numa «legalidade revolucionária» que tudo cobriria desde que se evocassem os interesses da revolução. A maioria dos proprietários expropriados ficou desapaosada de tudo, incluindo as residências.

No início, a ocupação atingiu um pouco mais de 1 milhão de hectares, numa área de 3,5 milhões (chamada mais tarde Zona de Intervenção da Reforma Agrária), subsistindo, assim, pequenas e médias propriedades. Subsistiram até grandes propriedades – principalmente no Ribatejo – onde a força do PCP não foi apoiada pelas forças militares comandadas por esquerdistas, o que evidencia que as ocupações só se impuseram onde se exibiram armas.

Depois de ocupadas as terras, as explorações colectivizadas formaram-se em Unidades Colectivas de Produção (UCP) ou, menos frequentemente, em Cooperativas (o nome não traduzia diferenças significativas). As UCP constituíam explorações de grande dimensão (algumas de 10 000 hectares) no estilo soviético e eram de facto comandadas por funcionários do PCP. Este partido passou a dispor de grande poder e influência na região, pois controlava a produção e o emprego. Embora o fenómeno tivesse afectado toda a região, de facto a propriedade teoricamente estatal tão-pouco foi bem delimitada, porque por muito que se tentasse, em Lisboa, dar cobertura legal às ocupações de terras, as arbitrariedades que ocorriam na realidade ultrapassavam o que pudicamente a lei poderia explicitar. Os grupos de várias tendências políticas tentaram repartir as áreas, mas o PCP dominava a maioria das UCP e de facto comandou o processo.

Em 1977 foi votada na Assembleia da República uma nova lei que permitia reentregas limitadas de terras aos proprietários espoliados, o que reduziu a área ocupada pelas UCP a cerca de metade já em 1980.

Ocupação de empresas e autogestão

A par das estatizações que mereciam os favores e as energias do PCP, outros tipos de ocupação de propriedade tiveram lugar. Tratou-se da tomada de empresas por trabalhadores dessas empresas ou, não raramente, por outras pessoas, quase sempre funcionários de sindicatos ou do PCP. Os proprietários e os gestores foram expulsos – algumas vezes mantidos em sequestro por vários dias – ou abandonaram as empresas logo que viram a situação a piorar. Muitas vezes tratou-se de empresas que vinham sentindo dificuldades económicas e com salários em atraso ou reduzidos, onde os «patrões» ofereciam menor resistência.

Os trabalhadores e os que se lhes juntaram proclamaram-se em «autogestão». Em geral os grupos de indivíduos, que lideravam o processo de

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

ocupação, obtinham do Ministério do Trabalho – com ou sem conhecimento do ministro – cartas e até «certidões» que os «mandatavam» como gestores das empresas e ordenavam aos bancos que os aceitassem como movimentadores «legais» das contas das empresas ocupadas. Em contrapartida, os tribunais continuavam a responsabilizar os donos legítimos por tudo o que acontecia nas empresas. A confusão era muita e a justiça sofria.

A primeira empresa ocupada foi logo em Maio de 1974; em Outubro de 1979 recensearam-se 987 empresas autogestionárias, uma parte das quais extintas ou em vias de extinção, devolvidas ou em vias de devolução ou transformadas em cooperativas. Em 1979, a maioria delas estavam muito endividadas junto do sistema bancário. No conjunto, [N] as empresas ocupadas e propriedades em autogestão não chegaram a afectar mais de 0,1% das sociedades portuguesas.⁵

Este tipo de organização era visto pelo PCP como uma heresia titista e, se não foi combatido, pelo menos aquele partido procurou controlá-las. Em contrapartida o Partido Socialista tentou orientar estas iniciativas, e foram justamente ministros socialistas que, depois do 25 de Novembro de 1975, procuraram legalizar as situações juridicamente difíceis em que a maioria se encontrava. O primeiro governo constitucional fez uma tentativa de legalização (DL 821/76) e mais tarde foi criado um organismo para coordenação destas empresas: o Instituto Nacional das Empresas em Autogestão (L 66/78) que morreu progressivamente. Em resumo, a autogestão não vingou de forma significativa em Portugal.

A desorientação da política económica

No fim do Verão de 1975, o poder do Estado no campo económico era muito grande e abrangia todos os sectores fundamentais da economia. Mas, na realidade, eram várias as forças políticas que tentavam controlar as nomeações para os postos de chefia e comandar o sistema económico. Do ponto de vista de política económica muitas acções desgarradas tiveram lugar. Como se disse atrás, foi esta dificuldade em controlar totalmente o poder que levou as forças de esquerda não democrática a tentarem o novo golpe de Estado em Novembro de 1975.

Dada a impreparação técnica de todo o processo de estatização das empresas, os novos gestores pouco ou nada conheciam daquelas empre-

⁵ A mais completa documentação sobre empresas ocupadas e em autogestão encontra-se em L. B. Correia (relator), *Autogestão em Portugal*, Ed. [N], 1990.

As estatizações

sas tomadas em nome do Estado, não recebiam instruções específicas por parte dos ministros responsáveis e eram ultrapassados e intimidados pelas partidárias «comissões de trabalhadores» que se lhes colavam à perna. A gestão não podia deixar de ser desastrosa na maioria dos casos, independentemente do valor pessoal de alguns gestores. Os critérios de escolha dos gestores e os de avaliação das suas performances eram eminentemente políticos. Antes de mais, os gestores tinham de ter um «comportamento revolucionário», o que, evidentemente, cobriu muitos oportunismos, não poucos negócios pessoais, e muitas asneiras óbvias.

Mesmo depois das eleições de Abril de 1976, as empresas estatizadas continuaram a ser instrumentos da política dos governos, nem sempre nacionais. O DL 260/76, colocou as Empresas Públicas (EP) (expressão oficial) sob a tutela de diversos ministérios numa óptica de especialização que em nada ajudava a coordenação da política económica. Para além desta descoordenação, vários erros foram cometidos, os quais levaram as EP a uma situação catastrófica.⁶ Sumariamente:

1. Para combater a inflação, o governo impedia a repercussão dos aumentos dos custos nos preços de venda (alimentares, tabaco, água, eletricidade, petróleo, transportes e comunicações), ou pelo menos introduzia algum desfasamento, o que evidentemente agravava a situação financeira das empresas. A solução era pedir subsídios ou descapitalizar. Uma e outra coisa ocorreram. Alternativamente, o governo fixava a margem comercial (alguns bens alimentares manufacturados, pneus, cimento, pesticidas e alguns produtos siderúrgicos), o que não estimulava as empresas a controlarem os seus custos em regime de monopólio ou de oligopólio.
2. As empresas trabalhando para a exportação ou para o investimento interno nem sempre puderam utilizar em pleno a sua capacidade produtiva pois ou não eram competitivas (aumentos dos custos de produção e sobrevalorização do escudo) ou as suas vendas sofriam a recessão da crise do petróleo nos países clientes. Mas como não podiam despedir e ajustar custos, tiveram de acumular prejuízos e endividar-se.
3. Frequentemente as EP funcionavam como agências de emprego, sobretudo como meio de formar clientelas partidárias entre operá-

⁶ Uma análise tão detalhada quanto possível foi feita para Portugal: *Recommendations for Institutional and Potential Reforms* – World Bank, 1986. Esse trabalho foi produzido por uma missão do Banco Mundial [N].

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

rios e quadros. Na maioria das EP, o emprego cresceu mais depressa do que o produto gerado. Daí que a produtividade ficasse muito baixa. Já nos anos 80 se assinalava (*Public Enterprises*, op. cit.) [sic] que os transportes aéreos (TAP) empregavam 1 trabalhador por 200 passageiros/ano transportado, enquanto nas companhias similares Ibéria (Espanha) e Olimpia (Grécia) o número de passageiros era de 500. Nos transportes colectivos de Lisboa (Carris) o número de empregados por autocarro era de 8, enquanto era de 4 em cerca de 45 companhias similares europeias. A produção média de adubo por trabalhador da Quimigal era de 366 toneladas, enquanto a média na Itália e na França era de 800. Os exemplos podiam multiplicar-se.

4. Devido à sua fraca posição enquanto solicitador de créditos no mercado financeiro internacional, o governo obrigava as EP grandes importadoras (principalmente de cereais, de carvão e de petróleo) a realizarem as suas importações com financiamento estrangeiro, boa parte do qual a curto prazo. Foi prometido a estas empresas que o Banco de Portugal cobriria as oscilações de câmbio (risco cambial). Quando o dólar e outras moedas se valorizaram, no princípio dos anos 80, os custos cambiais não foram de facto pagos pois o governo e o Banco de Portugal (depois de 1984 assumiu a responsabilidade cambial direta perante as EP – DL 330-A/84) faltaram ao prometido. Igualmente lesadas foram as Pequenas e Médias Empresas (PME), que fiadas nas promessas de cobertura do risco cambial, se lançaram em programas de investimento com financiamento externo.
5. Alguns dos preços praticados pelas empresas eram subsidiados (alimentares, adubos e transportes, principalmente), mas o governo ou os seus agentes (o chamado Fundo de Compensação) atrasavam-se nos pagamentos. Um dos casos mais graves foi o dos atrasos dos pagamentos devidos ao monopólio produtor de electricidade, o que fazia aumentar constantemente o montante dos débitos do Estado à EDP e desta em relação a terceiros.
6. Para acorrer às suas despesas e ao pagamento de empréstimos externos, as EP eram obrigadas a recorrer ao crédito bancário interno ou a renovar o seu endividamento externo. Enquanto as taxas de juro externas eram moderadas e as internas eram baixíssimas ou mesmo negativas, o acumular de dívidas não era grave. Mas quando as taxas internas e externas subiram (efeitos especiais), o montante da dívida começou a vencer juros capitalizados, porque

As estatizações

nem sempre as EP puderam suportar [\]. Como, em contrapartida, as EP credoras do governo e das municipalidades não podiam cobrar juros ou, no caso de poderem, a taxa de juro era superior à taxa de desconto do banco central (5 a 8 pontos inferior às taxas activas que elas pagavam), as EP passaram de facto, a subsidiar o governo, o que desequilibrou ainda mais a sua situação.

7. As organizações sindicais dentro das EP sempre permaneceram poderosas, mesmo depois de a importância e a interferência das «comissões de trabalhadores» terem diminuído. Esse poder manifestava-se e ainda se manifesta nas negociações salariais. Os salários efectivamente pagos cresceram sempre mais rapidamente nas EP do que no resto da economia até 1985. O salário-base podia aparentemente não subir de forma tão díspar, mas expandiram-se outras duas componentes, que representavam parcelas importantes: os benefícios extras (esquemas autónomos de saúde, viagens gratuitas, etc.), pois chegaram a atingir cerca de 60% do salário-base e as horas extraordinárias chegaram a representar 40% do salário base (cf. WB, *op. cit.*, p. 73). Um dos campos de benefícios marginais é o monopólio da electricidade (EDP), sempre melhorados apesar dos sucessivos prejuízos. De um modo geral, os salários efectivos aumentaram mais do que a produtividade (*op. cit.*, p.29), pelo que o seu peso na estrutura de custos aumentou progressivamente. Dada a rigidez da legislação laboral, os custos salariais passaram a constituir custos fixos.
8. Desde sempre que as nomeações dos gestores para as EP obedeciam mais a critérios político-partidários do que ao exame objectivo da competência dos gestores. Portanto estes deviam fidelidade hierárquica e política ao ministro de tutela, que, de facto, interferia a seu bel-prazer nessas empresas. Isto para dizer que o grau de independência dos gestores era muito baixo, e, em consequência, a sua acção pautava-se pelo agrado ao ministro da tutela. As relações com a tutela económica eram, conseqüentemente, obscurecidas pela dependência pessoal política e casuística, uma vez que uma orientação genérica não era fixada. Os conselhos de gestão não tinham objectivos de lucro ou de rentabilidade definidos, nem estavam estimulados para isso. Perante um conflito com o sindicato influente nos corredores políticos mandavam a lógica do lucro às urtigas e cediam para sobreviver. Os gestores eram relativamente mal pagos (cerca de metade de um homólogo em actividades privadas) e as suas remunerações não estavam ligadas nem dependiam dos resultados obtidos. Muito frequentemente eram funcionários dessa EP

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

ou de outra e quando terminavam o seu mandato de gestores voltavam para os seus lugares cuja remuneração tinham ajudado a aumentar. O esquema de motivações estava pois fundamentalmente errado.

Resultados

Não admira que deste esquema de gestão resultasse forte acumulação de prejuízos e crescente endividamento das EP. Talvez mais grave ainda, as contas de algumas EP não traduziam com exactidão a situação económica das mesmas. A já aludida missão do Banco Mundial estabeleceu alguns rácios financeiros-chave para 16 empresas públicas não financeiras (EPnf) que lhe foi possível analisar. Entre parêntesis está inscrito o mesmo rácio para as 5 principais empresas públicas de transporte. Todos estes rácios mostram uma situação financeiramente preocupante, que de 1976 a 1978 pouco melhorou.

Quadro 9.2 – Rácios-chave de 15 EPnf (%)

	1976	1977	1978
Remuneração do capital empregue (ROCE) incluindo subsídios	5,6	7,8	9,9
(5 EP de transporte)	-8,0	6,0	8,1
Remuneração do capital próprio (ROA) antes dos imp. e excluindo sub.	-18,4	-14,8	-12,7
(5 EP de transporte)	-437,5	-1145,7	-331,1

Quadro 9.3 – Deficit do sector público em % do PIB, 1982

	EPs			SPA	Total
	EPnf	Outras	Total		
Não ajustado	7,2	4,5	11,7	11,2	22,9
Ajustado	2,7	3,7	6,4	9,3	15,7

Quanto ao *deficit*, não se dispõe de dados anteriores a 1982, mas a missão do Banco Mundial calculou que, naquele ano, o *deficit* do sector público atingia 22,9% do PIB, correspondendo cerca de metade, 11,7%, às EP. Se esta percentagem fosse corrigida dos efeitos da inflação e descontado o investimento normal, ela passaria para 6,4%. Esta percentagem isola e de algum modo explica os efeitos específicos da «má política» gestiva das EP. Como se viu pelo quadro acima e adiante se assinalará mais

As estatizações

em detalhe, a situação económica resultante das estatizações foi piorando, mas criando, simultaneamente, uma apreciável capacidade de resistência às mudanças. Os interesses corporativos dos gestores públicos tornam-se poderosos e eles zelam para que as mudanças do *status quo* não prejudiquem os seus interesses. Estes gestores públicos têm fortes conexões com os membros de qualquer governo em qualquer ocasião pois pertencem ao mesmo grupo e muito frequentemente permutam lugares: das EP para o governo e vice-versa. É nessa área que se encontravam e encontram as melhores conexões partidárias; no início do PCP e MDP e mais tarde do PS e do PSD. Também o jogo de influências e de solidariedades foi sempre muito forte; as EP colaboraram na tarefa de tapar os *deficits* orçamentais que se iam alargando. O imobilismo e as resistências às mudanças do *status quo* foram-se acentuando com o tempo, à medida que esta rede de interesses grupais se consolidava.

O mesmo se passou do lado dos sindicatos, na medida em que lhes parecia mais fácil obter aumentos de salários nas EP do que nas empresas privadas, onde a defesa da rentabilidade era maior. Como já se referiu, nas EP os gestores eram frequentemente funcionários de carreira dessa empresa ou de outra EP, de tal forma que os aumentos de salários acabavam finalmente por beneficiá-los. Portanto, os interesses dos sindicatos e dos gestores convergiam para se manterem situações em que ambos beneficiavam.

A estatização da economia portuguesa autogerou focos de conservadorismo, sociologicamente talvez mais poderosos do que a rigidez constitucional.

O custo das estatizações e do imobilismo, que se gerou na área da economia portuguesa anteriormente mais dinâmica, é difícil de avaliar mas pode ter sido grande. A sua diluição no tempo também não se fará apenas com o processo aparentemente intenso das privatizações.



Capítulo 10

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

Com esta comunicação proponho-me apresentar uma reflexão crítica sobre a política económica seguida em Portugal depois da nossa integração na CEE, apreciar os seus resultados e sugerir várias medidas para uma futura política que vise o crescimento sustentado da economia portuguesa mais independente de quem ocupa ou quer ocupar o poder político.

Muitas dessas reflexões já foram apresentadas em outras ocasiões, por vezes em cima dos acontecimentos, o que me valeu o custo de quase ter razão antes do tempo.

As informações estatísticas básicas aqui mencionadas foram todas retiradas dos Relatórios do Banco de Portugal. Outras existem mas não foram usadas, a fim de evitar discussão de fontes.

As condições de partida

O novo acordo com o FMI

A recuperação sustentada da economia portuguesa iniciada com o primeiro acordo com o FMI em 1978 foi perturbada com a política económica de 1980 de crescimento a contraciclo da economia mundial. Essa política estimulou o crescimento económico através da expansão da procura interna sem cuidar dos desequilíbrios externos que daí resultariam. De facto provocou o crescimento rápido da dívida externa, de tal forma que em 1983 foi necessário recorrer de novo ao FMI e firmar um acordo de recuperação mais duro do que o de 1978.

Em 1983, na sequência desse novo acordo com o FMI, a economia portuguesa entrou num período de austeridade e de refreamento da procura interna, a fim de reequilibrar as contas externas através do relançamento vigoroso das exportações.

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 10.1 – Deficit do sector público em % do PIB, 1982**

	1982	1983	1984	1985
PIB	3,2	-0,3	-1,6	3,3
FBCF	2,9	-7,5	-18,0	-3,0
Exportações	6,0	16,7	14,2	11,1
Importações	5,4	-8,7	-2,7	3,3
IPC	22,4	25,4	29,3	19,3
BTC / PIB (%)	-13,4	-7,3	-3,1	1,8

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

O quadro 10.1 mostra o declínio do produto interno bruto (PIB) e do investimento (formatação bruta do capital fixo = FBCF). Mas evidencia também a rápida recuperação das exportações de bens e serviços e o reequilíbrio da balança de transações correntes (BTC) realçado em menos de dois anos e numa fase em que Portugal não contava com subsídios comunitários. Pela primeira vez no decénio a BTC apresentou saldo positivo (1,8% do PIB). Em 1985 esse objectivo de reequilíbrio externo havia sido realizado, mas com elevado custo.

Naquele ano, principalmente no segundo semestre, a conjuntura internacional começou a tornar-se mais favorável para Portugal.

A conjuntura externa

Mas em 1986 a conjuntura externa melhorou ainda mais. Os principais factores favoráveis foram:

- A queda do preço em dólares do petróleo, que no caso português se traduziu por uma descida do preço médio de 47,7% em 1986. Dada a enorme dependência de Portugal em matéria de energia primária (importamos 85%, sendo 75% de petróleo), esta queda de preços representou uma grande economia. Igualmente desceram os preços de muitas importações básicas, nomeadamente os de cereais e oleaginosas que baixaram de 4%. Só o efeito da descida do preço do petróleo sobre a balança energética, calculado pelo Banco de Portugal, proporcionou uma poupança de cerca de 800 milhões de dólares em 1986.
- A descida das taxas de juro representou também grande poupança em pagamentos externos devido à elevada dívida. Entre 1985 e 1986, a taxa de juro implícita na dívida externa portuguesa desceu

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

de 8,8% para 7,4% e o peso dos juros a pagar em percentagem do PIB desceu de 6,6% para 4,3%.

- A desvalorização do dólar de cerca 22% em 1986 tornou mais baratos em escudos todos os produtos facturados em dólares, incluindo o petróleo. O efeito específico da desvalorização do dólar calculado sobre a BTC foi de uma poupança de cerca de 500 milhões de dólares em 1986, segundo divulgou o Banco de Portugal.
- A expansão da economia internacional, tanto dos países industrializados como dos em vias de desenvolvimento, principalmente os países asiáticos.

Muitos dos efeitos das modificações dos preços relativos analisam-se através de um índice chamado «razões de troca» (RT) que traduz a evolução relativa dos preços médios de exportação e dos preços médios de importação. Quando esse índice cresce, isso quer dizer que os preços das exportações melhoraram relativamente aos das importações, o que representa um ganho para o país. A variação efectiva desse índice é dada pelo quadro 10.2.

Quadro 10.2

	1983	1984	1985	1986
$\Delta\%$ do Ind (RT)	-1,6	-1,1	-4,8	12,8

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Após uma deterioração pronunciada em 1985, verificou-se um enorme ganho de 12% em 1986 que representou por si só cerca de 4,2% do crescimento do PIB daquele ano, independente do governo que o país tivesse tido.

A adesão à CEE

A adesão efectiva de Portugal à CEE, em 1 de Janeiro de 1986, cujo tratado foi negociado e assinado pelo governo do bloco central, trouxe benefícios incalculáveis para a economia portuguesa, alguns dos quais não são totalmente reconhecidos, até porque continuam a actuar no longo prazo. Destaquemos os mais importantes e imediatos.

- O livre acesso a mercados amplos e de elevado poder de compra. Sobretudo os mercados italiano e espanhol reduziram ou anularam a maioria dos proteccionismos que utilizavam em relação às mer-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

cadorias portuguesas. Por seu turno, a expansão dos mercados com livre acesso teve importante impacto incitador do investimento em Portugal, principalmente na indústria mais virada para a exportação que agora via mercados europeus abrirem-se.

- Portugal começou imediatamente a receber auxílio financeiro que prometia continuar a aumentar, como de facto aumentou até chegar a representar quase 5% do PIB. Este influxo de fundos financiou os grandes investimentos em infra-estruturas, permitiu formar mão-de-obra embora com fortes desperdícios e corrupções, e ajudou os investimentos privados.
- A estabilização do regime político como Estado de direito insusceptível de reeditar as «nacionalizações e ocupações selvagens de 1975», já que o regime jurídico e judicial ficou submetido em última instância ao Tribunal Europeu. Esse novo enquadramento institucional fez diminuir o risco político do país e contribuiu para melhorar a opinião externa a respeito de Portugal. Em particular melhoraram as perspectivas de investimento estrangeiro em Portugal.

Portanto, logo em 1986 o novo governo desfrutava duma conjuntura externa muitíssimo favorável, beneficiava da entrada na CEE e herdava positivas condições de recuperação da economia nacional. Nestas circunstâncias, para a economia portuguesa não ter crescido teria de ter havido uma decidida política de subdesenvolver Portugal.

Política económica (1986-1988)

O crescimento do PIB

Obviamente incapaz de governar em coligação, o novo primeiro-ministro optou por formar um governo monocolor minoritário. Esta opção condicionou a sua política económica, na medida em que temia novas eleições a cada momento pois estava sempre numa posição politicamente insegura. Por isso, promoveu sistematicamente uma política económica eleitoralista até às eleições de 1987.

Assim, depois de três anos de austeridade, a política orçamental voltou a ser expansiva, adoptando a mesma receita de 1980. Aproveitando a conjuntura deflacionista externa, o governo acelerou o crescimento do crédito, fez subir os salários reais acima dos acréscimos de produtividade e aumentou as despesas públicas. Isto é, expandiu a procura interna consideravelmente mais do que o produto, gerando-se assim um rápido aumento das importações, sem cuidar do equilíbrio externo.

*Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE***Quadro 10.3**

(Δ%)

	1986	1987	1988
PIB	4,1	5,1	4,0
Procura interna	7,3	9,8	8,4
Exportações B+S	7,6	10,7	7,2
Importações B+S	17,8	23,7	18,7
BTC/PIB %	3,9	1,2	-2,4
Salários reais	5,5	6,8	0,2

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Mas conseguida a maioria absoluta nas eleições de 1987, a política económica deixou de ser tão expansionista em 1988. Entretanto, a balança comercial e a BTC foram-se deteriorando, apesar de Portugal ter beneficiado já de 340 Mc de subsídios da CEE durante estes três anos e de as remessas de emigrantes terem aumentado.

Deve lembrar-se que durante este período Portugal continuava a beneficiar de uma conjuntura internacional muito favorável. As razões de troca continuavam a melhorar e a ter efeitos anti-inflacionistas cumulativos, o que permite explicar porque não houve aceleração da inflação nestes anos de forte expansão da procura interna. Também as taxas de juro de médio e longo prazos internacionais se mantiveram a níveis baixos, portanto sem agravamento dos custos da dívida externa.

Quer isto dizer que a economia portuguesa beneficiou de uma rara conjugação de circunstâncias: mercados mundiais em expansão, por um lado, e, por outro, descida de preços das matérias básicas. O quadro a seguir mostra as taxas de crescimento do PIB das principais áreas onde vendemos, destacando-se o emergente mercado espanhol, cujas taxas de crescimento foram, aliás, mais elevadas que as de Portugal, apesar de este país ter vindo de um nível mais baixo.

Quadro 10.4

(Δ%)

	1986	1987	1988	Média
EUA PIB	2,8	3,7	4,6	3,7
CEE PIB	2,7	2,9	3,7	3,1
Espanha PIB	3,4	5,5	5,0	4,6
Razões de troca	12,1	2,1	9,4	-

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Sabendo que podia contar com o auxílio financeiro comunitário, o governo apresentou – repetidamente – vários planos e projectos de grandes obras públicas. Após a baixa de actividade no anterior período de austeridade, existia em 1986 capacidade produtiva não utilizada, a qual respondeu imediatamente aos incitamentos do orçamento expansionista e à abertura de novos mercados. A descida das taxas de juro favoreceu também o crescimento do investimento.

Aproveitando também o maior optimismo que decorria da inserção na CEE, o governo lançou um discurso optimista sobre a economia portuguesa chamando derrotistas aos que tinham opinião contrária à sua.

Mostrando já a que iria ser a sua postura nos anos seguintes, o governo atribui-se a si próprio todo o mérito desta retoma da economia nacional depois da austeridade exigida pelo segundo acordo com o FMI. Nessa altura escrevi a parábola do galo que todas as manhãs cantava quando o céu clareava e depois gabava-se de que fazia nascer o sol.

As reformas económicas

As duas principais reformas de fundo a que o governo procedeu foram herdadas do governo anterior que as tinha prontas, aliás, na decorrência do acordo com o FMI:

- O reconhecimento e explicitação da dívida oculta, incluindo a das EP;
- A implementação da reforma fiscal, primeiro a parte referente aos impostos indirectos (1986) e depois a respeitante aos impostos directos (em 1988).

O reconhecimento da dívida oculta correspondia a uma exigência do FMI da qual não decorria agravo para o novo governo pois podia imputar a responsabilidade pela dívida aos governos passados, além de que, emolando a dívida efectiva, permitia mostrar maiores rácios de redução da mesma no futuro próximo. De qualquer maneira tratou-se de continuar uma acção positiva que já vinha do anterior governo.

A concretização da reforma fiscal aumentou bastante as receitas públicas, tanto por aumento da tributação como por aumento da massa tributável em 1989.

A reforma de fundo a que o governo mais poderia chamar sua foi a do começo da reprivatização de empresas estatizadas em 1975. Diga-se, no entanto, que essa tendência teria sido seguida por qualquer governo

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

democrático, porque era evidente o crescente custo de manutenção da estatização. Na prática, as reprivatizações empreendidas foram sucessivamente adiadas e foram mal conduzidas.

O ponto de viragem (1989)

Este ano apresenta-se singular a vários títulos. Destacam-se alguns aspectos e eventos:

1. Os impostos efectivamente pagos neste ano aumentaram substancialmente, porque se acumulou o pagamento dos impostos de 1988, segundo o antigo regime fiscal, com os de 1989, segundo o novo regime que suprimiu o desfasamento entre o recebimento do rendimento e a cobrança do imposto. Isso permitiu ao governo diminuir o *deficit* orçamental de 5,4% do PIB em 1988 para 3,9% em 1989, embora retomasse a subida logo no ano seguinte. Permitted-lhe também adiantar o pagamento de uma parte da dívida externa.
2. Os agentes económicos começaram a perceber ao longo do ano que a favorável conjuntura externa tinha começado a esbater-se. A taxa de juro implícita na dívida externa subiu ligeiramente para 8,6% depois de ter baixado em 1988 para 8%. As razões de troca estabilizaram deixando assim de constituir um injectores de crescimento na nossa economia. O preço do petróleo ainda desceu em 1988 (13,8 dólares por barril) e em 1989 manteve-se aos níveis de 1986 (16,7 d/b). O preço dos bens alimentares aumentou ligeiramente, mas o que aumentou mais foi o preço dos bens de consumo importados. Como os efeitos inflacionistas resultantes do crescimento excessivo da procura interna deixaram de ser compensados pelos ganhos das razões de troca, verificou-se uma retoma da inflação que de facto reacelerou, passando de 9,6% em 1988 para 12,6% em 1989... o que, sub-repticiamente conferiu uma vantagem adicional ao governo pois a taxa de juro real implícita na dívida interna tornou-se negativa (-0,9%).
3. Os agentes económicos, sobretudo os exportadores, aperceberam-se, também de que o escudo estava a sobrevalorizar-se em termos reais (soma da valorização nominal do escudo com o diferencial entre as taxas de inflação interna e externa). De facto, após uma quase supressão da desvalorização deslizante, o escudo já havia registado uma pequena valorização nominal de 0,8% em 1988. Mas

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

em 1989 a valorização efectiva foi brutalmente elevada para 4,1%, o que, acumulado com o diferencial das taxas de inflação, deu uma valorização real de cerca de 11%. Claro que nem a percepção deste fenómeno nem a sua ocorrência se verificaram logo no início do ano.

4. O investimento desacelerou consideravelmente, sobretudo o investimento privado. As razões prendiam-se com o já referido aumento dos encargos fiscais, com a saturação do forte investimento havido nos anos anteriores (1986-1987) que recuperou a quebra havida entre 1983 e 1985, e com a percepção por parte dos empresários de que o primeiro impulso de conquista rápida de mercados estava a terminar e de que a política cambial estava a mudar como deixaram perceber os discursos políticos.

Efectivamente neste ano ganharam velocidade e amplitude as discussões europeias sobre a unificação monetária com a apresentação do Relatório Delors sobre a União Económica e Monetária. Nessa discussão emergiu mais claramente a noção de que a convergência cambial das moedas implicava a convergência das taxas de inflação dos países-membros. Conhecendo que a primeira etapa da UEM estava prevista para o começo do segundo semestre de 1990, o governo decidiu intensificar a política anti-inflacionista, aparentando rectificar a linha política anterior de crescimento com base na excessiva expansão da procura interna. Sendo incapaz, como sempre tem sido, de impor disciplina financeira si próprio, o governo tomou medidas para reduzir o crescimento da procura interna, impondo disciplina sobre os outros agentes económicos:

- a) Anulou o crescimento real dos salários (0% em 1989), o que foi fácil porque a inflação estava a reacelerar.
- b) Aumentou as taxas de juro em cerca de 2,5 pontos percentuais. Ao mesmo tempo desacelerou o crescimento dos limites de crédito. O limite-base de créditos em Dezembro de 1989 foi cerca de 15% inferior ao de Dezembro de 1988. Esta redução não molestou o governo porque as suas necessidades de financiamento se tinham reduzido com o aumento dos impostos naquele ano, conforme já se viu atrás.
- c) Consentiu numa valorização efectiva do escudo de 4,1%, desta forma antecipando o que iria ser a sua política monetária implícita a partir de 1990. Retirando ainda proveito já do impulso da entrada na CEE da conjuntura externa, o governo preparou uma viragem da sua política económica em parte como decorrência da reorientação

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

da política comunitária visando a União Económica e Monetária (UEM).

A política monetária repressiva (1990-1993)

Medidas negativas e positivas

A nova política económica do governo obscuramente enunciada continha vários erros graves e de consequências nefastas, como se irá ver.

- Focalizou-se excessivamente na convergência nominal (inflação e taxas de juro) e secundarizou a convergência real (nível de rendimento *per capita*) de que a primeira deve ser servidora.
- Apostou excessivamente na capacidade de uma política monetária repressiva: impor modificações de comportamento aos agentes económicos sem custos sociais incompressíveis.
- A política monetária não foi adequadamente apoiada por rigorosa política orçamental, antes se acentuando o laxismo desta apesar dos influxos decorrentes das reprivatizações.

O governo motivou-se mais por prestígio político externo do que por realismo económico.

Mas apesar destes erros de base, o governo foi obrigado a tomar medidas positivas. Para fazer parte da UEM os países-membros devem praticar uma política monetária baseada em vários princípios, três dos quais são: a independência do banco central em relação ao governo, a proibição de aquele banco financiar o *deficit* orçamental e interdição de acesso privilegiado do governo ao mercado de capitais. Para satisfazer estes requisitos, o estatuto do Banco de Portugal foi modificado em 1990, embora a independência do nosso banco central não esteja assegurada porque a nomeação e a demissão livre do governador e da administração do banco dependem do primeiro-ministro via ministro das Finanças. Mas, ponto positivo, a proibição do financiamento monetário ficou consignada, o que limitou a discricionariedade de financiamento por parte do governo. Esta foi mais uma vantagem de pertencer à CEE.

A par desta medida imposta pela adesão à CEE, as autoridades procedem, pela mesma razão à eliminação do contingentamento do crédito concedível pelas instituições bancárias. Alguns passos tinham sido dados em 1989, mas o passo principal foi dado no fim do primeiro trimestre de 1990 quando o Banco de Portugal liberou os montantes de crédito.

*Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985***Quadro 10.5**

	($\Delta\%$)				
	1988	1989	1990	1991	1992
BT 91 d.	12,5	17,2	17,2	17,8	16,4
Cart. comercial 90-180 dias	18,3	22,8	25,1	24,8	22,0
IPC ($\Delta\%$)	9,7	12,6	13,4	11,4	8,9

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Duas medidas foram tomadas para limitar a criação súbita de liquidez. A taxa de reserva obrigatória de caixa foi elevada para 17%, e foi lançada uma «grande operação» de troca de liquidez dos bancos por títulos públicos disponíveis pelo banco central.

Simultaneamente, caindo quase exclusivamente sobre a política monetária o encargo de combater a inflação, o Banco de Portugal manteve as suas taxas de intervenção regular a nível muito elevado, de forma a manter também elevadas as outras taxas operacionais, apesar de a inflação estar a descer. Isto é, as taxas reais subiram.

Efeitos em cadeia

A conjugação destes três elementos da política monetária tiveram efeitos em cadeia. Vamos sumariá-los em linguagem simples.

1. A impossibilidade de financiamento monetário do *deficit* orçamental empurrou o governo para o mercado de capitais onde teria de levantar os fundos necessários. Dada a dimensão do *deficit* português, a pressão da procura governamental no mercado de fundos contribuiu para se manterem elevadas as taxas de juro. Por exemplo, as taxas de juro dos títulos mais populares, os Bilhetes do Tesouro, subiram desde 1988 até 1991 e só desceram em 1992.
2. A liberalização do crédito bancário, antecipadamente anunciada, incitou os bancos comerciais a tentarem conquistar quotas de mercado num mercado que se anunciava competitivo e em expansão. Para isso incorreram em custos fixos importantes tanto na montagem física de balcões como na constituição de redes informáticas, como também na formação de pessoal, em ordem à captação de recursos para poderem expandir o crédito. Nesse mesmo sentido elevaram as taxas de juro passivas (remuneração de depósitos). Em suma, aumentaram os seus custos... criando-se mais um factor adicional para a manutenção de taxas de juro elevadas. A política mo-

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

netária repressiva com manutenção de elevadas taxas nominais e crescentes taxas reais originou, por seu turno, outros efeitos negativos sobre a economia monetária e real.

3. As elevadas taxas de juro, bastante maiores do que as praticadas nos outros países comunitários dentro de uma política de manutenção da paridade cambial, atraíram fundos estrangeiros buscando aplicações mais rentáveis do que as disponíveis nos seus países. Para os investidores estrangeiros, o facto de a inflação portuguesa ser maior do que a dos seus países não tinha importância, desde que a estabilidade cambial estivesse garantida, pois as suas despesas pessoais eram feitas primordialmente nos seus países. Este influxo de fundos provocou por sua vez uma maior procura de escudos que contribuiu para a valorização nominal da nossa divisa.
4. Acrescentando à valorização nominal a diferença entre as taxas de inflação, o escudo sofreu uma forte valorização em termos reais. O quadro a seguir insere o cálculo, segundo o Banco de Portugal, da taxa real do escudo e o diferencial da taxa de inflação portuguesa e a taxa média comunitária, em cada ano. Mas deve atender-se que as nossas taxas de inflação e as gregas estão incluídas nesta média comunitária. Se fossem tomadas apenas as dos nossos principais países clientes, o diferencial seria bastante mais amplo e, consequentemente, a sobrevalorização real do escudo bastante maior. De qualquer maneira o banco central reconheceu que naqueles quatro anos, a valorização real do escudo atingiu mais de 20%, calculados com modéstia, que representou outro tanto de perda de competitividade dos nossos produtos face aos estrangeiros, tanto no mercado externo como no interno.

Quadro 10.6

(Δ%)

	1989	1990	1991	1992
T. câmbio efectiva real (Δ%)	4,1	4,7	6,1	9,2
Δ t inflação nac. - média CEE (%)	7,5	7,7	6,4	4,7

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

5. A manutenção de elevadas taxas de juro prejudicou as empresas residentes, nomeadamente as PME. De facto, sobretudo desde 1974, as empresas portuguesas têm tido reduzidas taxas de autofinanciamento. Quer dizer que estão muito dependentes do crédito para a sua sobrevivência, e o seu grau de endividamento bancário é, em

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

regra, bastante mais elevado do que a média comunitária. A manutenção de elevadas taxas de juro encarece os seus custos efectivos de forma pesada, custos esses que as empresas tendem a repercutir nos preços de venda. Por isso, paradoxalmente, as elevadas taxas de juro exercem efeitos inflacionistas pela via dos custos.

6. A sobrevalorização real do escudo já seria por si bastante destrutiva para a maioria das empresas portuguesas, mormente as exportadoras. Porém a estes efeitos há que acrescentar os decorrentes da política salarial eleitoralista, presente neste período como no passado. O quadro 10.7 mostra a evolução das remunerações efectivas em base mensal. As taxas de inflação estão na terceira linha. Na penúltima linha inserem-se as taxas de evolução dos salários reais e na última linha as taxas de evolução da produtividade por activo.

Quadro 10.7

	(Δ%)			
	1989	1990	1991	1992
Sal. base m. nom.	12,8	15,7	19,0	12,6
IPC	12,6	13,4	11,4	8,9
Sal. base m. real	0,2	2,3	7,6	3,7
Prod./activo	3,3	0,9	-0,8	0,6

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Destaca-se perfeitamente o ano eleitoral de 1991. Também é fácil perceber que os custos salariais reais não foram compensados por acréscimos de produtividade nos últimos três anos referidos. As empresas foram reprimidas em termos de custos e de mercados.

7. Não admira, pois, que a rendibilidade das empresas decrescesse rapidamente e a sua produção diminuísse. No quadro 10.8 reproduzem-se os cálculos de rendibilidade sobre o activo líquido, feitos pelo Banco de Portugal, de um grupo de empresas cotadas na Bolsa, isto é, empresas de alguma dimensão e de aceitável rendibilidade, que não traduzem portanto a média das empresas portuguesas. De qualquer maneira é visível a rápida queda da rendibilidade, e é visível também a queda do grau de utilização da capacidade produtiva instalada na indústria transformadora. A produção industrial referida na última linha do quadro quebrou a partir de 1990 e ainda não recuperou, apesar de alguns discursos optimistas.

*Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE***Quadro 10.8**

	1989	1990	1991	1992
Rendibilidade empresas cotadas (%)	14,2	12,0	10,2	5,0
% de utilização capacidade produtiva	82	81	79	77
Índice produção industrial ($\Delta\%$)	2,7	5,7	-2,0	-4,0

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

A política orçamental contraditória**O laxismo orçamental**

A desaceleração dos preços teria sido mais eficaz se a política orçamental coadjuvasse a política monetária, permitindo até que esta não fosse tão repressiva. Simplesmente o governo nunca se impôs a si próprio a disciplina que exigia aos outros. Contrariando nitidamente um dos objectivos-critérios da convergência nominal, o *deficit* orçamental não diminuiu, antes recomeçou a crescer, principalmente em 1991 que foi ano de eleições. O crescimento do peso do *deficit* fez reacelerar a inflação. Quer dizer que a política orçamental, subordinada claramente ao ciclo eleitoral, contrariava flagrantemente a política monetária. A política económica continha portanto graves contradições internas e era incoerente. O quadro seguinte insere os valores relativos dos *deficits* orçamentais.

A falsa aposta no mecanismo de taxas de câmbio (MTC)

Após a assinatura do Tratado de Maastricht em Dezembro de 1991 a necessidade de diminuir a inflação tornou-se maior tendo em vista a união monetária e a moeda única. Mas, depois de Abril de 1992, quando o primeiro-ministro decidiu imprudentemente fazer o escudo aderir ao MTC, essa necessidade transformou-se em premência inadiável, porque não é possível manter estabilidade cambial, mesmo dentro de uma banda de $\pm 6\%$, se inflação interna é bastante maior do que a média das inflações dos nossos parceiros comerciais. De facto, se os preços e os custos de produção sobem mais em Portugal do que no exterior, os nossos produtos ficam invendíveis tanto no mercado interno como nos mercados externos.

O governo estava aparentemente convicto de que a pressão posta sobre os produtores nacionais pela adesão do escudo ao MTC, ou seja, pela «irrevocável» quase rigidez das taxas de câmbio, os levaria a reduzir os custos de produção e a não aumentarem os preços de venda.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Mas, aparentemente também, terá esquecido que continuava a impor elevadas taxas de juro nominais e reais sobre as empresas, que em 1991 tinha desencadeado uma elevada aceleração dos custos salariais (5% reais), que fornecia uma das electricidades mais caras de Europa, e que continuava a praticar uma política orçamental laxista geradora de pressões inflacionistas. A redução dos custos de produção e a estabilidade dos preços conseguem-se se o custo dos factores primários não crescer mais do que a produtividade. Ora estas regras elementares foram esquecidas pelo governo, antes pensando que agredindo os empresários estes modificavam o seu comportamento.

As oportunidades oferecidas pelos fundos comunitários para reestruturar as indústrias, diminuindo-lhes os custos de conversão, foram praticamente desbaratadas e as acções empreendidas foram irregulares, quando não mesmo desperdiçadas em corrupção, como aconteceu com grande parte dos dinheiros do Fundo Social Europeu. A desculpa era a «filosofia liberal» de que o mercado se encarregaria de se auto-regenerar.

De facto o que se obteve foi uma crise generalizada, principalmente no sector industrial, a que se sobrepôs a crise do sector agrícola provocada pela retirada da protecção dos preços e pela não organização dos mercados agrícolas. Desde 1990, vozes ergueram-se para dizer que a política económica seguida estava errada e era insustentável. Foram convenientemente ignoradas.

A crise do MTC em 1992-1993 acabou com as ilusões da eficácia do MTC, mas mais uma vez foi aproveitada para servir de desculpa.

A transferência de custos para os assalariados

Quando a crise do MTC e a recessão em Portugal eram evidentes e o desemprego começava a acelerar, o governo avançou com outra medida para combater a inflação sem necessidade de disciplina orçamental.

Passado o ano de eleições, o governo passou o custo da contenção da procura interna para os assalariados através da restrição do crescimento dos salários.

A expectativa de que em 1992 o crescimento dos salários fosse bastante moderado gorou-se, até porque o mecanismo de ajustamento dos salários da função pública desencadeado pelo governo em 1991 continuou a produzir efeitos no ano seguinte. Mas em 1993, depois dos passos rituais da concentração social, o governo impôs restrições sensíveis ao crescimento do salário contratual médio na função pública, cuja variação tende, como se disse, a servir de paradigma para o conjunto da contratação social.

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

O crescimento dos salários reais em 1993 foi mínimo, mas mesmo assim maior do que o crescimento da produtividade, o que implicou agravamento dos custos de produção por unidade produzida.

Porém, o aperto brutal chegou em 1994 quando o governo impôs um crescimento quase nulo dos salários contratuais e com certeza um decréscimo sensível dos salários reais na função pública. Nas actividades privadas, a quebra do salário real não deverá ser tão forte mas no conjunto deve esperar-se uma descida do poder de compra efectivo da massa salarial.

E é esta quebra do rendimento das famílias que permite esperar alguma redução da inflação para o ano de 1994. De facto a contribuição da política orçamental em termos de combate à inflação continua a ser negativa. Em 1993 o *deficit* orçamental experimentou uma derrapagem brutal. Depois de o Orçamento de Estado de 1993 ter planeado uma redução do *deficit* global para 4% do PIB, o *deficit* efectivo atingiu 8,2% do PIB. E em 1994 o *deficit* esperado por entidades internacionais (por exemplo, OCDE) e pela maioria dos economistas profissionais deste país é superior a 7% do PIB, se não houver nova derrapagem no orçamento da Segurança Social.

A nova política monetária (1993)

As tentativas

Desde o princípio de 1993 que o governo parece ter percebido que a sua política era um fracasso e que a queda do PIB era inevitável, como de facto veio a ser (-1,2% em termos reais, segundo as melhores estimativas). Por isso, sem o reconhecer no discurso oficial, o governo mudou a política monetária.

Era perceptível já no primeiro semestre que o governo desejava descer as taxas de juro, mas a profunda perturbação verificada pelo SME impediu-o de mexer à vontade nas taxas de juro. A crise do MTC levou ao alargamento das bandas de variação de $\pm 2,25\%$ (ou de $\pm 6\%$) para $\pm 15\%$, significando isso que a disciplina cambial desapareceu na prática. Igualmente em ligação com esta crise a libra e a lira abandonaram o mecanismo de taxas de câmbio e desvalorizaram em cerca de 15 e de 18%. A peseta seguiu-lhes o exemplo e desvalorizou cerca de 12% embora sem sair do mecanismo. Por falta de visão e por apego ao esquema anterior, o escudo apenas desvalorizou 8%, o que significa que se valorizou nominalmente em relação àquelas três moedas, duas das quais (a lira e a peseta) são de países cujos produtos concorrem com os nossos. O cenário

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

não era portanto propício para ensaiar uma descida das taxas de juro, dada a vulnerabilidade do escudo.

A partir do Outono de 1993, com o mercado cambial mais apaziguado, o Banco de Portugal tentou de novo uma descida suave das taxas de intervenção sempre mantendo o seguimento (*shadowing*) do marco com alguma tolerância devido à valorização que esta moeda sofreu. Isto é, tentou uma descida condicionada das suas taxas de intervenção. Mas a partir de Dezembro do ano passado e até à segunda semana de Março deste ano, o Banco de Portugal imprimiu maior velocidade à descida das taxas de intervenção (em Fevereiro foi de 1/8 de ponto por semana) ao mesmo tempo que o governo reforçava a pressão política sobre os bancos para que descessem as taxas de juro activas, aproveitando para implicitamente lhes imputar culpas pela difícil situação das pequenas e médias empresas. Alguns receios manifestados por vozes independentes sobre a «nervosa» velocidade desta descida das taxas foram outra vez ignorados.

Os resultados

Os resultados eram quase inevitáveis. Como as taxas dos títulos de dívida pública portuguesa se aproximassem muito das de outros títulos similares europeus, principalmente dos espanhóis, os investidores (não residentes e já também residentes) começaram a liquidar as suas posições em escudos e a transferirem o seu dinheiro para outras aplicações externas. A venda do escudo-divisa fez depreciar o escudo, o que, por seu turno, em movimento cumulativo típico destas situações, apressou as transferências para o exterior. Em Março, o Banco de Portugal interveio pesadamente no mercado cambial tentando deter a descida do escudo, nem sempre com sucesso.

Entretanto, o primeiro-ministro fez declarações de que as taxas de juro baixariam mais 2 pontos percentuais, pelo menos. O mercado, sabendo que é ele quem manda na política monetária, antecipou esta descida apressando a liquidação de aplicações em escudos e transferindo.

Como também é típico destas situações, a especulação tentou apanhar a onda. Algumas entidades financeiras, principalmente estrangeiras, endividaram-se em escudos para comprarem marcos e dólares que esperavam vender com lucro logo que a depreciação do escudo fosse suficientemente forte.

O Banco de Portugal decidiu sustentar essa depreciação forçada mediante o lançamento de divisas no mercado cambial e, adicionalmente, suspendendo as taxas regulares de intervenção daquele banco. Com esta sus-

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

pensão das taxas regulares, as taxas efectivas de curto prazo no mercado monetário atingiram valores muito elevados (houve um pico de 100%), o que levou o Banco de Portugal a ceder abundante liquidez embora a taxas elevadas (14%). Com isto o Banco de Portugal não deixou o escudo depreciar-se para além de 104,5 escudos por marco e conseguiu trazer o marco para menos de 103 escudos na segunda semana de Abril.

Quer isto dizer que para defender a estabilidade cambial foi necessário subir as taxas de juro de curto prazo, facto que, se a situação assim continuar, vai fazer subir as taxas de médio e longo prazo. O dividendo político que o primeiro-ministro esperava retirar saiu-lhe justamente ao contrário e revelou a inépcia da política económica.

De qualquer modo, o governo vai ter de decidir entre manter a estabilidade cambial e descer as taxas de juro para relançar a economia. Como a política económica tem sido sempre determinada pelos ciclos eleitorais e como vai haver eleições legislativas em Outubro de 1995, o governo vai provavelmente optar por descer as taxas de juro, permitindo uma depreciação gradual do escudo. Como os efeitos da descida das taxas de juro sobre o investimento demoram cerca de um ano a um ano e meio a produzir-se, o governo não parece ter muito tempo de espera para tomar a sua decisão.

Mais uma vez se vê claramente que o governo não tem real política económica bem definida. Tem, sim, uma orientação bem firme: manipular a economia de forma a ganhar as eleições. Por isso em 1995 voltarão as benesses sociais e uma política económica expansionista.

A inevitável recessão

Com estes tratamentos de choque sobre as empresas, não admira que o PIB começasse a desacelerar até que em 1993 o produto decresceu de forma sensível.

O quadro a seguir insere as taxas de variação real dos vários componentes da Despesa Nacional, documentando a análise que se fez nos capítulos anteriores.

Pena é o relatório do Banco de Portugal sobre a conjuntura do ano passado continuar tão atrasado e os dados estatísticos sobre o comércio externo serem poucos seguros. Insere-se, no entanto, uma estimativa da evolução do PIB em 1993, onde se verifica que:

- O consumo privado estagnou traduzindo a contenção dos salários reais e o desemprego;

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

- O investimento caiu fortemente, reflectindo o pessimismo dos empresários;
- A procura interna diminuiu apesar das injeções de dinheiros comunitários e do enorme *deficit* orçamental que o governo consentiu;
- E, como era inevitável, dada a política seguida, o produto diminuiu.

Quadro 10.9

	(Δ%)				
	1989	1990	1991	1992	1993*
Consumo privado	2,8	5,0	5,2	4,7	0,2
Consumo público	3,1	1,9	3,2	1,5	0,4
FBCF 6,0	7,0	2,8	4,6	-5,1	
Procura interna	3,4	5,5	4,1	4,3	-1,4
Exportações B+S	16,5	12,2	1,8	5,0	-3,5
Importações B+S	8,7	14,0	6,5	11,3	-2,5
PIB 5,5	4,2	2,2	1,5	-1,2	
Fundos como % do PIB	2,8	2,4	3,0	4,9	5,0
<i>Deficit</i> orçamental % do PIB	3,9	5,3	6,4	5,2	8,2

*Estimativas.

Fonte: Relatórios do Banco de Portugal.

Mais preocupante é sem dúvida a queda do investimento, a despeito dos fortes investimentos comunitários que, conforme se refere, devem ter representado cerca de 5,0% do PIB em 1993.

Também preocupante do ponto de vista social é o aumento do desemprego. Apesar de a «taxa oficial» subavaliar o desemprego real existente, a sua evolução mostra a aceleração do desemprego, de tal forma que essa taxa deverá atingir 8% da população activa no fim de 1994. A experiência de outros países, mais bem apetrechados do que nós em matéria de reciclagem de trabalhadores, mostra que o desemprego tende a continuar a crescer durante algum tempo, mesmo que a produção principie a sua recuperação. Desta forma, é possível que o desemprego ainda aumente em 1995.

No próximo ano, ano de eleições legislativas, o governo – que este ano não gastou muitas munições com as eleições europeias – vai promover, como é hábito, uma política eleitoralista de distribuição de benesses, de aumentos de pensões e de salários, sem cuidar de quais os impactos sobre o crescimento da economia e sobre o equilíbrio externo.

Mas isso não poderá mascarar o facto, cada vez mais evidente, de que a economia perdeu oportunidades oferecidas pela nossa integração na CEE e não realizou as transformações que permitiriam manter um cres-

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

cimento económico sustentado depois de cessarem ou pelo menos diminuir substancialmente os auxílios comunitários.

Claro que o governo culpa a estagnação da economia europeia em 1993, pretendendo aliviar as culpas da sua incompetente política económica, cujos efeitos negativos se fazem sentir há vários anos, antes da estagnação na Europa. É certo que a estagnação da economia europeia teve alguma influência sobre a economia portuguesa, assim como a tem tido em épocas de crescimento, principalmente sobre o mercado externo. Mas a desindustrialização a que se assiste em Portugal é um processo que vem de trás, como se demonstrou.

Liberalismo

A exposição em termos quantitativos dos efeitos da política económica seguida desde 1986 pode ser utilmente completada com a reflexão sobre outros aspectos ligados com essa política. Um desses aspectos é a alegada «fonte de inspiração» do modelo de política económica. A acreditar no discurso dos dirigentes do partido no poder e nas suas filiações internacionais, a sua doutrina económica é liberal e reformista.

Mas, examinando com frieza *a posteriori* a política efectivamente seguida até agora, a conclusão prática que se pode retirar é a de que não houve política económica coerente e o espírito de fundo do que se fez e não fez foi o de uma abordagem liberal. Liberal, no real significado da palavra, o que quer dizer que a missão do governo no quadro económico é estabelecer as regras legais de funcionamento das actividades económicas e prover os serviços e bens públicos necessários ao funcionamento eficaz da economia.

Ora, de facto, a evolução da economia não foi ditada por uma política de fundo visando transformações da capacidade produtiva e a organização de uma economia de mercado liberal. As profundas reformas de que a agricultura e a indústria careciam e esperavam não se fizeram. Na realidade dos factos, esta palavra «liberal» serviu para «desculpar» uma grande inércia sob o pretexto de que o mercado resolveria todos os assuntos.

O governo não soube desenhar essa transformação nem suscitar as iniciativas necessárias entre os agentes económicos, apesar de todos os milhões da CEE. A palavra serviu para justificar a ausência de reais políticas sectoriais, perdendo-se oportunidades de reconversão da indústria tradicional apoiada pelos fundos comunitários. O exemplo dos têxteis é chocante. Em 1986 já se sabia que as conversações no âmbito do GATT iriam conduzir ao fim prático do acordo multifibras e à diminuição pro-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

gressiva da protecção que CEE ainda concedia aos têxteis dos países comunitários. Mas particularmente nada se faz para preparar o embate da concorrência dos produtos de terceiros países sobre as exportações portuguesas. O programa apressado que se gizou em 1993 pode não ser mais do que um novo pretexto para sacar mais uns milhões da CEE, mas cujo resultado efectivo não está visível.

A melhor qualificação que se pode atribuir ao modelo de actuação económica do governo é de pragmatismo trapalhão, frequentemente desorientado e de eleitoralismo sistemático.

Sugestões

As reflexões sobre erros e insuficiências do passado devem servir-nos para tentar contribuir com algumas sugestões para o futuro.

As sugestões que me atrevo a apresentar não se destinam a agradar a quem quer que seja, mas visam só e apenas contribuir para o desenvolvimento económico do país.

1. A sugestão mais importante respeitaria à mudança de orientação básica da política económica de forma a deixar de ter objectivos eleitorais imediatistas de conservação de poder pessoal, para ter uma visão de médio e longo prazo, mas neste campo não há que esperar «conversões» dos responsáveis. A resposta terá de vir do eleitorado. Outras sugestões mais pontuais podem, entretanto, ser apresentadas.
2. Parece conveniente reformular a política do investimento público ou pelo menos a política de afectação dos crescentes fluxos comunitários que Portugal receberá até 1999. Estes fundos deveriam ser destinados a combater a ampla desindustrialização a que se tem assistido nos últimos anos. Numerosas empresas portuguesas carecem de ser reestruturadas no seu equipamento e na sua função financeira, e precisam de se congregarem e fundirem para alcançarem dimensão adequada com adequada capacidade comercial. Sobretudo as empresas com produção destinada à exportação deveriam ser reorientadas para maior cooperação na sua área comercial. Já existem estudos de base suficientes para se poderem concretizar rapidamente estas sugestões.
3. Acção similar é necessária na agricultura. A mais urgente e básica é a reorganização dos mercados agrícolas de forma a proporcionar preços razoavelmente estáveis aos produtores. Mas para consegui-

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

- rem custos competitivos, os agricultores carecem de factores produtivos mais baratos, especialmente a energia sob qualquer forma, equipamentos simples e sobretudo de assistência técnica que, mau grado alguns progressos, ainda deixa muito a desejar. Nas zonas centro e norte, o emparcelamento das terras é indispensável para se conseguirem explorações de dimensão e de concentração mínimas, mas não se pode esperar que seja através do mercado e da queda dos preços da terra que esse emparcelamento se realize.
4. O Fundo Social Europeu deve ser aplicado nas e usado através das escolas técnicas, não só para a formação de jovens, mas sobretudo para a reciclagem de adultos em busca de trabalho. Esta reciclagem poderia ser coordenada com as empresas, mas a responsabilidade pelos dinheiros seria sempre das escolas. A reciclagem ou o aperfeiçoamento profissionais dos adultos desempregados deveriam ser obrigatórios e ligados ao pagamento do subsídio de desemprego. A experiência já mostrou que a forma «selvagem» e indiscriminada de afectação deste fundo conduz a favoritismos políticos, à burla e à corrupção.
 5. Os mercados dos factores produtivos fundamentais carecem de ser reorganizados. O mercado do trabalho deve ser mais liberalizado, e a contratação e os despedimentos mais flexibilizados a fim de se garantir uma taxa de emprego mais elevada e a geração de recursos para assistência nas situações de desemprego. A experiência amarga da Europa vai mostrando que o aumento da produtividade e os esquemas de solidariedade social não são compatíveis com rigidezes no mercado de trabalho.
 6. Ligado à mobilidade do trabalho está o sector da habitação, nomeadamente as habitações para alugar. A despeito de alguns tímidos progressos, o regime do arrendamento em Portugal ainda legaliza uma transferência forçada de rendimentos do proprietário para o inquilino, a qual desincentiva grandemente o investimento em casas para alugar, a não ser em zonas e circunstâncias especiais. Nesta área três linhas de acção são necessárias: a) a liberalização do regime de arrendamento; b) a construção generalizada de habitações sociais, e não apenas nas zonas de Lisboa e do Porto... que foi uma resposta pontual a uma chaga social demasiado desprestigiante para o governo; c) o controlo das barracas existentes e o impedimento da instalação de novas.
 7. Acompanhando a necessária descida das taxas de intervenção do banco central, o mercado de capitais (que não se limita à Bolsa)

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

carece de ser reorganizado com supressão dos custos anacrónicos como as miríades de pequenas taxas e regulamentos, e com a supressão do imposto de selo aplicado em certas operações. O problema do acesso à Bolsa não é tanto o de serem facilitadas as condições de acesso mas sim o de ajudar as empresas a cumprirem essas condições, nomeadamente em relação às PME. A emissão de obrigações de grupos de empresas pode favorecer justamente as PME. O acesso directo ao mercado de capitais e a descida das taxas de juro activas têm de ser acompanhados por maior transparência e fiscalização das contas das empresas. A burla de alguns ROC e até de alguns auditores tem de terminar... e este aspecto de veracidade e fiabilidade das contas não é uma questão de pormenor mas constitui, sim, um aspecto quase tão básico quanto o da não falsidade da moeda fiduciária.

8. Apoio financeiro e técnico aos agrupamentos de autarquias do país de forma sistemática e em função do grau de pobreza ou desvio em relação à média de rendimento *per capita* nacional. É preciso ter a coragem de dizer claramente que o critério da insularidade é apenas um entre vários para atribuição de subsídios ou ajudas regionais. Deveria ser permitida a erecção de sistemas de impostos locais sobre a propriedade (eventualmente substituindo a sisa) sem interferência do governo.
9. Maior autonomia da política monetária que deverá começar com a maior autonomia do banco central, e em particular com a nomeação e permanência em funções do governador daquele banco. O governador deveria ser nomeado irrevogavelmente por cinco anos pelo Presidente da República sob proposta do governo referendada pela Assembleia da República. O governador do banco central deveria comparecer perante esta Assembleia, pelo menos uma vez por ano, para a informar sobre a política monetária seguida. No estatuto do banco central deveria ser estabelecida a defesa da estabilidade da moeda usada no país como missão principal e específica do banco.
10. Dada a lamentável experiência desde há alguns anos no que se refere à política orçamental, sistematicamente indisciplinada, deveria ser inserida na Constituição uma limitação à liberdade dos governos de provocarem *deficits* orçamentais, e ser inserida também a obrigatoriedade de tendência para a obtenção de saldo nulo durante a legislatura, tendo em conta as flutuações da economia. Identicamente deveriam ser fixados limites máximos para a punção fis-

Balanço da política económica portuguesa a partir da entrada na CEE

cal global sobre o rendimento nacional, salvo em casos excepcionais devidamente referidos.

11. Revisão da reforma fiscal para simplificar o mecanismo de declaração e de colecta fiscais, e limitar a discricionariedade dos regimes especiais e dos perdões. No mesmo sentido e finalidade deveria ser revisto o mecanismo de taxas da Segurança Social, visando em especial a diminuição dos custos não salariais do trabalho, acompanhando assim a tendência europeia.
12. De tanto ser repetida parece quase utópica a recomendação para se reduzir a burocracia. Simplesmente ela continua a ser uma das nossas grandes debilidades no desenvolvimento económico, tanto para o investimento de origem interna como para o investimento estrangeiro. A simplificação administrativa não pode realisticamente ser confiada à própria administração, mas sim a uma equipa externa, cujas recomendações deveriam ser submetidas a referendo.

Conclusão

A favorável conjuntura externa e a entrada de Portugal na CEE ofereceram a este país grandes oportunidades para conseguir um crescimento económico rápido e para proceder às necessárias transformações estruturais profundas.

Os efeitos positivos sobre o crescimento económico foram quase inevitáveis, mas pouco ampliados pela acção do governo. As oportunidades de transformação estrutural foram singularmente desaproveitadas como é patente pela desaceleração do crescimento económico depois que, em 1988-1989, terminaram as circunstâncias externas muito favoráveis.

A razão principal do desperdício de oportunidades e da incompetente política económica reside na obsessiva preocupação de manipular a política económica em função dos ciclos eleitorais para a conservação do poder pessoal. Tornou-se cada vez mais perceptível que a desorientação dessa política aumenta à medida que as dificuldades surgem.

É inevitável concluir que se corre o risco de a economia portuguesa não estar preparada para conseguir um crescimento sustentado acima da média comunitária quando os subsídios e os auxílios comunitários se reduzirem de forma sensível.

É óbvio concluir também que a manipulação eleitoralista da política económica exercida até aqui constitui a maior força de bloqueio do crescimento económico de Portugal.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Portugal carece, portanto, de uma política séria de médio e longo prazo. Querendo contribuir, modestamente que seja, para a necessária reflexão nesse sentido, tomei a liberdade de oferecer um conjunto de sugestões básicas, susceptíveis de se desenvolverem num programa mais pormenorizado.

Linda a Velha, 1 de Maio de 1994



Anexos







Anexo 1

Breve biografia

Data do nascimento: 20 de Maio de 1931.¹

1958: Licenciou-se no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), com a melhor média entre os 46 licenciados desse ano.²

Participa na viagem de finalistas a Angola sobre a qual escreve um relato circunstanciado em *Economica Lusitania*.³ Aí foi tirada a fotografia acima, que apareceu no *Diário de Luanda*.⁴

¹ O mais novo de três irmãos, Alfredo António de Sousa estudou num seminário em Salamanca, Espanha, antes do serviço militar, que cumpriu enquanto estudante, tendo chegado a tenente e adjunto do capitão-chefe da contabilidade do exército. Aos 30 anos, já sem pai, casou com Teresa, que lhe deu Alexandra, Alfredo e Maria João. Voltaria a casar aos 50, com Manuela, que lhe deu Marta, e aos 60 com Mariana.

² Verifica-se em <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=857503> que apenas três estavam no quadro de honra, atribuído aos alunos com nota final igual ou superior a 16. Não se conseguiu apurar se veio do Instituto Comercial. João Salgueiro recorda que se encontraram na tropa, como alferes, «sendo o Alfredo 3 ou 4 anos mais velho que eu». Perguntado, acha que o esforço de aprender inglês, evidente nos muitos exercícios e cadernos manuscritos, com frases feitas, repetidas e repetidas que constam do espólio, e elogia a humildade de ele ter intelectualmente reconhecido que devia ir de sabática aos EUA.

³ Ainda que não se trate de um trabalho de economia, consta da bibliografia académica por conter comentários sobre o desenvolvimento angolano, particularmente a agricultura. Além disso, (quase) abandona a reserva do bom aluno, por ocasião do baile de gala oferecido pelo Governo-Geral, quando destaca «a actuação de um conjunto de rapazes de cor que interpretou, segundo um ritmo próprio, algumas canções do folclore nativo e algumas canções metropolitanas. Tivemos um verdadeiro interesse em ouvi-los, apesar do barulho feito por um conjunto de meninos e meninas da sociedade de Luanda, que por sua [...] nos fizeram meditar com amargura no futuro de Angola se este lhes vier a ser entregue. Havia entre eles uns pretensiosos e puramente patetas assomos de racismo, por vezes declarados pessoalmente. Enfim, se não fosse por respeito aos pais...» (pp. 14-15).

⁴ O recorte, muito danificado, foi encontrado num exemplar do seu primeiro trabalho, com dedicatória «Aos Pais/ Seria ingrato se não lhes dedicasse todo o esforço que representa este trabalho com um Xi do filho amigo/ Lx 23/5/59».

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

- 1958-1964: Pertenceu ao Gabinete de Investigações Sociais, que sucedeu em 1962 ao Gabinete de Estudos Corporativos;⁵
Deu aulas de Economia no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, depois de Ciências Sociais e Política Ultramarina (IS-CSPU).⁶
- 1964-1971: Com bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian, esteve em França, na Universidade de Paris, onde recebeu a agregação.⁷
- 1972-1973: Professor associado no ISCEF.
- 1973-1975: Professor catedrático no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- 1973-1977: Professor catedrático na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP).
Vogal da Comissão Instaladora da Universidade Nova de Lisboa (UNL).
- 1974-1976: Diretor do Gabinete de Estudos do Partido Popular Democrático (PPD/PSD).
Deputado à Assembleia Constituinte.⁸
- 1975-1994: Professor catedrático de Economia na UNL.
Administrador não-executivo da Siemens AG Portugal.
- 1977-1990: Diretor e Consultor da Revista *Economia*.⁹

⁵ Detalhado no anexo 2.

⁶ A docência em cinco escolas de quatro universidades lisboetas (ISCSPU, ISCEF, ISCTE, UCP, UNL) é detalhada no anexo 3. Em 3.4.2, evocam-se as implicações da unidade por detrás da diversidade de experiências de ensino da macroeconomia, as quais motivaram um projeto que visa visitar o *Simpósio de Estudos Keynesianos* realizado na Academia de Ciências de Lisboa em 1977, ano em que Alfredo de Sousa funda a revista *Economia* na UCP, como sublinhado na nota 9, abaixo.

⁷ O prefácio de Gaston Leduc é extremamente elogioso, sugerindo que Alfredo de Sousa era um dos melhores alunos do programa e por isso fora convidado muito rapidamente a fazer a agregação.

⁸ Amigo de Sá Carneiro e fundador do PPD, saíra em meados de 1978 com as «Opções Inadiáveis». Mais em 3.1.3 e 3.4.1.

⁹ Com o título «Recordar Alfredo de Sousa», a Direção publicou uma sentida nota de pesar onde enumerou os cinco artigos publicados na revista bem como a sua última revisão (na qual João da Silva Ferreira, contemporâneo de Alfredo de Sousa no ISCEF, se rodeara de Leonor Modesto, António Nogueira Leite e Pedro Duarte Neves, mantendo-se o secretário executivo José Manuel Barrocas do 3.º ao último número) que começa assim: «Como professor, académico, investigador e analista de política económica, a figura de Alfredo de Sousa foi justamente homenageada em sede própria. Aqui gostaríamos de deixar registada a sua actividade como fundador e impulsionador deste projecto que foi a nossa Revista.» E continua no segundo parágrafo. «Sempre achou que uma Universidade, neste caso a Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais, na altura ainda como nome de Ciências Humanas, deveria possuir uma revista científica que era um espelho da actividade científica da escola. Assim aderiu desde a primeira hora ao

Anexo 1

1979-1982: Reitor da UNL.

1981: Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

1982: Fundou na Faculdade de Economia o primeiro programa português de MBA e um programa de Formação de Executivos.¹⁰

1982-1986: Diretor da Faculdade de Economia.

1982-83: Ano sabático na Universidade de Stanford, CA, EUA.

1988-1994: Diretor e fundador da Companhia Portuguesa de Rating (CPR).

Data do falecimento: 3 de novembro de 1994.

grupo de fundadores de ECONOMIA.» Estavam nesse grupo Aníbal Cavaco Silva, Manuel Jacinto Nunes e (como secretário executivo) Jorge Braga de Macedo, tendo a nota de apresentação do primeiro número sido assinada por Mário Pinto, diretor da Faculdade que «significa, com o lançamento de uma revista científica, o início de um novo período, em que terá maior disponibilidade para se 'abrir para fora', ao diálogo universitário e científico, ao intercâmbio de ideias e experiências que é condição indispensável para o progresso das ciências, das instituições e das sociedades, ao serviço do Homem». Destas palavras não se retira a ideia de que se estava a fundar um *house journal* como parece concitar a recordação subscrita por João da Silva Ferreira (contemporâneo de Alfredo de Sousa no ISCEF), Leonor Modesto, António Nogueira Leite e Pedro Duarte Neves e José Manuel Barrocas (secretário executivo do 3.º ao último número). Estas sensibilidades afloram de novo em 3.4.2, a propósito de um projeto que envolve a Academia de Ciências de Lisboa e o Banco de Portugal, referido na nota 6.

¹⁰ A despeito do vínculo à *Nova SBE*, a diversidade mencionada na nota 6 reflete-se nos testemunhos sobre dirigente, professor e colega que constam do Anexo 3.



José Luís Cardoso

Anexo 2

Alfredo de Sousa e a *Análise Social*

O texto de Alfredo de Sousa agora publicado, sobre a evolução da economia portuguesa na segunda metade do século XX, é revelador da preocupação que sempre manteve com o conhecimento da realidade económica e social sujeita a intervenção de agentes privados e poderes públicos. A propensão que nesse texto revela para a discussão de tópicos que dizem sobretudo respeito ao funcionamento da economia no curto prazo, a problemas de natureza conjuntural, não ignora, todavia, a atenção que Alfredo de Sousa também por essa via atribuía a contextos explicativos que remetem para uma visão mais ampla do desenvolvimento económico português numa ótica de longo prazo.

Ora, é exatamente a essa dimensão de carácter *desenvolvimentista* presente na sua obra que gostaria de dedicar este breve testemunho de homenagem. Trata-se de recordar a carreira académica inicial de Alfredo de Sousa, durante o período de cerca de dez anos em que regularmente colaborou nas atividades do Gabinete de Investigações Sociais (instituição que está na origem do atual Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa) e da sua revista *Análise Social*. Assim se constata que, para além da ligação direta que estabeleceu com as principais escolas de Economia e Gestão já referenciadas na «Nota de abertura» do presente livro, Alfredo Sousa também esteve associado à génese de uma instituição pioneira no desenvolvimento de pesquisa avançada em ciências sociais.

O Gabinete de Investigação Sociais (GIS), criado em 1963 sob o impulso decisivo de Adérito Sedas Nunes, teve origem no Gabinete de Estudos Corporativos (GEC), tutelado por José Pires Cardoso. O GEC foi instituído em 1949 com o pretexto de promover a renovação da reflexão sobre temas corporativos. Mas acabou por funcionar como um polo de atração de jovens professores e investigadores – designadamente Adérito Sedas Nunes, Francisco Pereira de Moura, Maria Manuela Silva, Mário Murteira, Mário Pinto, Raul da Silva Pereira e Valentim Xavier Pintado – que souberam aproveitar a possibilidade de constituir uma moderna bi-

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

biblioteca de ciências sociais e de publicar alguns ensaios numa revista que acolhia contribuições inovadoras de reflexão sobre temas de âmbito económico e social.¹

Alfredo de Sousa também foi colaborador do GEC e da sua revista no ano terminal de funcionamento (1961), publicando duas resenhas críticas sobre livros que versavam temáticas relacionadas com estruturas económicas (André Marshall, *Systèmes et structures économiques*) e opções de desenvolvimento económico em regiões carenciadas da Europa (ONU, *La recherche sociale et le développement communautaire dans les régions-problèmes en Europe*).

A visão que nestes textos transmite integra-se de forma convergente com a atitude dominante entre os colaboradores do GEC, todos eles denotando uma atenção com o desenvolvimento económico num quadro de análise que incorpora preocupações no âmbito das doutrinas do serviço social, com natural suporte no pensamento católico, procurando impedir o isolamento dos indivíduos face à sociedade e ao Estado, e procurando consubstanciar propósitos de cooperação, solidariedade e entreajuda. A ideia de serviço social permitia sustentar um conjunto de medidas concretas de política social que os organismos corporativos não tinham conseguido aplicar de forma eficaz. Ou seja, através do conceito de serviço social emerge a defesa de um moderno serviço de previdência e segurança social.

Outro dos pilares de reflexão dos membros do GEC era a reforma da empresa e a humanização das relações de trabalho que, na boa tradição do pensamento corporativo, não deviam ser concebidas na perspectiva da tensão conflitual entre patrões e operários, mas que deviam superar os limites e obstáculos que a própria organização corporativa impunha à construção de uma harmoniosa comunidade empresarial.

Através da consulta do inventário da biblioteca do GEC, constatamos que a modernidade do discurso das ciências sociais, tal como se afirma nos principais centros de saber e conhecimento ao longo da década de 1950, estava ao alcance dos intelectuais portugueses envolvidos nas atividades do GEC, que Alfredo de Sousa integrou na fase terminal. Entre as obras que constavam da biblioteca do GEC (hoje integrada na biblioteca do ICS-ULisboa), registam-se títulos de autores como Maurice Alais, Kenneth Boulding, Edward Chamberlin, John Kenneth Galbraith,

¹ Cf. José Luís Cardoso, «O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais». *Análise Social*, 2013, n.º 206, XLVIII (1.º), 193-219

Anexo 2

Trygve Haavelmo, Roy Harrod, Ralph G. Hawtrey, Friedrich Hayek, John Hicks, Michael Kalecki, Frank Knight, Simon Kuznets, Wassily Leontief, Gunnar Myrdal, Lionel Robbins, Joan Robinson, Joseph Schumpeter e Jan Tinbergen. São nomes reveladores de uma atualização atenta dos membros do GEC, todos eles ligados ao processo de renovação do ensino das ciências económicas e empresariais iniciado por António Manuel Pinto Barbosa no ISCEF em 1949.

A colaboração prestada por Alfredo de Sousa às atividades do GEC vai prosseguir na instituição que lhe sucedeu em 1962: o Gabinete de Investigações Sociais (GIS) e a sua revista *Análise Social* que iniciou a publicação em 1963. Entre 1963 e 1972 Alfredo de Sousa publicou um total de 15 artigos, sendo ainda postumamente publicado um 16.º artigo no final de 1994, em homenagem ao seu importante legado. Publicou também 14 recensões críticas, sobretudo sobre livros franceses abordando temáticas de economia e política de desenvolvimento económico.²

Os primeiros artigos de Alfredo de Sousa, nos n.ºs 1 e 3 da *Análise Social (AS)*, prosseguem o tema da recensão da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos (RGEC)* sobre a perspetiva económica aplicada ao estudo do desenvolvimento comunitário. E é num desses textos que dá testemunho de alguma simpatia pelas teorias desenvolvimentistas da Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL), conforme fica claramente demonstrado no seguinte excerto:

Na problemática do desenvolvimento económico, um dos aspectos mais importantes é o da mobilização e orientação das forças criadoras humanas da comunidade, de forma a que esse desenvolvimento se realize a partir duma gestão e cooperação da população integrada na sua estrutura nacional apropriada. Este é o método do Desenvolvimento Comunitário.

Só a partir de 1948-1950 é que o D. C., já então designado como tal, passou a ser mais amplamente conhecido entre os economistas, mas sempre encarado com muito cepticismo e tido como técnica útil apenas para os casos particulares das economias tropicais asiáticas e africanas, e julgado mais bem um tema da Sociologia que da Economia. Porém, a partir da criação da C. E. P. A. L., as técnicas do D. C. começaram a ser adoptadas como meio útil de promover o desenvolvimento económico-social nos países latino-americanos, sobretudo nas zonas rurais. Talvez por reflexo, ou por evolução própria, aqueles métodos passaram também a ser adoptados nos Estados

² Ver no final do presente texto a lista completa dos artigos e recensões que Alfredo de Sousa publicou na *Análise Social*. As referências seguintes aos textos de Alfredo de Sousa referem apenas de forma abreviada o ano, número e páginas da *Análise Social*.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Unidos na promoção das chamadas regiões atrasadas ou deprimidas do território continental e insular norte-americano (*AS* 1963, n.º 1, 113-114).

No que se refere às temáticas merecedoras da sua atenção intelectual, no quadro das preocupações sobre desenvolvimento económico, cumpre destacar a série de três artigos que publicou sobre sociedades e economias africanas (*AS* 1963, n.ºs 3, 5 e 6). Para além de alargar a análise a territórios geográficos pouco tratados pelos teóricos do desenvolvimento, Alfredo de Sousa inova sobretudo pela incursão em territórios interdisciplinares nos quais se cruzam as abordagens da economia, da sociologia e da antropologia cultural e social, sem esquecer os ensinamentos da história de África. De igual modo relevantes são os seus ensaios sobre ensino superior e estrutura de diplomados (*AS* 1968, n.ºs 20-21 e 22-23-24), revelando a sua capacidade de atender a temas fundamentais para a compreensão das condições estruturais que enquadram processos de desenvolvimento económico.

Alfredo de Sousa não estava sozinho nestas incursões desenvolvimentistas. Com efeito, os temas do desenvolvimento económico e comunitário, das condições socioculturais do desenvolvimento económico, das assimetrias e desigualdades territoriais e sociais, ou ainda da necessidade de planeamento económico e social, marcaram presença muito significativa na agenda editorial dos primeiros números da *Análise Social*. Para além de Alfredo de Sousa, os autores que mais regularmente escreveram sobre estes temas foram Adérito Sedas Nunes, Maria Manuela Silva e Mário Murteira.

A publicação no ano inaugural (1963) da revista *Análise Social* da tradução de um texto de Raul Prebisch, o principal inspirador e entusiasta da CEPAL (originalmente publicado no *Trimestre Económico*), comprova a criação de um enlace doutrinal com a especificidade dos problemas latino-americanos, tais como a constante deterioração dos termos de troca, a desigual distribuição do rendimento e os obstáculos à formação e acumulação de capital. Ao importarem estes temas para o círculo de reflexão portuguesa, os investigadores do GIS estavam a sugerir a possibilidade de replicação e emulação de experiências de desenvolvimento económico também adequadas ao nosso país.

Para além da evocação da experiência da CEPAL, os principais autores que publicaram na *Análise Social* foram particularmente recetivos às influências de autores como François Perroux, Gunnar Myrdal, Albert Hirschman e Paul Chenery, revelando conhecimentos atualizados sobre as principais e mais inovadoras fontes de pensamento económico sobre a

Anexo 2

temática do desenvolvimento. E também fizeram referências implícitas e explícitas à obra de Celso Furtado, sobretudo quando discutem as capacidades e os recursos internos de que um país dispõe para estabelecer processos próprios de decisão política, ou quando analisam as origens e consequências socioculturais do desenvolvimento, numa perspetiva de causalidade circular.

Não obstante o alinhamento conceptual com uma visão holística sobre os fatores ou condicionantes culturais do comportamento económico, os textos de Alfredo de Sousa destacam-se pelo modo como analisa de forma autónoma variáveis macroeconómicas (designadamente consumo, investimento e poupança) suscetíveis de variação ao longo do tempo devido à interferência de tais fatores ou condicionantes (*AS* 1966, n.º 15).

Uma outra dimensão do desenvolvimento, especialmente valorizada no contexto europeu, foi a da assimilação inovadora do conhecimento e do progresso técnico, fazendo-se uma vez mais apelo ao testemunho de Celso Furtado, conforme bem ilustra Alfredo de Sousa:

Este desafio vital – que concerne em graus diferentes todos os países europeus – situa-se fundamentalmente ao nível do desenvolvimento tecnológico e da organização. «O crescimento das economias desenvolvidas é principalmente um problema de acumulação de novos conhecimentos científicos e de progressos na aplicação desses conhecimentos. O crescimento das economias subdesenvolvidas é antes de mais um processo de assimilação das técnicas existentes na época».

Esta frase de Celso Furtado, escrita já em 1952 (*Revista Brasileira de Economia*, n.º 3), coloca com clareza o problema de opção que a Europa hoje defronta. A Europa, se não inventa, se não cria, tem que limitar-se a assimilar (*AS* 1967, n.º 19, 512).

Alfredo de Sousa foi, neste período, o autor português que mais de perto contactou com Celso Furtado, colaborando diretamente com este economista e político brasileiro durante o período em que permaneceu em Paris para realizar o doutoramento. Os cursos que Alfredo de Sousa lecionou no ISCSP e no ISCEF, no final da década de 1960 e início da década de 1970, beneficiaram largamente da visão de Celso Furtado sobre temas de teoria e política de desenvolvimento económico, que Alfredo de Sousa procurou adaptar e apropriar numa perspetiva que pudesse ser interessante e útil para Portugal (*AS* 1969, n.ºs 27-28). Terá sido por iniciativa de Alfredo de Sousa que a *Análise Social* publicou em 1969 dois textos de Celso Furtado (*AS* 1969, n.ºs 27-28), um dos quais em coautoria

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

e que apresenta uma incursão de modelização teórica na análise de perfis de procura e repartição do rendimento. Este texto foi certamente fruto do labor primordial do autor português.

O seguinte comentário que Alfredo de Sousa produziu na recensão a uma das obras mais importantes de Celso Furtado demonstra bem o modo como procurava justificar o mérito e os ensinamentos de um dos principais mentores na fase inicial da sua carreira:

A enorme experiência do autor (CEPAL, SUDENE, Yale, Cambridge) reflectem-se neste livro que, embora referindo principalmente as economias latino-americanas, não deixa de ser sugestivo e útil para o entendimento do caso português (*AS* 1968, n.ºs 20-21, 276-77).

Para além do artigo em coautoria com Furtado, Alfredo de Sousa produziu outros assinaláveis ensaios económicos que, no quadro da escassa reflexão teórica produzida em Portugal na década de 1960, possuem inegável cunho inovador. Os artigos que dedicou aos tópicos da produtividade, salário e lucro (*AS* 1972, n.º 33) e da inflação (*AS* 1972, n.º 34), são bons exemplos dessas virtudes e capacidades que, a breve trecho, Alfredo de Sousa passaria a exercitar fora do contexto institucional do ISCEF e do GIS. De facto, foi em 1972 que publicou os seus últimos textos na *Análise Social*, parecendo então fixar um quadro de preocupações cognitivas diferente daquele que havia ditado o seu alinhamento com as problemáticas do desenvolvimento comunitário e das reformas da política social inspiradoras das reflexões da primeira geração de economistas e sociólogos fundadores do GIS e da *Análise Social*.

Curiosamente, *et pour cause*, viria a ser na *Análise Social* que se registaria a última colaboração escrita (póstuma) de Alfredo de Sousa, no ano a seguir à sua trágica morte por atropelamento. Trata-se do texto de uma conferência proferida por Alfredo de Sousa na Culturgest em Março de 1994, sobre «Os anos 60 da nossa economia», com trabalho de revisão editorial de Luís Miguel Bezeza, seu antigo aluno e assistente no ISCEF e posteriormente colega na Faculdade de Economia da UNL (*AS* 1995, n.º 133, 613-630).

Neste texto derradeiro, Alfredo de Sousa passa em revista os principais elementos de caracterização da economia portuguesa ao longo da década de 1960: a adesão à EFTA, os constrangimentos criados pela guerra colonial (que sugava 40% do Orçamento do Estado e que dificultava a execução de um plano de desenvolvimento de infraestruturas e de capacitação do sector industrial), e o fenómeno da emigração, com as suas implicações no regime demográfico, no sistema de propriedade, na cria-

Anexo 2

ção de fluxos de poupança, nas alterações na paisagem rural. Afinal, são também esses alguns dos temas analisados por Alfredo de Sousa no manuscrito que deixou inédito e que agora conhece divulgação pública na Imprensa do Instituto de Ciências Sociais. Esta publicação constitui, por isso, um feliz reencontro com a matriz institucional que marcou o início da carreira académica de Alfredo de Sousa.

Artigos de Alfredo de Sousa publicados na *Análise Social*

- «O Desenvolvimento Comunitário – um método viável na Europa?». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 1), 113-118.
- «Estruturas socio-económicas e dialéctica de culturas em África – I». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 3), 423-458.
- «A «preocupação económica» no desenvolvimento comunitário». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 3), 464-468.
- «Estruturas socio-económicas e dialéctica de culturas em África – II». *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 5), 17-65.
- «Economia e sociedade em África – evolução actual». *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 6), 249-295.
- «Novos aspectos da assistência técnica francesa aos países subdesenvolvidos». *Análise Social*, vol. III, 1965 (n.º 12), 525-529.
- «O horizonte temporal como factor cultural do comportamento económico». *Análise Social*, vol. IV, 1966 (n.º 15), 411-420.
- «Ensaio de análise dos custos sociais da expansão urbana». *Análise Social*, vol. V, 1967 (n.º 19), 384-404.
- «A sobrevivência da Europa». *Análise Social*, vol. V, 1967 (n.º 19), 511-517.
- «Algumas reflexões sobre a democratização do Ensino Superior». *Análise Social*, vol. VI, 1968 (n.º 20-21), 248-253.
- «A evolução da sociedade portuguesa e a «classe dos diplomados». *Análise Social*, vol. VI, 1968 (n.º 22-23-24), 475-491.
- «O desenvolvimento económico e social português: reflexão crítica». *Análise Social*, vol. VII, 1969 (n.º 27-28), 393-419.
- «Perfil da procura e perfil do investimento (co-autoria de Celso Furtado)». *Análise Social*, vol. VII, 1969 (n.º 27-28), 487-511.
- «Produtividade, salário e lucro». *Análise Social*, vol. IX, 1972 (n.º 33), 79-95.
- «Inflação e desenvolvimento em Portugal». *Análise Social*, vol. IX, 1972 (n.º 34), 317-369.
- «A difícil Europa». *Análise Social*, vol. XXIII (n.º 123/124), 1993.
- «Os anos 60 da nossa economia». *Análise Social*, vol. XXX, 1995 (n.º 133), 613-630.

Recensões críticas de Alfredo de Sousa publicadas na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*

- «ONU, *La recherche sociale et le développement communautaire dans les régions-problèmes en Europe*». *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 1961, n.º 45, 95-96.
- «André Marshall, *Systèmes et Structures Économiques*». *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 1961, n.º 47, 440-442.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Recensões críticas de Alfredo de Sousa publicadas na *Análise Social*

- «I. N. E. D., *Le 'Tiers Monde' – Sous-développement et développement, Cahier n.º 39, Paris*». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 1), 146-147.
- «Lebret, L. J., *Dynamique concrète du développement, Économie et Humanisme*». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 2), 331-332.
- «Viau, Pierre, *Révolution agricole et propriété foncière*». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 3), 501.
- «Brunschwig, Henri, *L'avènement de l'Afrique Noire*». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 4), 658-659.
- «Green, L. P. e Fair, T. J. D., *Development in Africa*». *Análise Social*, vol. I, 1963 (n.º 4), 659.
- «Zook, P. D. & Vários, *Foreign Trade and Human Capital*». *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 5), 163-165.
- «Barata, José F. N., *O Aproveitamento do Mondego e o Desenvolvimento Regional*». *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 6), 375.
- «Correa, H., *The Economics of Human Resources*». *Análise Social*, vol. III, 1965 (n.º 11), 399.
- «Philip, André, *Histoire des Faits Économiques et Sociaux*». *Análise Social*, vol. III, 1965 (n.º 11), 401-402.
- «Philip, André, *La Politique de Coopération avec les pays en voie de développement (Rapport Jean-neney)*». *Análise Social*, vol. III, 1965 (n.º 11), 402-403.
- «Austruy, Jacques, *Le Scandale du Développement – Commentaires par G. Leduc et J. L. Lebret. Bibliographie par G. Caire. Bilans de la Connaissance Économique*». *Análise Social*, vol. III, 1965 (n.º 12), 570-571.
- «Austruy, Jacques, *Le Développement Social, Social Development*. Simpósio internacional dirigido por Raymond Aron e por Bert Hoselitz». *Análise Social*, vol. V, 1967 (n.º 17), 148.
- «V. A., *Recherche Opérationnelle et Problèmes du Tiers Monde – The possibilities of Operational Research in Developing Countries*». *Análise Social*, vol. V, 1967 (n.º 17), 153.
- «Furtado, Celso, *Téoria e Política do Desenvolvimento Económico*». *Análise Social*, vol. VI, 1968 (n.º 20-21), 276-277.

Anexo 3

Alfredo de Sousa: dirigente, professor, colega

3.1 Percurso e contributos

3.1.1 Introdução

Como resulta da nota de apresentação, ao publicar um manuscrito que passou a integrar o espólio doado à *Nova SBE* em finais de 2014, os organizadores não pretenderam abalancar-se à sua edição crítica. Sem embargo, foi o tratamento desse espólio que motivou um projeto, intitulado «Alfredo de Sousa: Academic life and contributions», no qual queríamos realçar a evolução da personalidade do autor, bem como divulgar o seu percurso e contributos.¹ Logo o saudoso Werner Baer (1931-2016) e Joseph Love nos apoiaram, mas o seguimento do projeto acabou por confluir nos Anexos. Além de uma sinopse do percurso e contributos, este abrange memórias de três funcionários, dois alunos (3.2 e 3.3) e dois colegas (3.3 e 3.4).² Os vários testemunhos pessoais também apresentados procuram ainda cobrir momentos e facetas do percurso académico e cívico do autor, como se anunciou no Anexo 1.

¹ A líder do projeto apresentou versões preliminares nos XXXV Encontros da Associação Portuguesa de História Económica em Évora e no *IX Encuentro de la Asociación Ibérica de Historia del Pensamiento Económico* em Valência, em finais de 2015, que inspiraram o anexo 3.3, além de refletir os textos apresentados no ano anterior, designadamente os anexos 2 e 3.4.1. O assunto foi debatido por dois coorganizadores na *Nova SBE* à margem da conferência do NEC sobre «The Future of Economics: Science, Social Science or Art?» moderada por José Luís Cardoso em 6-10-15.

² Em 3.1.5 estão listadas as publicações académicas (45 livros e artigos e 7 recensões), sem repetir os 17 artigos e 16 recensões na *Análise Social*, que constam do Anexo 2. Embora ainda incompleta, duplica as rubricas originalmente anexas a 3.4.1, assim indicadas conforme a nota 16 abaixo. Acrescem 68 artigos de imprensa listados em 3.1.6. Quando não houver ambiguidade, citam-se as rubricas sem referir a subsecção, para aligeirar o texto.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Começamos por evocar o passado já longínquo, em que Alfredo de Sousa estava prestes a sair do ISCEF. As aulas que aí dava de teoria e política do desenvolvimento económico influenciaram não só aquela que as seguiu em 1972-1973, e sobre elas foi examinada, mas também aquele que usou os apontamentos para lecionar teoria da dependência no Curso Superior de Economia em Luanda, quando, nos anos de brasa de 1974-1975, lá cumpriu o serviço militar obrigatório. E recordamos com saudade a presença de Alfredo de Sousa no nosso júri de agregação não só em 1982, como presidente, mas também em 1990, posto que sem arguir.

Fernando Brito Soares, diretor da Faculdade à data da morte do fundador, constituiu uma comissão a que presidia, nomeou Miguel Beza e Luís Campos e Cunha como vogais e pediu a João Amador que «coligisse a obra», trabalho que não foi possível concluir, mas que este nos entregou em 16 de maio de 2017 para inclusão no espólio e revisão das listagens em 3.1.5 e 6. Vimos esta coletânea de textos, a que Alfredo de Sousa pretendia dar formato impresso, como uma decorrência natural daquela iniciativa. Mas Brito Soares continuou a ajudar, facultando-nos duas fotografias, que lhe foram oferecidas por Palma Inácio após a missa de corpo presente na igreja de Campolide e que escolhemos para capa do livro ainda antes de confirmar a data e o local. Reiteramos-lhe aqui a nossa gratidão, extensível a Luís Campos e Cunha, que, enquanto diretor, tomou a iniciativa de comemorar os dez anos na Reitoria.³

Graças à informação do arquivo parlamentar reproduzida adiante, à boa vontade da Embaixada Britânica em tentar encontrar o fotógrafo londrino, aos esforços da BAN junto dos arquivos da NATO e à memória do chefe da delegação da Assembleia Constituinte ao Parlamento Europeu, fomos eliminando alternativas, mas só depois de composto o texto, enquanto conferíamos a bibliografia, conseguimos identificar o tempo e o modo. Nem de propósito, a pista veio do *Expresso*, periódico que Alfredo de Sousa privilegiou nos seus escritos de intervenção, com mais de metade dos enumerados em 3.1.6!⁴

³ Dado Luís Cunha ter sido aluno de Alfredo de Sousa, de Miguel Beza e de Jorge Braga de Macedo, este compreende o sentimento de que a escola parecesse esquecida do fundador. Até porque recordou ao organizador trabalho seu já esquecido, citado na nota * da evocação do «economista constituinte», publicada no anexo 3.4.1. Curiosamente, para além do anúncio em <http://www.unl.pt/nova/dia-da-nova-2014> (um programa com 13 andamentos, dos quais dois envolveram a *Nova SBE* sem todavia a nomear: «Homenagem ao Prof. Doutor Alfredo de Sousa, com alocação do Prof. Doutor Jorge Braga de Macedo» e «Alocação da *Alumna* da NOVA, Dr.^a Helena Garrido»), não existe na Reitoria rasto daquela evocação.

⁴ Relativamente à rubrica 8 em 2.1.6, o *Expresso* publicou a seguinte Nota da Redação: «Trata-se de um tema que tem estado na ordem do dia nos últimos 2 meses e merece um

3.1.2 Três testemunhos complementares, a caminho dos 25 anos

Antes das perspetivas complementares sobre dirigente, professor e colega, atualizamos o que se fez desde o ciclo de quatro debates em memória de Alfredo de Sousa. Sensibilizado para a efeméride um ano antes, o diretor José Ferreira Machado começou por lhe chamar «A Nova SBE no centro das encruzilhadas» e pediu a Ricardo Costa que servisse de moderador.⁵

Apresentam-se testemunhos relacionados com aulas em várias universidades lisboetas, tendo o autor do anexo 3.2 salientado o dirigente, porque

tratamento desenvolvido através de múltiplos enfoques políticos e técnicos. Os depoimentos que aqui publicamos não são de dois desconhecidos. Bem pelo contrário. Um e outro são economistas de relevo. Mas, além dessa qualificação técnica, há uma outra qualificação política, sem dúvida bem mais importante. Alfredo de Sousa é presentemente o Director do gabinete de estudos do PPD. Eurico Ferreira é, por seu turno, destacado responsável no sector equivalente do PS. Ambos fizeram parte, em representação dos respectivos partidos, da delegação portuguesa à Assembleia dos Parlamentares da NATO, em Londres, realizada há cerca de 2 meses. Nessa ocasião coube-lhes a exposição e análise da situação da economia portuguesa, bem como de diversas questões internacionais. Embora não retrate senão a posição individual dos dois autores (não vinculando a posição dos dois partidos), o presente documento ganha relevância por ser subscrito por individualidades com posição destacada no xadrez partidário português. Relevo acrescido pelo facto de ser pouco usual, entre nós, a elaboração de argumentos com diverso alinhamento partidário.» Umhas semanas depois, em 1 de fevereiro, nova Nota da Redação: «No último artigo que publicámos afirmámos que Eurico Ferreira é director do Gabinete de Estudos do PS. Em carta que nos enviou esclarece o partido que isto não é verdade. Pedimos desculpa ao PS como ao Dr. Eurico Ferreira, o qual é aliás uma figura conhecida do PS, tendo-o bem representado ainda recentemente na Assembleia dos Parlamentares da NATO.» Em 15 de fevereiro, concluem o artigo intitulado «Golpe de Estado permanente» em termos arrematadores: «Não poderão dois portugueses desarmados, no mais completo sentido do termo, apelar para essas forças armadas do autêntico 25 de Abril? Só nos resta a coragem de o dizer, coragem que a angústia apoia.» Ver reprodução em [26, p. 37].

⁵ Numa coluna de opinião no *Sol* (4/6/14) sumariou o primeiro, em 27/5, sobre «O Mercado da Energia em Portugal e na Europa», com João Manso Neto CEO da EDPR, que foi assistente de Alfredo de Sousa, Gonçalo Salazar Leite, CEO da SECIL, e Paulo Pinho, ex-administrador da REN e professor de finanças na *Nova SBE* no qual «foram revistados, com entusiasmo mas compostura, todos os temas mais polémicos». No segundo, em 30/6, António Melo Pires, CEO da AutoEuropa, Miguel Lopes Cardoso administrador da Sodecia, Thierry Ligonnière, COO da ANA, e José Mata então professor de gestão na *Nova SBE* abordaram «Investimento Estrangeiro em Portugal». O terceiro, em 20/10, abordou «A Estratégia de Investimentos Públicos» com José Tavares, da *Nova SBE*, que moderou, Miguel Poiates Maduro, ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, José Soares dos Santos CEO da Jerónimo Martins, e João Salgueiro, amigo de Alfredo de Sousa que também interveio no debate seguinte e obteve um doutoramento *honoris causa* pela UNL em 2017, tendo sido recebido por João Amador, aquele que nos ajudou em 3.1.6!

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

obteve o seu primeiro emprego em 1978 graças ao diretor da Faculdade recém-criada. Explica como acreditou no projeto desde a primeira hora e recolheu testemunhos de vários alunos e funcionários do Centro de Cálculo (que dirigiu) e da BAN: esses sempre foram locais centrais na *Nova SBE*!

No anexo 3.3, a líder do projeto enunciado acima lembra o professor, pois foi sua aluna em teoria e política do desenvolvimento económico no ISCEF, como já se disse, tendo depois enveredado pela história económica, que ensina há décadas na *Nova SBE*. Além da dimensão de economista do desenvolvimento e das chamadas «teorias da dependência», salienta a importância do conhecimento da história económica e social, com base nas aulas que Alfredo de Sousa ministrou no ISCTE, na Católica e na Faculdade – sendo certo que a regência da disciplina por um economista começou no ISCTE [22], seguindo-se a Católica [25].⁶

O anexo 3.4 divide-se em duas subsecções, a primeira das quais foi lida na Reitoria uns dias antes de ser distribuída na *Nova SBE*, por ocasião da conferência dos vinte anos, capeada pelo cartaz reproduzido, graças ao apoio da Siemens. Conta que foi contratado para as Universidades Católica e Nova como mestre em relações económicas internacionais pela Universidade de Yale e que a Faculdade apoiou o seu posterior doutoramento em Economia na mesma Universidade americana. Aliás, a oferta de emprego seguiu-se a uma entrevista na Sala dos Passos Perdidos do Palácio de São Bento, que o convidado viria a frequentar como deputado. A alocação é agora publicada sem alterações, seguida em 3.4.2 de aspetos específicos do seu relacionamento com os colegas Alfredo de Sousa e Miguel Beleza.

Daniel Traça, eleito diretor na primavera de 2015, abraçou o projeto do novo *campus* e acelerou a sua execução, estando a saída de Campolide prevista para a primavera de 2018. Assim, em 27 de setembro de 2016, por ocasião do lançamento da primeira pedra, projetaram-se perante autoridades civis e militares, além da família e dos grandes doadores da *Nova SBE*, inúmeras frases e imagens de alunos, paisagens, construções, professores e investidores. Do menu de frases de Alfredo de Sousa que lhe foi proposto, Pedro Santa Clara escolheu uma tirada da «Apresentação» dos apontamentos das aulas de *Economia Portuguesa* na Católica em 1977-1978, que foram

⁶ São estas as «lições um pouco posteriores» que Antero Romero Magalhães cita em nota da sua oração de sapiência proferida em Coimbra (separata de *Notas Económicas*, Dezembro 2009). Seja permitida uma inconfidência algarvia que um de nós tomou por verdadeira até ao momento em que preparava a alocação reproduzido em 3.4.1: para Romero Magalhães (ele próprio deputado constituinte do Partido Socialista eleito por Coimbra), Alfredo de Sousa era, «irremediavelmente de Miragaia», posto que tenha nascido em Maçarelos (ver abaixo, p. 199).

Anexo 3

oferecidos ao espólio por Leonor Ferreira, sua aluna nesse ano, que calou fundo naqueles ali presentes: «Para nos inspirarmos para o glorioso trabalho de amanhã (sempre para amanhã) e compreendermos os sacrifícios de hoje, havemos de perceber a estupidez de ontem.» [23]. A frase anterior, essa, transformaria qualquer economista do desenvolvimento em historiador económico: «Mas a economia de hoje, deste gracioso ‘Ano I da Austeridade’, não pode ser compreendido sem conhecer a economia de ontem.»

Oxalá se consigam reeditar mais escritos do fundador ao comemorar os 25 anos, já à vista da Barra! Entretanto, reproduzem-se outras citações da mesma «Apresentação» e também do «Prefácio» aos apontamentos para as aulas na Faculdade e respetivos exercícios que o regente coordenava: «Mas há outras coisas que, à medida que crescemos – mesmo os que ficam sempre baixinhos do cabelo para baixo –, descobrimos interessarem à vida económica... Isto é tarefa dos estudantes, ou seja, da juventude, pois sendo a juventude a construtora do futuro, se falhar nessa nobre missão não pode deixar de explicar inteligentemente porque falhou»... Vamos lá... arregaçar as mangas!» [39]. «Este livro não foi escrito para economistas nem muito menos para deleite dos professores universitários» ou «Não é muito hábito fazer este trabalho entre as equipas docentes nas Universidades Portuguesas, mas conseguiu-se. Aliás, temos de começar a produzir livros de texto adequados ao nosso sistema de ensino e aos problemas que defrontamos. E temos de fazer isso sem complexos nem excessos de timidez.» [43].⁷

A minha vida académica e os meus primeiros anos de vida profissional proporcionaram-me o privilégio de conhecer o Professor Alfredo de Sousa e de poder descobrir as inúmeras qualidades deste grande académico e Homem. Conheci inicialmente o professor Alfredo de Sousa como seu aluno, nos bancos da Universidade Católica: professor rigoroso, era injustamente (como mais tarde vim a compreendê-lo) temido por nós, seus discípulos, que víamos na sua exigência um patamar de esforço demasiado ambicioso e nem sempre compatível com as horas limitadas de trabalho que desejaríamos no nosso íntimo dedicar à sua «cadeira»... E é com total conhecimento de causa que evoco esta exigência: foi com efeito a «cadeira» do professor Alfredo de Sousa a única que tive de repetir nos meus cinco anos de estudos na Católica... No entanto, um resultado (muito) positivo de natureza pessoal deste tempo adicional para aprofundar o meu conhecimento da referida «cadeira» foi a oportunidade que assim surgiu de me-

⁷ Ainda relativamente à Católica, regista-se no texto o testemunho de um alto funcionário dos serviços da Comissão Europeia, ao qual se associou a colega Joana com quem veio a casar, filha de Hermes Augusto dos Santos, que também lá dava aulas.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

lhor conhecer uma colega de curso, que viria mais tarde a tornar-se a minha mulher e companheira de Vida. Terminado o curso, fui convidado pelo diretor do Departamento de Economia da Católica para ficar como assistente, convite que com muita honra aceitei. Depois de um «sim» às funções genéricas de assistente, veio a nomeação para a cadeira em que exerceria: decidi o diretor do Departamento colocar-me na cadeira de Introdução à Economia, da qual era regente... o Professor Alfredo de Sousa! Ditou assim o destino o meu reencontro com o Professor, desta vez sob uma nova perspetiva, já que tinha saltado dos bancos para o estrado dos anfiteatros universitários.

E agora, passados tantos anos, só posso agradecer ao diretor do Departamento ter-me oferecido esse privilégio de trabalhar e aprender com o Professor Alfredo de Sousa, a quem descobri nessas minhas novas funções como um Homem sabedor, inteligente, aberto, atento aos outros, empenhado no rigor científico, possuidor de uma enorme retidão. Entre muitas outras que poderia partilhar, apenas duas recordações pessoais desses já longínquos anos. Recordo por exemplo que o Professor Alfredo de Sousa organizava reuniões periódicas (semanais? quinzenais? Não posso já precisar...) com a toda a sua equipa de assistentes: à volta da sua mesa de trabalho, aqueles jovens recém-licenciados, sem experiência de vida e sem experiência académica que éramos, fazíamos sugestões abertamente, sem nenhum estado de espírito, sem nos sentirmos constrangidos nas nossas observações, sempre ouvidos respeitosamente pelo Professor, que nos agradecia com sinceridade aqueles debates e sugestões. Sim, compreendi-o: por trás do Professor rigoroso, de aparência distante, exigente, havia um Homem com uma grande aspiração: através também da crítica construtiva dos seus jovens, inexperientes e ousados assistentes, procurava melhorar de forma contínua a qualidade das suas aulas, e a bem de um único fim: apurar a formação dos seus alunos!

Mais um episódio: pediu-nos nessa altura o Professor, a cada um dos seus assistentes, uma breve contribuição escrita para um livro de exercícios de Economia que ele planeava publicar. De bom grado o fiz, como os outros colegas, honrado por poder participar assim na elaboração desse instrumento académico. Passados uns largos meses (talvez anos?), tendo entretanto a minha vida profissional seguido um rumo diferente que me levou a perder o contacto com o Professor Alfredo de Sousa, sou surpreendido pela receção por correio de um envelope que me era dirigido pela Universidade, enviado da sua parte: fazia-me chegar dessa forma, como o fez aos outros meus colegas, um cheque com uma pequena quantia correspondente... aos direitos de autor de tal publicação, que ele dividia assim com todos os seus assistentes. Esta foi para mim mais uma lição: é nestes pequenos detalhes de honestidade, de bem terminar as tarefas, que se pode ver o carácter nobre, honrado e reto de um Homem.

Anexo 3

Homem que com muita pena não mais revi, pois quis o destino levá-lo demasiado cedo do nosso convívio.
Bruxelas, Maio de 1917.



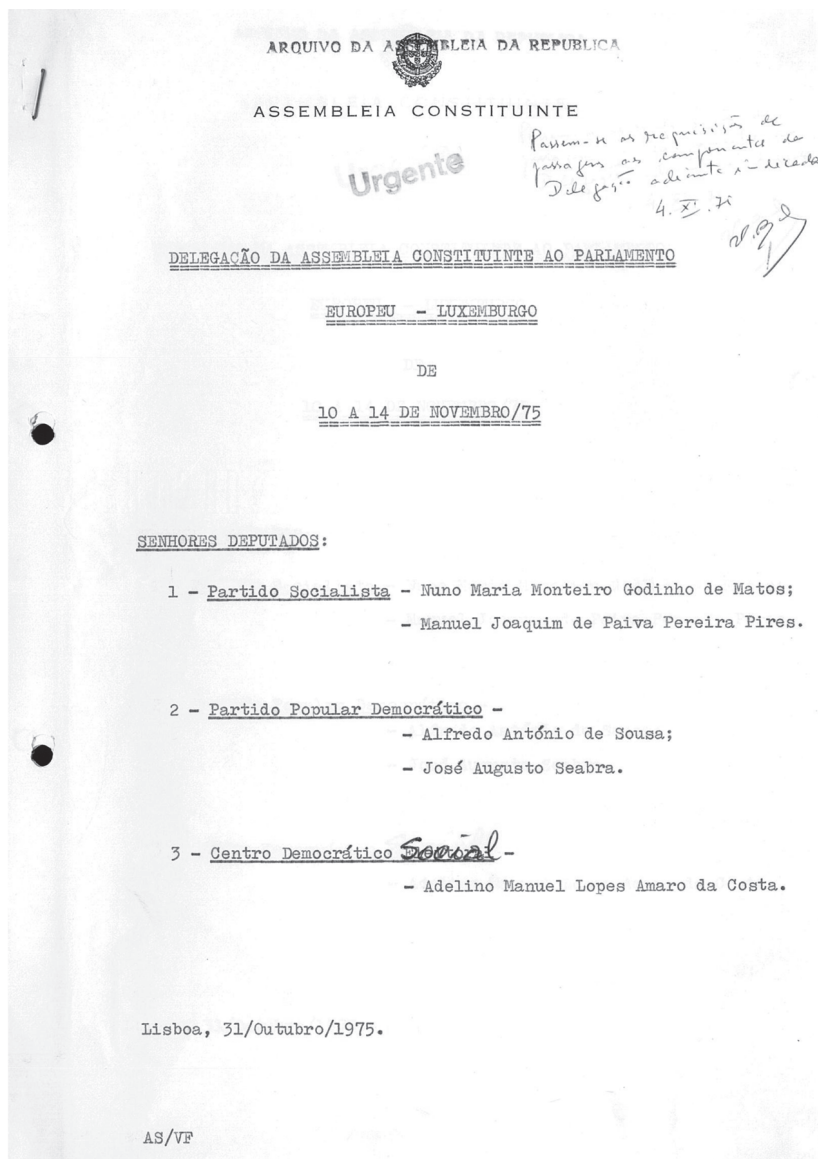
Nome: Alfredo António de Sousa
 Partido:
 Círculo Eleitoral:
 E-Mail:
 Data de Nascimento: 20-05-1931; (Data de Falecimento : 03-11-1994)
 Habilitações Literárias: Doutoramento em Economia
 Profissão: Professor Universitário
 Cargos que desempenha:
 Cargos exercidos: Deputado na Constituinte; Professor Catedrático da Universidade Nova-Lisboa; Consultor Económico; Relator da 4.ª Comissão de Organização Económica
 Condecorações e Louvores: Prémios Científicos
 Obras publicadas: "Economia e Sociedade em África" - (Tempo e o arado, Liv. Moraes, 1964); Ensaio de Análises Económicas do Café GIU", Lisboa 1960; "Fonctions de Comonicações dans les Economies Africanies", Ed. Cujas, 1970; "Inflação e Desenvolvimento em Portugal", Gis 1972
 Títulos académicos e científicos: Licenciado em Economia; Doutor em Economia; Professor Agregado das Universidades Francesas
 Comissões:

Ficha pessoal de Alfredo de Sousa na Assembleia Constituinte

Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia da República, Cota: AF 00019/2016.⁸

⁸ Comparando com a bibliografia em 3.1.5, encontram-se erros de grafia em cada um dos quatro títulos listados: «arado» em vez de «modo»; «GIU» em vez de JIU; «Comonicações» em vez de «consommation», «Gis» em vez de «GIS».

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985



Composição da delegação da Assembleia Constituinte que se deslocou ao Luxemburgo, para um encontro com deputados do Parlamento Europeu.

Fonte: Arquivo Histórico da Assembleia da República, cota: Secção XXXI-B, cx. 3, pt. 9.⁹

⁹ Note-se a gralha corrigida à mão derivada da confusão com a Comissão Democrática Eleitoral criada em 1969, depois MDP/CDE.

3.1.3 Viagens políticas

O arquivo parlamentar, ao qual agradecemos na pessoa de Anabela Jara, facultou-nos a informação pessoal constante do registo e a autorização para a sua única viagem, que se reproduzem a seguir, além do relato da sessão n.º 64 no *Diário da Assembleia Constituinte*, abordado em 3.1.4. Graças às relações internacionais do Bibliotecário, conseguimos registo sistemático dos delegados às reuniões promovidas pela Comissão Parlamentar da NATO, também chamada Associação do Atlântico Norte (AAN).¹⁰

Reunindo-se anualmente no parlamento de um país-membro, a AAN teve a sua 24.ª sessão anual em Lisboa entre 25 e 30 de novembro de 1978, durante a qual Alfredo de Sousa, então reitor da UNL, disse ao Comité Económico que «between now and 1982 Portugal needed foreign loans of five billion dollars to enable it to be in a position to accede to the European Economic Community».

Na 20.ª sessão em Londres, 11 a 16 de novembro de 1974, havia sido aprovada uma resolução no sentido de ajudar a integração económica dos membros mais desfavorecidos da Aliança.¹¹ Na lista das delegações confirma-se a presença de Alfredo de Sousa e Eurico Ferreira, tal como o *Expresso* de 4-1-75 noticiava, sendo que também lá estava Francisco Balsemão, vice-presidente da Constituinte.¹²

O Comité Económico da AAN continuou a recomendar assistência ao flanco sul da Aliança. Em 1975, uma resolução afirmou que esta devia abandonar a sua atitude passiva, míope e politicamente errónea acerca

¹⁰ *The Parliamentarians' Role in the Alliance The North Atlantic Assembly 1955-1980*, por Sarah Charman e Keith Williams, Londres, 1981, citado adiante como AAN.

¹¹ AAN, p. 62 menciona uma resolução do Comité Económico em 1975 afirmando que a NATO «devia abandonar a sua atitude passiva, míope e politicamente errónea acerca de Portugal e oferecer apoio imediato e efetivo para apoiar o respetivo processo de democratização». Acrescenta que o mesmo Comité tem continuado a recomendar assistência ao flanco sul da Aliança. «The co-ordination of Alliance nations' economic policies nevertheless remains a favourite topic for those who see in the achievement of a common economic stand the enduring spirit of the old Atlanticists. Never having totally abrogated this concept the Sub-Committee's most effective work has been in suggesting ways to improve United States-European relations rather than in advocating the co-ordination of Alliance economic policies within the wider context of the O E C D» (p. 61).

¹² Ver rubrica 8 em 3.1.6 e ANN, p. 208. Por curiosidade note-se que Romero mencionado na nota 5 acima foi à reunião da AAN em Copenhaga em 1975).

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

de Portugal, e oferecer apoio imediato e efetivo no respetivo processo de democratização.¹³

Esta viagem política foi exclusivamente partidária, ao contrário da que o levou ao Luxemburgo de 10 a 14 de novembro de 1975, visitar o Parlamento Europeu, acompanhado de José Augusto Seabra, eleito pelo Porto, e Adelino Amaro da Costa, eleito por Braga, além de dois deputados socialistas ainda vivos, um eleito por Lisboa o outro pelo Porto, tendo-nos aquele contado a viagem. Não conseguimos localizar Manuel Pires, «grande e forte, com alguma inserção na área sindical», seria da linha «obreirista» e por consequência irritar-se-ia com as declarações do professor. Soubemos depois que morreu em 2013.

Nuno Godinho de Matos, advogado, deu-nos conta da viagem esclarecendo que, embora fosse por inerência chefe da delegação, a figura principal era indiscutivelmente o catedrático. Acrescentou que o deputado do CDS tinha uma apetência relacional muito grande, que complementava o saber do economista, sendo assim muito fácil para os deputados europeus dos vários grupos parlamentares perceberem as posições do PS, PPD e CDS, bem como a preocupação do chefe da delegação em dar ao especialista todas as oportunidades para falar e interagir com os eurodeputados que a delegação constituinte visitou. Essa deferência nem sempre era apreciada pelo seu companheiro de partido, o qual manifestava impaciência com a instituição europeia que visitavam, por lhe parecer estar ao serviço de interesses estrangeiros.¹⁴

3.1.4. Intervenção no Plenário

A atividade de Alfredo de Sousa enquanto deputado do Partido Popular Democrático à Assembleia Constituinte, eleito por Lisboa, centrou-se no Título IV da Constituição, «Da organização económica», cujo

¹³ AAN, *loc. cit.*, também menciona a 2.^a Conferência sobre a Economia Portuguesa da Fundação Gulbenkian. A 1.^a «Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa» é mencionada no final do capítulo 8 (p. 102) com o argumento de que, em consequência, «começa a pensar-se a política económica noutros termos». Um de nós avaliou os efeitos da 1.^a no 40.^o aniversário com o título «Economic Advice and Regime Change in Portugal», *Challenges Ahead for the Portuguese Economy*, 2008, pp. 201-229 – publicado pelo ICS. Salienta-se no anexo 3.4 o papel-chave que tiveram Miguel Beza e o grupo do MIT nesse processo.

¹⁴ Procurámos confirmar através da gentileza do causídico – que divide o seu tempo entre Lisboa e o Algarve – o ascendente que tinha Alfredo de Sousa sobre quase toda a delegação e enviámos este trecho para a morada de Manuel Pires em São Mamede de Infesta, mas o envelope foi restituído por mudança do destinatário.

Anexo 3

projeto apresentou no plenário de 16 de outubro de 1975, presidido por Henrique de Barros, do Partido Socialista, enquanto relator do trabalho da 4.^a Comissão, presidida por António Campos, do mesmo partido. Salientam-se alguns aspetos da intervenção do relator (sem a enumeração inicial dos membros da Comissão) depois dos seus esclarecimentos e perguntas.

Começamos pelo protesto de um deputado do MDP/CDE junto da Mesa para denunciar a circunstância de o relatório ter sido aprovado pelos deputados presentes do PS e do PPD, protesto esse que levou o presidente a perguntar se o relator queria ler alguma declaração. A isso respondeu: «Não é para ler nada. Era para explicar, como eu disse claramente no barulho das discussões que então dominavam um pouco a Assembleia, foi entendido claramente que eu disse que este relatório foi aprovado pelos deputados presentes, na última reunião. Devo ser mais claro, dizer que não estavam presentes os componentes do MDP e do PCP» (p. 2026).

Já para o fim da sessão, o relator pede um esclarecimento e, depois de informar que há muitos oradores inscritos, o presidente dá-lhe a palavra: «Sr. Presidente, Srs. Deputados: Deixando de lado insinuações pessoais e outros ataques que, realmente, não demonstram, nem para mais nem para menos, gostaria de pedir ao Sr. Deputado, ou a um dos dois que falou ultimamente, o favor de me esclarecer. São dois grupos de questões. O primeiro é o seguinte: admitido o controle de gestão, contra o qual nós não estamos – e devo dizer-lhe que a insistência que estão a fazer assemelha-se a cabeçadas, a tentativas de arrombamento de uma porta aberta –, mas, de toda a maneira, admitido o controle da gestão, sem mais, tal e qual como está na proposta que surgiu da Comissão, gostaria de perguntar o seguinte: pode a comissão nomeada pelos trabalhadores para o controle da gestão da empresa contestar uma decisão das gestões? Pode contestar um voto da assembleia geral? Pode fazer uma proposta nova? Pode contestar nomeação de gestores e propor outras pessoas? Gostaria que me esclarecessem se dentro da vossa ideia do controle de gestão isto está compreendido» (p. 2035).

A apresentação do relator (pp. 2021-2022) apela «para a mobilização consciente e democrática do povo, com respeito pela sua vontade expressa» e enuncia «objectivos genéricos» em vez de «impor na Constituição uma linha programática rígida». Esses objetivos servem para nortear a ação dos futuros governos relativamente ao que pareça ser atingível nos anos mais próximos, na fase de transição, de modo a «marcar a intenção objectivada da construção da sociedade socialista». Lembra ainda o papel

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

do Parlamento: «a maioria admitiu a necessidade da socialização dos principais meios de produção, confiando a determinação e orientação genéricas e futuras dessa socialização à Câmara dos Deputados... [tal como] o sistema de indemnizações em relação às quais a Constituição definiria já, no entanto, alguns critérios básicos» e justificara referências breves «às cooperativas em geral, às actividades económicas privadas e aos investimentos estrangeiros».

Depois, refere a «definição dos sectores de propriedade no período de transição para o socialismo». Relativamente aos critérios, esclarece «que a posse útil estava na prática estreitamente ligada ao poder de gestão», o que iria levantar o pedido de esclarecimento, na parte do debate já referido acima. Parece ter consciência do que estava para vir quando acrescenta «Confessamos que não foi tarefa fácil harmonizar pontos de vista e chegar a uma conclusão que nos pareceu a menos má, através da convergência máxima de ópticas jurídicas, políticas e económicas que tivessem em conta uma sociedade que se há-de definir concretamente, dentro do socialismo, pela sua própria dinâmica. Digamos, para empregar linguagem matemática, que nos pareceu ter conseguido um maxi-mini». Escusado será dizer que passou despercebida a ironia desta última designação, retirada da teoria dos jogos de soma zero com incerteza, em que a decisão minimiza a maior perda esperada.

Salienta que «cerca de 28% da população activa se localiza no sector primário» e aponta para a «grave dependência externa em bens alimentares». Considera que a reforma agrária deve «aumentar simultaneamente a produção de alimentos e de matérias-primas» através da «transferência da posse útil da terra para quem a trabalha, com garantia da propriedade dos pequenos e médios agricultores, a dotação das explorações agrárias em meios técnicos e financeiros adequados, a promoção efectiva de cooperativas e a participação activa de todos os que trabalham a terra na definição da política agrária».

Apesar de o sistema financeiro e fiscal não ter sido contemplado em todos os projetos, o projeto procura «delinear as estruturas e directivas genéricas do sistema financeiro e fiscal pelas quais se deve pautar a acção dos futuros governos e autoridades monetárias, sem espartilhar, como é lógico, uma política que deve evoluir e ter eminentemente em conta não só as realidades nacionais como as internacionais». Por isso a Comissão explicitou objetivos como «garantir a segurança das poupanças; captar os fundos necessários ao investimento e promover assim a formação do capital social; melhorar a distribuição da riqueza e do rendimento; adaptar, pela fiscalidade indirecta a estrutura do consumo às necessidades da

Anexo 3

socialização da economia, garantindo ainda que a imposição fiscal recaia sobre o produto e o rendimento reais».

Revela de novo grande intuição quanto à importância do processo orçamental na mudança do regime cambial português, como um de nós tem incessantemente alertado.¹⁵ Assim, referiu em 1975 que o artigo 19.º, sobre processo orçamental, «está inserido neste capítulo apenas pró-memória, pois, como diriam os nossos distintos constitucionalistas, não nos parece ser esta a sua sede própria». A esse respeito, acrescenta «três factores determinantes, se bem que não explicitados: o primeiro é o do actual e futuro alargamento do sector público; o segundo é a maior descentralização ou maior autonomia regional e local, e o terceiro é o da futura existência – se ficar aprovada a disposição proposta nesse sentido – de um plano normal e normativo». Alude aos dois artigos sobre «circuitos comerciais em reformulação necessária numa economia em vias de socialização» e conclui: «procuramos ser sintéticos, embora tratando com clareza e aprofundamento todos os aspectos essenciais da tão melindrosa e fundamental matéria [apresentando] apenas vinte e um artigos, um dos quais pró-memória».

O documento distribuído aos deputados para sustentar o debate foi publicado no *Diário da Assembleia Constituinte* e reproduzem-se as secções 2 a 8. A primeira trata de procedimento: esclarece que, na primeira sessão e na seguinte, se aprovou a sistematização a dar às matérias objeto deste título e se ordenaram as matérias em seis capítulos, partindo do geral para o específico, concatenando, todavia, as matérias entre si. Não constam da caixa agradecimentos, aplausos, nem referências à leitura na tribuna e ausência de revisão, por serem da praxe.

¹⁵ Ver *Vinte Anos de Integração Europeia*, organizado por Nicolau Andersen Leitão, publicado em 2007 nas Edições Cosmos (pp. 91-137), tendo em vista o que o autor chamaria «A estratégia de Portugal para a economia aberta» em *As Conferências da FEP-UPorto com os Ministros das Finanças desde o 25 de Abril de 1974*, organizado por João Proença, publicado em 2013 na Fronteira do Caos Editores, pp. 69-81. Na sessão participaram também Miguel Beza e Fernando Teixeira dos Santos (<https://www.dinheirovivo.pt/economia/miguel-beza-teixeira-dos-santos-evitou-desgraca-maior/>). De notar que a tese de doutoramento do elogiado, apresentada na Universidade da Carolina do Sul (conforme *The American Economic Review*, dezembro de 1986, p. 1247) é citada em nota na p. 70. Salazar é citado p. 26 nota 1, sendo-lhe atribuída uma graça acerca de Keynes, que era voz corrente e fez até parte do obituário de Jacinto Nunes no *Expresso* mas era apócrifa como o próprio contou numa conferência sobre o Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes (p. 59) por se tratar de Ulisses Cortês (1900-1975), ministro das Finanças entre 1965 e 1968 (ver *Nova Cidadania*, outono-inverno 2014, p. 51). Outra citação de economista refere-se à autoria de relatórios de organizações internacionais, como Erik Lundberg (pp. 38 e 95, nota 6).

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

2 - Assim, como os Srs. Deputados podem ver no projecto que nos foi distribuído, começou-se por enunciar os princípios gerais que deveriam presidir à organização económica do País, os quais apontam para a construção progressiva de uma sociedade socialista, concertando-se, por essa razão, um conjunto de objectivos principais ao Estado, e apelando para a mobilização consciente e democrática do povo, com respeito pela sua vontade expressa.

Pretendemos enunciar objectivos genéticos e não impor na Constituição uma linha programática rígida. Esses objectivos enunciados no artigo 2.º servirão, no entanto, em nosso entender, para nortear a acção dos futuros governos para aquilo que parecem ser os objectivos atingíveis nos anos mais próximos, na fase de transição, e marcar a intenção objectivada da construção da sociedade socialista.

Para prosseguir essas finalidades, a maioria admitiu a necessidade da socialização dos principais meios de produção, confiando a determinação e orientação genéricas e futuras dessa socialização à Câmara dos Deputados.

Pareceu consequente que fosse também a Câmara dos Deputados a definir o sistema de indemnizações em relação às quais a Constituição definiria já, no entanto, alguns critérios básicos.

Ainda dentro dos princípios gerais, entendeu-se serem necessárias referências determinantes embora breves às cooperativas em geral, às actividades económicas privadas e aos investimentos estrangeiros.

3 - Encerrado este capítulo dos princípios gerais, passou-se a outro não menos importante e basilar, que é o da propriedade, ou melhor, à definição dos sectores de propriedade no período de transição para o socialismo. Os critérios adoptados por maioria para a determinação desses sectores foram: o da propriedade de raiz dos bens e meios de produção, o da posse útil e o de quem detém de facto o poder de gestão desses meios de produção quando activados pelo trabalho, isto é, quando organizados activamente em empresas. Os dois últimos critérios jogaram conjugadamente porque se considerou que a posse útil estava na prática estreitamente ligada ao poder de gestão.

Partindo, desta metodologia analítica, e conforme se verifica no artigo 7.º da proposta da Comissão, determinaram-se três sectores:

O da propriedade estatal, onde a propriedade e a gestão são estatais ou para estatais;

O da propriedade social, onde a posse útil e a gestão estão nas mãos dos trabalhadores, independentemente da propriedade de raiz;

O da propriedade privada, que nos pareceu dever definir-se de forma residual.

Confessamos que não foi tarefa fácil harmonizar pontos de vista e chegar a uma conclusão que nos pareceu a menos má, através da con-

vergência máxima de ópticas jurídicas, políticas e económicas que tivessem em conta uma sociedade que se há-de definir concretamente, dentro do socialismo, pela sua própria dinâmica. Digamos, para empregar linguagem matemática, que nos pareceu ter conseguido um maxi-mini.

4 - Assentes estes pontos fundamentais, não houve grande dificuldade em vencer a opinião de que o instrumento privilegiado para o desenvolvimento, organização e orientação da economia portuguesa numa via socialista seria o plano. Plano que se quis democrático, participado e descentralizado; plano que se pretendeu viesse a reorientar em largo prazo a estrutura da economia nacional, e não apenas visar uma acção conjuntural ou imediatista; plano que se desejou venha a promover um desenvolvimento harmónico, tanto espacial como sectorialmente, e não tão-somente um crescimento do produto.

Tendo em conta o facto de estarmos em uma economia de transição, resultou claro que o grau de imperatividade do plano não poderia ser o mesmo para todos os sectores da economia. Claro também que para ser efectivo este plano deve ter um órgão central junto do Governo. Claro ainda que num sistema democrático a palavra final sobre o regime de planeamento da economia nacional deve competir aos eleitos pelo povo, isto é, à Câmara Legislativa.

No artigo 11.º entrou-se nalguns detalhes da orgânica regional de planeamento, com o qual nem todos os componentes da Comissão estiveram de acordo.

5 - Considerando que cerca de 28 % da população activa se localiza no sector primário e a nossa grave dependência externa em bens alimentares, a reforma agrária foi considerada logicamente como um dos capítulos importantes das matérias referentes à organização económica e também um dos instrumentos fundamentais da construção da sociedade futura.

Essa reforma deve simultaneamente melhorar a situação absoluta e relativa no campo económico e social de trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores e fazer aumentar simultaneamente a produção de alimentos e de matérias-primas.

A transferência da posse útil da terra para quem a trabalha, com garantia da propriedade dos pequenos e médios agricultores, a dotação das explorações agrárias em meios técnicos e financeiros adequados, a promoção efectiva de cooperativas e a participação activa de todos os que trabalham a terra na definição da política agrária foram considerados os modos indispensáveis de efectivação real da Reforma Agrária.

As interpretações do alcance dos preceitos mereceram certas reservas de alguns membros, expressas nas declarações de voto, e que certamente serão explicitadas, provavelmente, no Plenário.

6 - Componente importante da organização económica nacional nos pareceu também o sistema financeiro e fiscal, embora tal capítulo não

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

tivesse sido contemplado em todos os projectos de Constituição apresentados pelos diferentes partidos.

Nesta matéria procurou-se delinear as estruturas e directivas genéricas do sistema financeiro e fiscal pelas quais se deve pautar a acção dos futuros governos e autoridades monetárias, sem espartilhar, como é lógico, uma política que deve evoluir e ter eminentemente em conta não só as realidades nacionais como as internacionais.

No entanto, consignaram-se neste parecer da Comissão alguns pontos que se nos afiguraram importantes: garantir a segurança das poupanças; captar os fundos necessários ao investimento e promover assim a formação do capital social; melhorar a distribuição da riqueza e do rendimento; adaptar, pela fiscalidade indirecta, a estrutura do consumo às necessidades da socialização da economia, garantindo ainda que a imposição fiscal recaia sobre o produto e o rendimento reais.

Consagrados estes pontos essenciais, que marcam uma ruptura com sistemas anteriores, tanto tecnicamente como na sua teleologia, impunha-se um certo grau de liberdade pelas razões aduzidas e que o Plenário confirmará ou infirmará.

O artigo 19.º está inserido neste capítulo apenas pró-memória, pois, como diriam os nossos distintos constitucionalistas, não nos parece ser esta a sua sede própria.

Dada, no entanto, a natureza da matéria, conviemos em que devíamos emitir parecer sobre ela, embora também em termos sucintos. Tivemos aí em conta três factores determinantes, se bem que não explicitados: o primeiro é o do actual e futuro alargamento do sector público; o segundo é a maior descentralização ou maior autonomia regional e local, e o terceiro é o da futura existência – se ficar aprovada a disposição proposta nesse sentido – de um plano normal e normativo. Estes três elementos teriam, assim nos parece, de se articular com a necessidade de dar a necessária, e apenas a necessária, competência à Câmara dos Deputados em matéria orçamental.

7 - Finalmente, os dois últimos artigos apontam para a imprescindível mas cautelosa intervenção do Estado e do plano no domínio dos circuitos comerciais em reformulação necessária numa economia em vias de socialização.

8 - Resta dizer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que procuramos ser sintéticos, embora tratando com clareza e aprofundamento todos os aspectos essenciais da tão melindrosa e fundamental matéria que é a do título «Da organização económica». Pelo menos foi essa intenção quando apresentámos apenas vinte e um artigos, um dos quais pró-memória. Convém esclarecer ainda que não cuidámos de uniformizar as designações da Câmara de Deputados ou Assembleia Legislativa Popular ou Câmara Legislativa, uma vez que a Assembleia Constituinte ainda não se

pronunciou sobre o assunto. Atribuímos a essas três designações significado equivalente.

Para concluir, e se me permitem uma palavra pessoal, gostaria de referir o bom espírito que reinou na Comissão, o que não impediu discussões vivas, que, todavia, não ultrapassaram os limites do conveniente nem prejudicaram fatalmente a capacidade de compromisso. Pessoalmente reafirmo a todos o prazer que tive neste trabalho em equipa e por isso, também pessoalmente, porque outro título não tenho, lhes agradeço.

Como referido, a bibliografia apresentada nas duas subsecções seguintes divide-se em trabalhos académicos e de intervenção, num total de 120 rubricas. Incluindo as listadas no anexo 2, chega-se ao total, certamente subavaliado, de 153.¹⁶

3.1.5 Trabalhos académicos (incluindo recensões críticas)

1. «A Estatística e o Exército», *Serviço de Administração Militar*, 8(5), fevereiro de 1957 e 8(6), março de 1957.
2. * *Ensaio de Análise Económica do Café*, Junta de Investigações do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 17, 1958.
3. «Viagem dos finalistas a Angola», *Economica Lusitania, Revista dos Estudantes de Ciências Económicas e Financeiras*, n.º 13, janeiro a março de 1959, pp. 1-11 e n.º 14, abril a junho, pp. 3-16
4. «Desenvolvimento comunitário em África», *Estudos Ultramarinos: Aspectos Sócio-Económicos, Revista Trimestral do Instituto de Estudos Ultramarinos*, 1959, n.º 4, pp. 7-15.
5. «Financiamento da emigração em Itália», *Estudos Ultramarinos: Aspectos Sócio-Económicos, Revista Trimestral do Instituto de Estudos Ultramarinos*, 1959, n.º 4, pp. 117-125.
6. «Considerações sobre uma eventual adesão de Moçambique e Angola a uma Zona de Trocas Livres», Associação Industrial Portuguesa, 1960, publicado em *Ultramar*, n.º 3 (janeiro-março de 1961), pp. 71-84.
7. «Os descobrimentos e a revolução industrial», *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*, vol. VI, 1961.
8. *Comércio Externo de São Tomé e Príncipe (Subsídios para o Seu Estudo)*, Junta de Investigações do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais n.º 63, 1963, também *Ultramar*, n.º 11/12, (jan.-jun. 1963), p. 76-91.
9. * «S. Tomé e Príncipe: um caso de concentração», ISCSPU, *Estudos Políticos e Sociais*, I (2), 1963, pp. 319-335.
10. * «Organização e programas de desenvolvimento comunitário», ISCSPU, *Estudos Políticos e Sociais* I (3), 1963, pp. 551-596, também Junta Provincial do Povoamento de Angola.

¹⁶ A nota * da página 193.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

11. «Cabo Verde: um território condenado?», ISCSPU *Estudos Políticos e Sociais*, I (4), 1963, p. 883-888.
12. «Desenvolvimento comunitário e desenvolvimento económico», ISCSPU. *Estudos Políticos e Sociais*, II, (2) 1964, p. 287-306, também Junta Provincial do Povoamento de Angola.
13. «Desenvolvimento comunitário: noção e aspectos mais relevantes» *Trabalho: Boletim do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social de Angola*, n.º 3 (3.º trimestre, 1963), p. 17-29.
14. «Desenvolvimento comunitário em Angola», *Angola – Curso de Extensão Universitária – Ano Lectivo de 1963-1964*, ISCSPU, 1964, p. 243-440.
15. * *Economia e Sociedade em África*, com prefácio de Adérito Sedas Nunes, Lisboa: O Tempo e o Modo e Livraria Morais, 1965.
16. «La Formation et la répartition du produit (un commentaire et un essai)», separata de *Revue d'Economie Politique*, n.º 4, julho-agosto 1967, pp. 521-529.
17. * *Fonctions de production dans l'industrie manufacturière portugaise (1953-65)*, Thèse Complémentaire: Sciences économiques: Universités de Paris, sem data.
18. * *Fonctions de consommation dans les économies africaines*, 1967, com prefácio de Gaston Leduc, Paris: Cujas, 1970.
19. * *Funções de Produção Cobb-Douglas na Indústria Transformadora Portuguesa*, Centro de Estudos de Planeamento, 1970.
20. * «Los perfiles de la demanda y de la inversión», *El Trimestre Economico*, XXXVI (3), 1970, pp. 463-487.
21. * *Teoria do Desenvolvimento Económico*, apontamentos policopiados, sem data, igual a *Desenvolvimento Económico e Social*, ISCEF, 1970-1971.
22. *História Económica I e II*, Lisboa: ISCTE, 1972.
23. «Análise Prospectiva da Europa», *Associação Portuguesa dos Directores e Chefes de Pessoal*, VI Congresso Internacional, Lisboa, junho de 1973.
24. *Funções de Produção com Elasticidade de Substituição Constante a Indústria Transformadora Portuguesa*, Centro de Estudos de Planeamento, 1973 (em coautoria com Miguel Beleza).
25. *História Económica e Social*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, 1974.
26. * *Em Defesa da Democracia*, Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1976 (em coautoria com Eurico Ferreira).
27. «Os fundamentos económicos da independência nacional (mesa redonda)», com João Cravinho, Abel Cabral Couto e Vasco Vieira de Almeida, *Nação de Defesa*, I (0), Abril 1976, pp. 157-191.
28. «Funções de produção com elasticidade de substituição constante na indústria transformadora portuguesa», *Economia*, I (1), 1977, pp. 5-38, síntese de [21].
29. «A economia portuguesa em debate», *Economia*, I (1), 1977, pp. 155-74 (em coautoria com os outros membros da redação: M. J. N., J. A. G, A. C. S. e J. B. M.).
30. *Economia Portuguesa*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, 1977-1978.
31. * *Centrais Nucleares em Portugal: Projecto de Livro Branco*, Lisboa: Ministério da Indústria, 1978 (em coautoria com António Ortins de Bettencourt, Jaime de Costa Oliveira e Rui Sérgio).
32. *Economia Portuguesa*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, 1978-1979.

Anexo 3

33. Recensão a Fritz Machlup, *Knowledge and Knowledge Production*, Princeton, 1980, in *Economia* IV (3), 1980, pp. 595-596.
34. Recensão a Jorge Braga de Macedo e Simon Serfaty (orgs.), *Portugal since the Revolution: Economic and Political Perspectives*, Westview Press, 1981, in *Economia* IV (3), 1980, pp. 596-598.
35. Recensão a Alain Touraine, *O Pós-Socialismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1981, in *Economia* V (2), 1981, pp. 545-546.
36. * Portogallo. Sviluppo economico, disoccupazione e distribuzione del reddito», *Crisi economica e mutamenti politici nell' area mediterranea: problemi e prospettive delle relazioni industriali*, organizado por Mário Pinto e Tiziano Treu, Roma: Edizioni lavoro, 1983.
37. «A dual for Pasinetti's paradox», *Economia*, VII (2), pp. 407-413.
38. Review of Luigi Pasinetti, *Structural Change and Economic Growth (A Theoretical Essay on the Dynamics of the Wealth of Nations)*, Cambridge, 1981, in *Economia* VII (2), 1983, pp. 424-427.
39. «Interest rate and capital intensity», *Economia*, VII (3), 1983, pp. 509-530.
40. Recensão a Carlo Benetti, *Valor e Repartição*, Coimbra: Centelha, 1978, in *Economia* VIII (2), 1984, pp. 437-439.
41. * *Análise Económica*, Lisboa: SGUNL, 1.ª edição 1985 (2.ª 1988, 3.ª 1989).
42. «Modelo gráfico de interpretação da evolução da economia portuguesa» *Economia*, X (3), 1986, pp. 453-469.
43. * *Portugal e os Portugueses: Uma Perspectiva Diacrónica*, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, 1986.
44. «As estatizações», *Economia*, XII (2), 1988, pp. 197-210, republicado como capítulo 9.
45. Recensão a M. Gorbachov, *Perestroika*, Pub. Europa-América, in *Economia* XI (3), 1987, pp. 445-449.
46. * *Exercícios de Economia*, Lisboa: SGUNL, 1988 (coordenador).
47. * «Políticas monetária e orçamental. A viragem: 1973-1974», in rubrica 35, republicado como capítulo 7.
48. * *Nova Economia em Portugal: Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa* (coorganizador), Lisboa: SGUNL, 1989.
49. Recensão a Celso Furtado, *Fantasia Organizada*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3.ª edição 1985, in *Economia* XIII (1), 1989, pp. 156-157.
50. «Consequências económicas da libertação da Europa do Leste», *Boletim do Conselho Nacional do Plano*, n.º 20, 1.º quadrimestre de 1990, pp. 235-240.
51. «Política económica-progresso social», in João Salgueiro (org.), *Portugal no Limiar do Século XXI*, Lisboa: SEDES, 1991, pp. 83-93.
52. *Portugal e a União Política e Económica na Europa*, seminário de 10 de outubro de 1992 na Reitoria da Universidade de Coimbra, Instituto Universidade e Sociedade, 1994, pp. 17-25.

3.1.6 Artigos na imprensa diária e semanal

1. «A riqueza cafeeíola nacional – São Tomé, Cabo Verde, Timor e Moçambique», *O Século*, 10-02-1960.
2. «Desenvolvimento comunitário», Secção de Economia e Finanças, *Diário de Notícias*, 23-4-1963.
3. «Exportação e 'marketing boards'», Secção de Economia e Finanças, *Diário de Notícias*, 2-7-1963.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

4. «Dinheiro a mais, investimento a menos», *A Capital*, 1970 (sem data, citado na rubrica 15 abaixo).
5. «Política anti-inflacionista (comentários e sugestões)», *Tempo Económico*, 21-6-1974 (reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 131-43).
6. «Economia: uma crise que se esboça», Secção Economia & Negócios, *Expresso*, 3-8-1974, p. 3 (reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 151-61).
7. «Política de rendimentos», Secção Reflectir com: Alfredo de Sousa, *Expresso*, 5-10-1974, p.15 (reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 163-179).
8. «Sabotagem económica: um depoimento», Secção Economia & Negócios, *Expresso*, 4-1-1975 (em coautoria com Eurico Ferreira, reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 13-21).
9. «Eleições e democracia: um depoimento», Secção Eu Penso Tu Pensas, *Expresso*, 1-2-1975 (em coautoria com Eurico Ferreira, primeiro autor, reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 23-29).
10. «Portugal e a Europa», Secção Reflectir com: Alfredo de Sousa, *Expresso*, 8-2-1975.
11. «Golpe de Estado permanente: um depoimento», *Expresso*, 15-2-1975 (em coautoria com Eurico Ferreira, primeiro autor, reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 31-37).
12. «Carta aberta ao primeiro-ministro», *Expresso*, 27-2-1975 (em coautoria com Eurico Ferreira, reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 39-47).
13. «Eleições e linha de rumo: um depoimento», *Expresso*, 10-5-1975 (em coautoria com Eurico Ferreira, reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 131-43).
14. «Juros e armadilhas», Secção Reflectir com: Alfredo de Sousa, *Expresso*, 24-5-1975 (reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 171-77).
15. «Reestruturação do sistema bancário», *Expresso*, 28-6-1975 (reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 179-89).
16. «Sem política e sem plano», Secção Economia & Negócios, *Expresso*, 12-7-1975 (em coautoria com Eurico Ferreira, primeiro autor, reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 63-93).
17. «A hipótese de bancarrota ou uma política de prudência», *Expresso*, 18-10-1975 (reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 183-9).
18. «A economia põe prazo à política», Secção Economia & Negócios, *Expresso*, 6-12-1975 (reproduzido na rubrica 26 acima, pp. 191-8).
19. «Orçamento, salário e crise», Secção Economia & Negócios, *Expresso*, 10-1-1976.
20. «Vendemos ouro? Para quê?», *Diário de Notícias*, 11-2-1976.
21. «Uma visão chinesa da política mundial», *Expresso*, 6-8-1976, p. 15.
22. «China, ordem monástica», *Expresso*, 13-8-1976, pp. 16 e 17.
23. «China (II): transformar é lutar», *Expresso*, 27-8-1976, pp. 16 e 17.
24. «China (IV): uma nova economia», *Expresso*, 22-10-1976, pp. 16 e 17.
25. «Problemas e alternativas para a economia portuguesa», *Expresso*, 2-7-1977, p. 11.
26. «Pacote 2+Plano embrulhado adiam (e não resolvem) problemas», *Expresso*, 8-10-1977, pp. 12 e 13.
27. «O ensino superior curto», *Expresso*, 18-2-1978.
28. «FMI – Intenções e apostas», *Expresso*, 9-6-1978, p.15.
29. «1979: criar condições de recuperação para daqui a 2 ou 3 anos?», *Expresso*, 6-1-1979, p. 21.
30. «Como foi vista e economia portuguesa na II Conferência Internacional da Gulbenkian», *Expresso*, 13-10-1979, pp. 4 e 5.

Anexo 3

31. «Alfredo de Sousa sintetiza balanço de debate entre professores da Universidade Nova sobre aspectos da política económica», *Expresso*, 30-9-1979, pp. 30 e 31.
32. «O desafio espanhol», Secção Opinião, *Diário de Notícias*, 12-6-1982, p. 2.
33. «Heterodoxias na política portuguesa», *Expresso*, 31-7-1982.
34. «Estou apreensivo com o rumo das coisas», *Expresso*, 13-8-1983.
35. «A desvalorização cambial e as salmonelas da burocracia», *Expresso*, 13-10-1984.
36. «Algumas perspectivas», *Semanário Economia*, 28-12-1985, pp. 15 e 16.
37. «1984: balanceando o balanço», Secção Economia, *Expresso*, 23-3-1985, p. 20.
38. «Burocracia», *Expresso*, 26-10-1985.
39. «A economia cobaia», Secção Opinião, *Expresso*, 30-11-1985, p. 10.
40. «Imprudência arrependida?», *Expresso*, 12-04-1986.
41. «Política Económica do governo é voluntarista e visionária», Secção de Economia, *Diário de Notícias*, 04-08-1986.
42. «Sejamos realistas», *Semanário*, 8-11-1986, pp. 21 e 23.
43. «A parábola e a hipérbole», Secção Opinião, *Expresso*, 11-4-1987, p. 8.
44. «Custos de Rigidez I: Atrasos de um mercado de trabalho flexível», *Semanário*, 27-6-1987, p. 21.
45. «Custos de Rigidez I: Atrasos de um mercado de trabalho flexível» *Semanário*, republicado a 28-11-1987, pp. 53 e 54.
46. «Custos de Rigidez II: O mal das indemnizações laborais – 2 soluções», *Semanário*, 28-11-1987, pp. 55 e 56.
47. «1988: orçamentos e realidades», *Expresso*, 12-12-1987.
48. «Mercado de capitais: o preço do gato – resposta do Ministério das Finanças», *Semanário*, 23-1-1988, p. 5.
49. «O novo gato (resposta ao M. Finanças», *Semanário*, 30-1-1988, p. 5.
50. «Privatizações e impasses», Secção Economia, *Expresso*, 7-5-1988, p. 11.
51. «Armadilhas e tentações: A procura interna cresce a um ritmo de 7%, enquanto o produto cresce a um ritmo de 4%. Este desequilíbrio é impossível manter por muito tempo», *Semanário*, 15-10-1988, pp. 8 e 9.
52. «Bom ano económico (?)», *Semanário Economia*, 27-1-1990, p. 5.
53. «Câmbios fixos: Mergulhamos ou não?», *Semanário Economia*, 12-4-1990, p. 2.
54. «Propriedade Privada e Expropriações», *Semanário Economia*, 5-5-1990, p. 2.
55. «Europa e eleitoralismo: Poderá o primeiro-ministro adiar a decisão de integrarmos o SME para depois das eleições? Provavelmente não, porque o risco de perder o ‘comboio europeu’ é grande», *Semanário Economia*, 16-6-1990, pp. 4 e 5.
56. «Dilemas e conflitos: A inserção do escudo no mecanismo de câmbios do SME; a política monetária e a liberalização; o afluxo de capitais estrangeiros a Portugal – temas para reflexões». *Semanário Economia*, 21-7-1990, pp. 6 e 7.
57. «Crédito mal parado; solução mal par...» *Semanário Economia*, 22-9-1990, p. 4.
58. «Ainda o crédito mal parado e a tal solução», *Semanário Economia*, 13-10-1990, pp. 6 e 7.
59. «Política económica: uma avaliação crítica», Secção Opinião, *Expresso*, 29-6-1991, p. 20.
60. «Desaceleração: vem aí a crise?», Secção Opinião, *Expresso*, 21-9-1991, p. 16.
61. «Economia portuguesa, perspectivas», Secção Tendências, *Valor*, 22-11-1991, p. 19.
62. «Taxas de referência e fiabilidade», Secção Tendências, *Valor*, 6-3-1992, p. 30.
63. «Escudo, mistificações e economia real», Secção Tendências, *Valor*, 10-4-1992, p. 12.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

64. «Para onde vai a economia», Secção Tendências, *Valor*, 14-08-1992, p. 10.
65. «A economia portuguesa em 1993: aposta no bom senso?», Secção Opinião, *Valor*, 31-12-1992, p. 16.
66. «PIB vai crescer 1,7%», Caderno Conjuntura, Índices e Estatísticas», *Fortuna*, n.º 13, 1993.
67. «A evolução do SME e do sistema de câmbios europeu», *Expresso*, 8-5-1993.
68. «Valeu a pena o escudo entrar no mecanismo de taxas de câmbio?», Secção Opinião, *Público*, 30-5-1994.

Manuel Gonçalves

3.2 Dirigente

Quando a Professora Maria Eugénia Mata e o Professor Jorge Braga de Macedo me convidaram para trabalhar no livro que o Professor Alfredo de Sousa (1931-1994) estava a escrever quando faleceu, fiquei entusiasmado. O Professor Alfredo de Sousa foi uma pessoa que me marcou e que sempre me acarinhou desde o primeiro dia em que cheguei à Faculdade de Economia.

Foi no 1.º de abril de 1978, e não é mentira, que eu comecei a trabalhar na Faculdade, ainda sita no Seminário dos Olivais. No final de 1978 mudámo-nos para o Campo Grande, 185. Foi, ainda, nesse ano, em que eu tinha feito o Propedêutico (12.º ano) que decidi estudar Economia. A minha ideia era candidatar-me ao ISE (agora ISEG) porque era a Escola de Economia em Lisboa com aulas em período nocturno; a Nova só tinha aulas no período diurno. Surgiu então um feito (uma atitude) que me marcou para toda a vida: o Professor Alfredo de Sousa decidiu que eu não ia estudar para o ISE, e disse: «o cenoura» (nesse tempo ainda era ruivo...) vai estudar aqui, nós arranjamos-lhe um horário de trabalho que lhe permita frequentar as aulas, assim poupa muitas horas em transportes e além disso a nossa Escola é uma escola melhor. Assim começou o meu dia a dia na FEUNL. Entrava às 8h00 e saía, regra geral, às 21h00, por vezes mais tarde.

Fui, por conseguinte, aluno do Professor Alfredo de Sousa. Recordo-me que as aulas eram muito sossegadas, sem alaridos, apenas perturbadas pelo barulho dos aviões a sobrevoar o Campo Grande na sua rota para o Aeroporto da Portela. Não havia distúrbios provocados por alunos, pois o raspanete passado pelo Professor Alfredo de Sousa dissuadia o mais ousado.

Também recordo, com nostalgia, quando o Professor Alfredo de Sousa me pedia que passasse em sua casa, porque o *Macintosh* não «arrancava» ou porque determinado programa não estava a funcionar. Não havia «regras» para estes pedidos e eu atendia com alegria os pedidos do Professor, fosse durante o dia, durante a noite ou ao fim de semana.

No final do nosso curso, em 1983, alguns recém-licenciados – penso que os quatro melhores – que também frequentavam o mestrado em

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Economia (o primeiro em Portugal) foram contratados como assistentes estagiários. Depois, mais tarde, foram trabalhar para o Banco de Portugal. Lembro-me das palavras do Diretor Alfredo de Sousa a este respeito: «aqui os assistentes têm de estar em exclusividade e têm de frequentar o mestrado. Por isso, ‘meninos’ têm de escolher entre a Faculdade de Economia e o Banco de Portugal.» Todos escolheram o Banco de Portugal. Fiquei triste mas compreendi. Tal facto motivou que durante mais de 22 anos (1987-2009) eu fosse o único aluno do primeiro curso da nossa Faculdade, que permaneceu na Faculdade a dar aulas!

Bem haja, Professor Alfredo de Sousa!

Recordações de alunos e funcionários

Fui assistente do Professor Alfredo de Sousa durante um ano e achei muito curiosa a sua forma eficiente de trabalhar. Tinha, claramente, uma voz de comando.

Na elaboração dos exames, por exemplo, pedia-nos: «O Jorge, faz uma pergunta sobre a Teoria do Consumidor, a Isabel complica essa pergunta. O Vítor faz uma pergunta sobre Teoria do Produtor, a Antonieta complica» [*Eu, Sousa*]:

Uma outra curiosidade era quando o Professor Alfredo de Sousa distinguia a sua faceta de professor do seu papel de diretor da Escola. Nessa circunstância referia-se a ele próprio como «Sousa»: Eu, Sousa, concordo com isso, agora como diretor não poderei assumir essa posição.

Nas minhas aulas (as práticas) os alunos dispunham-se na sala de forma esquisita: em triângulo, visto do quadro. Depois percebi que os alunos faziam isso porque vinham da aula teórica com o pavor de serem chamados ao quadro. O Professor Alfredo de Sousa costumava chamar alunos ao quadro.

Outra coisa que o professor dizia era que nós assistentes devíamos repetir as coisas várias vezes, pois nós, alunos, temos um espécie de cera nos ouvidos, se dissermos só uma vez não surte efeito.

Finalmente, o professor dizia muitas vezes a nós, assistentes: se há coisa de que não gosto é de assistentes «popularuchos». Ou seja, que gostavam de ser bem vistos junto dos alunos diminuindo o nível de exigência e rigor [Jorge Rio Cardoso].

Do Professor Alfredo de Sousa, sem querer caracterizar o Professor e o Homem (uma vez que não sou habilitada para tal), tenho ideia de três pequeninos apontamentos:

Primeiro – O seu eterno fato verde-escuro...

Segundo – Lembro-me de que uma vez, ao fim da tarde, por esta altura de fim de semestre, fui com alguém da secretaria ao seu gabinete para lhe

Anexo 3

colocarmos uma questão de índole administrativa. Quando entrámos quase não víamos nada porque ele estava às escuras. Pelo que percebi depois, já era hábito ele esquecer-se de acender a luz quando estava demasiado absorto nas suas ideias e no seu trabalho...

Terceiro – Não tinha «papas na língua». De facto, pouco antes da sua morte trágica, estava eu com um grupo de pessoas e ouvimo-lo com muita atenção, numa das suas últimas entrevistas (se não estou em erro no programa *Tostões e Milhões* do Perez Metelo na SIC), onde, falando de forma desabrida, se concentrou sobre algumas questões que se passavam naquele momento no país, e não sei porquê, todos tivemos um mau pressentimento... [Dina Garcia].

O Professor Alfredo de Sousa foi meu professor no primeiro curso da Universidade Católica em Lisboa uma só vez, mas devido à sua personalidade vincada nunca mais o esqueci. Alfredo de Sousa era um professor que causava receio (e respeito, admiração) às colegas do meu curso pelas suas maneiras e voz forte. Mas aquilo que me ficou dele foi mais o sentido de humor e a forma de ensinar a economia. Nós apreendíamos coisas aparentemente complexas e difíceis pela forma agradável, em termos do uso de anedotas e graças com que nos eram transmitidas. Havia nele um misto de exigência de trabalho e de honestidade que o faziam respeitado e percebia-se que fazia avançar os *dossiers* de que se ocupava [Madalena Abreu, aluna do Professor Alfredo de Sousa na Universidade Católica].

Eu, Filomena Santos, comecei a trabalhar no Serviço de Documentação da Faculdade de Economia no dia 11 de outubro de 1988.

Na altura o diretor da Faculdade era o Professor Jaime Reis, e como diretora dos serviços de documentação a Dr.^a Lutgarda Nunes, que me descreveu o Professor Alfredo de Sousa como um Senhor que causava alguma apreensão com um ar sério e distinto. Apesar do seu ar altivo era uma pessoa afável e atenciosa para com os colaboradores.

Uma vez o Professor foi interpelado por um funcionário que não o conhecia e lhe disse que não podia entrar com a mala na biblioteca, cumpriu a regra e ainda elogiou a sua atitude.

No início dos anos 90, nós, Sandra Peralta e Hermínia Martins, iniciámos a nossa carreira na biblioteca do Palacete Henrique Mendonça, e fomos apresentadas pelo diretor do MBA, Professor José Neves Adelino, ao Professor Alfredo de Sousa.

Como o seu gabinete se situava no Palacete, a diretora da biblioteca, Dr.^a Fátima Crespo, recomendou que deveríamos ter alguma atenção no trato com o Professor, por ser um dos fundadores da Faculdade de Economia e porque era uma pessoa ímpar pela sua personalidade enquanto homem e professor.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Relembramos alguns episódios passados com o Professor, como, por exemplo, o facto de ele ir «tirar» a revista *The Economist* da estante e sair sem a requisitar, o que era prática habitual, e lembramos com saudade a forma como éramos tratadas sempre que visitava a biblioteca e nos apelidava por «minhas flores».

Ficam como referência duas características muito próprias da sua pessoa: a frontalidade e o sentido de humor.

Detentor da palavra, era soberbo enquanto professor e notável no trato com os seus colaboradores.

Até sempre, Professor Alfredo de Sousa (leitor n.º 26)! [Funcionárias da Biblioteca Almada Negreiros (BAN)].

Graças à pesquisa suplementar das funcionários, segue a lista dos leitores 1 a 25:

Prof. António Soares Pinto Barbosa
Prof. Manuel Soares Pinto Barbosa
Prof. Luís Miguel Beleza
Prof. Jorge Campinos
Prof. Vítor Manuel de Figueiredo Carvalho
Dr.^a Maria d'Orey Neves e Castro
Prof. Henrique Charana
Dr. Joaquim Augusto Pinheiro Correia
Dr. João Carlos Dores Candeias Barata
Dr. Jorge Correia da Cunha
Prof.^a Maria Emília Freire
Prof. José António Girão
Dr.^a Lourdes Gouveia
Prof. Joaquim Costa Leite
Prof. Diogo Lucena
Prof. Jorge Braga de Macedo
Dr.^a Margarida Maria Rivera Ferreira Malaquias
Prof.^a Maria Eugénia Mata
Prof. Abel Mateus
Dr.^a Lutgarda Nunes
Dr. António Maria Vieira Paisana
Prof.^a Maria José Valério
Prof. Jaime Reis
Prof. Aníbal Cavaco Silva
Prof.^a Maria Ducla Soares.

Maria Eugénia Mata

3.3 Professor

Introdução

O interesse de Alfredo de Sousa pelos temas do desenvolvimento económico é uma característica marcante da fase inicial da sua carreira académica. Vale a pena perceber como e porquê. O conceito de *estrutura económica* atraiu enormemente a atenção das ciências sociais no Segundo Pós-Guerra, particularmente em França, e influenciou de forma inegável a escola historiográfica que se forjou em torno da revista científica *Annales*. De acordo com Boianovsky, o chamado *Estruturalismo* e o seu paradigma como método rigoroso de análise das sociedades dominou a vida intelectual francesa nas décadas de 1950 e 1960. Marc Bloch e Fernand Braudel consideraram a sua dimensão diacrónica. Esta perspetiva historiográfica assente na identificação da curta, média e longa duração, identificava os aspetos estruturais das sociedades como sendo aqueles que mais dificilmente mudavam (ou cuja superação era difícil e lenta). «O estruturalismo atingiria o seu máximo em 1966, com o antropólogo Claude Lévi-Strauss».¹

Graças ao desenvolvimento da metodologia dos modelos matemáticos na ciência económica em geral, o estruturalismo também teve um enorme sucesso na ciência económica ao virar-se para a modelização como metodologia para descrever as estruturas, e particularmente para considerar fatores não económicos que influenciam o crescimento e o desenvolvimento económicos.² Para além dos recursos naturais, as instituições, os padrões de comportamento dos agentes económicos, e o fator humano em geral são bons exemplos disso.³

¹ Mauro Boianovsky, «Between Lévi-Strauss and Braudel: Furtado and the historical-structural method in Latin American political economy», *Journal of Economic Methodology*, 2015, 413-438.

² C. Furtado, *Théorie du développement économique* (trad. A. B. Silva) (Paris: PUF, 1970), 28-33.

³ Mauro Boianovsky, 2015, 421.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

O *estruturalismo económico* enquanto paradigma foi também uma escola latino-americana de pensamento económico relacionada com a Economic Commission for Latin America (ECLA), das Nações Unidas – ou Comissão Económica para a América Latina CEPAL.⁴ Usava para o efeito o modelo de *input-output* de Leontief e a teoria da dependência económica que distinguia num mundo global a existência de um «centro» e de uma «periferia» económica.⁵ Love (1990, 143) explica que é generalizadamente reconhecido que a análise da dependência se desenvolveu a partir de duas tradições do pensamento económico: o marxismo, por um lado, e o estruturalismo latino-americano, por outro.⁶ Assim, os rótulos *Estruturalismo* e *Cepalismo* cobrem genericamente esta área, e estão de perto relacionados com as contribuições do economista brasileiro Celso Furtado.⁷

As esperanças de desenvolvimento económico para toda a humanidade comandaram a declaração da década de 60 como «a década do crescimento e do desenvolvimento», em janeiro de 1961, pelas Nações Unidas, como fruto de uma Nova Ordem Económica Internacional (NIEO), a construir.

Celso Furtado (1970, 30) preferia referir-se ao estruturalismo usando o contexto da história da dependência económica da América Latina:⁸ «A principal preocupação de Furtado [...] era ter uma perceção ‘totalizante’ dos processos históricos interdependentes nas ciências sociais e na análise económica.»⁹

⁴ Raul Prebisch, *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*, 1963; Joseph Love, «Structuralism and Dependency in Peripheral Europe: Latin American Ideas in Spain and Portugal», *Latin American Research Review*, 39 (2) (2004): 114-139; Joseph Love, «The rise and decline of economic structuralism in Latin America: New dimensions», *Latin American Research Review*: 40 (3) (2005): 100-125.

⁵ C. Furtado (1970, 30); Joseph Love, «Las fuentes del estructuralismo latinoamericano», *Desarrollo Económico*, 36, 141 (1996): 391-402; Immanuel Wallerstein, *The modern world-system* (Nova Iorque, San Diego: Academic Press, 1974), vol. 1; (1980), vol. 2; (1989), vol. 3.

⁶ Joseph Love, «The origins of dependency analysis», *Journal of Latin American Studies*, 22 (1) (1990): 143-168.

⁷ Edgar J. Dosman, *The Life and Times of Raul Prebisch 1901-1986* (Montreal e Londres: McGill-Queen's University Press, 2008); Joseph Love, «Furtado e o estruturalismo», in *A Grande Esperança em Celso Furtado*, eds. Luiz Carlos Bresser-Pereira e José Márcio Rego (São Paulo: Editora 34, 2001), 221-252.

⁸ Furtado tinha publicado um artigo nos *Annales* (1966), a revista francesa de História, então dirigida por Fernand Braudel, que era a versão francesa desse seu artigo sobre desenvolvimento e estagnação na América Latina, com um subtítulo significativo: «Uma aproximação estruturalista», também reproduzida como capítulo 7 do livro de C. Furtado, *Développement et sous-développement* (Paris: Presses Universitaires de France, ([1961] 1966), cuja versão original foi escrita em Yale. Ver C. Furtado, *Development and Stagnation in Latin America: A Structuralist Approach. Studies in Comparative International Development*, 1 (1965), 159-175. doi:10.1007/BF02800594; Mauro Boyanovsky, 2015, 2.

⁹ Mauro Boyanovsky, 2015, 13.

O estruturalismo também atingiu Portugal através das teorias da dependência, com os historiadores treinados em França. O paradigma da dependência económica como entrave ao crescimento tornou-se um modelo muito comum na historiografia portuguesa, por exemplo.¹⁰ Como diz Love (2011, 35), «Determinar onde acaba o Estruturalismo e onde começa a Dependência é algo de arbitrário».

Alfredo de Sousa em Paris

Quando Alfredo de Sousa concluiu a sua *Aggrégation* na Universidade de Paris, teve a oportunidade de trabalhar lá com Celso Furtado, que tinha um grande entusiasmo pelas teorias do crescimento e do desenvolvimento económicos do Brasil e de outros países latino-americanos, de acordo com os programas baseados nas Nações Unidas.¹¹ A teoria económica, a inovação pelo progresso tecnológico, e políticas económicas eficientes através de um outro instrumento muito em voga na época – o planeamento indicativo – poderiam assegurar uma melhoria significativa das condições de vida para todos.

Também Tinbergen e as técnicas de planeamento para economias de mercado estavam na moda para criar instrumentos de atuação através do uso de investimento público para estímulo dos sectores privados de atividade económica. Externalidades positivas fariam o contágio necessário à propagação da prosperidade a toda a sociedade.¹²

¹⁰ Sobre as teorias da dependência económica ver Joseph Love, «The origins of dependency analysis», *Journal of Latin American Studies*, 22 (1) (1990): 143-168.

¹¹ Joseph Love, «Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930», in *Cambridge History of Latin America*, ed. Leslie Bethell (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), vol. 6, 393-460; «Bibliographical essay», 595-601, vol. 11 (1995), 873-878. *Ideas and Ideologies in Twentieth Century Latin America* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), 207-274.

¹² Os trabalhos de Celso Furtado exprimindo este entusiasmo são muitos: Celso Furtado, «El nuevo capitalismo», *Revista de la Cepal*, número extraordinário sobre «Cepal Cincuenta Años: reflexiones sobre América Latina y el Caribe, 1998. Celso Furtado, «Brasil: opciones futuras», *Revista de la Cepal*, 70, 2000. Celso Furtado, «Reflexões sobre a crise brasileira», texto apresentado no seminário sobre novos paradigmas de desenvolvimento, promovido pela USP, em 2000a. Celso Furtado, «Metamorfoses do capitalismo», discurso por ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causa pela UFRJ, 2002. Celso Furtado, «Perspectivas da economia brasileira». In *BNDES, um Banco de Ideias – 50 Anos Refletindo o Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002a. Celso Furtado, «Os desafios da nova geração», intervenção durante a III Conferência Internacional, 2004. Celso Furtado, «Formação de capital e desenvolvimento económico», *Revista Brasileira de Economia*, 3, 1952.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Este era portanto o enquadramento intelectual que Alfredo de Sousa deixara para trás em França, quando regressou a Portugal em 1972.¹³ O contacto com Celso Furtado continuou, seguramente, porque entre os documentos do espólio de Alfredo de Sousa se encontra um *draft* do artigo «The Brazilian model economy» que Celso Furtado certamente lhe terá enviado antes de o publicar.¹⁴

Love (2004, 136) conclui que «Para todos os efeitos, em Paris, Furtado influenciou Alfredo de Sousa». Pela mão de Alfredo de Sousa a revista *Análise Social* publicou em 1969 um artigo de Celso Furtado, e um outro de ambos (Furtado e Sousa), «Perfil da procura e perfil do investimento», no mesmo ano. Este seria republicado no ano seguinte na revista espanhola *El Trimestre Económico*, com o título «Los perfiles de la demanda y de la inversión».¹⁵ Alfredo de Sousa incluiu este modelo nos cursos de Teoria e Política do Desenvolvimento Económico (TPDE) que ensinava.¹⁶

Neste contexto académico, Alfredo de Sousa era um economista entusiasta do desenvolvimento e do crescimento económico *das nações*.¹⁷ A política económica e os economistas tinham um papel profissional a desempenhar na sociedade. Para Baer (2008, 64), o trabalho dos economistas da época «consistia principalmente em observar relações agregadas da economia [...] e fazer projeções sob hipóteses alternativas para a taxa de poupança, os termos de troca, e coisas assim».¹⁸ Estas capacidades técnicas – acreditava-se então – permitiriam aconselhar aos políticos as medidas económicas apropriadas para intervirem eficientemente na elevação dos níveis de vida e de bem-estar, pondo fim aos problemas estruturais que retardavam o desenvolvimento.¹⁹

¹³ Joseph Love, «The Latin American contribution to center-periphery perspectives: History and prospect», in *Cores, Peripheries, and Globalization: Essays in Honor of Ivan T. Berend*, ed. Peter H. Reill e Balazs A. Szelenyi (Budapeste: Central European University Press, 2011): 15-42.

¹⁴ Celso Furtado, «The Brazilian model economy», *Social and Economic Studies*, 22 (1): 122-131. http://www.jstor.org/stable/27856562?seq=1#page_scan_tab_contents.

¹⁵ C. Furtado, e Alfredo de Sousa, «Los perfiles de la demanda y de la inversión». *Trimestre Económico*, 37 (147): 463-487. Ver sobre este assunto José Luís Cardoso, «O Gabinete de Estudos Corporativos (1949-1961) e a génese de uma biblioteca moderna de ciências sociais», *Análise Social*, 206: 193-219.

¹⁶ Ver [21, pp. 289-360].

¹⁷ Como lhe chamou Walter Rostow (1960), *Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Cambridge: Cambridge University Press.

¹⁸ Werner Baer, *The Brazilian Economy, Growth and Development*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2008.

¹⁹ O manual de economia para os cursos de formação da CEPAL, teve um tremendo sucesso: A. B. Castro, e C. Lessa (1967). *Introdução à Economia: Uma Abordagem Estruturalista* (Rio de Janeiro: Forense, 2008).

Regresso a Portugal: economista do desenvolvimento e historiador económico e social

Alfredo de Sousa pertence ao grupo dos estrangeirados, pela inegável influência intelectual francesa que trouxe de Paris. A sua viragem natural para o inglês foi uma sabática em 1982-1983 em Stanford, e decorreu da grande afirmação da ciência económica nas universidades americanas.²⁰

O crescimento económico poderia beneficiar da intervenção de políticas económicas governamentais acertadas e eficientes, sobre as economias nacionais a desenvolver. Tais políticas, necessariamente baseadas num conhecimento científico das características estruturais das economias nacionais e das sociedades, usariam o instrumental analítico que a ciência económica tinha desenvolvido para o efeito. A estimação de funções de produção e funções de consumo na formulação de modelos matemáticos para o crescimento económico seriam instrumentos fundamentais no aconselhamento técnico a políticos e aos seus programas governamentais.

Alfredo de Sousa estava também muito próximo dos contributos de François Perroux, André Marchal e Raymond Barre no que respeita ao uso dos contributos das ciências sociais para a economia: A Sociologia e a História são ciências sociais instrumentais para a ciência económica. Ao ensinar cursos de Teoria e Política de Desenvolvimento Económico (TPDE) e de Economia Portuguesa, esta vertente era notória em Alfredo de Sousa. E ao fundar a Faculdade de Economia, incluiu no plano de estudos da licenciatura cursos de Introdução às Ciências Sociais e História Económica. Nos planos de estudo de mestrado e doutoramento em Economia, a História Económica também estava presente como metodologia a ser considerada no entendimento dos processos que punham em marcha o crescimento e o desenvolvimento económico.²¹

As suas preocupações analíticas com o crescimento e o desenvolvimento económico ligavam-se de tal modo com as explicações provenientes de raízes históricas, que é possível falar também de Alfredo de Sousa como historiador económico e social. Com efeito, para além do Desenvolvimento Económico, no ISCTE nascido da reforma do ensino, de Veiga Simão, também ensinou História Económica, agora como professor catedrático. A reforma buscava uma diversificação dos saberes e das especializações científicas. A História Económica já se ensinava no

²⁰ Ver [32] e [39]. Também anexo 3.4.1.

²¹ Ver [22] e [41].

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

ISCEF, com Joel Serrão, de quem fui aluna. Como explica Joaquim Romero de Magalhães na sua lição de jubilação «Últimas Palavras?», tal não acontecia no Porto nem em Coimbra.

Alfredo de Sousa usava o seu trabalho *História Económica I e II* [22], [23] e também ensinou História Económica na Universidade Católica, reconhecida em 1971 pela reforma de Veiga Simão [27]. O programa era longo por se tratar de cadeira anual (em dois semestres, I e II), como, aliás, se adotou na Faculdade de Economia. Revelando grande erudição historiográfica e capacidade de síntese com qualidade pedagógica, ilustrava as aulas com quadros estatísticos (relativos ao comércio internacional, rentabilidade dos capitais públicos e privados, e ajuda externa) e referia bibliografia muito actual para a época.

Transmitia uma mensagem final de encorajamento otimista para o desempenho pessoal futuro dos seus alunos: «A característica principal de todas as sociedades nacionais de qualquer regime e na sociedade internacional vai ser a aceleração até ao final do século das mutações em todos os aspectos: tecnológicos, económicos, sociais, culturais, éticos, etc. Seremos constringidos a andar cada vez mais depressa, o que não deixará de provocar tensões psíquicas nos indivíduos. O mesmo se passará ao nível das Nações. No campo técnico-económico, pelo menos, todas quererão andar depressa: umas para alcançar as mais adiantadas, outras para manterem a sua posição de superioridade. Daqui também emergirão tensões mais fortes do que as de hoje. Mas pode ser que a capacidade de diálogo entre todos também tenha aumentado, entretanto.»

As instalações do ISCTE, já estreitas para as necessidades de uma escola que também ensinava Sociologia e Gestão de Empresas, onde Alfredo de Sousa ensinava, eram no Campo Grande 185. Vindo o ISCTE a construir um edifício de raiz ao cimo da Avenida das Forças Armadas, e sendo Alfredo de Sousa vogal da Comissão Instaladora da UNL, com funcionamento na Avenida da República e no Seminário dos Olivais, conseguiu que, em 1 de Março de 1978, a Faculdade de Economia herdasse as instalações do Campo Grande.

Nesse verão fui contratada, com Jaime Reis e Jorge Custódio, para a Faculdade de Economia. Depois de ser sua aluna na TPDE, eu lecionava História Económica no ISCEF desde 1975-1976 e preparava o meu doutoramento sob a orientação de Vitorino Magalhães Godinho regressado da Universidade de Clermont-Ferrand.

A estrutura orgânica foi logo transcrita no *Guia da Faculdade* de 1978-1979, e repetida no Quadro de Professores da Secção de Economia quando se cria a Secção de Gestão, como se lê no *Guia da Faculdade de*

Anexo 3

1983-1984. A área de Desenvolvimento Económico inclui «Desenvolvimento Económico, Doutrinas e Sistemas Comparados, Economia dos Recursos Humanos, e História Económica e Social».²² Sob estas linhas institucionais, com Alfredo de Sousa presente no júri, fiz a minha agregação em 1990.

Às primeiras instalações no Campo Grande, acrescentou-se em 1982 o Palácio Henrique Mendonça na Rua Marquês de Fronteira, 20. Conforme resulta dos *Anuários* entre 1982 e 1989, a transferência do Campo Grande para Campolide, com a transformação do velho colégio dos Jesuítas (então regimento militar de Caçadores 5), permitiu dar à sua escola de economia uma nova dimensão a partir daquele ano. O *Palacete* Henrique Mendonça viria a tornar-se propriedade da Faculdade em 1992, graças aos esforços do diretor Fernando Brito Soares e do reitor Manuel Pinto Barbosa sendo ministro das Finanças Jorge Braga de Macedo e primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva, ambos da casa. Foi nesse contexto firmado um acordo entre o Ministério das Finanças e a Reitoria para criar um centro de investigação interdisciplinar na Faculdade de Economia dedicado à comparação das reformas estruturais, que veio no início de 2008 a mudar de nome para Centro de Globalização e Governação.²³

Constam do anexo 1 as várias escolas de Lisboa em que Alfredo de Sousa ensinou e outros contributos como a criação do primeiro MBA português. Ele prezava o progresso tecnológico, o seu entusiasmo pela inovação e a boa gestão das empresas era patente, e debatia a temática empresarial desde os tempos do Gabinete de Estudos Corporativos.²⁴ No campo da consultoria fundou em 1988 a Companhia Portuguesa de Rating.

O legado de Alfredo de Sousa

É este o economista e professor universitário que nos deixou uma herança institucional e intelectual que merece ser revisitada, conforme bem testemunha este livro que agora se edita. Justifica-se, por isso, o interesse de conhecer melhor o acervo documental que acumulou e guardou.

²² As outras áreas eram Microeconomia, Macroeconomia, Teoria do Crescimento, Economia Internacional, Economia Monetária, Economia Pública, Planeamento Económico, Programação Matemática, Econometria, e Disciplinas não Agrupadas.

²³ «Discurso do Ministro das Finanças por ocasião da assinatura do Protocolo entre o Ministério das Finanças e a Universidade Nova de Lisboa», *Política Económica Global: Os Primeiros Seis Meses*, Ministério das Finanças, Maio 1992, pp. 49-57 e <https://sites.google.com/site/cggnova/>.

²⁴ Adérito Sedas Nunes, «A crise social e a reforma da empresa», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, 9 (1952): 5-44.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Entre os papéis do seu espólio, depositado na BAN, encontram-se muitos rascunhos escritos pelo seu punho. Aproveitava as costas limpas de papel já dactilografado. Revistos com canetas de várias cores, acrescentava explicações ou novos aspetos, provando quão exigente ele era para consigo próprio no aperfeiçoamento dos seus escritos.

Coligiu muitas séries estatísticas da economia portuguesa, usando papel quadriculado e grande minúcia caligráfica. São os dados sobre a agricultura, a indústria, os transportes e serviços, os fluxos turísticos, a produção, os preços, as taxas de juro, e as taxas de câmbio os que mais mereceram a sua atenção. Para a construção e parametrização dos seus modelos dinâmicos as suas fontes incluíam relatórios anuais do Banco de Portugal e outros bancos, bem como relatórios da OCDE e documentação do FMI, muitos dos quais com a chancela de «Confidencial» ou «Circulação Restrita».²⁵ Gráficos em grande abundância, feitos à mão sobre papel milimétrico, mostram a evolução das variáveis. Em disquetes, cópias de regressões computacionais, e muitos *prints* em papel *fanfold* atestam os seus esforços interpretativos, numa época anterior aos computadores pessoais, em que a Faculdade possuía um terminal UNIVAC de cartões perfurados, que estava ligado ao «supercomputador» do INE, depois substituído por um VAX da Digital de grandes dimensões cujo uso era partilhado entre todos (para efeitos de elaboração de teses académicas e investigação em geral).²⁶

Também escreveu e policopiou abundantes textos para os alunos, com muitos exercícios e as respetivas soluções.²⁷

O nível do seu prestígio e a sua capacidade de concessão de proteção na vida académica podem medir-se pelo número de publicações que lhe eram oferecidas, todas elas com submissas dedicatórias pessoais, que dão um valioso carácter de repositório da literatura económica portuguesa da época, ao seu espólio pessoal.²⁸

²⁵ Outras fontes: Associação Portuguesa Para as Relações Internacionais, APRI, e Gabinete de Investigações Sociais, GIS. Espólio Alfredo de Sousa.

²⁶ Oito disquetes de cópias estão disponíveis no seu espólio.

²⁷ Ver [22], [25], [41], [46] no anexo 1.3.5.,

²⁸ Outras publicações que constam no espólio que foi retirado do seu gabinete de trabalho no Palácio Henrique Mendonça, são: James Bates, *Profits in theory and practice*. Mimeografado. Jacques Freyssinet, *L'introduction du progrès technique dans les modèles dynamiques de repartition du révenue national*, 2082-2134. Claude Germain, «Reply to Mrs. Robinson on the choice of technique», *Economic Journal*, junho 1970: 420-443; Harry G. Johnson, «Directives à l'intention des gouvernements au sujet des societies multinationales», *Revue de la Société d'Études et d'Expansion*, 243, 1970: 888-894; P. S. Johnson, «Firm size and technological change», *Financial Times*, 13 de agosto de 1969; J. R. Hicks, «A neo-Austrian

Anexo 3

Nascido em 1931, Alfredo de Sousa licenciou-se no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), da Universidade Técnica de Lisboa, em 1958, com a melhor média do curso como consta do Anexo 1. Guardava seguramente boas memórias desse tempo, pois existe no seu espólio pessoal o livro de curso com os nomes e as caricaturas de todos os seus colegas. Guardou-o durante 36 anos. Organizado por ordem alfabética, o livro de curso revela uma turma de 46 nomes, 7 dos quais são femininos.²⁹

Também guardou folhetos e propaganda estudantil de inícios dos anos 70, contra o regime político português e contra o ensino da época, incluindo a sua própria cadeira de TPDE no ISCEF. Os protestos dos grupos políticos estudantis eram contra o recrutamento para a guerra colonial e alguns contra «o entulho cultural da sebenta Alfredina».³⁰ Estes acontecimentos ocorreram 25 anos antes da sua morte, e preservou-os por todo esse tempo.

Epílogo

Vinte e três anos depois da sua morte poderá dizer-se que terá sido um professor idealista e incompreendido.³¹ Alfredo de Sousa acreditava na ciência económica como área científica de intervenção sobre a realidade económica para efeitos da promoção do crescimento económico e do bem-estar das sociedades, sem o derrotismo das teorias da dependência económica.

Tendo uma formação académica muito vasta, respeitadora do papel das outras ciências sociais como auxiliares da ciência económica, tinha, como economista, uma visão otimista sobre o mundo. Acreditava nos benefícios do progresso material, através da promoção de uma prosperidade que assegurasse cada vez melhores condições materiais de existência a toda a humanidade.

growth theory author(s): Source», *The Economic Journal*, 80 (318) (1970), 257-281; James R. Melvin e R. F. Harrod, «Harrod after twenty-one years: A comment», *Economic Journal* 80 (319), *September*, 737-41; Richard R. Nelson, «Aggregate production functions and medium range growth projections», *The American Economic Review*, LIV (5): 575-606; Domenico Mario Nuti, «Capitalism, socialism and steady growth», *The Economic Journal*, 80 (317) (1970), 32-57; A. A. Walters, «Production and cost functions: An econometric survey», *Econometrica*, 31 (1, 2): 1-65. W. Y. Oi, «The neoclassical foundations of progress functions», *The Economic Journal*, 77: 579-594.

²⁹ *Livro de Finalistas do ISCEF*, 1958.

³⁰ Ver Joseph Love, «Modeling internal colonialism: History and prospect», *World Development*, 17 (6): 905-922.

³¹ No seu espólio encontra-se o livro *Citas del Presidente Mao Tse Tung*. Pequim: Ediciones de Lenguas Extranjeras, 1966, que era muito popular entre os estudantes, ao tempo.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Por vezes é difícil estabelecer-se um laço entre a biografia de alguém e a sua época, porque é difícil a qualquer pessoa deixar a sua marca na sociedade em que viveu, e muito mais ainda mudar qualquer coisa no mundo. Não é o caso com Alfredo de Sousa. Além de deputado da Assembleia Nacional Constituinte, que revela a sua cidadania,³² legou uma grande contribuição para o ensino da Economia em Portugal. No seu espólio há muita documentação do ISCEF, da Universidade Nova de Lisboa, da Universidade Católica da Madeira, Funchal, e da Universidade Livre (Rua da Junqueira, n.º 194).

O acidente de viação de 3 de novembro de 1994 pôs fim à sua vida. O seu funeral, com velório no Salão Nobre da FEUNL, foi um acontecimento social em Lisboa. Políticos e banqueiros, estudantes e docentes apinharam a igreja de Campolide. O cardeal D. José Policarpo, ex-reitor da Universidade Católica, presidiu e evocou o legado de Alfredo de Sousa.

Em pequenos círculos académicos era bem-humorado, folgazão e brejeiro. Distribuía regularmente entre os docentes da FEUNL uma ou outra pagela, como a que aqui se reproduz, mas poucos professores foram jamais tão temidos pelos estudantes como ele era.

³² Ver [26] no anexo 1.3.5.



Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

"O PERIGO DA DEFEREAÇÃO DA DEFEREAÇÃO"

N O Q U A R T E L

_ \$ _ \$ _ \$ _ \$ _ \$ _ \$ _ \$

base o cumprimento do Diretor aos Decretos que
transcrevem *Ref. Lema*

O Capitão ao 1º. Sargento :

Havendo amanhã um eclipse do Sol, mande que a Companhia esteja formada, em uniforme de campanha, no campo de exercícios, onde darei explicações acerca do fenómeno, que não acontece todos os dias. No caso de chover a Companhia fica dentro do quartel.

O 1º. Sargento ao 2º. Sargento :

Por ordem do Capitão, amanhã haverá um eclipse do Sol em uniforme de campanha. A Companhia esteja toda formada no campo de exercícios onde o Capitão dará explicações sobre o fenómeno, que não acontece todos os dias. Se chover, o fenómeno será dentro do quartel.

O 2º. Sargento ao Cabo :

Amanhã o Capitão fará um eclipse do Sol no campo de exercícios. Se chover o que não acontece todos os dias, nada se poderá fazer; por isso, em uniforme de campanha o Capitão dará explicações dentro do Quartel.

O Cabo aos Soldados :

Amanhã para receber o eclipse do Sol que dará as explicações necessárias sobre o nosso Capitão, o fenómeno sairá de uniforme de campanha para o campo de exercícios, salvo se chover dentro do Quartel o que não acontece todos os dias.

Entre Soldades :

Amanhã o Sol em uniforme de campanha fará eclipsar o nosso Capitão no campo de exercícios. Se chover o Sol fica dentro do quartel o que não acontece todos os dias.

O PERIGO DA DEFORMAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO QUARTEL

O Capitão ao 1.º Sargento:

Havendo amanhã um eclipse do Sol, mando que a Companhia esteja formada, em uniforme de campanha, no campo de exercícios, onde darei explicações acerca do fenómeno, que não acontece todos os dias. No caso de chover a Companhia fica dentro do Quartel.

O 1.º Sargento ao 2.º Sargento:

Por ordem do Capitão, amanhã haverá um eclipse de Sol em uniforme de campanha. A Companhia esteja toda formada no campo de exercícios onde o Capitão dará explicações sobre o fenómeno, o que não acontece todos os dias. Se chover, o fenómeno será dentro do quartel.

O 2.º Sargento ao Cabo:

Amanhã o Capitão fará um eclipse do Sol no campo de exercícios. Se chover, o que não acontece todos os dias, nada se poderá fazer; por isso, em uniforme de campanha o Capitão dará explicações dentro do Quartel.

O Cabo aos Soldados:

Amanhã para receber o eclipse do Sol que dará as explicações necessárias sobre o nosso Capitão, o fenómeno sairá de uniforme de campanha para o campo de exercícios, salvo se chover dentro do Quartel o que não acontece todos os dias.

Entre Soldados:

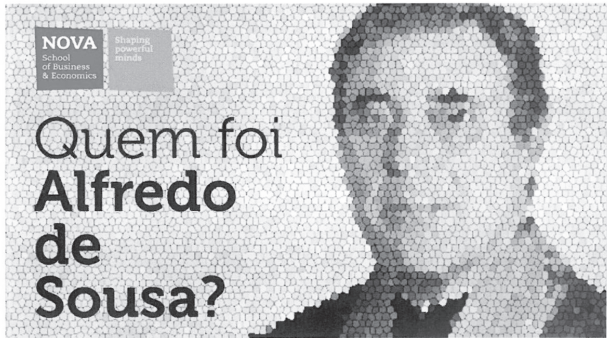
Amanhã o Sol em uniforme de campanha fará eclipsar o nosso Capitão no campo de exercícios. Se chover o Sol fica dentro do Quartel o que não acontece todos os dias.



Jorge Braga de Macedo

3.4 Colega

3.4.1 Economista constituinte*



NOVA School of Business & Economics *Shaping potential minds*

Quem foi Alfredo de Sousa?

**O Professor. O Economista.
O Fundador da Nova. O Gestor. O Homem.**

3 novembro | 18h30
Nova School of Business and Economics

Oradores
José António Girão | Ex Vice-Reitor da Universidade Nova de Lisboa
José Luís Cardoso | Diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Carlos Melo Ribeiro | CEO da Siemens
Miguel Beleza | Professor
João Salgueiro | Economista
Manuel Brandão Alves | Antigo assistente do Professor Alfredo de Sousa e Professor Reformado do ISEG

Moderador
Ricardo Costa | Expresso

Apio:
SIEMENS

* Agradeço comentários à versão distribuída aos filhos e sucessores, em especial a lembrança da homenagem «Sousa radical», que publiquei no *Diário de Notícias* de 23 de novembro de 1994, na qual saliento a sua «pluma panfletária» e o «assento territorial» que representa o *campus* de Campolide – embora a ilustração escolhida fosse do edifício da Avenida de Berna e não do Colégio. Esse texto junta-se a outras evocações de economistas, listadas em <http://www.jbmacedo.com/memories.html> e abaixo.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Honramos a memória de Alfredo de Sousa escassos dias antes de passarem vinte anos sobre a sua morte, a 3 de novembro. Consciente de que cada um dos seus onze sucessores na Reitoria ou na Direção da Faculdade de Economia o evocariam com mais propriedade, aceitei com gosto voltar às raízes da escola onde, em 1976, Alfredo de Sousa me convenceu a reger desenvolvimento económico.¹

Como todos sabemos, através do ensino e formação avançada em língua inglesa, a Nova School of Business and Economics, localizada em Lisboa, Luanda, Maputo e São Paulo, irradia a lusofonia global e está prestes a levar a marca NOVA para Cascais. Creio que o fundador tinha essa visão do mundo quando, único deputado constituinte doutorado em economia, lutava contra «as conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» que iriam tolher a liberdade política e financeira dos portugueses e constringer a sua pertença europeia e lusófona.² Sonhou pois a Nova SBE muito antes não só de se constituir a CPLP mas também da lusofonia se tornar económica e abraçar a ciência.³

Pessoa e obra

Incumbido eu da tarefa de evocar o fundador, pedia a cada um de vós recordasse, ou imaginasse, a pessoa do «seu» Alfredo de Sousa. Para tal, inspire-se no retrato reproduzido em toda a página 261 do livro *Maluda*, publicado em 2008, com o patrocínio da Presidência da República. Diz

¹ Os sucessores na Faculdade são Jaime Reis (desde dezembro de 1985), Diogo Lucena (desde fevereiro de 1990), Fernando Brito Soares (desde janeiro de 1992), José Neves Adelinho (desde maio de 1999), Luís Cunha (desde outubro de 2002), José Ferreira Machado (desde julho de 2005). A lista dos reitores foi estabelecida pelo decano quando conferiu posse a António Rendas: Fraústo da Silva e Manuel Laranjeira antes, Esperança Pina, Manuel Pinto Barbosa (que foi diretor em exercício da Faculdade em 1982-1983), Sousa Lobo e Leopoldo Guimarães.

² Resumo o argumento na minha contribuição para o livro de homenagem a António Dias Farinha, no prelo, que apareceu em 2011 como *Nova SBE WorkingPaper* n.º 552 mas que já aflorava não só no n.º 269 da mesma série, publicado no livro de homenagem a Manuel Jacinto Nunes (1926-2014), de 1996, mas também na coluna do *Diário de Notícias* citada na nota * acima, intitulada «Estrelas e Quinas».

³ De acordo com os estatutos, a CPLP «é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros». A declaração assinada pelos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996, inclui, entre muitos outros objetivos, a «cooperação económica e empresarial» bem como «no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica». Timor-Leste tornou-se membro em 2001 e Guiné-Equatorial em 2014, sendo Maurícias, Senegal, Geórgia, Namíbia, Turquia e Japão observadores.

Anexo 3

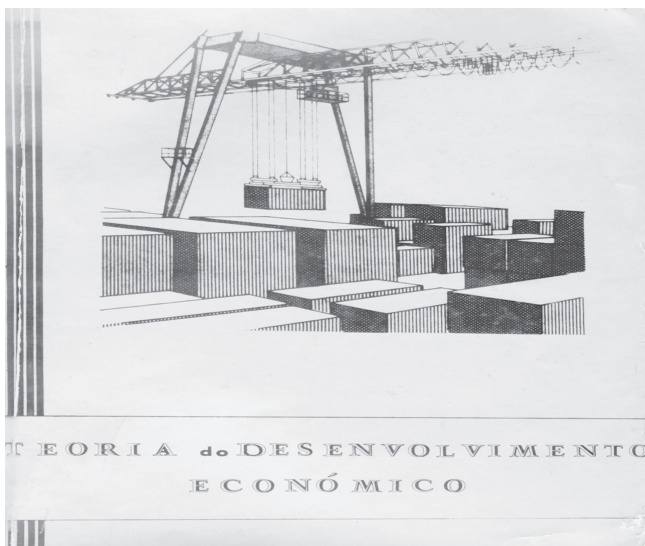


o confrade prefaciante: «na galeria dos reitores da Universidade Nova de Lisboa, o melhor retrato... é da Maluda», porque consegue transmitir a personalidade do retratado, como o próprio transmitiu ao filho.⁴ Além disso, a «exímia retratista»⁵ morreu com a mesma idade (1934-1998).

Começo por recordar a missa de corpo presente na igreja de Campo-lide. Para mim, faz parte integrante do espaço cedido à NOVA depois de

⁴ José-Augusto França adverte ainda que «O retrato é género de má fama», acrescentando que o de Victor Crespo, também da Maluda, na galeria da Assembleia da República, é «o único bom... igualmente muito sendo de lamentar que ela não tivesse recebido encomenda para a galeria presidencial de Belém». Recordo que, para a autora, «o retrato exprime a vaidade humana».

⁵ A expressão é do Presidente Cavaco Silva na apresentação do livro *Maluda*, 2008.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

um árduo trabalho de persuasão junto dos militares de Abril. Alfredo de Sousa soube demonstrar-lhes que a educação capacita a inovação e esta promove o crescimento económico. Aliás, alguns dos capitães teriam lido a sua sebenta de *Téoria do Desenvolvimento Económico* – que eu próprio descobri quando era cadete em Mafra! Como capa alternativa à original, proponho um dos últimos quadros da Maluda,⁶ porque me lembra Oakland. É uma maneira de trazer para aqui a vizinha Berkeley, onde se doutoraram

⁶ Lisboa, XLVI Cais, 1993.

Anexo 3

Modelo n.º 2

30/11/77
Alfredo

Ministério Educação e Investigação Científica
 Direcção-Geral do Ensino Superior*
 (b) Universidade Nova de Lisboa

TERMO DE POSSE

Ano 1977
N.º 55

Alfredo

Nome Alfredo António de Sousa, professor catedrático na U.N.L.

Bilhete de identidade n.º 863555 Arquivo de Identificação Porto Data 14 12 / 72

Cargo ou lugar Reitor

Vaga que preenche Lugar vago pela exoneração do Prof. Manuel Fernandes Laranjeira

Forma de provimento (e) Nomeação em comissão de serviço

Data do despacho e entidade que o subscreveu 17 / 11 / 77 do Ministro da Educação e Investigação Científica

Disposições legais que autorizam o provimento N.º 2 do art.º 159 do Decreto-Lei 463-A/77 de 10 de Novembro.

Data do visto do Tribunal de Contas - / - / - (N.º carece)

Publicação no «Diário do Governo», n.º 276, em 29 / 11 / 77

Local da posse Universidade Nova de Lisboa

Nome e categoria do empossante Prof. Doutor Manuel Fernandes Laranjeira, Decano servindo de Reitor da U.N.L.

O empossado prestou juramento nos termos da lei.

Observações e averbamentos (d) Universidade Nova de Lisboa, 30 de Novembro de 1977

Alfredo
Manuel Fernandes Laranjeira

(A.-110 mm x 197 mm) Preço \$50 Modelo n.º 264 (Modelo de Impressão)

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Mila Freire e Fernando Brito Soares. Este, diretor da Faculdade quando morreu o fundador, mandou coligir a obra, mas sem sucesso.⁷

Em 2003, teve aqui lugar a sessão solene de entrega dos prémios e diplomas no 25.º aniversário da Nova SBE, na presença do Presidente da República, que saudou «os responsáveis e trabalhadores da Faculdade de Economia, na pessoa do seu atual diretor Professor Campos e Cunha», além de «aproveitar a ocasião para prestar homenagem a um dos fundadores da Faculdade de Economia, o saudoso Professor Alfredo de Sousa, homem de grande humanismo, a quem esta Escola ainda hoje muito deve [...] a Faculdade de Economia teve sempre notória preocupação com a qualidade da investigação científica e do ensino que ministrava e com a ligação da escola à vida real da economia e das empresas.»⁸ Seguiu-se a comemoração dos dez anos da sua morte, na qual participaram, além do mesmo diretor, os filhos e o primeiro dos seus antigos alunos, Miguel Beleza, a quem coubera editar a última conferência do mestre e amigo: «Como o texto mostra, apesar da minha interferência, será difícil preencher o seu lugar. Egoisticamente, tenho pena de já não poder discordar de alguns pontos da análise, mesmo que fosse sobretudo para ouvir uma explicação interessante, veemente, apaixonada, se calhar». A publicação, em 1995, na *Análise Social*, onde tanto escrevera nos anos 60 e que a última conferência evocava em termos de história económica – foi assegurada pelo sucessor de Alfredo de Sousa na Direção da Faculdade, que entretanto migrara para o Gabinete de Investigações Sociais, agora ICS, de onde se aposentou este ano.⁹

Continuando nesta sala, em 19 de janeiro de 2007, ao dar posse ao atual reitor, o decano Esperança Pina, querido confrade e amigo, evocou

⁷ Pela minha parte, anexo uma trintena de referências académicas entre 1958 e 1995. Relativamente a coligir a obra, João Amador, que fora incumbido da tarefa, escreveu-me com os seguintes esclarecimentos que agradeço: «Há 18-19 anos fiz uma recolha das publicações do Prof. Alfredo de Sousa. Não recolhi os textos na íntegra, mas apenas as referências. A ideia era fazer uma recolha posterior para publicar as suas obras»; «Fui brevemente à faculdade e encontrei apenas um envelope com artigos publicados na revista *Valor*. Lembro-me de que havia envelopes com outros artigos e uma lista das publicações académicas (de memória parece-me que incluía vários artigos na *Análise Social*, na revista da Ordem e na revista *Economia*). Terei de procurar mais profundamente, mas temo que a dita lista esteja numa *diskette* antiga.» De registar que, nos anos 80, Brito Soares se destacou pelo acompanhamento operacional da migração do Campo Grande para Campolide e que a tarefa não foi executada por razões alheias à Faculdade.

⁸ <http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1016.html>, acessível, tal como outras homenagens, em <http://ppplusofonia.blogspot.pt/2009/11/alfredo-de-sousa-recordado.html>.

⁹ Nessa ocasião, Jaime Reis foi homenageado no Palacete Henrique de Mendonça. Aos antigos alunos do ISCEF listados em <http://www.eumed.net/cursecon/economistas/sousa.htm>, Miguel Beleza, António Borges (1949-2013), Manuel Sebastião, João Costa Pinto

Anexo 3

todos os seus predecessores, em particular aquele a quem se deve a Nova SBE porquanto: «organizou e reestruturou a Universidade, tendo o seu desaparecimento causado um vazio dificilmente colmatado, sendo também o fundador da Faculdade de Economia em moldes modernos, a que adicionou um Departamento de Gestão, conhecido e respeitado internacionalmente».

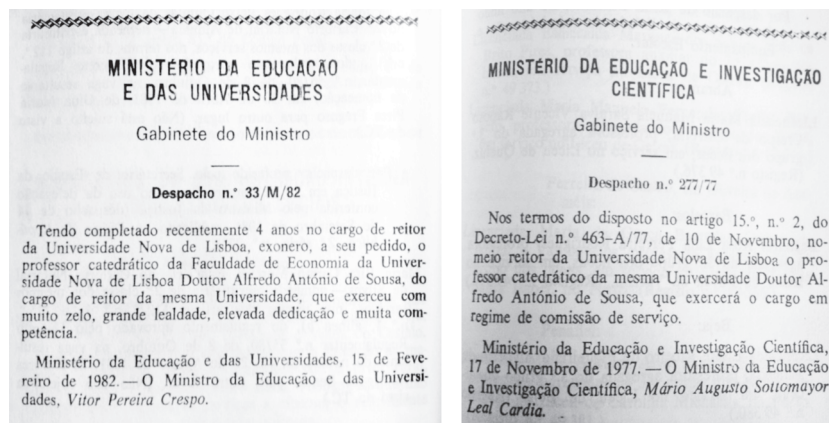
Em meados do ano passado, José Ferreira Machado, atual *dean*, da geração de Illinois e visionário do *campus* virado para o mar, entendeu recordar os vinte anos através do «Ciclo de Debates Professor Alfredo de Sousa» que combina empresários e o *senior faculty* mais jovem, devendo terminar no próprio dia 3 de novembro. Ocorre lembrar, a respeito de jovens catedráticos, o que nos dizia o homenageado, parecendo citar Bob Dylan: «qual é o problema de o ser aos trinta anos?».

Subitamente no verão passado, o Magnífico Reitor António Rendas desafiou «alguém que partilhou com ele realizações e projetos muito para além da tão notável fundação de uma Escola de Economia e Finanças, que tanto nos orgulha» para uma alocação na cerimónia comemorativa do 41.º aniversário da NOVA. Por força da honrosa incumbência, apurei que existia na Biblioteca Almada Negreiros um espólio doado pelos filhos, que está a ser tratado e me abriu novos horizontes – nas vésperas desta cerimónia. Serei portanto mais breve...

Itinerário da nova economia

Agora que todos pudemos sentir a pessoa e a obra, refresco o itinerário profissional de Alfredo de Sousa, nascido a 20 de maio em Maçarelos (e não Miragaia como um colega de Coimbra me fez crer). Em 1958, licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e em 1967 completou o *doctorat d'État* em Ciências Económicas pela Faculdade de Direito e Ciências Económicas de Paris, com uma tese intitulada *Fonctions de consommation dans les économies africaines*, publicada pelas edições Cujas em 1970. Exerceu funções de primeiro assistente e de colaborador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Económico, tendo escrito «Perfil da procura e perfil do investimento»

e Abel Mateus, há que acrescentar Maria Emília Freire. Na secção intitulada «Uma personalidade controversa» do documento, mencionam-se *discussões vivas com o que chamava «lobby dos associados»* (Diogo Lucena, Fernando Brito Soares, Manuel Pinto Barbosa, António Pinto Barbosa, Miguel Beza – todos professores doutorados naquela altura), discordando muitas vezes da visão mais liberal e anglo-saxónica dos docentes formados nos EUA, que tentavam imprimir uma maior dinâmica no ensino. Os quatro primeiros aposentaram-se mas continuam ligados à Faculdade.

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

com o seu orientador de tese, o economista Celso Furtado (1920-2004), ministro do Planeamento do Brasil antes de partir para o exílio em Yale, Cambridge (Inglaterra) e Sorbonne.

Foi bolseiro da Gulbenkian e, ombreando com seu colega interdisciplinar Adérito Sedas Nunes (1928-1991), membro ativo do ex-GIS. O fascínio por África é evidente na altura em que leciona no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.¹⁰ Em 1973, recusa a cátedra no ISCEF, porque deixara de «acreditar no projecto», migra para o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, é nomeado vogal da comissão instaladora da NOVA e lança o curso de economia da Católica.

Nomeado reitor por despacho do ministro Sottomayor Cardia (1941-2006) de 17 de novembro de 1977 e exonerado, a seu pedido, por despacho do ministro Vítor Crespo (1932-2014) de 15 de fevereiro de 1982, é substituído pelo vice-reitor Esperança Pina. Preside à Comissão Instaladora da Faculdade de Economia até março de 1982, quando é eleito diretor. Inova logo com o programa de doutoramento em Economia e, em 1980, com o MBA, que confia a Carlos Barral (1926-2008). Apesar de insistentes pedidos dos professores associados para que não abandonasse a escola que criara, custa-lhe levar o mandato até dezembro de 1985. Ainda assim, obtém financiamento para um estudo sobre a evolução da economia portuguesa junto da Tinker Foundation, então dirigida por Kenneth Maxwell, depois de tentar várias outras fundações americanas, conforme documentação que consta do espólio doado à BAN.

¹⁰ Corresponde ao primeiro terço da bibliografia anexa e é confirmado pelo confrade José da Silva Lopes, que, tendo ensinado Economia Portuguesa no ISCSPU, não se recordava de interagir profissionalmente com Alfredo de Sousa na altura.

Anexo 3

Em 1988, funda a Companhia Portuguesa de Rating que expande para França e dirige até morrer, reflexo talvez da sua crença pioneira na inovação empresarial como motor do desenvolvimento económico e social, evocada a propósito da transfiguração do Batalhão de Caçadores 5 no coração deste *campus* urbano. O Palacete Henrique de Mendonça, dedicado ao MBA, completava o «assento territorial» do que viria a ser lusofonia global no ensino e na investigação.

Organiza – com mais três colegas da NOVA, outros tantos do Quelhas e um de Coimbra – o volume de 730 páginas em homenagem a Pinto Barbosa (1917-2006), presidente fundador do Conselho Científico, tão igual e tão diferente do diretor fundador. Francisco Pereira de Moura (1925-1998), economista constituinte do Quelhas, queria vetar o título mas Alfredo de Sousa conseguiu convencê-lo¹¹ – transformando a homenagem em sinal de aproximação entre escolas de *nova economia*.

Outro exemplo deste papel agregador, que Pinto Barbosa tanto propiciava, é o Colóquio sobre Portugal e a Paz, realizado na Academia das Ciências em 1989, quando o saudoso professor pai presidia ao Instituto de Altos Estudos. Coube-lhe comentar o artigo de Jacinto Nunes, então presidente da classe de Letras, sobre a inerência e os custos da guerra, concluindo com uma rajada de perguntas: «será a violência parte constitutiva da nossa psicologia inata? Não será a guerra o jogo, quase diria o divertimento supremo dos homens?»

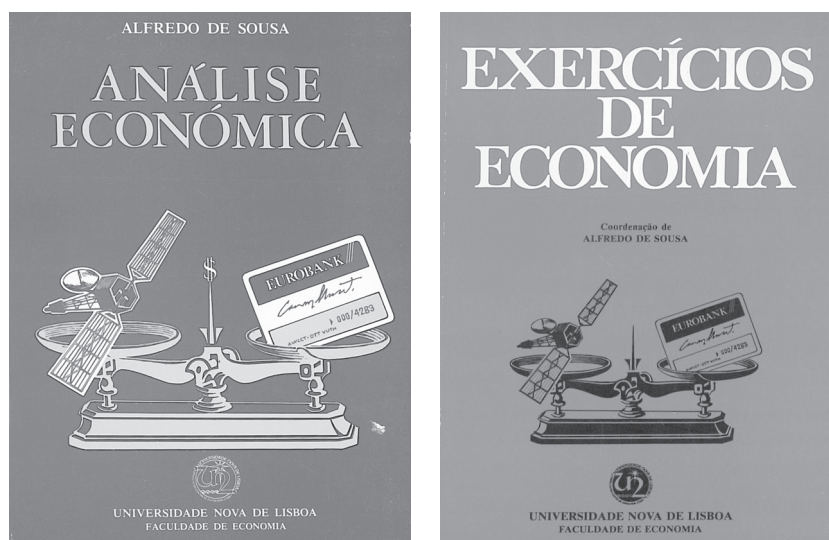
Esta é uma pergunta angustiante que pode ter uma resposta dramática. Como economista não sei encontrá-la. Só posso pedir a Deus que ela seja negativa.

Termino, assim, colocando em claro a mesma dúvida implícita com que terminou o nosso estimado Presidente» (p. 142).

Ora o «nosso estimado Presidente» inclui uma série de fotografias em *Memórias Soltas*, 2008, uma das quais abraçando Alfredo de Sousa,¹² e escreve que, em 1966-1967, «recém-regressado de Paris, e a quem me ligavam laços de amizade que permaneceram até à sua trágica morte» (p. 79) lhe passou a regência de Teoria e Política do Desenvolvimento Económico (TPDE). Havendo ainda hoje quem debata se o P deve ser de prática ou de política, o autor cita a sua sebenta de TPDE como Teoria do Desenvolvimento Económico!

¹¹ *Nova SBE Working Paper* n.º 577 «António Manuel Pinto Barbosa, Economista e Governante».

¹² Além de reuniões oficiais e de uma com sua mulher, só há mais duas a sós, sem indicação de local: a primeira com Pinto Barbosa (1980), a última com Silva Lopes (sem data).

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

A esse respeito, o saudoso Jacinto Nunes, que conheci através de Alfredo de Sousa na criação da revista *Economia* e que lembro como «cidadão economista»¹³ foi quem lhe ofereceu a cátedra e me contou a razão da recusa, citada acima.¹⁴

A sebenta, cuja capa mostrei ao lado do cais de Maluda, não tem data mas o texto refere-se a 1970-1971. Contém, logo nas primeiras páginas, um modo de usar. «A Sebenta favorece a preguiça intelectual dos estudantes... transmite apenas um pequeno conjunto de conhecimentos que o professor, limitado pelo tempo, considerou como mais úteis para ensinar nesta cadeira» (sublinhado no original). Na BAN, existe uma versão (com estatuto de «raridade») intitulada *Desenvolvimento Económico e Social*.¹⁵

¹³ *Nova Cidadania*, no prelo, onde refiro que, a convite de Alfredo de Sousa, fui o primeiro secretário executivo dessa revista da Católica. Acrescento que Carlos Diaz Alejandro (1937-1985), meu professor em Yale, publicou um artigo em português na revista *Economia*, dando origem ao aforismo que era a revista onde os portugueses escreviam em inglês e os estrangeiros em português.

¹⁴ Subjaz o mesmo pronunciamento à conferência sobre os anos 60 quando responde a uma pergunta resumindo a situação no ano terminal: «o presidente da República... dificultava o processo de liberalização caetanista, que começa com a liberalização económica, com um pouco de liberalização da imprensa, liberalização cultural e até liberalização política, quando convidam os deputados liberais para fazerem parte da Assembleia Nacional».

¹⁵ Só existem três referências de 1971: M. Paillet, *Marx contre Marx la société techno bureaucratique*, citada na p.161 (p. 290) da BAN ; S. Stojanovitch, *Critique et avenir du socialisme*, citada na p. 232 (p. 409), Z. Brzezinski, *Larevolutiontechnétronique*, citada na p. 256

Anexo 3

A sebenta ficou célebre pelo tratamento matemático do modelo marxista (pp. 154-239).¹⁶ Talvez mais relevante, aí começou o projeto de escrever um manual, que só viria a tomar forma durante o ano sabático de 1982-1983 em Stanford.¹⁷

Intitulado *Análise Económica*, foi publicado pelos Serviços Gráficos da NOVA em Setembro de 1985, com duas reedições. Agradece a leitura a nove colegas «que tiveram mais paciência» enquanto o livro de exercícios de 1987 é introduzido como «obra colectiva de jovens assistentes», sendo listados dezasseis nomes por ordem (quase) alfabética, «com o risco de ofender algum por omissão».¹⁸ Curiosamente, em ambas as listas figuram o atual *dean* e o anterior ministro das Finanças.

Desapareceu o modelo marxista e com ele a abordagem ao desenvolvimento económico e social, mas, depois de lamentar, na introdução à edição de 1989, não ter tratado questões de integração económica, o autor cita *Teoria do Desenvolvimento Económico* na nota 288 (p. 530)...

Momentos definidores

Alfredo de Sousa revelou-se-me economista constituinte da lusofonia global em dois momentos definidores que carecem de enquadramento. Devo a Manuel Barbosa, *Yalie* depois Reitor *Novie*, a consciência de que,

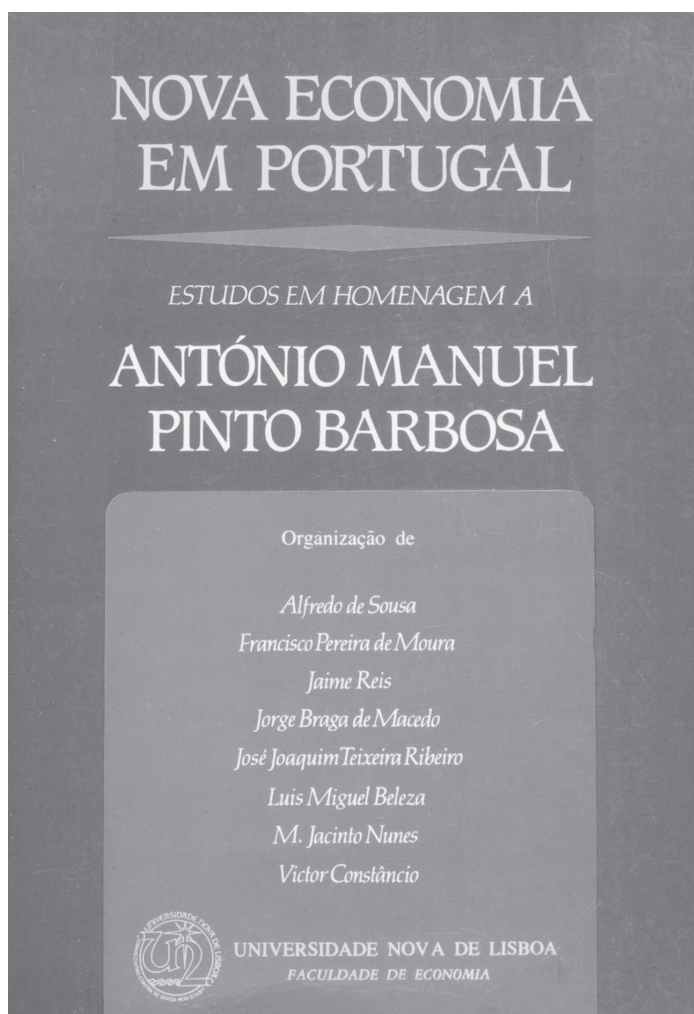
(p. 453) na qual se afirma que «há cada vez menos empresários fundadores de dinastias, para haver sucessivas gerações de técnicos que se sucedem por cooptação» e em nota: «A sociedade tecnifica-se pelo cálculo. Nesta linha de análise mas ultrapassando já a visão schumpeteriana foi publicada recentemente uma obra estimuladora de reflexão, tanto ou mais do que as obras de Galbraith. Trata-se do livro de Zbigniew [*sic*] Brzezinski, *Between two ages*, cuja tradução francesa...»

¹⁶ No artigo do *DN* citado na nota * acima, explico o radicalismo do homenageado por referência aos americanos, que dominavam as técnicas da análise económica convencional, ao contrário dos marxistas europeus. Um exemplo seria James Galbraith, filho do citado na nota anterior.

¹⁷ Aí o encontrei por ocasião de um seminário que lá fui dar. De novo, a dimensão californiana que só descobri tarde na vida. Em virtude de lá viver o meu filho João, referido na nota 22 abaixo...

¹⁸ Os nove são «Manuel e António S. P. Barbosa, Luís Cunha, Diogo de Lucena, António Marvão Pereira, Manuel Vilares, Vítor Gaspar, J. F. Machado, Jorge Macedo». Os dezasseis incluem NOVA e Católica: «António Mexia, Armando Cardoso, Cesaltina Pires, Fernando Machado, Isabel Barata, João Confraria, José Machado, Luísa Ferreira, Manso Neto, Miguel Rosa, Paulo Silva, Pedro Orvalho, Pedro Teles, Rosário Correia, Sílvia Luz, Vítor Gaspar.» Diz ainda o prefácio à 3.ª edição do manual que se prevê «nova edição do livro de exercícios de acompanhamento deste, com novos exemplos e exercícios mais interessantes. Um grupo de assistentes da Faculdade de Economia da UNL já meteu ombros a essa tarefa» (p. 18).

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985



em 1972-1973, Celso Furtado voltou a New Haven para apresentar um trabalho «escrito com um grande economista português, seu antigo aluno». Fiquei com vontade de conhecer o coautor.¹⁹ Em outubro de 1975, tendo entregado o espólio no próprio Batalhão de Caçadores 5, sou chamado ao Salão Nobre da Assembleia da República para me encontrar com o deputado constituinte do PSD que me diz: «nem pense

¹⁹ Usei TDE em Luanda nas aulas do Curso Superior de Economia durante o inesquecível ano letivo de 1974-1975, apoiado na apresentação em Morishima, *Marx's Economics: A Dual Theory of Value and Growth*, 1973, que usava álgebra linear.

Anexo 3

em ir-se embora: preciso de si na Católica!». E ofereceu-me a regência dos cursos de economia internacional e integração económica, quando as aulas estavam prestes a começar.

Só que era na NOVA que Alfredo de Sousa precisava verdadeiramente de mim! Pouco depois, acompanhado por Cavaco Silva e José António Girão, levou-me a Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011), cujo parecer seria determinante para a contratação. Só me lembro de que, perante o silêncio compungido de todos presentes, o decano dos historiadores económicos vociferou contra os trabalhos de meu pai, desde logo por não refletirem as aulas que ele lhe dera na Faculdade de Letras! Alfredo de Sousa atalhou que precisava de alguém como eu para reger o curso de Desenvolvimento Económico e pronto!²⁰

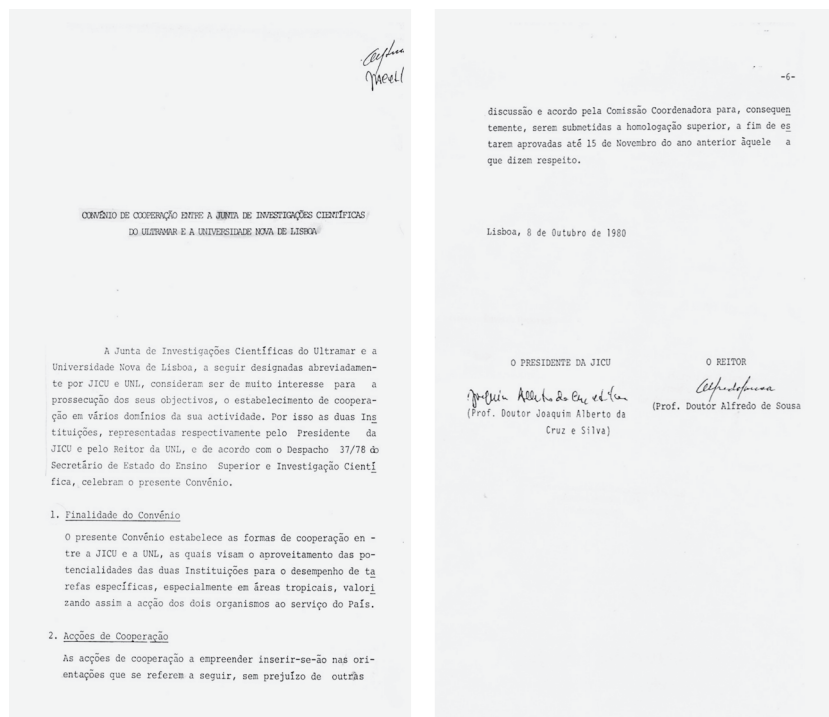
Alfredo de Sousa insistiu em publicar nos Serviços Gráficos a minha tese de doutoramento, aprovada em setembro de 1979. Durante a sua viagem à costa leste no início de 1980, acompanhado de Carlos Barral,²¹ apresentei-lhes Pentti Kouri (1949-2009), meu orientador, que entretanto trocara Yale pela NYU. Era um dia polar na Big Apple, Pentti, à porta de casa em Washington Square Village, falava da balança de pagamentos em mangas de camisa. Nós ouvíamos, de sobretudo, cachecol, gorro e luvas. Quando seguimos caminho, Alfredo de Sousa não queria saber da balança de pagamentos, mas como é que o lapão aguenta aquele frio!

Desafiou-me para fazer a agregação sem demora, e, em 23 de março de 1982, presidiu ao júri que incluía Pinto Barbosa e Jacinto Nunes, além dos outros participantes no insólito encontro de contratação. Era então professor auxiliar em Princeton e ele perguntava regularmente pelo meu regresso à NOVA, ao que respondia sempre que sim, como já fizera quando estava em Yale: Alfredo de Sousa, que passou por cinco universidades, não podia ser homem de uma escola só!²²

²⁰ Voltei a ver o saudoso Vitorino várias vezes em Lisboa e Paris, sem nunca evocarmos o insólito encontro. Curiosamente, João Mesquita e José Pedro Castanheira transformaram Vitorino Magalhães Godinho em meu professor no *Expresso* de 10 de maio de 2008: «Terá como alunos, entre outros, Mário Soares, Rui Grácio, Jorge Braga de Macedo, Joel Serrão e Joaquim Barradas de Carvalho. Um grupo que não hesita em classificar como «uma lufada de ar fresco naquela Faculdade, que estava muito envelhecida». Escrevi a chamar a atenção e concordaram...

²¹ Foi evocada a sua memória no Palacete Henrique de Mendonça por José Neves Adelinho que lhe sucedeu. Pedi esclarecimentos sobre a memorável viagem à viúva e recordei o delicioso jantar no RiverCafe em Brooklyn. No espólio doado à BAN encontrei uma comunicação de Carlos Barral a um congresso de gestores onde explica a génese do projeto.

²² Tal como as filiações nas pessoas, as pertenças múltiplas aplicam-se também aos países como tenho argumentado, por último na referência da nota 2 da pág. 194, acima. Mas tenho um exemplo em contrário: em 19 de junho de 1980, James Tobin (1918-2002)

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Quando voltei com mulher e filhos em 1984-1985 fez-me outra oferta que não podia recusar: dirigir o Centro de Socioeconomia do Instituto de Investigação Científica Tropical, nos termos de um protocolo que assinara em 1980 com o presidente da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, membro da equipa governativa que o nomeara reitor.

Aceitei, fui nomeado e agradeço-lhe ter-se lembrado de mim. Sorriu e respondeu: «não me agradeça, mais ninguém quis». Talvez tenha ocorrido o mesmo quando sucedi ao signatário... No discurso de posse, lembrei: «Ainda ontem, no Conselho Científico da Faculdade, os colegas me desejaram boa sorte em promover a ‘nova economia’ no IICT». ²³ Essa nova economia do desenvolvimento, espelhada no doutoramento FCT em

foi eleito sócio correspondente estrangeiro da Academia de manhã e recebeu um doutoramento *honoris causa* pela NOVA à tarde. Durante essa memorável viagem, perguntou-me se tinha mudado de filiação o meu filho, nascido três anos antes na comunidade da Hillhouse Avenue em New Haven, que agora vestia uma *T-shirt* de Princeton e não de Yale. O João dava a entender que as filiações não eram mutuamente exclusivas!

²³ A criação da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação, que este ano se integrou na CIP, foi promovida no Centro de Socioeconomia do IICT com o apoio das empresas exportadoras que a constituíram: a lusofonia

Anexo 3

«Saber e Gestão Tropical», no Centro Globalização e Governação e no NOVAFRICA, facilitará a integração do IICT na Universidade de Lisboa.

Chegado aqui, interrogo-me se não terá havido um terceiro momento definidor, quando Alfredo de Sousa me chamou ao seu gabinete no Campo Grande e criticou duramente a minha indiferença relativamente ao destino da Faculdade, acrescentando que o fazia perante o presidente do Conselho Científico para vincar a dimensão institucional. Estupefacto, tentei defender-me com a investigação científica, mas, perante o silêncio do professor pai, despedi-me, pensando que não há justiça no mundo. Muitos mundos depois, foi a minha vez de apelar à participação dos investigadores no destino no Laboratório de Estado onde fui parar pela mão de Alfredo de Sousa!

Termino voltando ao desenvolvimento económico e ao parlamento, com Linda-a-Velha de permeio.

A 17 de fevereiro de 1989, voltamos a encontrar-nos no doutoramento sobre «equilíbrio da pobreza» de João César das Neves na Católica, de quem eu era orientador e ele arguente vigoroso.²⁴ Vindo da Comissão Europeia para suceder a Miguel Beza como ministro das Finanças, vi Alfredo de Sousa pela última vez numa das suas sardinhas *by the pool*.²⁵

global nasceu na ELO, como modelo de cooperação português que a sustentava. Mal sabendo que no IICT havia dezenas de centros como aquele, mas gentilmente aconselhado pelo outro signatário do protocolo de 1980, que se reformou em 2002, quando eu presidia ao Centro de Desenvolvimento da OCDE, aceitei suceder-lhe. Ao tomar posse, agradei «à Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa todo o apoio que me prestou nas atividades desenvolvidas no Centro de Socioeconomia desde que, há vinte anos, o falecido Prof. Alfredo de Sousa sugeriu o meu nome ao Prof. Cruz e Silva...» antes de referir a nova economia mencionada no texto. O espólio da BAN inclui visitas ao Centro de Desenvolvimento da OCDE, a convite de Louis Sabourin, o meu predecessor canadiano, e um relatório sobre a missão do Banco de Portugal e Centro de Socioeconomia do IICT a São Tomé e Príncipe em novembro de 1987, com uma avaliação no início de 1988 por Manuel Sebastião...

²⁴ Voltando a citar as *Memórias Soltas*, p. 127, o doutoramento em economia na Católica de Ernâni Lopes em 1983, em que foram arguentes Jacinto Nunes e Alfredo de Sousa também serviria para ilustrar o radicalismo do segundo, que acabou por lhe custar neste particular visto que, segundo o filho me contou, a concorrência entre CPR e SaeR foi raivosa, quando não havia necessidade...

²⁵ No artigo do *DN* citado na nota * da p. 193, refiro um encontro no Terreiro do Paço no início de 1992, no qual acrescentou às «hipóteses macroeconómicas subjacentes ao Programa de Convergência Q2... uma qualificação: despedir metade da função pública! Atónito, ainda lhe lembrei que não estávamos no Chile. A resposta foi radical. 'Isso é um problema político, resolvam-no vocês!'. Discorro depois sobre a economia da política, ramo que sempre me interessou, mas prefiro aqui radicar aquele comentário na honestidade intelectual de Alfredo de Sousa – aquela que o levou a dar o curso de TPDE com uma sebenta sem P na capa. Ora é pela política que junto o Sousa radical ao economista constituinte!

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

Recebi a notícia do seu atropelamento mortal na Assembleia da República: como o economista constituinte, era eu então deputado do PSD doutorado em Economia, nem constituinte nem radical...

Aqui estou, lembrando Alfredo de Sousa, *still Novie after all these years*.

3.4.2 Adenda em razão da matéria²⁶

Miguel Beleza foi várias vezes citado nestes Anexos. Merece a pena repetir que fez a revisão editorial da última colaboração de Alfredo de Sousa na *Análise Social* (p. 148, p. 180), era o leitor n.º 3 da BAN (p. 162) e fazia parte, com os gémeos (António n.º 1, Manuel n.º 2 da BAN), Diogo Lucena e Fernando Brito Soares do que o diretor chamava o «lobby dos associados» (p. 181 nota 9).²⁷ Este *lobby* inclui o diretor interino Manuel Pinto Barbosa durante a sabática em Stanford (1982-1983, p. 185), Diogo Lucena (1990-1992, p. 176 nota 1) e Brito Soares (1992-1999, que se ilustrou na gestão da passagem do Campo Grande para Campolide, nota 8 *in fine*) e fez insistentes pedidos (um dos quais, depois do meu regresso, terei protagonizado) para ele continuar. Custou-lhe levar o mandato até dezembro de 1985, quando Jaime Reis, recém-agregado, lhe sucedeu (*ibid.*). Noutro registo, igualmente grave, antecedeu-me no Ministério das Finanças (p. 190).

Na terminologia que Paul Samuelson gostava de usar, a comissão criada por Brito Soares incluía um filho, já que Miguel era visto como quase irmão pelos filhos com quem brincava por ocasião das reuniões

²⁶ Muitas das evocações de economistas citadas na nota * da página 193 foram reproduzidas nos *Nova SBE Working Papers* n.ºs 612 e 613 de Julho de 2017, incluindo respetivamente vidas depois e antes de 2008. O primeiro capítulo do n.º 612 (pp. 4-11) evoca Miguel Beleza enquanto «modelo português da nova economia». Até por esse fado comum, preferi uma adenda ao texto inédito destinado a este volume. No anexo 3.1 nota 3 já se antecipou este juízo.

²⁷ A fonte citada *ibid.* nota 10 é de uma enciclopédia virtual espanhola que inclui três outros portugueses, João Lumbrals e António Sousa Franco em espanhol e Armando de Castro (1918-1999) em português, tal como o texto «tomado de la UNL», o qual regista declarações de António Pinto Barbosa («destaca coragem, frontalidade e o espírito de iniciativa que fazia dele um impulsionador») e Fernando Brito Soares («destaca a sua força de vontade e necessidade de completar tudo a que se comprometia, sempre assertivo e com respeito pelos outros. Normalmente afável, só a incompetência, o desleixo e a completa falta de rigor e exigência irritavam verdadeiramente Alfredo de Sousa. E quando não suportava uma situação, tinha sempre coragem para o dizer. O Professor Brito Soares lembra mesmo uma ocasião em que, quase em rutura com o então ministro da Educação, devido à burocracia relativa a um projecto da Faculdade, terá mesmo ameaçado demitir-se caso não fossem eliminados os procedimentos burocráticos»). Trata-se quase de certeza do processo em que se ilustrou como indicado no texto.

Anexo 3

de assistentes à quarta-feira, e de um neto, já que Luís Cunha foi aluno de ambos e diretor da Faculdade «do avô».²⁸ A ideia era coligir a obra, mas não foi possível por razões alheias à Faculdade (p. 180, nota 7). João Amador, que devia apoiar esta comissão, recordou que Miguel Bezeza fez questão em terminar as aulas de todos os seus cursos atribuídos ao «pai». Na comemoração dos dez anos, enquanto «primeiro dos seus antigos alunos» (p. 180, p. 181 nota 9) na presença do Presidente da República, verbalizou as saudades do anfiteatro inteiro.

Além da triste circunstância de também ter sido vítima de um acidente mortal com sessenta e tal anos, Miguel Bezeza insere-se no «itinerário da nova economia» mencionado acima ao ponto de poder ser considerado o «modelo português» da mesma. Tal título reflete a lealdade pessoal e institucional de quem foi um verdadeiro *poster boy* do ensino e investigação concretizado em universidades do nosso país desde 1976 e evocado no *Simpósio de Estudos Keynesianos* que teve lugar na Academia das Ciências de Lisboa ao longo de 1977. Isto foi ao ponto de que, ao trocar a universidade pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal, Miguel Bezeza tenha contribuído para validar o modelo! Mais do que qualquer outro economista da geração dita do *baby boom*, Miguel Bezeza personificou o repensar da macroeconomia que se seguiu ao grande debate entre keynesianos e monetaristas no que toca aos efeitos da política económica anticíclica sobre o equilíbrio interno e externo. Fê-lo recorrendo a intuições enquadradas num «modelo da pequena economia aberta» de origem anglo-escandinava, que internacionalizava a equiparação dos economistas a marinheiros, sendo os monetaristas de água doce e os keynesianos de água salgada.²⁹

Esquecida com a grande moderação dos anos 1980, a distinção voltou com toda a força depois da crise financeira de 2008, quando Paul Krugman apelou para o regresso dos modelos simples popularizados por Rudi Dornbusch (1942-2002), seu orientador, e de Miguel Bezeza. Outro contemporâneo no MIT, Olivier Blanchard, recordou Dornbusch para se in-

²⁸ Até a mim Samuelson chamou neto: <http://www.jbmacedo.com/Paul%20Samuelson%20memorial.htm>.

²⁹ O capítulo 7 que dá o título ao livro (p. 67 nota 1) é o mais acabado e esclarece que o projeto é financiado pela Tinker Foundation, então dirigida por Kenneth Maxwell (p. 183). De notar no capítulo 8 uma citação aprovadora de Freire Antunes quanto ao 25 de Novembro (p. 92 nota 4), trabalho escrito antes de este ir para Columbia pela mão de Maxwell, de onde voltaria para o gabinete do primeiro-ministro Cavaco Silva e introduziria no debate político a expressão «força de bloqueio». Ora na p. 137 *in fine*, talvez por acaso, lê-se que «a manipulação eleitoralista da política económica exercida até aqui constitui a maior força de bloqueio».

Evolução Recente da Economia Portuguesa: 1945-1985

surgir contra discussões metodológicas e advogar o uso de modelos «brinquedo».³⁰ Esse é também um dos motivos desta publicação e do repensar da Nova Economia em Portugal em que a Academia das Ciências de Lisboa voltou a empenhar-se, quarenta anos depois.

Pode atribuir-se a Alfredo de Sousa o sonho de criar uma escola de economia aberta a um mundo onde impera o inglês sem esquecer as problemáticas dos países de língua portuguesa.

A esse respeito, é de mencionar Aníbal Cavaco Silva, primeiro-ministro que servimos sucessivamente e que marcou presença na sua posse de governador do Banco de Portugal, até por ser mencionado seis vezes no texto de Alfredo de Sousa agora publicado (pp. 68, 118, 123, 129, 130, 131) ao passo que os seus ministros das Finanças foram ignorados, como uma exceção que confirma a regra: «o estatuto do Banco de Portugal foi modificado em 1990, embora a independência do nosso banco central não esteja assegurada porque a nomeação e a demissão livre do governador e da administração do banco dependem do primeiro-ministro via ministro das Finanças».

Não me pareceu apropriado implicar os coorganizadores numa defesa da política económica global prosseguida até à entrada na zona do euro. Porém, até por causa da formação académica recebida na costa leste, seria natural fazê-lo com Miguel Beza e, por coincidência, tínhamos marcado para 21 de junho na Academia das Ciências uma entrevista com João Rodrigues, da Faculdade de Economia de Coimbra, no quadro do seu projeto sobre o impacto do treino americano no ensino da macroeconomia em Portugal a seguir ao 25 de Abril.³¹ Fatidicamente, essa reunião foi adiada para 3 de julho, por indisponibilidade superveniente do entrevistador.

Lembrando as nossas últimas conversas referentes ao projeto, que envolve o Banco de Portugal, de marcar o 40.º aniversário do *Simpósio de Estudos Keynesianos*, afirmo que nos revemos no economista constituinte, esteio da nova economia em Portugal, mas não no radical.

³⁰ Já Carlos Diaz-Alejandro (1937-1985), cubano doutorado no MIT, tinha aliado esta análise à história económica. Vem referido na nota 11 p. 184 e no *Nova SBE Working Paper* n.º 613 citado acima, cuja versão mais longa foi publicada em *ECONOMIA*, IX (2), Maio 1985, pp. 381-8.

³¹ Ver a nota de 8 de agosto de 2017 em www.jbmacedo.com/acl/acl27jun17.pdf.

Anexo 3



Fotografia de 1990 cedida pela família.

